



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ELIVANDA PEREIRA DE SOUZA

**ENTRE NOMES E MEMÓRIAS: GENEALOGIA JURÍDICA NAS PLACAS DE
FORMATURA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**

Recife/PE
2025

ELIVANDA PEREIRA DE SOUZA

**ENTRE NOMES E MEMÓRIAS: GENEALOGIA JURÍDICA NAS PLACAS DE
FORMATURA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação. Área de concentração: Memória, Documentação e Organização da Informação e do Conhecimento.

Orientador (a): Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Recife/PE
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Souza, Elivanda Pereira de.

Entre nomes e memórias: genealogia jurídica nas placas de formatura da Faculdade de Direito do Recife / Elivanda Pereira de Souza. - Recife, 2025.

271f.: il.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2025.

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.

1. Placas de formatura; 2. Extensores de memória; 3. Genealogia jurídica; 4. Paradigma indiciário; 5. Faculdade de Direito do Recife. I. Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

ELIVANDA PEREIRA DE SOUZA

**ENTRE NOMES E MEMÓRIAS: GENEALOGIA JURÍDICA NAS PLACAS DE
FORMATURA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação. Área de concentração: Memória, Documentação e Organização da Informação e do Conhecimento.

Aprovado em: 15/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof^a. Dr^a. Thaís Helen do Nascimento Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof^a. Dr^a. Patrícia Ladeira Penna Macêdo (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

In memoriam de Maria Helena de Souza e Antônio Pereira de Souza, meus genitores, cuja conduta foi exemplar em caráter e dignidade. Sem o amor e o suporte dedicados por eles, minha trajetória até o momento presente não teria sido possível. Embora a saudade seja profunda, a gratidão que lhes dedico é ainda maior.

AGRADECIMENTOS

Durante o período do mestrado, dediquei-me intensamente ao estudo e à elaboração desta dissertação. Ao longo desse tempo, vivenciei diversas experiências, incluindo desafios, triunfos, alegrias e superação. Muitas pessoas contribuíram significativamente para minhas pesquisas e para minha trajetória pessoal, e expressar minha gratidão a todas elas é uma tarefa que não se revela simples.

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar minha profunda gratidão à minha orientadora, professora Bernardina Freire, pela orientação excepcional, pelos ensinamentos valiosos, pelo incentivo constante e pelo apoio incondicional, que foram essenciais para o êxito deste projeto. Destaco, em especial, a paciência demonstrada, que contribuiu para tornar esta jornada mais leve. Agradeço, ainda, pela confiança que depositou em meu trabalho.

Às professoras Thaís Helen do Nascimento Santos (PPGCI/UFPE) e Patrícia Ladeira Penna Macêdo (PPGCI/UFRN) que com muita paciência, disposição e carinho aceitaram o convite para compor a banca. Obrigada pelo tempo dedicado, pela leitura, pelas indicações de melhoria e adaptação da dissertação.

Gostaria de demonstrar minha gratidão à dedicada Marinez Teixeira, que, mesmo durante seu tratamento, permanece firme e determinada na busca pela conclusão do mestrado. Juntas, sob a orientação da professora Bernardina, desenvolvemos nossa dissertação.

Gratidão ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio, do qual sou membro, juntamente com minha amiga Marinez. Mesmo com as interações remotas, o grupo tem sido fundamental para o meu desenvolvimento, proporcionando reflexões sobre questões relacionadas à memória, documentação e à importância de sua preservação. Esses temas estão intrinsecamente ligados às nossas práticas acadêmicas, profissionais e culturais.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco pela disponibilização de seu espaço físico e dos recursos essenciais que viabilizaram a realização desta pesquisa. Estendo minha gratidão ao diretor Torquato Castro Júnior e à vice-diretora Antonella Galindo da Faculdade de Direito do Recife.

Ademais, agradeço a todos os pesquisadores e docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE, bem como a outros professores que colaboraram na elaboração deste trabalho, por meio de participações em atividades presenciais relacionadas aos temas abordados na pesquisa. As sugestões e contribuições provenientes dessas pessoas foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.

Um agradecimento especial ao ex-aluno da Faculdade de Direito do Recife, Fenelon Ferreira Castello Branco Netto, que atualmente se encontra na respeitável idade de 96 anos e nos proporciona o privilégio de brindar com suas preciosas memórias e eventos desconhecidos. Agradeço igualmente ao seu filho, Fábio Gonçalves Castello Branco, por compartilhar conosco esses momentos significativos do seu pai, os quais me inspiraram a tecer a conexão entre esta ilustre família e as placas da FDR, além de registrar nesta dissertação fatos inéditos vivenciados por este aluno da Turma Jordão Emereciano de 1972.

Ao meu superior imediato, Rony Joab Nascimento, secretário geral da diretoria da FDR, que, na ocasião, era chefe do departamento do Arquivo, não houve qualquer obstáculo que impedisse minha participação nos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação.

À minha nova chefia imediata, Ana Paula Borba Guerra, expresso minha gratidão pelo amplo suporte concedido, o que foi fundamental para viabilizar minha dedicação integral aos estudos e, conseqüentemente, facilitar este processo de crescimento acadêmico e profissional.

Expresso minha profunda gratidão aos servidores técnico-administrativos, cujo apoio foi de inestimável valor. Dirijo um agradecimento especial ao meu amigo, o bibliotecário Jefferson Nazareno, da Hemeroteca, não apenas pelo incentivo fundamental à minha inscrição no programa de mestrado, mas também pelo auxílio crucial na pesquisa e acesso às fontes de memória e documentação custodiadas pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Estendo meus agradecimentos à minha amiga Cláudia Barbalho, cuja contribuição e encorajamento foram determinantes para a minha decisão de ingressar neste programa.

Manifesto meus sinceros agradecimentos aos amigos Josinaldo dos Santos e Erinaldo Vilaça pelas inestimáveis colaborações. Estas foram materializadas no fornecimento de informações valiosas, plantas baixas, registros fotográficos e memórias concernentes à infraestrutura do majestoso edifício da Faculdade de Direito do Recife. Sou grato, ainda, ao amigo Valdemir Manoel dos Santos, membro do setor de apoio logístico, que me concedeu valiosa assistência relativa ao ambiente físico e viabilizou o acesso às placas informativas desconhecidas. Seu detalhamento sobre estas placas foi de extrema relevância para esta pesquisa.

Há pessoas que, embora não possuam laços de parentesco, tornam-se familiares em virtude do valor e da força inestimável que nos proporcionam. Como exemplos notáveis, cito Yone Moreira de Farias Soares, Luiz Henrique da Costa Abreu, Tarciana Maria dos Santos e Milena da Silva dos Santos, que me têm oferecido apoio constante e incentivo fundamental em minha jornada, culminando nesta conquista.

Não poderia deixar de expressar minha gratidão à minha colega de trabalho, Ingrid Rique da Escossia Pereira – Técnica em Arquivo, que acompanhou de perto todo o meu empenho durante o período do meu mestrado.

Agradeço a Ida Andrade Trabalhos Acadêmicos pela revisão criteriosa e meticulosa do texto, cujas sugestões contribuíram de forma significativa para a clareza e a qualidade final desta dissertação.

Reconheço que a pesquisa genealógica dos formandos em direito impôs desafios que, inicialmente, se apresentaram como intransponíveis. Contudo, foi graças às vastas coleções de fontes e à disponibilidade dos acervos digitais nas plataformas *FamilySearch* e A Mística do Parentesco que se tornou possível desvendar os laços familiares, construir a genealogia e a história de diversos graduados da FDR. A contribuição dessas instituições para a comunidade de pesquisadores e para a preservação da memória histórica é inestimável.

Estendo meus agradecimentos a todos os amigos e familiares que, de modo direto ou indireto, colaboraram com palavras de incentivo e apoio, sendo essenciais para a concretização deste trabalho. A contribuição de cada um foi de fundamental importância para o êxito e o sucesso deste projeto.

Registro minha profunda gratidão à professora Maria de Fátima Oliveira da Silva, responsável pela minha alfabetização e atualmente minha vizinha. Juntamente com sua irmã, Maria Verônica de Oliveira, tem demonstrado apoio incondicional e nutrido elevadas expectativas quanto ao êxito da minha trajetória acadêmica. Ambas partilham da minha satisfação e comemoram as minhas conquistas.

Por fim, expresso minha gratidão a Deus pelo dom da vida e pelas oportunidades que me conduziram até este momento tão desejado. Reconheço com apreço todas as bênçãos recebidas ao longo deste percurso.

Recife, 15 de dezembro de 2025

O Simbolismo das Placas de Formatura

As placas comemorativas de formatura
Da Faculdade de Direito do Recife
Atam-se ao prédio na subterrânea estrutura
Em belos trabalhos de talentosos artífices
Motivo de orgulho de tantos
Carregam os nomes de muitos
Parabéns, feliz formado!
Tu foste neófito; agora, estás graduado!
Esteja sempre alerta ao tempo e com o passar dos anos
Pois por eras vivem as placas, diferente dos humanos
Celebras – enquanto podes – tua data comemorativa
Toda placa de formatura torna-se lápide coletiva
Bons tempos sejam os da juventude!
Um dia, o nome estará para a placa como o corpo para o
ataúde

(Lima, 2019, *on-line*).

RESUMO

A presente pesquisa consiste em um estudo acerca da coleção de placas de formatura da Faculdade de Direito do Recife, tratando-as como representações do passado no presente, atuando como poderosos extensores de memória e destacando a ausência de estudos acadêmicos sobre esse objeto. Fundamenta-se na premissa de que a materialidade desse suporte físico contém informações que, por meio da interpretação, constituem aporte essencial para a formação da consciência histórica no contexto jurídico brasileiro. O objetivo principal da dissertação consiste em analisar a coleção de placas de formatura constante da Faculdade de Direito do Recife, enquanto extensores memoriais e seu potencial infomemorial, com vistas a revelar uma genealogia jurídica pernambucana. De acordo com o estudo desenvolvido, demonstra-se que diversos indícios significativos evidenciam a evocação dos registros presentes em determinadas placas, as quais atuam como ampliadores da memória e podem ser interpretadas como representações ou ressignificações do passado no contexto contemporâneo. A pesquisa utiliza como base teórica o conceito de documento, respaldado pelas contribuições de Otlet, Briet e Buckland. Ademais, evidenciam a evolução da escrita em diversos suportes, a memória institucional e os lugares de memória, recorre-se às reflexões de Nora, Costa e Assmann. A perspectiva de Candau também é incorporada, enfocando as placas como extensores de memória, com ênfase na materialidade como facilitadora da construção da memória e da consciência histórica. Metodologicamente, adota-se o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, com um enfoque investigativo que busca analisar o corpo documental, privilegiando indícios, detalhes menos perceptíveis e relações temporais entre 1953 e 2024. Essa abordagem possibilita o mapeamento detalhado das 122 placas e a análise das árvores genealógicas jurídicas de sete famílias ilustres. Desta forma, foi possível responder nossa questão norteadora, que buscava compreender como a coleção de placas de formatura da Faculdade de Direito do Recife, enquanto extensores memoriais pode revelar uma genealogia jurídica pernambucana. A partir dos resultados, torna-se evidente a importância das placas de formatura como fontes de memória e dispositivos informacionais de caráter genealógico, capazes de revelar dinâmicas sociais, políticas, educacionais e culturais.

Palavras-chave: Placas de formatura; Extensores de memória; Genealogia jurídica; Paradigma indiciário; Faculdade de Direito do Recife.

ABSTRACT

This research consists of a study of the collection of graduation plaques from the Recife Law Faculty, treating them as representations of the past in the present, acting as powerful extensions of memory and highlighting the absence of academic studies on this subject. It is based on the premise that the materiality of this physical support contains information that, through interpretation, constitutes an essential contribution to the formation of historical consciousness in the Brazilian legal context. The main objective of the dissertation is to analyze the collection of graduation plaques at the Recife Law School as memory extenders and their infomemorial potential, with a view to revealing a Pernambuco legal genealogy. According to the study, there is significant evidence that certain plaques evoke memories, acting as memory amplifiers and can be interpreted as representations or reinterpretations of the past in the contemporary context. The research uses the concept of the document as its theoretical basis, supported by the contributions of Otlet, Briet, and Buckland. In addition, the reflections of Nora, Costa, and Assmann are used to highlight the evolution of writing in various media, institutional memory, and places of memory. Candau's perspective is also incorporated, focusing on plaques as memory extenders, with an emphasis on materiality as a facilitator of memory construction and historical consciousness. Methodologically, Carlo Ginzburg's indexical paradigm is adopted, with an investigative approach that seeks to analyze the documentary body, privileging clues, less noticeable details, and temporal relationships between 1953 and 2024. This approach enables the detailed mapping of the 122 plaques and the analysis of the legal family trees of seven illustrious families. In this way, it was possible to answer our guiding question, which sought to understand how the collection of graduation plaques from the Recife Law Faculty, as memorial extensions, can reveal a legal genealogy in Pernambuco. Based on the results, it is clear that graduation plaques are important sources of memory and genealogical information, capable of revealing social, political, educational, and cultural dynamics.

Keywords: Graduation plaques; Memory extenders; Legal genealogy; Indicia paradigm; Recife Law Faculty.

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Família Pinto Ferreira.....	157
Diagrama 2 – Família de Miguel Arraes.	168
Diagrama 3 – Família Guedes Alcoforado.....	172
Diagrama 4 – Família Caúla Reis.	175
Diagrama 5 – Família de Alceu Valença.....	180
Diagrama 6 – Família Castello Branco.	188
Diagrama 7 – Família do Poeta Augusto dos Anjos.....	196

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Organograma da Universidade Federal de Pernambuco	30
Figura 2 – Fluxo de atividades para a realização de uma revisão sistemática.	32
Figura 3 – Resultados de buscas na BRAPCI.....	33
Figura 4 – Resultados de buscas na BDTD.	35
Figura 5 – Critérios estabelecidos para a análise do conteúdo.	36
Figura 6 – Conjunto de procedimentos realizados até a obtenção das informações.....	37
Figura 7 – Placas e indícios constituem elementos de investigação.....	41
Figura 8 – Possibilidades de investigação de elementos presentes no corpus documental.	43
Figura 9 – Aplicação do método indiciário nas placas de formatura da FDR.	45
Figura 10 – Representação gráfica da teoria dos signos.....	60
Figura 11 – Hierarquia dos distintos sistemas de escrita.	63
Figura 12 – Representação de uma reprodução zincografada do Decreto que criou os Cursos Jurídicos no Brasil	85
Figura 13 – Cronologia da ocupação dos imóveis utilizados pelo Curso Jurídico.	92
Figura 14 – Representação do trecho da planta baixa do subsolo do Pátio Central -1961.	104
Figura 15 – Planta baixa do pavimento térreo da FDR: Mapeamento e identificação dos corredores.	111
Figura 16 – Planta baixa do pavimento subsolo da FDR: Mapeamento e identificação dos corredores.	123
Figura 17 – Planta baixa do primeiro pavimento com mapeamento da localização dos quadros de 1907 e 1911 na sala museu Ruy Barbosa.	151
Figura 18 – 1 conto de Alceu Paiva Valença.....	185
Figura 19 – 2 conto de Alceu Paiva Valença.....	186
Figura 20 – Matrícula do 1º ano de 1863.	197

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1 – Traje que pertenceu ao estudante Demócrito Cesar de Souza Filho.	58
Fotografia 2 – Fotografia do Visconde de São Leopoldo – José Feliciano Fernandes Pinheiro	83
Fotografia 3 – Retrato do Desembargador Lourenço José Ribeiro.	86
Fotografia 4 – A única placa de formatura localizada no Mosteiro de São Bento, em Olinda.....	88
Fotografia 5 – Faculdade de Direito do Recife – 1911	96
Fotografia 6 – Coroação da imagem da padroeira do Recife na FDR.....	98
Fotografia 7 – Placa comemorativa da Coroação Canônica da imagem de Nossa Senhora do Carmo.	98
Fotografia 8 – Pátio interno e os corredores centenários da FDR.	103
Fotografia 9 – Vista da escada que conecta o subsolo ao pátio central do edifício.	105
Fotografia 10 – Registro comparativo do pátio central da FDR, evidenciando seu estado antes da revitalização e após a intervenção.	106
Fotografia 11 – Quadro referente à Turma de Bacharéis de 1907 da FDR.	147
Fotografia 12 – Quadro referente à Turma de Bacharéis de 1911 da FDR.	149
Fotografia 13 – Bacharel Luiz Pinto Ferreira.....	159
Fotografia 14 – Concurso Cátedra de Direito Constitucional.	160
Fotografia 15 – Pinto Ferreira na Reitoria da UFPE.	161
Fotografia 16 – Posse Diretor Faculdade de Direito do Recife.....	162
Fotografia 17 – Relógio da Faculdade de Direito do Recife – 1908	163
Fotografia 18 – Helena Caúlas Reis recebe título de Cidadã recifense.....	177
Fotografia 19 – Comissão Acadêmica Coronel Lucena.	182
Fotografia 20 – Turma Jordão Emereciano – 50 anos da colação de grau em Direito	195
Fotografia 21 – O Pardieiro – velho sobrado do lado esquerdo.	198
Fotografia 22 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 4º ano.	199
Fotografia 23 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.	201
Fotografia 24 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 3º ano.	203
Fotografia 25 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 3º ano.	204
Fotografia 26 – Colégio dos Jesuítas.....	204
Fotografia 27 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 3º ano.	207
Fotografia 28 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 4º ano.	210
Fotografia 29 – Detalhe da fotografia de Augusto dos Anjos, extraída do quadro da Turma de 1907 – Photographic Chic.	211
Fotografia 30 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.	211
Fotografia 31 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.	212
Fotografia 32 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 3º ano.	213
Fotografia 33 – Representação da fotografia retirada do negativo de vidro de 1911.....	214
Fotografia 34 – Prédio da Faculdade de Direito do Recife.	215
Fotografia 35 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.	215
Fotografia 36 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.	216

Fotografia 37 – Assinatura que consta na matrícula do 5º ano.....	217
Fotografia 38 – Assinatura que consta na matrícula do 4º ano.....	218
Fotografia 39 – Placas dos Bacharéis de 2018.1 adjacentes que se repetem.....	224
Fotografia 40 – Placa de Bacharéis de 1998.1.	226
Fotografia 41 – Ato de Memória Verdade Justiça e Reparação Histórica.	227

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Formandos da FDR 2017.1 nomeiam Turma de Temer Jamais	40
Imagem 2 – Lista geral dos estudantes matriculados no 4º e 5º ano na FDR em 1933.	100
Imagem 3 - ficha de inscrição de advogado	170
Imagem 4 - ficha de inscrição de advogado	170
Imagem 5 - ficha de inscrição de advogado	174
Imagem 6 – Ficha de inscrição de Advogado.....	178
Imagem 7 – Ficha de inscrição de Advogado.....	179
Imagem 8 - Ficha de inscrição de Advogado	184
Imagem 9 – Ficha de inscrição de Advogado.....	187
Imagem 10 – Sr. Fenelon Ferreira Castello Branco Netto.....	189
Imagem 11 – A assinatura constante no relatório referente à biblioteca do ano de 1927.	206
Imagem 12 - Árvore genealógica elaborada por Ricardo Augusto Penna dos Anjos	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados obtidos nas plataformas digitais brasileiras.....	37
Quadro 2 - Correlação entre objetivos específicos, ações metodológicas e procedimentos técnicos.....	46
Quadro 3 – Síntese comparativa sobre documento dos três principais autores.....	54
Quadro 4 – Placa do Centenário da Coroação Canônica de Nossa Senhora do Carmo.....	99
Quadro 5 – Alguns símbolos da advocacia e seus significados	107
Quadro 6 – Representação das placas de formatura dispostas no pavimento térreo da FDR.....	112
Quadro 7 – Representação das placas de formatura dispostas no pavimento subsolo da FDR.....	124
Quadro 8 – Detalhamento das placas de formatura da FDR analisadas na pesquisa.....	137
Quadro 9 – Análise dos dados extraídos nas placas de formatura da FDR	145
Quadro 10 – Negativo de vidro da Turma de Direito de 1911.....	148
Quadro 11 – 122 placas de formatura da FDR.....	221
Quadro 12 – Placas removidas e uma nova recolocação.....	223
Quadro 13 – Lista de placas e fotografia do servidor Aldemir Sebastião dos Santos	228
Quadro 14 – Números e nomes da turma com as memórias encontradas nas placas de formatura da FDR.	229
Quadro 15 – Compilação visual de vestígios e mensagens registrados nas placas de formatura da FDR.....	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados da busca na BRAPCI – janeiro 2025	34
Tabela 2 – Resultados da busca no BDTD – janeiro 2025	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLJ	Academia Pernambucana de Letras Jurídicas
ASCOM	Assessoria de Comunicação
BDB	Biblioteca Digital Brasileira
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIBCCJ	Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CAC	Centro de Artes e Comunicação
CAP	Colégio de Aplicação
CAV	Centro Acadêmico de Vitória
CB	Centro de Biociências
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCS	Centro de Ciências Saúde
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CDU	Classificação Decimal Universal
CE	Centro de Educação
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFOAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
CI	Ciência da Informação
CIN	Centro de Informática
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTG	Centro de Tecnologia e Geociências
DOU	Diário Oficial da União
DR	Doutor
FCHPE	Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco
FDR	Faculdade de Direito do Recife
FID	Federação Internacional de Informação e Documentação
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas

FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GECIMP	Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio
IAB	Instituto dos Advogados Brasileiros
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IIB	Instituto Internacional de Bibliográfico
IID	Instituto Internacional de Documentação
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PROF	Professor
RBV	Repertório Bibliográfico Universal
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
SOPECE	Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	TRILHANDO O PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO	29
2.1	Placas de formatura como objeto de análise	31
2.1.1	Banco de Dados de Referência de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação	33
2.1.2	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	34
2.2	Silogismo: os indicadores dos indícios	39
3	INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: AS PLACAS DE FORMATURA	49
3.1	A palavra escrita em diversos suportes	61
3.2	O simbolismo da placa de formatura	66
3.2.1	Placas como suporte informacional e extensores de memória	71
4	OS ESTUDOS DA GENEALOGIA	75
5	A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE	79
5.1	História da criação dos cursos jurídicos no Brasil	83
6	O QUE NARRAM AS PLACAS DA FDR?	102
6.1	Ambiente das placas de formatura na FDR	102
6.2	O processo de verificação das coleções de placas de formatura dos bacharéis em direito na FDR	109
7	ÁRVORES GENEALÓGICAS DAS SETE FAMÍLIAS REPRESENTADAS NAS PLACAS DE FORMATURA DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE	152
8	ECOANDO AS MEMÓRIAS SILENCIADAS NAS PLACAS DE FORMATURA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE	221
9	CONCLUSÃO	238
	REFERÊNCIAS	242

1 INTRODUÇÃO

“Os lugares de memória se fazem pela experiência, pelos restos, resíduos daqueles que vivem o lugar e pela preocupação em perpetuar uma memória que é viva, mas crê-se no seu desaparecimento, daí a necessidade de um espaço que reviva essa memória” (Pinto, 2013, p. 90).

Ao refletir sobre os lugares de memória e o objeto de estudo, é necessário, inicialmente, apresentar uma breve descrição do edifício que abriga esta coletânea de placas de formatura de graduação em Direito. Cumpre destacar que diversas pessoas que transitam pelo centro da cidade do Recife, em algum momento, deparam-se com o imponente Palácio Histórico da Faculdade de Direito do Recife (FDR), pertencente à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Este edifício, cuja majestade assemelha-se à de um autêntico palácio do saber, está situado em uma vasta praça arborizada, local de notável admiração e contemplação por parte de todos. Sua beleza e esplendor o configuram como um exemplar fascinante da arquitetura neoclássica, constituindo-se também em um espaço de memória que lembra a trajetória de renomados juristas e pensadores que exerceram significativa influência no panorama jurídico do Brasil.

Apresentando um pouco da história e da memória do prédio da FDR, que teve sua pedra fundamental lançada em 19 de agosto de 1889 pelo Conde D’Eu¹, e cuja inauguração do edifício ocorreu na gestão do diretor Augusto Carlos Vaz de Oliveira em 2 de julho de 1911 (Bevilaqua, 2012, p. 398). O prédio foi construído por José Antônio de Almeida Pernambuco, que era engenheiro civil e, nesse mesmo período da construção, também estudou e formou-se como bacharel em direito pela FDR em 1909. Seu projeto arquitetônico, eclético, com predominância do estilo neoclássico, é de autoria do arquiteto francês Gustave Varin.

Na Revista Acadêmica da FDR do ano de 1927, o engenheiro José Pernambuco escreveu um artigo, cujo título foi “O Palácio da Faculdade de Direito”, sobre o qual ele descreve:

O edifício da Faculdade de Direito está situado numa praça vasta e toda arborizada; tem a sua fachada principal voltada para o oriente, por que de lá vem a luz e de lá surgiram a filosofia, a arte, a civilização e o Direito: ocupa uma área de 3.600

¹ O príncipe Gastão de Orléans, primogênito do Duque de Nemours, nasceu em 28 de abril de 1842, com o nome completo Luis Felipe Maria Fernando Gastão d’Orleans. Casou-se com a princesa Isabel, filha de Pedro II do Brasil e herdeira do trono brasileiro, em 15 de outubro de 1854. (CASCUDO, Luis da Câmara. Gastão D’Orleans, Conde D’Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 52-63).

metros quadrados, tendo a sua fachada principal 20 metros de altura e a posterior, voltada para o ocidente, 43. Destacam-se na fachada principal o corpo ou pavilhão central, com o seu lindo zimbório, ostentando uma coroa principesca, donde pendem guirlandas, tudo apoiado em vigamentos de aço e coberto de ardósias da Ardenne, na Bélgica, e nos extremos os pavilhões de ângulos, tendo as suas janellas, por vergas, as architraves de columnas toscanas, supportando arcos plenos que circumscrevem os olhos de boi, ornados de cornucopias cheios de fructos, fazendo sobresahir a ordem jonica pelas suas columnas, dominadas pelas volutas nos capiteis, tendo um grande balanço as cornijas projectando de modo gracioso os seus medalhões, tudo encimado por um frontão curvo, interrompido, ao qual se sobrepõe uma platibanda, e cercado por um zimbório harmonioso, leve, coberto de ardósias e apoiado em vigamento de aço. Esse monumento é dividido em dois corpos: um, o andar terreo, representando, na phrase de Vitruvio, a simplicidade, a resistência e a dignidade do homem, o outro, o andar superior, representando a delicadeza e os ornamentos da mulher. No andar terreo, no rez-do-chão, dão acesso ao edificio tres entradas, com a escadaria em blocos unidos de marmore branco de Carrara, seguindo-se o vestibulo, com as suas columnas supportando o tecto todo ornamentado com as paredes de simile-pierre: ahi se acham à esquerda e à direita duas grandes escadas de honra sobre ornatura metalica, em communicação com o primeiro andar, tendo os degraus em marmore branco da mesma procedência, com seus balcões revestidos de cobre e com os monogrammas F.D. em bronze. Seguem-se as galerias internas com os pisos de marmore de cor, envolvendo a parte enjardinada, dando entrada para os amphiteatros cujas paredes são revestidas de cortiça para evitar o ruido do exterior, tendo os pisos de xilolitho e bem assim os degraus repousam em ossatura metallica de cimento armado, ostentando em todos os lugares, em todos os cantos, o monograma F.D. ora em marmore, ora em bronze [...]

(Pernambuco, 1927, p. 192).

Sabe-se que o edifício da FDR, datado do início do século XX, possui tombamento reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). Este imóvel foi inscrito no Livro do Tombo Histórico em 6 de agosto de 1980, na folha 83, sob o nº 480, e na 3, sob o nº 544, do Livro do Tombo das Belas Artes, segundo volume. A publicação correspondente foi veiculada no Diário Oficial em 1 de agosto de 1980, às fls. 15369².

A concepção de patrimônio como simplesmente um objeto material, um sítio ou um lugar, foi transformada com o fundamento de Smith (2006), pois descreve o roteiro sobre o patrimônio como um processo cultural dinâmico de significado e memória. Entender a maneira como o patrimônio está mais relacionado a um processo cultural e social, no qual estão engajadas ações de recordação que criam modos de compreender o presente.

Segundo Otlet (1996), Briet (1951), assim como na abordagem recente da documentação e da Ciência da Informação (CI) com Buckland (1991), têm-se evidenciado as potencialidades inerentes à interpretação do patrimônio cultural enquanto documento e fonte de informação. Essa perspectiva permite compreender que elementos culturais, tais como

² Informação consta no acervo digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Documentação que abrange o período de 1978-1984, referente ao Processo de tombamento nº 970 - T - 78/SPHAN - Bem tombado - 1980. p. 106.

edifícios históricos, objetos e relatos, configuram-se como documentos que preservam e transmitem saberes, valores e memórias sociais, ampliando o escopo tradicional da documentação para além dos suportes textuais convencionais.

Ao apreciar este edifício eclético, vem à lembrança uma lista de personalidades da história brasileira que circularam e estudaram naquele prédio e reforça a importância não apenas do espaço físico, mas da formação jurídica e social para a sociedade. Que desde o seu início de existência atuava não apenas como um centro de formação de bacharéis, todavia, especialmente, como escola de Filosofia, Ciências e Letras, tornando-se célebre pelas discussões e polêmicas que “animavam” a sociedade da época. Tal como nasceu e floresceu o movimento intelectual poético, crítico, filosófico, sociológico, folclórico e jurídico conhecido como a Escola do Recife³.

Portanto, ao caminhar no interior do edifício, que preserva em sua estrutura detalhes, indícios, signos e memórias de servidores, docentes, discentes e personalidades ao longo do tempo, contornando o pátio central dessa imponente construção histórica, somos convidados a contemplar as inúmeras placas de formatura dos graduados em Direito que adornam suas paredes centenárias. Tais placas não apenas funcionam como uma lembrança permanente desses alunos, como também estabelecem uma interlocução entre o passado e o presente no contexto institucional. Compostas por materiais variados, como bronze, alumínio fundido, aço escovado, latão, além de apresentarem impressões em baixo e alto relevo, pedra e vidro, essas placas, embora inanimadas, carregam uma significativa vitalidade histórica para a instituição. Elas sintetizam momentos relevantes na trajetória dos formandos, contribuindo diretamente para a construção da memória no ambiente acadêmico.

A poesia de Lima (2019), conforme divulgado pelo site da Assessoria de Comunicação (ASCOM) da UFPE, obteve a segunda colocação no V Festival Castro Alves. Ela aborda o simbolismo das placas comemorativas de formatura da FDR, destacando sua função de eternizar os nomes dos formandos em direitos por meio de uma intervenção artística que se integra à estrutura arquitetônica do edifício e se encontra na epígrafe desta dissertação. A obra poética enfatiza o orgulho e a celebração inerentes à conclusão do curso, ao mesmo tempo em que estabelece uma reflexão sobre a brevidade da existência humana em contrapartida à durabilidade física das placas (Ascom, 2019, *on-line*). Metaforicamente, o

³ Escola do Recife, surgida na FDR na década de 1870 sob a liderança de Tobias Barreto, destacou-se como movimento cultural, jurídico e político original que influenciou uma geração de juristas brasileiros. Promoveu o culturalismo jurídico, que buscava compreender o fenômeno jurídico sob uma perspectiva evolucionista e histórico-sociológica, influenciada pelo pensamento jurídico germânico, temperada pelo monismo de Haeckel e por fundamentos espiritualistas (GONZALEZ, Everaldo T. *et al.* Culturalismo Jurídico da Escola do Recife. Anais [...] Recife: CONPEDI, 2006).

autor sugere que, com a passagem do tempo, a placa de formatura se transforma em uma “lápide coletiva”, conectando a conquista acadêmica e a juventude à inevitável realidade da finitude.

Nas declarações de Assmann (2011, p. 53), “[...] a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a atualidade”. Em suma, a memória, como um processo ativo, não apenas se volta para o passado, mas penetra ativamente as camadas do esquecimento. Nesse percurso, ela se empenha em rastrear e reconstruir evidências e rastros que, embora anteriormente soterrados ou negligenciados, são relevantes e significativos para a compreensão e articulação do tempo presente. A memória, assim, age como uma ponte seletiva e construtiva entre o que foi e o que é.

Do mesmo modo que as placas de formatura ou quaisquer outros lugares podem contribuir para a perpetuação da memória, a escrita igualmente assume a condição de registro da palavra, preservando a história. Nesse contexto, considerando tais placas como representações do passado no presente, entende-se que elas abrigam informações vinculadas à história da FDR, à identidade e à memória coletiva daqueles ali registrados. A materialidade do suporte físico se converte em informação interpretável. Assim, as informações nelas contidas atuam como extensores de memória, conforme assinala Candau (2011), funcionando como facilitadores da memória e da consciência histórica. Desse modo, contribuem para a formação de uma consciência histórica no campo jurídico brasileiro. Completa-se essa reflexão com a elaboração da árvore genealógica das placas de formandos da FDR, que configura um estudo da herança intelectual perpetuada por meio de grupos inter-relacionados entre famílias ilustres dos formandos.

Nesse sentido, a coleção de placas de formatura da FDR constitui o corpus analítico desta investigação, sobretudo ao considerá-las extensores de memória (Candau, 2011). As informações presentes nesses artefatos, materializadas na representação do objeto, permitem o rastreamento de sinais, indícios, signos e informações que servem como suporte material e simbólico da memória acadêmica e coletiva da instituição.

A efervescência do tema desta investigação emergiu da consolidação de conhecimentos adquiridos nos meses iniciais do curso do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPE. Esses conhecimentos ampliaram significativamente a perspectiva e o campo de análise acerca das representações do passado no presente. Ademais, as interações e discussões realizadas no âmbito remoto do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP) foram

registradas no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essas interações suscitaram reflexões aprofundadas sobre questões cruciais relacionadas à memória, documentação e preservação. Essas são temáticas intrinsecamente articuladas às práticas acadêmicas, profissionais e culturais. Esse intercâmbio foi igualmente enriquecido pelo diálogo constante com a orientadora. Consolida-se, assim, que a justificativa temática reside na capacidade de valorizar e reinterpretar um patrimônio material e simbólico, ampliando as discussões sobre memória institucional e sua interface com a CI. No âmbito pessoal, motiva a colaboração para a valorização de uma coleção negligenciada, porém essencial ao campo da CI. Socialmente, o estudo destaca o potencial de evocar, valorizar e preservar a memória coletiva e institucional, por meio de uma abordagem inovadora à genealogia jurídica das placas de formatura, enfatizando o papel central da informação nessa dinâmica. A análise do objeto de pesquisa foi enriquecida por essa abordagem diferenciada. Isso culminou na compreensão de que o conjunto de placas de formatura dos bacharéis em Direito expostas no pátio interno da FDR perpetua uma memória institucional ativa e evidencia a centralidade dessa coleção para a memória coletiva e acadêmica da instituição.

É imperativo destacar que as placas de formatura, enquanto extensores memoriais, materializam atos de vitória, idealização de sonhos e concretização de aspirações. Suas inscrições configuram um ato de resistência diante do risco de apagamento das trajetórias dos indivíduos que integraram o corpo discente da FDR, refletindo uma importância análoga em outras instituições.

As placas de formatura atuam como dispositivos essenciais para a preservação da memória e para o revigoração de percepções, estabelecendo-se como lugares de cristalização da memória, conforme o entendimento de lugares de memória que abarca monumentos, edifícios, objetos e práticas culturais que encapsulam a memória coletiva. Configuram-se, igualmente, como extensores de memória no sentido proposto por Candau (2011), expressando elementos socio-históricos, culturais e infomemoriais. Esses artefatos evidenciam aspectos do passado e fornecem informações pertinentes para a compreensão do presente e projeção do futuro.

Outro aspecto relevante refere-se ao suporte de informação, às placas de formatura, frequentemente negligenciado, mas dotado de potencial ainda pouco explorado. Seus sinais, símbolos, traços e vestígios oferecem elementos cruciais para identificar a capacidade infomemorial, zona de interseção fundamental entre informação e memória, das placas no campo da CI.

Destaca-se que a coletânea de placas da FDR é pouco estudada na literatura científica. Pesquisa realizada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, utilizando o descritor “Placas de Formatura”, identificou apenas quatro documentos relacionados, evidenciando uma lacuna na área. Assim, este estudo se debruça sobre uma tipologia documental pouco explorada no campo da Documentação, ampliando as perspectivas críticas da CI.

Diante desse contexto, e considerando os pressupostos teóricos da CI, bem como a inserção desta pesquisadora no corpo de servidores da FDR, formula-se a seguinte questão norteadora: ***Como a coleção de placas de formatura constante da Faculdade de Direito do Recife, enquanto extensores memoriais, pode revelar uma genealogia jurídica pernambucana?*** Tais artefatos, frequentemente mantidos em estado de latência informacional, convertem-se em fonte valiosa de conhecimento, capaz de enriquecer a percepção histórica e recompor a memória coletiva no âmbito jurídico de Pernambuco.

Em síntese, infere-se que as placas de formatura da FDR, enquanto extensores memoriais, apresentam informações passíveis de interpretação, leitura e atribuição de significado, constituindo-se como fonte de conhecimento capaz de revelar aspectos do passado que iluminam a compreensão do presente. São documentos valiosos que devem ser protegidos e valorizados sob diversas perspectivas. Os indícios memoriais presentes nessas placas têm potencial para atuar como extensores de memória e contribuir para recompor dimensões da memória coletiva do campo jurídico pernambucano.

Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a coleção de placas de formatura constante da Faculdade de Direito do Recife, enquanto extensores memoriais e seu potencial infomemorial com vistas a revelar uma genealogia jurídica pernambucana.

E, como objetivos específicos:

- 1) Mapear as placas de formatura da formação jurídica pernambucana existente na FDR (1953 – 2024);
- 2) Caracterizar as placas de formatura enquanto extensores memoriais da FDR; considerando as categorias sócio-histórica, cultural e infomemorial;
- 3) Construir a genealogia jurídica a partir dos indícios, pistas, marcas e vestígios presentes nas placas de formaturas da FDR.

A princípio, para desenvolvimento teórico-metodológico, faz-se idealizar a estrutura desta dissertação, que é organizada em nove seções que se interconectam, iniciando-se com a

“INTRODUÇÃO”. O propósito desta seção inaugural é delinear o objeto de investigação, explicitar a questão norteadora e formalizar o objetivo geral e os objetivos específicos que guiaram o percurso da pesquisa de forma consistente, promovendo a devida contextualização do tema no âmbito da CI.

Em seguida, a seção “TRILHANDO O PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO” é dedicada à consolidação do rigor metodológico, consistindo em uma prospecção sistemática que oferece a fundamentação para a escolha e a descrição pormenorizada do método e da metodologia adotados. Adicionalmente, esta seção apresenta as motivações que conduziram ao estabelecimento dos objetivos propostos.

A terceira seção, intitulada “INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: AS PLACAS DE FORMATURA”, examina a intrínseca inter-relação entre a escrita, os suportes de informação e o registro temporal, enfatizando o papel essencial da memória como elemento estruturante e de relevância.

Dando continuidade, a seção “OS ESTUDOS DA GENEALOGIA” inicia-se com uma investigação dedicada à origem, evolução e disseminação das gerações e linhagens familiares.

A quinta seção, “A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE”, versa sobre o contexto histórico-institucional. Inicia-se com uma apresentação da história da criação dos cursos jurídicos no Brasil e prossegue destacando fatos notórios sobre a trajetória da FDR ao longo do tempo.

Este panorama se complementa com o capítulo subsequente, “O QUE NARRAM ÀS PLACAS DA FDR?”, que discorre sobre a disposição espacial das placas de formatura, descrevendo os ambientes onde estão alocadas, e detalha o processo de verificação e inventário da coleção existente na instituição.

No sétimo capítulo, “ÁRVORES GENEALÓGICAS DAS SETE FAMÍLIAS REPRESENTADAS NAS PLACAS DE FORMATURA DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE”, o ápice desta seção é a elaboração da teia genealógica dos formandos da FDR, configurada como uma representação visual das inter-relações entre famílias ilustres ao longo das gerações, utilizando-se o método indiciário de Carlo Ginzburg com um objetivo investigativo.

No oitavo capítulo “ECOANDO AS MEMÓRIAS SILENCIADAS NAS PLACAS DE FORMATURA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE”, apresentam-se os principais resultados obtidos na análise das 122 placas de formatura da FDR, que evidenciaram a riqueza histórica e simbólica presente nesse acervo memorial. Esses achados demonstram o valor infomemorial das placas, ao associar a preservação da memória com a

transmissão de informações institucionais e culturais.

Por fim, a seção conclusiva, intitulada "Conclusão", enfatiza a relevância de se investigarem as informações não evidentes contidas nas 122 placas de formatura da FDR, transcendendo sua função meramente estética para preservar memórias coletivas, identidades sociais e genealogias jurídicas pernambucanas. Argumenta-se que tais placas configuram-se como extensores memoriais e uma massa documental de elevado valor histórico e infomemorial, sublinhando, desse modo, a imperiosa necessidade de sua revelação sistemática e exploração científica aprofundada.

2 TRILHANDO O PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO

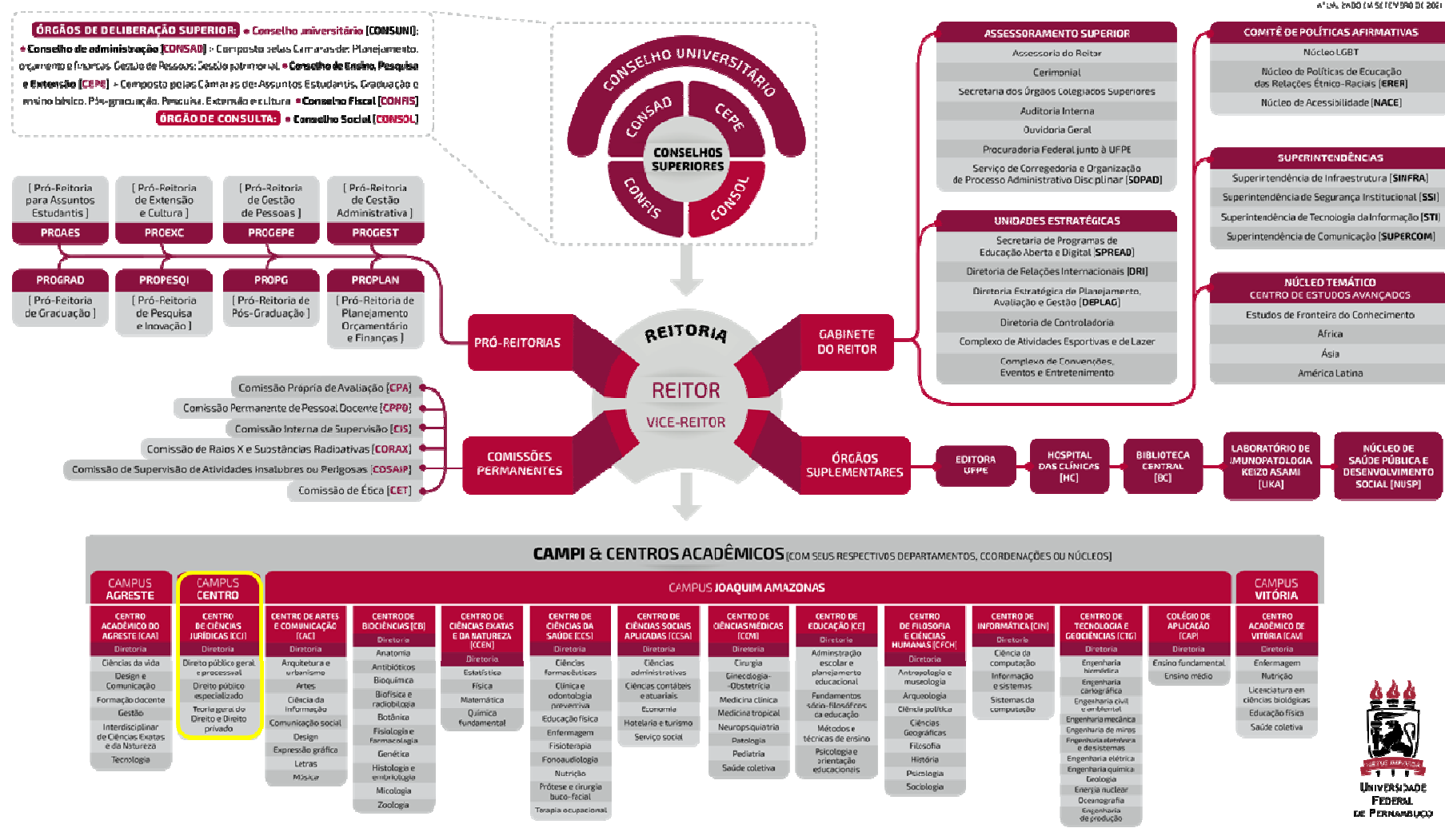
“não existe fórmula mágica ou caminho linear a ser percorrido. O processo para encontrar respostas é mais parecido com abrir um caminho na selva” (Uhlenbeck, 2020, *on-line*).

Em consonância com a perspectiva de Uhlenbeck (2020, *on-line*), é importante reconhecer que, quando trilhamos a investigação de uma pesquisa, não se segue um percurso com traço contínuo. Na verdade, o processo pelo qual um pesquisador busca respostas assemelha-se à abertura de um caminho em uma floresta densa, repleta de obstáculos e incertezas. Além disso, a inspiração pessoal e o apoio de terceiros são elementos sempre presentes nesse trajeto. Em resumo, o que nos traz conforto é a convicção de que outros pesquisadores já vivenciaram anteriormente essa mesma sensação de desbravamento.

Iniciamos o processo da investigação explorando o organograma da UFPE, que oferece a visão detalhada da estrutura organizacional da instituição, por meio de uma representação visual da hierarquia e funções existentes (UFPE, 2024, *on-line*). Existem diferentes tipos de organogramas, mas o organograma da UFPE deve ser interpretado como uma rede horizontal, em vez de uma estrutura hierárquica. Essa abordagem promove a troca direta de atividades, direitos e deveres, favorecendo um projeto coletivo. Embora possam surgir centralidades em determinados momentos, cada elemento da rede pode atuar como um centro, dependendo do contexto e da perspectiva.

Ao realizar uma análise dos centros acadêmicos da UFPE, constatamos que a instituição está organizada em quatro campi: Agreste, Vitória, Centro e Joaquim Amazonas. Esses campi abrigam um total de 14 centros acadêmicos, a saber: Centro Acadêmico do Agreste (CAA), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Artes e Comunicação (CAC), Centro de Biociências (CB), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Centro de Ciência da Saúde (CCS), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Centro de Ciências Médicas (CCM), Centro de Educação (CE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Informática (CIN), Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), Colégio de Aplicação (CAP) e Centro Acadêmico de Vitória (CAV), (Figura 1).

Figura 1 – Organograma da Universidade Federal de Pernambuco



Fonte: Site da UFPE (2025).

Tendo em vista a importância de embasar nossa temática, a abordagem metodológica adotada ressalta a escolha do Campus Centro, com ênfase no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), que constitui o foco central de nossa pesquisa, conforme demonstrado na Figura 1.

A discussão teórica sobre o objeto de estudo foi solidamente fundamentada pela aplicação da Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Esta metodologia emprega um processo sistemático e rigoroso para a seleção, avaliação e consolidação das evidências, garantindo a validade e a confiabilidade do referencial teórico. É essencial reconhecer que, no contexto da comunicação e informação, as "placas de formatura" representam objetos de pesquisa significativos, sendo necessária a temática.

2.1 Placas de formatura como objeto de análise

Adotou-se a RSL como abordagem metodológica, com o propósito de analisar a relevância conferida, ou a ausência desta, às placas de formatura como objetos de estudo. Nesse sentido, ao concentrar-se especificamente na coleta de dados sobre o papel das placas de formatura como objeto de estudo, nossa investigação foi restringida a análises mais diretas.

A RSL configura-se como um método de pesquisa de elevado rigor e amplitude, desenvolvido por meio de um processo transparente e reproduzível. Tal metodologia engloba etapas cruciais, as quais incluem o estabelecimento de questões de pesquisa específicas, a definição de critérios de inclusão e exclusão, a recuperação e avaliação da qualidade dos dados, bem como a extração, síntese, análise e apresentação dos dados obtidos (Xu; Kang; Song, 2015).

No âmbito da epistemologia das ciências sociais, Giddens (2006) sustenta que a caracterização de um campo de pesquisa como ciência demanda o emprego sistemático de métodos de investigação empírica, análise de dados, elaboração teórica e avaliação lógica de argumentos, viabilizando conclusões fundamentadas em evidências que corroboram ou refutam teorias e hipóteses.

Em suma, a RSL consiste em um estudo que compila e analisa estatisticamente matérias de diversos autores, fundamentando-se em pesquisas primárias. Seu objetivo é responder a uma questão central: é por meio de uma análise crítica da literatura existente. O processo envolve a busca por estudos correlatos e a aplicação de critérios metodológicos rigorosos. A busca por estudos correlatos e a aplicação de critério metodológicos rigorosos são partes essenciais do processo. Essa prática é utilizada em artigos acadêmicos,

dissertações, teses, trabalhos em eventos, contribuindo para a melhoria da escrita, interpretação de dados e ampliação do conhecimento teórico.

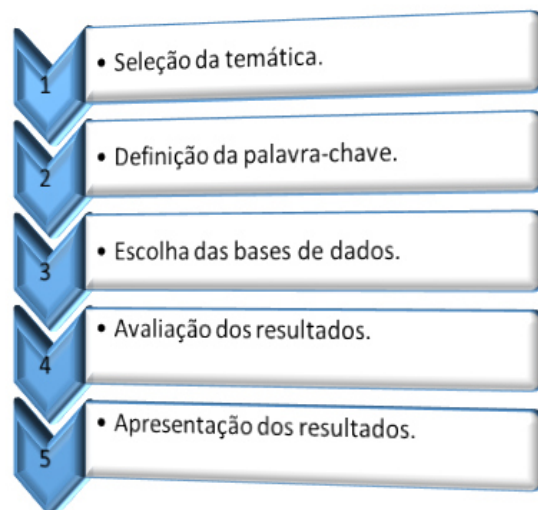
Partilhando dessa perspectiva e visando atingir o resultado almejado, é fundamental adotar um conjunto de procedimentos que abrange desde a seleção dos descritores até a escolha das plataformas de pesquisa.

Para tanto, o material utilizado nesta pesquisa foi obtido a partir da consulta à Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que se configura como uma base de dados especializada em artigos da área, e à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), um portal que compila e disponibiliza, em acesso aberto, os textos completos de teses e dissertações defendidas em instituições de ensino e pesquisa do Brasil, bem como aquelas defendidas no exterior por brasileiros.

Para a análise, foi realizado um cruzamento do descritor "Placas de Formatura" com um período de pesquisa livre. Foram examinados os descritores, os resumos e a lista final de referências. A consulta resultou em quatro documentos, sendo dois deles dissertações e dois trabalhos em eventos.

Com base no exposto, estabelece-se a seguinte sequência de etapas para a coleta dos dados, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Fluxo de atividades para a realização de uma revisão sistemática.



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Neste contexto, busca-se obter os dados desejados, sendo fundamental a seleção do descritor (palavra-chave) a ser utilizado na condução da pesquisa. É importante ressaltar que a

escolha do descritor foi realizada após a definição do objeto "Placas de Formaturas" como tema central.

Após as etapas anteriores, foram identificadas bases de dados cujo objetivo é destacar as pesquisas em CI e na pós-graduação.

2.1.1 Banco de Dados de Referência de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

A BRAPCI, conforme descrito em seu site oficial, é "o resultado do projeto de pesquisa intitulado *'Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior'*, cujo objetivo "é subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação" (BUFREM *et al.*, 2010, *on-line*). Sua principal finalidade é compilar títulos de periódicos da área de CI e indexar seus artigos, estabelecendo-se como uma base de dados de referência.

Para dar início à busca na base de dados BRAPCI, optou-se por utilizar uma pesquisa com um termo composto entre aspas (""). Essa abordagem permite a recuperação de todos os documentos que contenham o descritor selecionado, neste caso, "Placas de Formatura". Assim, a estratégia de busca foi elaborada para localizar artigos que apresentem o termo especificado nos campos de título, resumo, palavras-chave ou autor, com a devida delimitação temporal. Conforme apresenta a captura de tela na Figura 3.

Figura 3 – Resultados de buscas na BRAPCI.

A imagem é uma captura de tela da interface de busca da BRAPCI. No topo, o logotipo "BRAPCI" é exibido em letras brancas sobre um fundo cinza. Abaixo dele, há uma barra de busca com o texto "O que está procurando?" e o termo de busca "Placas de Formatura" inserido. À direita da barra, há um ícone de lupa. Abaixo da barra, há links para "filtros" e "busca booleana", e um botão "Selecionar 4 resultados".

À esquerda da área principal, há uma seção "Palavras-chaves" com uma lista de termos e seus respectivos contadores: "Placas de formatura(2)", "Memria(1)", "Iconografia(1)", "Sade(1)", "Mdiuns de memria(1)", e "Smbolos identitrios(1)". Abaixo disso, há uma seção "Publicações" com uma lista de eventos: "Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação(2)".

À esquerda da área principal, há uma seção "Autores" com uma lista de nomes: "Ana Roberta Sousa Mota(1)", "Mirian de Albuquerque Aquino(1)", "Everton Fernandes de Lima(1)", "Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira(1)", "Edvaldo Carvalho Alves(1)", e "Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento(1)".

À direita da área principal, há uma seção "Resultado da busca" com o texto "Mostrando 2 de 2 resultado(s)".

O primeiro resultado é de 2024, com o título "Placas de formatura como símbolo de representação e perpetuação da memória", autores "Everton Fernandes de Lima; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira; Edvaldo Carvalho Alves; Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento", e o evento "Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação". O resultado é marcado como "Trabalho em Evento" e tem uma pontuação de 28.115.

O segundo resultado é de 2012, com o título "A representação de negros na memória iconográfica de universidades públicas da paraíba", autores "Ana Roberta Sousa Mota; Mirian de Albuquerque Aquino", e o evento "Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação". O resultado é marcado como "Trabalho em Evento" e tem uma pontuação de 25.733.

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Após a aplicação deste método de busca na BRAPCI, foram recuperados dois trabalhos em eventos que atendem aos critérios estabelecidos. Contudo, optou por analisar este trabalho específico, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados da busca na BRAPCI – janeiro 2025

Termo de busca	Nº de trabalhos recuperados	Nº de trabalhos pertinentes a temática
“Placas de formatura”	2	2
Total	2	2

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Nota: os dados da pesquisa foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

A limitada quantidade de textos coletados fortaleceu nossa argumentação sobre a ausência de estudos que considerem as placas de formatura como objeto de pesquisa. Contudo, é importante destacar que os dois trabalhos apresentados em eventos, encontrados no repositório com o descritor selecionado, evidenciam a relevância das placas de formatura como fonte de informações que sustentam a pesquisa a ser realizada. Os dois apresentados em eventos, localizados na BRAPCI, evidenciam o potencial das placas de formatura como fonte de análise. O primeiro identificou a presença/ausência de imagens de negros nas placas de formatura da área de saúde em universidades públicas do estado da Paraíba. Enquanto isso, o segundo revelou elementos de grupos sociais, destacando sua relevância para a manutenção da identidade institucional do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.

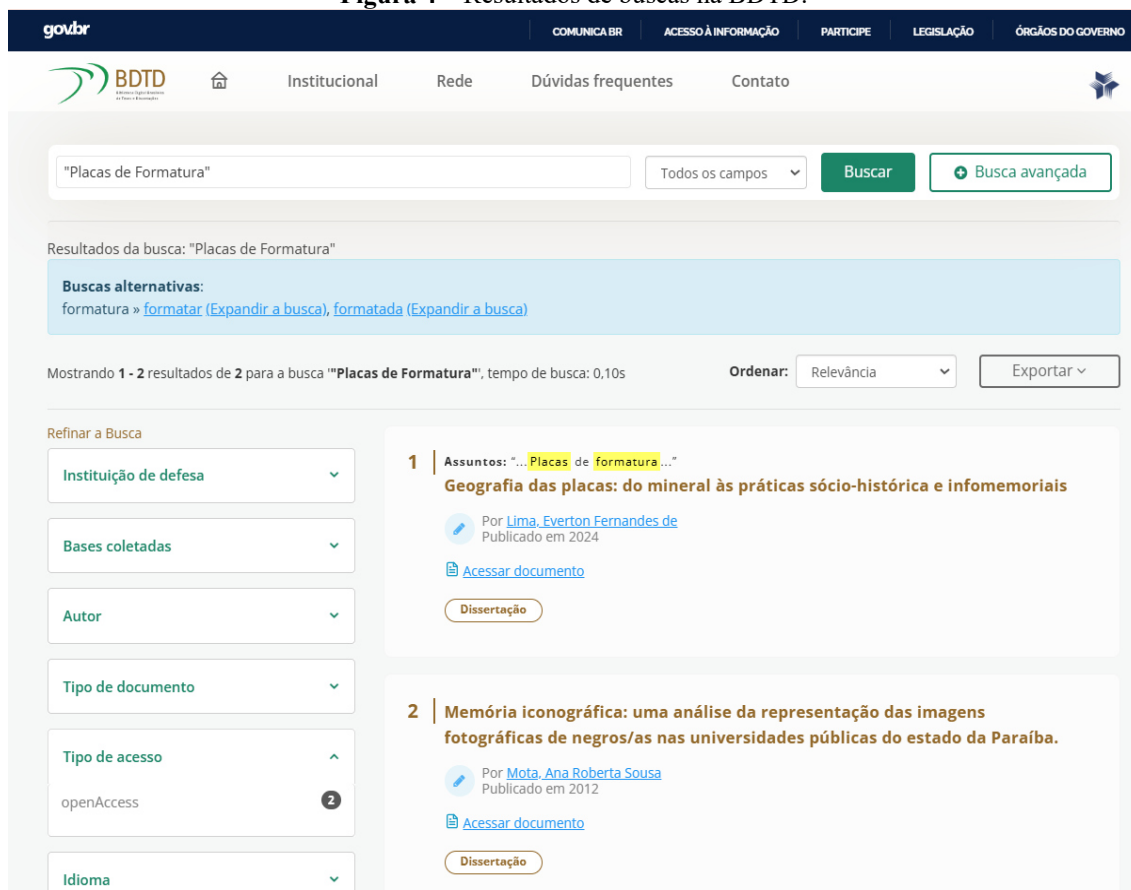
2.1.2 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, conforme indicado em seu site oficial, foi idealizada e administrada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ela está dentro do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com o apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP). Seu lançamento oficial ocorreu no final do ano de 2002. Por meio de um único portal, favorece a disseminação dos conteúdos de teses e dissertações brasileiras na internet, ampliando a visibilidade da produção científica nacional.

Iniciando a segunda busca na base de dados BDTD, optou-se novamente por realizar uma pesquisa utilizando um termo composto entre aspas (“”). Essa abordagem possibilitou a recuperação de todos os documentos que contenham o descritor selecionado, neste caso,

"Placas de Formaturas". Assim, a estratégia de busca foi elaborada para filtrar resultados em qualquer campo que contenha o descritor específico, abrangendo todos os tipos de material e com delimitação temporal. Conforme mostra a captura de tela na Figura 4.

Figura 4 – Resultados de buscas na BDTD.



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Após a aplicação deste método de busca na BDTD, foram recuperados dois trabalhos que atendiam aos critérios estabelecidos. Assim, optou-se por analisar ambos os documentos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados da busca no BDTD – janeiro 2025

Termo de busca	Nº de trabalhos recuperados	Nº de trabalhos pertinentes a temática
"Placas de formatura"	2	2
Total	2	2

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Nota: os dados da pesquisa foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

Com o objetivo de caracterizar as dissertações intituladas "Geografia das placas: do mineral às práticas sócio-históricas e infomemoriais" e "Memória iconográfica: uma análise da representação das imagens fotográficas de negros/as nas universidades públicas do estado da Paraíba", buscamos situá-las no contexto do campo memorialístico. Para isso, foram estabelecidos critérios de análise do conteúdo que abrangem tanto o estudo da memória quanto a utilização das placas como objeto de investigação, conforme Figura 5.

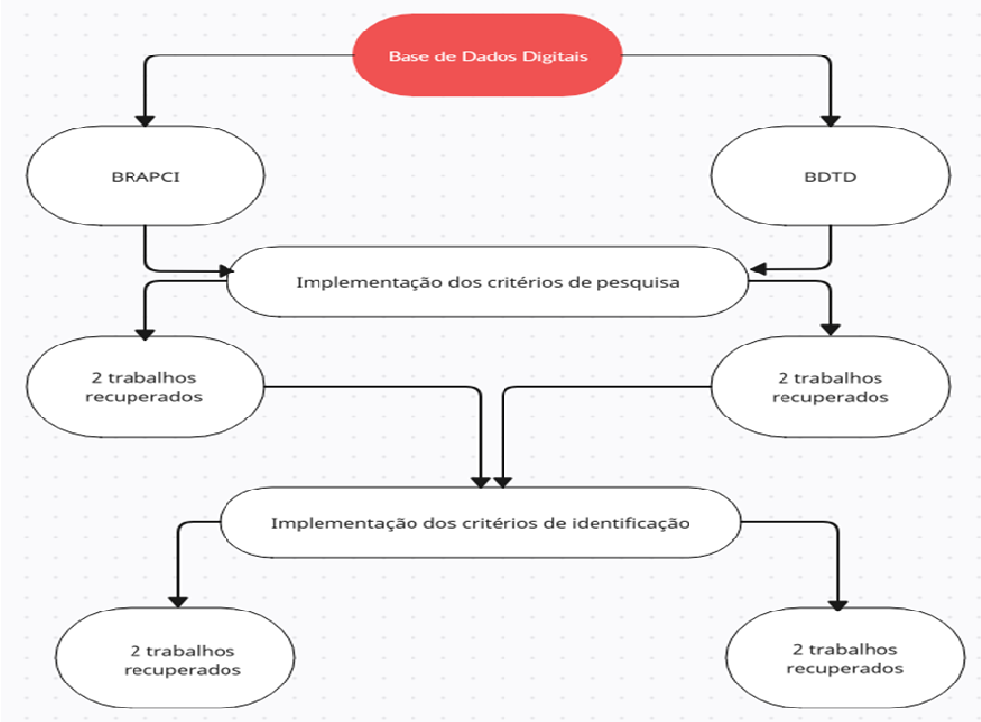
Figura 5 – Critérios estabelecidos para a análise do conteúdo.



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

É imprescindível manter e monitorar os métodos e parâmetros de busca, pois pequenas modificações podem influenciar de forma significativa os resultados e a qualidade da pesquisa. O objetivo da análise da literatura é dotar o pesquisador de conhecimentos prévios. Ante o exposto, destaca-se a carência de estudos que tratem das placas como objeto de investigação. O fluxo constante da Figura 6 resume os passos necessários para a coleta dos dados apresentados.

Figura 6 – Conjunto de procedimentos realizados até a obtenção das informações.



Fonte: elaborado pela própria autora (2025)

O Quadro 1 sistematiza e apresenta de forma clara os principais dados obtidos por meio da busca realizada nas Bases de Dados Digitais.

Quadro 1 – Dados obtidos nas plataformas digitais brasileiras.

Nº	Plataformas	Tipo	Título e Autor (es)	Ano	Área	Instituição
1	BRAPCI	Trabalho em Evento - GT-10 (ENANCIB)	A representação de negros na memória iconográfica de universidades públicas da Paraíba. MOTA, Ana Roberta Sousa; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	2012	CI	UFPB
2	BDTD	Dissertação PPGCI	Geografia das placas: do mineral às práticas sócio-histórica e infomemoriais. LIMA, Everton Fernandes de.	2012	CI	UFPB
3	BDTD	Dissertação PPGCI	Memória iconográfica: uma análise da representação das imagens fotográficas de negros/as nas universidades públicas do estado da Paraíba. MOTA, Ana Roberta Sousa.	2024	CI	UFPB
4	BRAPCI	Trabalho em Evento - GT-10 (ENANCIB)	Placas de formatura como símbolo de representação e perpetuação da memória. LIMA, Everton Fernandes de. OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. ALVES, Edvaldo Carvalho. NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima.	2024	CI	UFPB

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Nota: os dados da pesquisa foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

Conforme apresentado no Quadro 1, durante o processo de recuperação de conteúdo, foram identificados quatro documentos, incluindo duas dissertações na BDTD, e dois trabalhos apresentados em evento na BRAPCI. A utilização de critérios de avaliação e métricas de busca foi fundamental para a identificação de documentos relevantes para a pesquisa. Entre os materiais analisados, uma dissertação se destacou, abordando as placas de formatura como objetos de memória e de CI, o que possibilitou a interpretação e a atribuição de significados específicos a esses objetos.

Portanto, a dissertação intitulada “Geografia das placas: do mineral às práticas sócio-históricas e infomemoriais” fundamentou-se teoricamente na noção de *médiums* de memória proposta por Assmann, argumentando que as placas possuem um potencial investigativo e podem ser compreendidas tanto como documentos quanto monumentos. O objetivo principal, consistente em investigar os aspectos sócio-históricos, culturais e infomemoriais, foi alcançado mediante o mapeamento e classificação de 228 placas, além da análise detalhada de uma amostra composta por 14 unidades. Os resultados evidenciaram que as placas de formatura do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Paraíba expressam uma relação significativa com a luta por justiça social, melhores condições de vida e direitos humanos. Dessa forma, responde-se à questão central acerca de como tais *médiums* de memória refletem elementos do passado e fundamentam futuras pesquisas, confirmando o grande potencial investigativo do tema para estudos científicos posteriores.

Por sua vez, a dissertação intitulada “Memória iconográfica: uma análise da representação das imagens fotográficas de negros/as nas universidades públicas do estado da Paraíba” tem como objetivo principal examinar a memória iconográfica de graduandos da área da saúde, com foco nas placas de formatura das instituições Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O corpus analítico foi composto por 13 fotografias selecionadas a partir de um conjunto de 1.190 imagens coletadas de 174 placas de formatura. Para a identificação da presença de indivíduos negros/as, foram adotados critérios tanto baseados na observação fenotípica (heteroclassificação) quanto nos dados de autoidentificação fornecidos pelas instituições (autoclassificação). A análise da (in)visibilidade dos negros/as revela a necessidade premente de implementação de políticas públicas amplas e efetivas, que promovam a inclusão, superando ações isoladas e beneficiando toda a população, independentemente de cor, raça ou condição social.

2.2 Silogismo: os indicadores dos indícios

O texto narrativo configura-se como uma modalidade de escrita em prosa voltada para a narração de histórias, caracterizada pela ausência de estrutura métrica, englobando ações de personagens situadas em contextos temporais e espaciais definidos. Esse estilo recorre a diversos elementos, metodologias e paradigmas presentes nos discursos literários. No presente estudo, propõe-se a análise da coleção de placas de formatura da FDR enquanto extensores memoriais, investigando seu potencial infomemorial com o propósito de revelar uma genealogia jurídica pernambucana por meio das narrativas veiculadas nesses suportes. Para tanto, foram aplicados métodos científicos de extração de informações contidas nessas placas documentais, visando à ressignificação desse material e ao desenvolvimento de uma genealogia jurídica local, assim como às revelações das informações e memórias acumuladas ao longo do tempo na instituição. Além disso, busca-se a identificação de procedimentos e técnicas apropriadas para a condução dessa análise.

Conforme expõe Ginzburg (1989, p. 177), “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Ademais, o mesmo autor (1989, p. 144) afirma que “[...] é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis [...]”. Nesse contexto, sabe-se que a realidade é constituída por diversas camadas, e ao desvelar uma delas, somos conduzidos à descoberta de fatos que anteriormente se encontravam ocultos. Um dos métodos empregados para evidenciar objetos no âmbito científico é o paradigma indiciário.

O historiador italiano Ginzburg (1989) conduz uma análise das características do paradigma indiciário, utilizando um método de análise de narrativas que se fundamenta na comparação com as técnicas empregadas por Morelli, Sherlock Holmes e Freud. O autor ressalta a identidade metodológica desse paradigma, focalizando a essência dos indícios, vestígios, sinais, pistas e marcas presentes em suportes e características menos evidentes, que, à primeira vista, podem parecer insignificantes.

Em síntese, é importante prestar atenção aos mínimos detalhes, ou mesmo àquilo que parece opaco, assim como às características menos vistosas, que podem ser presumivelmente consideradas insignificantes. É essencial reconhecer aspectos que outros podem não ter notado e explorar as possibilidades que surgem do que não é imediatamente aparente para observadores inexperientes ou distraídos. Tal abordagem possibilita a extração de pistas fragmentárias deixadas por indivíduos do passado, as quais permitem a decifração e a compreensão do contexto em questão.

Ginzburg (2006, p. 9), em sua obra "O queijo e os vermes", tem como objetivo narrar a vida do moleiro, um moleiro perseguido pela Inquisição, explorando suas "leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas e desesperos", fundamentando-se em uma abundante documentação que serve como base para essa análise.

Com base nas observações precedentes, a decifração dos sinais e indícios contidos nas placas de formatura da FDR configura uma atividade que transcende a mera análise material, visando à compreensão de aspectos que ultrapassam as características físicas do documento. Desse modo, o foco analítico recairá sobre os traços e indícios presentes nas placas dos bacharéis em Direito da FDR, com o objetivo de tecer explicações que se estendem para além da sua composição material.

Neste panorama, é imprescindível destacar, à luz do paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1989, p. 143-179), um exemplo de engajamento político divulgado pela imprensa pernambucana em 2017: a turma de formandos da FDR de 2017.1. Tal grupo constituiu sua turma com o nome de "Turma Temer Jamais", em uma inequívoca alusão ao então presidente da República à época, Michel Temer (Folha de Pernambuco, 2017, *on-line*). Esse episódio evidencia que as placas comemorativas de formatura, especificamente no âmbito da graduação, constituem testemunhos silenciosos e por vezes implícitos, que ultrapassam o registro acadêmico convencional, revelando os reflexos das crises políticas e sociais no ambiente universitário (Imagem 1).

Imagem 1 - Formandos da FDR 2017.1 nomeiam Turma de Temer Jamais

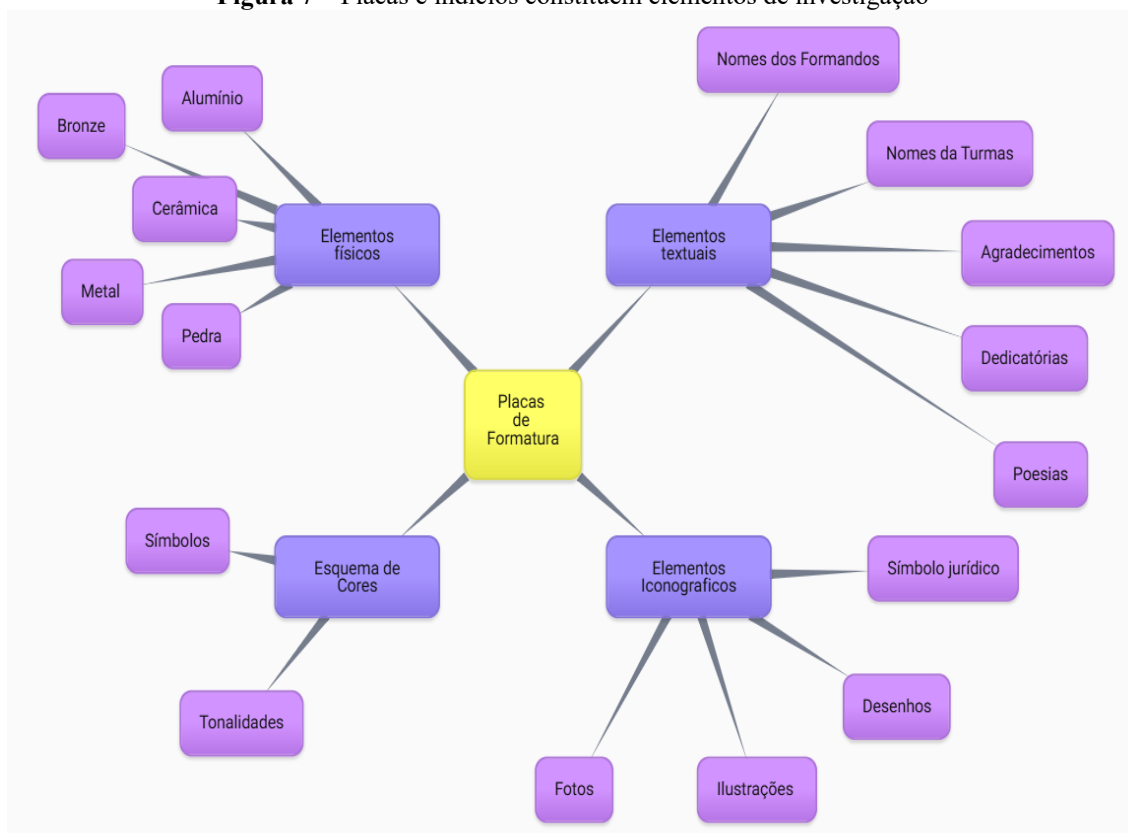


Fonte: Associação Coletivo Cultural (2017).

O elemento inscrito na placa da turma 2017.1 configura-se, assim, como um dado histórico de relevância social, cuja análise demanda um exame detalhado semelhante à investigação de outros vestígios, marcas e rastros contidos nesses artefatos. Em síntese, a análise dos sinais presentes nas placas de formatura do curso de Direito requereu um olhar crítico e atento, considerando seu valor informativo e memorialístico, que incorpora um potencial infomemorial relevante para estudos sociais.

De acordo com Lima (2024, p. 50), "tudo é história, camadas sobre camadas, são dimensões do nosso passado que estão soterradas por uma vasta gama de informações que podem e devem ser investigadas e descortinadas". Destarte, a história é constituída por múltiplas camadas de informações que demandam investigação aprofundada. Similarmente, um moleiro, ao analisar o mundo a partir de sua perspectiva, pode, por meio de uma abordagem crítica, identificar detalhes antes não percebidos. Esse princípio é também aplicável às placas, que podem ser compreendidas como elementos cuidadosamente elaborados e interligados em uma complexa rede informacional (Figura 7).

Figura 7 – Placas e indícios constituem elementos de investigação



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

As imagens, enquanto documentos não verbais, constituem fontes históricas capazes de narrar histórias por meio de pinturas, esculturas, fotografias, desenhos, ilustrações e placas

de formatura, atuando como testemunhos figurativos de contextos pretéritos. Nas placas de formatura da FDR, identificam-se elementos textuais, iconográficos, esquemas cromáticos e componentes físicos passíveis de reinterpretação, permitindo compreender a transmissão de valores e práticas jurídicas ao longo do tempo. Retrato de um momento histórico e registro para o futuro, elas admitem múltiplas interpretações, condicionadas ao contexto de produção e ao repertório interpretativo de cada analista.

No entendimento de Ginzburg (1989), os arquivos abrigam narrativas de indivíduos desconhecidos, suscitando a reflexão acerca da seleção de determinadas histórias e documentos. No que tange às placas, as quais atuam como extensores de memória da FDR, estas constituem um suporte informacional que, embora pouco explorado, possui um considerável potencial infomemorial (interseção fundamental entre informação e memória). Os sinais e vestígios contidos nelas podem proporcionar contribuições significativas para o domínio da CI.

Segundo Besser (1990, p. 788), as imagens apresentam-se como elementos ricos em conteúdo, frequentemente contendo informações que podem ser de grande utilidade para pesquisadores provenientes de uma ampla gama de disciplinas. Acredita-se que os documentos não verbais, como as imagens que se referem a objetos em geral, e, em particular, àqueles que fazem parte de coleções, possuem a capacidade de recontar histórias e servir como fontes históricas. Estátuas, fotografias e outras expressões artísticas constituem vestígios simbólicos que refletem o tempo passado e podem ser reinterpretados de diversas maneiras, em função da contextura histórica e das experiências particulares, pensamentos íntimos e emoções subjetivas de cada investigador. Tal composição, composta por variadas interpretações, evidencia a abundância de significados caracterizados às imagens e documentos.

Assim, adotou-se o método indiciário para examinar e analisar o corpo documental, com ênfase nos indícios, nos detalhes menos perceptíveis e nas relações temporais estabelecidas. Na Figura 8, apresentam-se os elementos das placas que foram objeto dessa análise.

Figura 8 – Possibilidades de investigação de elementos presentes no corpus documental.



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

O presente estudo realiza uma análise dos elementos de representações visuais presentes nas placas de formatura, interpretando-os como fontes valiosas de informação que revelam a memória contida nesses objetos. As gravuras, fotografias e o design das placas transcendem a mera estética, atuando como ícones simbólicos que celebram conquistas acadêmicas e comunicam mensagens tanto explícitas quanto implícitas. Esses suportes refletem os valores e o pensamento de sua época, possuindo múltiplas camadas de significado que demandam exploração e interpretação do pesquisador.

De acordo com Cecatto e Magalhães Júnior (2011, p. 9), o termo "iconografia" ou "iconologia" esteve intimamente vinculado à história da arte até as décadas de 1920 e 1930, referindo-se ao estudo da origem e formação das imagens. Manguel (2001, p. 21) afirma que “[...] as imagens, assim como as histórias, nos informam”, o que leva o leitor a considerar outras formas de percepção da realidade. Ademais, conforme sugere Joly (1996, p. 55), a imagem carrega uma mensagem visual, constituindo uma linguagem que expressa e comunica algo a um destinatário. Na perspectiva desse autor, as imagens proporcionam uma compreensão mais vívida do passado, revelando-se mais eficazes do que os textos na representação visual de aspectos religiosos e políticos de culturas pretéritas.

Panofsky (2007, p. 50) delinea três níveis de interpretação para elementos iconográficos. O primeiro diz respeito ao significado primário, que abrange a identificação dos componentes iconográficos, como as placas que simbolizam a obtenção de um título. O segundo consiste na descrição, que trata do significado secundário, estabelecendo conexões

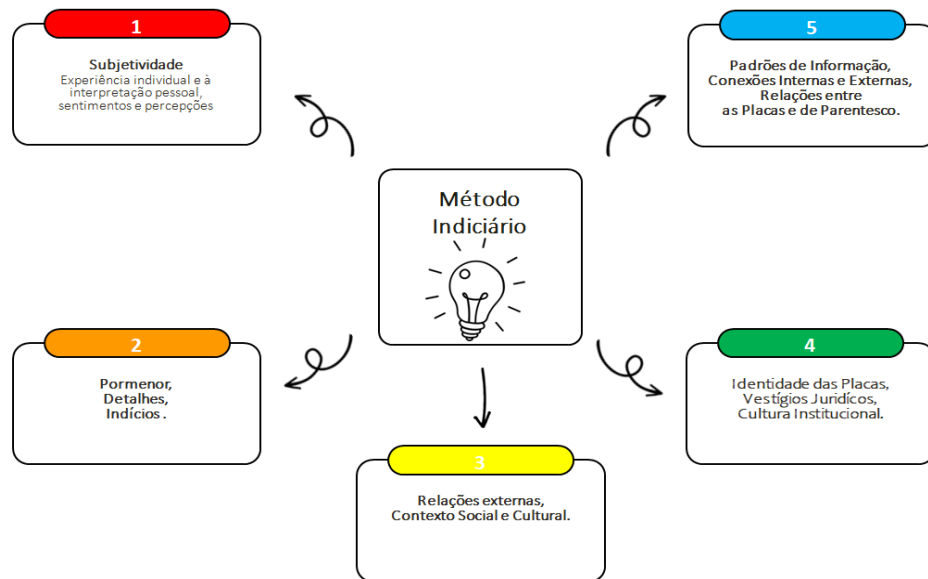
entre as composições da imagem e conceitos e contextos mais amplos. Já o terceiro concentra-se na interpretação dos valores simbólicos que permeiam a imagem.

Nota-se que a iconografia se reveste de importância essencial nos estudos culturais, uma vez que possibilita a compreensão de símbolos e representações visuais que carregam significados. Este campo interdisciplinar investiga de que maneira a cultura molda diversos aspectos da vida humana. Assim, a iconografia se configura como uma ferramenta valiosa para a análise das expressões culturais e das mensagens que estas veiculam. Portanto, os símbolos e as imagens contêm significados culturais que podem ser descobertos, proporcionando uma compreensão mais profunda dos contextos históricos e socioculturais.

A análise da iconografia, mediante a aplicação do método indiciário, revela pormenores das placas de formatura da FDR, evidenciando símbolos e significados. Essas placas, em um contexto mais abrangente, operam como ícones que integram elementos visuais, tais como fotografias e ilustrações. Assim, a análise iconográfica propicia uma interpretação mais acurada da linguagem visual desses suportes, possibilitando uma compreensão mais profunda de suas mensagens e de sua relevância cultural.

O uso do método indiciário na análise facilitará a identificação de sinais sutis e evidentes. Juntamente com a análise iconográfica, isso contribuiu para o enriquecimento e a fusão dos assuntos a observar: como o método de observação detalhada permite uma análise minuciosa das placas, considerando seu cenário social, e facilita a identificação de pistas e padrões subjacentes. As descrições contextualizadas têm como objetivo compreender o contexto cultural, histórico e social dos fenômenos sociais examinados detalhadamente, visando elucidar a dificuldade e a diversidade das situações nas quais as placas estão inseridas. A análise relacional, realizada por meio do método indiciário, viabiliza a identificação de indícios e a correlação entre diversas fontes, permitindo a formulação de inferências sobre padrões e implicações, bem como contribuindo para a prevenção de desfechos prematuros. Identificam-se, ainda, os aspectos da cultura local presentes nas placas de formatura, com especial atenção a se os desenhos foram executados por artistas da região e se as ilustrações refletem traços culturais da área jurídica. Ademais, a subjetividade assume relevante importância, uma vez que a experiência individual, a infraestrutura local, as compreensões locais, as percepções e as circunstâncias que cercam a investigação exercem influência sobre o decorrer dos trabalhos investigativos (Figura 9).

Figura 9 – Aplicação do método indiciário nas placas de formatura da FDR.



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Na análise da Figura 9, observa-se que a imagem foi apresentada por meio de numeração e cores, as quais foram segmentadas em cinco categorias que englobam aspectos da iconografia e do paradigma indiciário, a saber:

1. Vermelha: destaca-se a importância da subjetividade na pesquisa, uma vez que os pesquisadores refletem sobre suas observações e o método indiciário fornece evidências que dependem da experiência individual, da interpretação pessoal, dos sentimentos e das percepções, resultando, assim, em interpretações subjetivas.
2. Laranja: refere-se à observação imediata dos pormenores, detalhes e indícios presentes nas placas, os quais compõem aspectos reveladores do objeto de estudo.
3. Amarela: investiga o contexto social e cultural em que as placas foram concebidas, considerando o momento histórico, objetivando analisar as influências sociais externas que possam ter impactado suas produções.
4. Verde: fundamenta-se na análise e na identificação de evidências relacionadas à identidade das placas, aos vestígios jurídicos e à cultura institucional envolvida.
5. Azul: realiza a análise das relações entre os objetos, buscando identificar padrões informacionais, conexões internas e externas, bem como as inter-relações entre as placas e seus vínculos de parentesco.

Diante do exposto, revela-se pertinente apresentar a correlação entre os objetivos específicos, as ações metodológicas e os procedimentos técnicos adotados neste estudo (Quadro 2).

Quadro 2 - Correlação entre objetivos específicos, ações metodológicas e procedimentos técnicos		
Objetivo Específico	Ações/Metodologia	Procedimentos Técnicos Detalhados
Mapear placas de formatura da FDR (1953-2024).	Prospecção documental sistemática.	Consistiu na realização de um mapeamento exaustivo do acervo, seguido da catalogação e da coleta integral das fotografias. Em seguida, procedeu-se à organização e à análise estruturada do material, bem como ao mapeamento do ambiente físico da instituição por meio da elaboração da planta baixa. Essa etapa possibilitou a organização espacial e a numeração cronológica das placas, contemplando tanto o pavimento térreo quanto o subsolo da instituição.;
Caracterizar placas como extensores memoriais.	Análise categorial sócio-histórica, cultural, infomemorial.	Análise linguagem verbal, imagens, cores, layout e tipografia, revelando como esses elementos interagem para produzir significados complexos.
Construir genealogia jurídica.	Fundamentação teórica do paradigma indiciário de Ginzburg (1986).	Construir a genealogia jurídica de sete famílias de graduados influentes na trajetória instituição e na sociedade, identificando ascendentes e descendentes por meio de vestígios nas placas e nas documentações encontradas em sites.

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

A análise dos dados sintetizados no Quadro 2 evidencia que o percurso metodológico desta pesquisa fundamenta-se na prospecção sistemática e exaustiva das placas de formatura da FDR, caracterizando-se por uma abordagem qualitativa, exploratória e documental. O corpus da pesquisa compreende o total de 122 placas de formatura, cuja coleção foi meticulosamente descrita, abrangendo o período de 1953 a 2024. Esse procedimento de pesquisa documental utiliza a planta baixa institucional como referência para orientar o mapeamento físico e a organização cronológica do artefato, localizado no térreo e no subsolo do prédio da instituição.

As placas de formatura são compreendidas como extensores memoriais, isto é, suportes externos que prolongam, registram e operacionalizam a memória, conforme proposto por Candau (2011). Elas são examinadas por meio de uma abordagem qualitativa categorial tripartite (sócio-histórica, cultural e infomemorial), a qual contempla elementos verbais, tipográficos, cromáticos, iconográficos e composicionais na produção de significados. Tal perspectiva possibilita uma compreensão aprofundada do significado e da memória institucional representados nas placas.

Complementarmente, adota-se o paradigma indiciário de Ginzburg (1986) para construir a genealogia jurídica de sete famílias de graduados influentes na trajetória

institucional e na sociedade. A seleção das genealogias correspondentes às sete famílias de formandos na FDR justifica-se pela notória influência exercida sobre a trajetória institucional. Tais linhagens representam grupos de prestígio, pautados em sua contribuição efetiva para a história da instituição, e refletem a interseção entre o legado acadêmico-jurídico e o exercício do poder na esfera pública e na sociedade. A evolução e disseminação de grupos inter-relacionados por laços familiares demandam uma meticulosa reconstituição histórica da linhagem, mediante investigação regressiva, do presente ao passado, que recorre a registros de nascimento, casamento, óbito para identificar relações de parentesco, entre outros documentos oficiais. Essa construção identifica ascendentes e descendentes por meio de vestígios nas placas, triangulados com documentos do Arquivo da FDR, bem como com as plataformas digitais “*FamilySearch*”⁴, “A Mística do Parentesco”⁵ e Hemeroteca Digital Brasileira⁶, revelando processos sociais que sustentam a formação da memória institucional.

As sete famílias destacadas pelas diagramações refletem uma trajetória entrelaçada entre a realização profissional jurídica, liderança política e tradição cultural, com forte ênfase na continuidade geracional e no impacto institucional.

Primeiro, a família associada ao Dr. Luiz Pinto Ferreira evidencia uma carreira marcada por ocupações administrativas de alta relevância na instituição e produção bibliográfica expressiva, simbolizando a mobilidade entre academia e prática jurídica.

Em seguida, a família de Miguel Arraes de Alencar ressalta a capacidade de consolidar e perpetuar poder político ao longo de gerações, conectando atuação pública a legado histórico.

Continuando para o terceiro, Guedes Alcoforado, destaca a tradição jurídica em Pernambuco, cuja herança no Direito persiste por meio de figuras-chave na FDR, como o Professor Luiz Sebastião Guedes Alcoforado.

Prosseguindo para o quarto diagrama, coloca Helena Caúla Reis como modelo de mérito feminino e liderança institucional, destacando seu papel de relevância na FDR e na sociedade, inclusive como a primeira Diretora Pro-Tempore.

⁴ O site do *FamilySearch* constitui uma organização e plataforma dedicada à genealogia, que proporciona acesso gratuito a registros históricos, ferramentas de pesquisa e uma árvore genealógica mundial de caráter colaborativo.

⁵ O site A Mística do Parentesco emerge da concepção estratégica de disseminar o labor meticoloso acumulado ao longo de décadas, condensado em sete volumes impressos que representam um corpus documental singular.

⁶ A Hemeroteca Digital Brasileira é um portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas.

Desenvolvendo o quinto grupo, foca a família de Alceu Valença, reconhecendo a convergência entre talento artístico e qualificação jurídica, com o objetivo de evidenciar o valor do legado familiar na compreensão do presente.

Avançando para o sexto diagrama, é apresentada a trajetória de Fenelon Ferreira Castello Branco Netto, que chama a atenção pela sua participação no processo de ingresso no Direito na FDR durante o Regime Militar, sendo apontando como uma memória institucional.

Por fim, o sétimo diagrama traça a linhagem do poeta Augusto dos Anjos ligada à FDR, demonstrando umas expressivas quantidades de ascendentes e descendentes ingressaram ou concluíram a formação jurídica na instituição.

Em conjunto, essas sete famílias configuram um mosaico de continuidade social, intelectual e profissional. A análise das placas de formatura e dos diagramas genealógicos evidencia como a FDR funcionou como palco privilegiado para a reprodução de elites e a perpetuação de um prestígio que transcende gerações, consolidando o peso da tradição na conformação do cenário jurídico e político regional.

3 INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: AS PLACAS DE FORMATURA

“A escrita é a única forma perfeita do tempo” (Le Clézio, [s.d.], *on-line*).

Ao refletir sobre o pensamento francês, Jean-Marie Le Clézio afirma que a escrita constitui a forma ideal de expressão do tempo. De modo análogo, Henry David Thoreau sustenta que a palavra escrita é a mais valiosa das relíquias, por ser ao mesmo tempo íntima e universal, ultrapassando outras manifestações artísticas. Assim, compreende-se que todas as modalidades de escrita configuram meios de documentação e transmissão de conhecimento, cujo valor permanece reconhecido até os dias atuais, preservado nos registros que atravessam o tempo.

O avanço do conhecimento na área da CI não ocorre de forma isolada, mas sim como parte de um processo acumulativo, sustentado pelas contribuições de teóricos, pesquisadores e práticas consolidadas ao longo do tempo. Esse princípio é emblematicamente ilustrado na célebre afirmação atribuída a Isaac Newton, que a usou em uma carta para Robert Hooke em 1676: “Se fui capaz de ver mais longe, é porque me apoiei em ombros de gigantes”. Tal citação evidencia a relevância do reconhecimento dos fundamentos epistemológicos e dos aportes teóricos que alicerçam o campo, reafirmando que toda produção científica se insere em uma rede interconectada de saberes. Dessa maneira, o referencial teórico desta pesquisa busca identificar, analisar e dialogar com os principais autores e conceitos que fundamentam a construção do conhecimento na CI.

Sabe-se que, ao longo de seu desenvolvimento, a CI ampliou seu escopo ao considerar não apenas o conteúdo da informação (mensagem), mas também o suporte em que esta se apresenta, isto é, o meio pelo qual a informação é armazenada e transmitida. Essa compreensão foi consolidada pelos pensadores fundamentais para a história da documentação e da CI, destacando-se Paul Otlet (1868–1944), Suzanne Briet (1894–1989) e Michael Buckland (1941). As concepções desses autores exerceram papel primordial na definição do que se entende por documento, ressaltando a organização, recuperação e disseminação da informação como aspectos de extrema relevância tanto na contemporaneidade quanto no contexto da era digital.

Destaca-se que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) introduziram novas possibilidades e desafios à CI, que se vê atualmente na necessidade de lidar com

formatos digitais e uma diversidade crescente de suportes. Essa constante transformação revelou-se essencial para a evolução do campo, tornando-o mais abrangente e complexo, e capacitando-o a enfrentar a multiplicidade de formas e meios de apresentação da informação.

Paul Marie Ghislain Otlet, nascido em 23 de agosto de 1868 em Bruxelas, na Bélgica, formou-se em Direito pela Université Libre de Bruxelles, embora não tenha se dedicado à prática da profissão. Otlet destacou-se como um visionário na área da CI, sendo reconhecido por suas contribuições à "Documentação", além de atuar como um fervoroso defensor da paz. Ele dedicou-se à promoção da paz mundial, advogando a importância da cooperação internacional como um meio eficaz para a disseminação do conhecimento e a promoção da harmonia entre as nações.

No alvorecer do século XX, diversos estudiosos europeus colaboraram para criar ambientes e ferramentas que facilitassem a cooperação científica internacional. Este período foi marcado pela proliferação de associações e periódicos científicos de âmbito internacional, gerando um volume exponencial de produção de conhecimento. Tal dinamismo suscitou uma premente necessidade de instrumentos normalizados e eficientes para a recuperação de trabalhos acadêmicos, o acesso a publicações dispersas e a gestão de vastos conjuntos de dados. Em resposta a esse desafio de organização e acesso, Henri La Fontaine, no contexto da *Société d'Études Sociales et Politiques*, estabeleceu a seção bibliográfica da instituição. E, em colaboração com Paul Otlet, fundou-se em 1893 o Escritório Internacional de Bibliografia Sociológica (*International Office of Sociological Bibliography*). Dois anos mais tarde, em 1895, esta iniciativa evoluiu para o *International Institute of Bibliography* (IIB). O IIB se destacou pelo desenvolvimento do *Répertoire Bibliographique Universel* (RBU), uma ferramenta documental monumental cuja organização era baseada na Classificação Decimal Universal (CDU), uma engenhosa adaptação da Classificação Decimal de Dewey (Otlet, 1903, 1907, 1920). Essas ações, de natureza eminentemente prática e instrumental, tinham como objetivo primordial dotar os pesquisadores de mecanismos eficientes de gestão informacional. Conforme sintetizado por Otlet, a visão era de organizar a documentação de forma abrangente e prática para permitir ao trabalhador intelectual explorar o tempo e o espaço.

O acervo do instituto se desenvolveu, incluindo não apenas informações sobre livros, mas também outros tipos de informações registradas: fotografias, panfletos, relatórios, artigos de jornal e assim por diante.

Entre 1906 e 1907, Otlet e o físico e engenheiro belga Robert Goldschmidt apresentaram, em quatro periódicos distintos, o ensaio que postulava uma nova forma de

livro: o livro microfotográfico. Ele via o processo não apenas como um meio economicamente viável de reproduzir documentos, mas também como uma oportunidade estratégica para democratizar o acesso a partituras musicais, manuscritos e edições raras, tornando-os disponíveis a um público mais amplo (Kroeff; Mattos; Madalena, 2018, p. 35).

Posteriormente, em 1911, a colaboração estendeu-se ao desenvolvimento pioneiro de equipamentos de microfilmagem (ou livro microfotográfico), além da investigação de novos métodos para a cópia e publicação de documentos.

Em 1910, Otlet e La Fontaine conceberam a ideia de uma "cidade do conhecimento", inicialmente denominada por Otlet como *Palais Mondial* (Palácio Mundial), a qual se destinaria a funcionar como um repositório centralizado para a totalidade das informações globais (Kroeff; Mattos; Madalena, 2018, p. 39).

De acordo com Juvêncio (2020, p. 9), o *Mundaneum* é concebido como um universo dedicado à organização e ao progresso, servindo como repositório do "Livro Universal". Esta obra, construída diariamente pela totalidade da produção do espírito humano, é interpretada pela própria humanidade e almeja contemplar a integralidade do pensamento, assemelhando-se à figura mitológica de *Mnemosyne*, guardiã da memória de todas as existências.

Em 1934, o Catálogo Bibliográfico Universal havia se expandido para um total de 15,6 milhões de verbetes armazenados em cartões. Nesse mesmo ano, Otlet publicou a personificação máxima de seus pensamentos na obra "*Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*" cuja tradução para o português é "Tratado de Documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática", que ficou considerada como um marco de uma nova ciência, uma vez que expande a concepção de documentação para além do âmbito do livro, antecipando discussões acerca de novos suportes de informação (documento) enquanto portadores de memória, segundo Alvares e Araújo Júnior (2010, p.198). Essa obra expressa a preocupação do autor em relação à organização de documentos, livros e materiais informativos, com o intuito de facilitar a pesquisa e o acesso ao conhecimento.

Suas ideias visionárias expandiram o conceito de documento, uma vez que se considera que os livros, revistas, jornais, estampas, fotografias, medalhas, músicas, discos, filmes, bem como outras amostras e espécimes tridimensionais ou em movimento, se inserem na concepção documental. Para Otlet (1996, p. 59), o livro e documento constituem "um suporte de uma certa matéria e dimensão [...] em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais".

Segundo Otlet (1934, p. 59), os livros são os “organismos para a conservação, concentração e difusão do pensamento”, servindo como instrumentos de pesquisa, cultura, ensino, informação e recreação, além de serem o receptáculo e meio de transporte das ideias.

Ao desenvolver sua proposta, Otlet fundamentou-se na credibilidade dos meios de suporte à palavra escrita, com especial ênfase na materialidade das publicações do mercado editorial. O autor idealizou uma cidade do conhecimento que visava centralizar as representações de informações em diversos suportes, priorizando seu tratamento e organização, a fim de facilitar a recuperação futura.

A continuidade do trabalho de Paul Otlet acerca do documento, após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, foi garantida por uma figura de grande relevância que contribuiu significativamente para as discussões: Renée Marie Hélene Suzanne Briet, nascida em Paris, (1894–1989), bibliotecária, historiadora, informatóloga, escritora, teórica da documentação de origem francesa e é conhecida como Madame Documentação.

Em sua obra publicada em 1951, intitulada "*Qu'est-ce que la documentation*", a qual possui a tradução em português como “O que é a documentação?” (Briet, 1951, 2016), que contribuiu significativamente para o campo da documentação.

Briet concebe o documento como uma evidência que estabelece relações com outros registros e representações, embora não empregue formalmente a terminologia "semiótica". Sob influência de pensadores e linguistas, e em consonância com o pensamento de Otlet, a autora propõe uma extensão da definição de documento, indicando que até mesmo seres vivos podem ser qualificados como tal. Essa perspectiva é ilustrada pelo exemplo de um antílope: em seu ambiente natural, ele não é um documento, mas somente se torna um documento ao ser capturado e incorporado a um sistema formal de estudo, passando a ser uma evidência física utilizada para investigação.

A literatura demonstra que Briet (2016, p. 1) define um documento como “todo indício [ou índice], concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. Com base nas considerações de Briet (2016), que ressalta a relevância da forma física do documento, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de que este passe por procedimentos informacionais para ser classificado como tal, estabelecendo uma distinção entre documentos primários e secundários. Já para o visionário Otlet, a validade de um documento reside na sua capacidade de expressar uma informação (mensagem).

Sustenta que Briet (2016) realça que os documentos possuem não apenas materialidade, mas também um significado simbólico e cultural. Eles transcendem a mera

função de registros ou provas; configuram-se como objetos que refletem a informação por meio de seu formato, suporte, conteúdo e contexto. Nesta linha de pensamento, um documento tem o papel de informar e atribuir significado ao conhecimento desejado.

Briet (2016) argumenta que o que faz um objeto tornar-se documento é o seu uso em contextos sociais e culturais específicos, assumindo uma dimensão semântica e semiológica. Portanto, o documento é um agente dinâmico que vai além da simples função de registro, construído socialmente por meio de processos discursivos e designações institucionais, segundo Briet.

Corroborando a proposição de Briet, Meyriat (1981, p. 241) argumenta que o conceito de documento “é muito mais ampla do que aquela de “escrito””, transcende as limitações dos suportes textuais. Segundo o autor, a capacidade de comunicação de uma mensagem não se restringe a este formato específico, implicando que diversos artefatos e objetos detêm a capacidade intrínseca de transmitir informações e, por conseguinte, podem ser considerados documentos.

Michael Keeble Buckland, nascido em 23 de novembro de 1941 na Inglaterra, é professor emérito da *UC Berkeley School of Information* e notável pesquisador na área de CI.

O artigo de Buckland (1997) retomou de forma definitiva o conceito de documento, nas discussões acadêmicas. Discute a natureza do documento destacando que, embora o termo costumeiramente denote um registro textual, sua definição deve ser ampliada para abarcar diferentes formas e suportes que funcionam como documentos.

O autor argumenta que a compreensão do que constitui um documento deve considerar sua funcionalidade, isto é, qualquer objeto ou representação que seja capaz de ser utilizado para comunicação, registro ou evidência pode ser entendido como documento. Ele cita a importância de reconhecer a diversidade dos documentos, incluindo documentos físicos, digitais, imagens e outros meios, ressaltando que a distinção entre meio, mensagem e significado é fundamental para a teoria da documentação. Essa abordagem funcional permite uma visão mais ampla e inclusiva do conceito, fundamental para a CI e seus desafios contemporâneos, especialmente na era digital.

A perspectiva de Buckland, em seu texto, “*What is a document?*” (1997, p. 217), destaca a importância de diferentes aspectos para que algo seja considerado um documento: (1) “Materialidade”, consistindo em objetos e signos físicos; (2) “Intencionalidade”, sendo criado para servir como prova; (3) “Processamento de transformação” do objeto, seja ele físico ou digital; e (4) “Percepção do objeto como um documento (atitude fenomenológica), ou seja, a compreensão e interpretação de sua natureza como registro por quem o utiliza.

Buckland (1991) afirma que um objeto se torna um documento quando é processado com a finalidade de transmitir informação. Nesse sentido, o autor retoma a concepção de documento proposta por Suzanne Briet no contexto dos estudos de Otlet. Independentemente de ter sido originalmente criado para esse propósito. A documentalidade do objeto, portanto, é determinada pela interpretação do observador. Dessa forma, um objeto concebido para uma finalidade distinta pode, a partir de uma nova perspectiva ou contexto histórico, assumir a condição de documento.

Em 1997, Buckland ampliou o conceito de documento para incluir objetos naturais e animais vivos, ao observar aves preservadas no Museu de Zoologia de Vertebrados de Berkeley e compará-las a livros, pelo seu papel no apoio à aprendizagem (Lund; Buckland, 2008). O autor ressalta que a condição de um objeto como informativo depende do contexto, destacando que, em inúmeros casos, como o de fósseis e peças de museu, esses objetos constituem os únicos repositórios de informação.

Com base na progressão conceitual observada na área da CI, o Quadro 3 apresenta uma síntese comparativa das abordagens de Paul Otlet, Suzanne Briet e Michael Buckland.

Quadro 3 – Síntese comparativa sobre documento dos três principais autores.

Autores	Contexto Histórico	Ponto principal	Limitação	Exemplo	Contribuição para a CI
Paul Otlet	Documentação Clássica (Início Séc. XX)	A materialização do pensamento humano possibilita a circulação do conhecimento.	Apesar de inovadoras para a época, as práticas concentram-se predominantemente na organização universal do conhecimento registrado.	Livros, revistas, jornais, estampas, fotografias, medalhas, músicas, discos, filmes, bem como outras amostras e espécimes tridimensionais ou em movimento.	Fundamentação da Documentação como disciplina universal e ruptura com o foco restrito ao livro.
Suzanne Briet	Documentação Francesa (Meio Séc. XX)	Os documentos possuem não apenas materialidade, mas também um significado simbólico e cultural.	A abordagem demonstra que a qualidade documental não reside nas propriedades intrínsecas do objeto material, mas sim no tratamento e na intencionalidade que lhe são conferidos.	Um exemplo clássico é o do antílope vivo, que somente adquire status de documento ao ser objeto de catalogação, registro ou representação fotográfica.	Introdução do "olhar documental" e da função probatória, expandindo o conceito pela intencionalidade e reconhecimento social.
Michael Buckland	Ciência da Informação (Neodocumentação - Fim Séc. XX)	Ampliação do conceito de documento para abranger a era digital e incorporar as chamadas coisas (<i>things</i>).	Documentos digitais e objetos não textuais, refletindo as transformações advindas do desenvolvimento tecnológico.	Fósseis, animais preservados, peças de museu, arquivos de computador, bases de dados e imagens digitais passam a ser reconhecidos como entidades documentais. (qualquer coisa que transmita informação).	Justificativa para a inclusão de não-textos nos Sistemas de Informação e operacionalização do conceito para a prática da CI.

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Observa-se que a comparação entre as concepções de Michael Buckland e Suzanne Briet evidencia contribuições essenciais para a CI. Enquanto Buckland (1997) oferece uma perspectiva analítica centrada nas características e funcionalidades intrínsecas do documento, Briet (1951) propõe uma expansão semântica e social do conceito, incorporando uma visão mais ampla e dinâmica do que constitui a documentação. Essa distinção conceitual é essencial para a compreensão da evolução teórica da área.

Em seu artigo, Juvêncio (2021, p. 3) menciona que "o livro, então, seria o resultado materializado do pensamento - ou na acepção otletiana, espírito - humano, sendo ele o meio pelo qual as pessoas se comunicam e podem transformar o mundo". Nesse sentido, o livro é a materialização do pensamento humano, servindo como meio de comunicação e transformação do mundo.

No estudo de Frohmann (2009), fundamentando-se nas obras de Paul Otlet e Suzanne Briet, elabora sua teoria da "documentalidade", a qual enfatiza a influência dos documentos em suas interações com outros componentes da rede. Ele refuta a perspectiva reducionista que considera o documento meramente como um meio de transmissão de informação, sustentando que sua ontologia deve ser considerada prioritária em relação à informação. Ademais, Frohmann (2008, 2009) assevera que a materialidade do documento constitui uma camada complexa de elementos simbólicos, que se encontra em constante transformação por consequência de fatores históricos-sociais e culturais.

Já Ortega e Lara (2009, p. 126), ao recolocar conceitos originados com Otlet e abordados de maneira similar por Escarpit e Meyriat, o conceito de "documento" é compreendido como um objeto que contém a informação, comunica e possui durabilidade. Nesse contexto, são destacadas duas dimensões interligadas: o material, que se refere ao objeto que serve de suporte, e a conceitual, que diz respeito ao conteúdo da comunicação, ou seja, à informação. Dessa forma, toda mensagem carrega um significado, e a definição de um documento deve levar em consideração a significação da mensagem que este "transmite", conforme afirmado por Meyriat (2016, p. 241).

Faria e Pericão (2008, p. 406) definem o termo documento como "[...] qualquer elemento desconhecido ou fonte de informação fixada materialmente, que possa ser utilizado para estudo, consulta ou prova, é informação". Essa definição abrange não apenas o conceito de "suporte físico", mas também o conceito de "informação".

De acordo com Le Goff (2013, p. 495), o documento pode ser considerado um "produto social" que espelha as relações de poder vigentes no período em que foi elaborado.

Dessa forma, o documento abriga indícios que elucidam o contexto sociocultural de sua produção, bem como os discursos tensionais que o permeiam. Assim, torna-se imprescindível transcender sua função original para uma compreensão mais aprofundada do conteúdo informacional que um documento materializa.

Esse mesmo autor (2013) defende que o documento constitui um objeto durável que deve ser submetido a uma análise minuciosa, a fim de expor significados que extrapolam sua intenção original. Assim, o documento não apenas atesta a atividade de seu produtor, mas também possui a capacidade de ressignificar seu conteúdo informacional, refletindo o contexto histórico, geográfico e ideológico em que foi produzido.

Ortega e Lara (2009, p. 125) afirmam que as propostas de Otlet e Briet previam aspectos do “acesso à informação”. Isso ocorre uma vez que os termos “documento” e “documentação” já integravam a noção de informação, bem como a produção de novos documentos a partir de originais, de maneira análoga à compreensão contemporânea.

Em suma, no domínio da CI, o conceito de documento transcende as restrições impostas aos suportes textuais, caracterizando-se pela adoção de uma abordagem eminentemente pragmática. Esta perspectiva fundamenta-se na atribuição de significado por parte do sujeito. Consequentemente, a definição de documento é consideravelmente ampliada, passando a englobar objetos com potencial intrínseco de informar, o que permite a sua categorização abrangente nas três dimensões clássicas da gestão da informação: arquivística, bibliográfica e museológica.

Segundo Vieira (2014, *on-line*), o “suporte ou portador” refere-se a uma base, seja “física ou virtual”, que sustenta informações, como textos impressos ou manuscritos, incluindo, mas não se limitando a jornais, revistas e blogs. A seleção do suporte, seja ele *e-mail* ou carta, seja física ou virtual, exerce uma influência significativa sobre o gênero textual, uma vez que texto e suporte são indissociáveis. Ademais, o suporte impacta tanto a formatação quanto a leitura do gênero textual, e eventuais alterações no suporte podem resultar em modificações no gênero associado.

O suporte empregado na comunicação está intrinsecamente relacionado aos objetivos que se almeja atingir. Por exemplo, uma turma de formandos que deseje deixar registrada sua passagem de recordações na instituição, a fim de representar um testemunho duradouro, poderá optar por uma placa de formatura como suporte fixo. Este recurso, destinado inicialmente a transmitir mensagens significativas, também servirá como fonte de inspiração para que outros busquem as conquistas que o tornam viável, além de perpetuar na memória de todos na instituição, estabelecendo-se de forma permanente.

Adentrando na análise das placas de formatura dos bacharéis em direito, especialmente aquelas localizadas no campus centro do Centro de Ciências Jurídicas, permite uma compreensão abrangente que ultrapassa a mera cultura e as memórias consignadas pelos formandos na instituição. Tal abordagem analítica possibilita apreender a configuração do contexto sociocultural e histórico em que a formação se desenvolveu. Ademais, contribui para o desenvolvimento de uma genealogia jurídica de famílias específicas, por meio deste suporte documental, revelando as memórias acumuladas e perpetuadas no âmbito da instituição.

O conjunto dessas placas de formatura, dispostas nos corredores dos ambientes térreo e subsolo do prédio da FDR, configura-se como um espaço de memória ao ar livre que facilita a manutenção da memória e da consciência histórica. Consequentemente, o estudo aprofundado dessas placas de formatura específicas oferece um aporte significativo para a formação de uma consciência histórica do campo jurídico brasileiro, além de proporcionar uma percepção valiosa sobre a cultura e a realidade educacional na FDR.

Essa prática de preservação e exposição das placas, comum em diversas instituições, exerce papel crucial na valorização das trajetórias acadêmicas dos formandos, reforçando a importância simbólica e documental desses registros para a compreensão do desenvolvimento do ensino.

Refletindo sobre cultura material, a qual abrange todos os objetos e artefatos gerados e utilizados por uma sociedade, reveste-se de uma importância significativa para a compreensão dos estudos voltados à memória, uma vez que atua como um suporte e um fundamento para a mesma. Por meio da observação e análise dos objetos ou de outros artefatos, torna-se viável reconstruir e compreender um sistema complexo de significados e práticas que configuram a memória, a identidade e a história de um grupo social.

O livro intitulado “O casaco de Marx”, elaborado por Stallybrass (2008, p. 13), afirma que “A roupa tende, pois, a estar poderosamente associada com a memória ou, para dizer de forma mais forte, a roupa é um tipo de memória. Quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente”. Portanto, uma vestimenta, enquanto objeto, possui a capacidade de refletir sua história e a transição entre gerações por meio de suas marcas de proveniência.

Ao refletir sobre esse pensamento, no acervo da Sala Museu Ruy Barbosa, situada no primeiro andar da FDR, encontra-se preservada a vestimenta utilizada por Demócrito César de Souza Filho no dia de seu assassinato, ocorrido na tarde de 3 de março de 1945, durante uma concentração popular na Praça da Independência, em Recife. Uma das balas atingiu sua testa, fazendo-o cair baleado na sacada do prédio do Diário de Pernambuco, onde aguardava o

discurso do sociólogo Gilberto Freyre. A vestimenta, marcada por manchas de sangue, mantém-se até os dias atuais como um testemunho presencial da tragédia. Demócrito, estudante do último ano do curso de Direito na FDR, tinha apenas 23 anos quando foi morto. Destacava-se como líder estudantil engajado nas manifestações contra o regime do Estado Novo, em defesa da redemocratização do país.

Conforme aponta Candau (2011, p. 151), as “narrativas de tragédia” imprimem memórias intensas que deixam marcas duradouras nos sujeitos que vivenciaram o sofrimento, assim como nas pessoas próximas a eles, provocando mudanças profundas em suas personalidades. Nesse sentido, a preservação do vestuário e sua simbologia constituem um acervo material fundamental para a memória institucional e para a compreensão do contexto histórico e político no qual se inseriu a luta estudantil pela democracia (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Traje que pertenceu ao estudante Demócrito Cesar de Souza Filho.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito (2025).

Em virtude do exposto, essa roupa que integra o acervo da Sala Museu Ruy Barbosa da FDR, analisada pela semiologia de Saussure (2006), atua como uma entidade que transmite mensagens relacionadas ao assassinato de um estudante de Direito do 5º ano. Ela funciona não apenas como um “signo”, mas também como um símbolo metafórico⁷, gerando diversas interpretações e narrativas sobre o passado (Pearce, 1994, p. 27).

Dessa forma, ao proceder com a análise da vestimenta em questão, torna-se evidente o potencial emocional intrínseco a um objeto considerado "inanimado" em coleções. Tal objeto citado pode ser classificado como uma relíquia que destaca a importância da representação da memória, possibilitando ao indivíduo reviver sensações, eventos e emoções, além de

⁷ É uma figura de linguagem que utiliza um objeto concreto para representar um conceito abstrato, criando um novo significado por meio de uma comparação implícita.

contribuir para a compreensão do mundo presente e do legado de Demócrito Cesar de Souza Filho na busca pela liberdade e justiça.

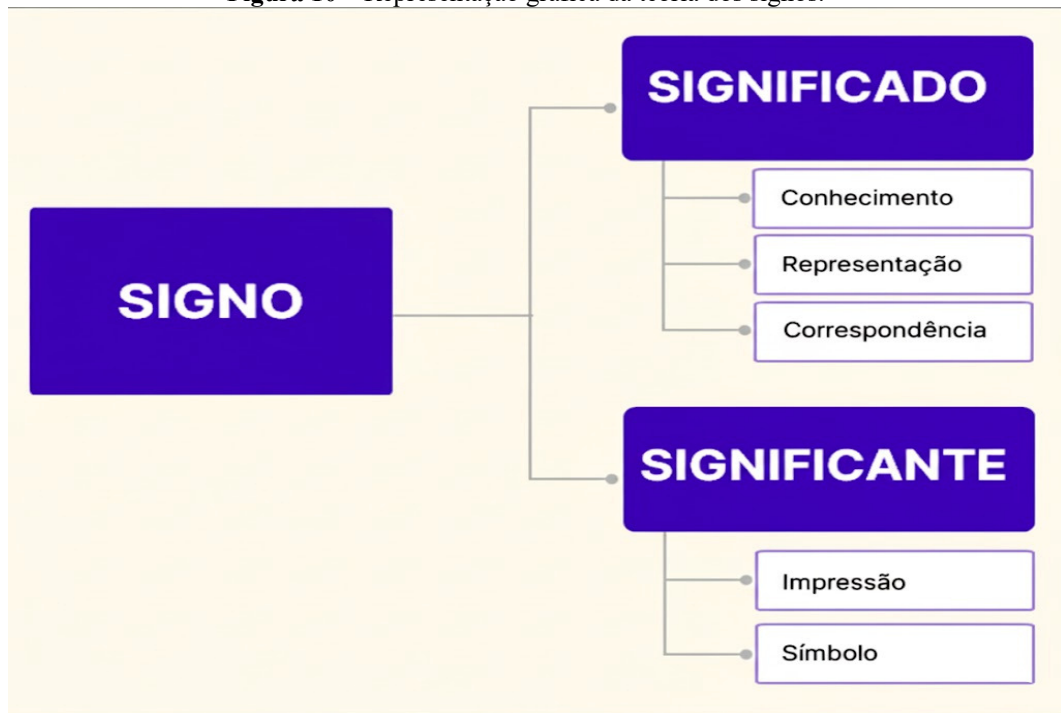
Assim sendo, as vestimentas simbolizam diversos signos, sendo um deles a memória, o poder e a posse, os quais podem ser permeados e transformados continuamente, possuindo a capacidade de perdurar ao longo do tempo e representando a história de seu antigo proprietário.

Segundo Azevedo e Loureiro (2019), os objetos materiais têm a capacidade de oferecer indícios que possibilitam uma compreensão mais aprofundada da nossa relação com a cultura material do passado, a qual se integra ao nosso presente em um processo contínuo de construção e reconstrução. Logo, os objetos narram suas próprias histórias e as das instituições ou pessoas que os detiveram.

Com base nas considerações de Pearce (1992, p. 211), os “objetos”, embora influenciados pela experiência humana passada e considerados passivos sob a perspectiva tradicional, exercem um papel ativo na incorporação de significados nas experiências individuais. Esses objetos atuam como agentes na narrativa histórica, contribuindo para a formação de transformações que definem o processo histórico.

Para uma exploração mais aprofundada, é imprescindível a integração de referências oriundas da História, da História da Educação, da Sociologia e da Antropologia. O intuito é compreender os significados e simbolismos associados a essas placas únicas, mesmo na ausência física dos indivíduos que nelas estão representados.

Acredita-se que o signo constitui um elemento fundamental da linguagem, sendo imprescindível para a transmissão de informações, uma vez que gera o significado e confere sentido ao significante. Conforme um dos maiores representantes da linguística, Saussure (2006, p. 82), discute-se o uso da palavra “símbolo” para designar o signo linguístico, especificamente no que tange ao significante. O autor ressalta que essa escolha apresenta dificuldades, em virtude do princípio da arbitrariedade do signo, uma vez que o símbolo estabelece um vínculo natural entre significante e significado. Por exemplo, a “balança”, que é um “símbolo da justiça”, não pode ser substituída por um objeto aleatório, como um “carro” (Saussure, 2006, p. 82). Pensando nesse contexto, o processo de transformar palavras ou textos em sua representação fonética permite dar sentido e criar ideias, tornando o intangível presente. Essa representação se aplica a diversas áreas, como a descrição de pessoas ou objetos, utilizando artefatos simbólicos como letras, desenhos ou gestos para representar a realidade, conforme segue na Figura 10.

Figura 10 – Representação gráfica da teoria dos signos.

Fonte: elaborado pela autora (2025), baseado em Carvalho (1982).

A imagem em questão ilustra a inter-relação entre signo, significado e significante, promovendo uma melhor compreensão da teoria dos signos. Tal compreensão é fundamental, pois possibilita a transformação de nossas estruturas cognitivas e a aquisição de novos conhecimentos por meio da comunicação, seja esta realizada de forma escrita ou oral.

Percebe-se que a palavra transcende a mera condição de signo, uma vez que sua capacidade de expressão e impacto abrange experiências, emoções e cultura. Ela é fundamental para a comunicação humana, sendo definida pela relação entre significante (o som ou a imagem da palavra) e significado (o conceito que ela representa). Além disso, é influenciada por contexto, história e intenção, configurando-se como um veículo profícuo para a reflexão e a construção do conhecimento.

A teoria dos signos pode ser representada graficamente, abrangendo desde relações simples entre símbolo, significado e significante até expressões artísticas mais complexas, todas refletindo a mesma concepção. No livro intitulado "Para Compreender Saussure", o autor Carvalho (1982) apresenta uma representação que ilustra a relação entre significado e significante, sugerindo que o primeiro pode ser subordinado ao segundo. Para que se estabeleça a relação entre significado e significante, é imprescindível a presença de um símbolo que represente algo, sendo que o signo detém um poder significativo em diversas circunstâncias.

A representação gráfica na Figura 10, sobre a teoria, reflete um entendimento semelhante, ilustrando a relação e funcionamento do sujeito cognoscitivo. O significado compreendido por meio da representação simbólica envolve conhecimentos que podem levar as novas interpretações, estabelecendo uma correspondência com o signo que gerou o questionamento atual. Já o significante é a representação mental da impressão simbólica que leva à compreensão do significado, gerando uma interpretação e encadeamento de ideias a partir de uma imagem inicial. Esse processo de representações e interpretações é entendido como comunicação, que pode ocorrer por meio de sinais gráficos, como textos, ou por representações simbólicas, como pinturas e desenhos.

A evolução da linguagem, desde suas origens até as formas mais complexas de comunicação, propiciou o desenvolvimento da sociedade por meio da troca de informações. Tal processo resultou em avanços contínuos, incluindo a disseminação de informações científicas e tecnológicas, facilitada pelos progressos nas modalidades de comunicação.

3.1 A palavra escrita em diversos suportes

Historicamente, a utilização de materiais e recursos como suporte ao registro do conhecimento está intimamente relacionada à natureza e aos seus três reinos: mineral, vegetal e animal. A utilização desse suporte, seja de forma isolada ou em combinação, evidencia o desenvolvimento da tecnologia, das artes e das práticas sociais, em interação com a natureza e seus recursos. A compreensão e a utilização desses recursos naturais são fundamentais para o desenvolvimento de culturas e sociedades.

Em termos históricos, consta que a comunicação escrita teve seu início na antiga Mesopotâmia, aproximadamente no ano de 3500 a.C., com a criação da escrita cuneiforme pelos sumérios, a qual possibilitou a preservação e a transmissão do conhecimento. Subsequentemente, emergiram outros sistemas de escrita, como os hieróglifos egípcios e o alfabeto fenício. A invenção do papel na China, no século II d.C., constituiu uma inovação significativa, tornando a produção de documentos mais acessível e durável, ao substituir materiais mais onerosos, como o pergaminho e o papiro.

De acordo com o pensamento de Jean (2002, p. 12), a “escrita”, entendida como um “conjunto organizado de signos e símbolos”, emergiu há milênios, possibilitando que os indivíduos materializassem e registrassem seus pensamentos, sentimentos e conhecimentos. Cumpre ressaltar que, anteriormente, já existiam formas de comunicação que se manifestavam por meio de desenhos e sinais.

Sabe-se que essa prática de documentar eventos, como caças e aspectos da vida cotidiana, utilizando tintas de origem animal e vegetal, tem se revelado imprescindível para a conservação histórica. Assim sendo, tais registros, elaborados no decorrer do tempo, atuam como uma passagem para a compreensão da vida de nossos antepassados.

No âmbito da CI, é crucial compreender de que maneira o presente influencia a percepção do passado, bem como a necessidade de revisões históricas. Destaca-se, assim, a relevância de compreender como o passado é vivido no presente, por meio da análise da cristalização da memória e da organização inconsciente da memória coletiva.

Conforme Nora (1993), a curiosidade acerca de locais que guardam e preservam a memória está intrinsecamente relacionada a um momento específico da história. Nesse sentido, a cristalização da memória, propiciada pelos registros materializados em diversos suportes, proposta por Nora (1993) contribui para a compreensão de como uma coleção de placas de formandos da FDR pode assumir uma importância significativa tanto para a sociedade quanto para a instituição.

Ocorre que, com o surgimento da escrita, o ser humano iniciou o processo de registro e acumulação de conhecimento em diversos suportes, o que possibilitou a preservação desse saber e sua transformação em uma parte tanto material quanto simbólica na esfera social.

Conforme o pensamento de Andrade (2001, p. [n. p.]), a invenção da escrita representa um marco de suma importância para a “humanidade, pois ela representa nossas idéias que podem ficar registradas por muitos e muitos anos”, ao contrário da fala, que se dissipa com rapidez. Ademais, a escrita assinala o início da história, promovendo a melhoria da comunicação, transcendendo barreiras temporais e facilitando o intercâmbio de informações, o que contribui de maneira significativa para o desenvolvimento intelectual do ser humano.

O fato é que o sistema de escrita desempenha um papel indispensável no progresso coletivo, histórico e cultural, e ainda por contribuir para a formação de identidade. Higounet (2003) enfatiza que a decomposição da frase em palavras representou um avanço significativo na escrita, a qual evoluiu em consonância com a modernidade. Esse mesmo autor enfatiza que as sociedades são intrinsecamente dependentes da escrita, a qual se manifesta por meio de leis, contratos e tradições religiosas, funcionando como um mecanismo para perpetuar o que é verbalizado. Ademais, ele observa que a “escrita” é invariavelmente registrada em um suporte material, utilizando instrumentos manuseados por gravadores ou escribas (Higounet, 2003, p. 15).

Veja na Figura 11, que proporciona uma análise detalhada da organização e inter-relação dos sistemas de escrita, evidenciando a dificuldade e a variação dos métodos de

registro da informação ao longo da história. Esta perspectiva hierárquica elucida a evolução da escrita e sua função primordial na preservação do conhecimento, das culturas e das civilizações.

Figura 11– Hierarquia dos distintos sistemas de escrita.



Fonte: elaborado pela autora (2025), adaptado de Fischer (2009).

Para a adequada documentação de pensamentos em diversos suportes, é imprescindível o domínio de um sistema de escrita complexo, o qual pode englobar alfabetos, ideogramas, acentos, sinais de pontuação, entre outros. Agora, olhando para o âmbito digital, há uma variedade de fontes disponíveis na atualidade, como as mais utilizadas: *Arial* e *Times New Roman*.

Um fator que merece ser considerado é a variação na ordem de escrita observada entre diferentes civilizações. Enquanto algumas culturas orientais adotam a leitura da direita para a esquerda, como o árabe, hebraico, persa e urdu, utilizados nos tempos modernos, as civilizações ocidentais iniciam a leitura da esquerda e a finalizam na direita, apresentando, portanto, um sentido oposto. Ao longo da história, diversos sistemas de escrita foram utilizados, sendo o alfabético o mais predominante na contemporaneidade. Essas considerações ressaltam a complexidade intrínseca dos sistemas de representação simbólica na escrita.

Com fundamento no contexto supracitado, ressalta-se a diversidade de sistemas de escrita elaborados por distintas sociedades ao longo dos séculos, enfatizando a evolução dos métodos de registro e leitura em variados tipos de suportes. Tal abordagem nos conduz a observar as transformações materiais dos suportes sobre os quais a humanidade iniciou o ato de escrever.

Um dos primeiros suportes da escrita foram as tabuletas de argila, datadas de 3500 a.C., na Mesopotâmia. De acordo com Bezerra (2007, p. 16), “[...] as tábuas de argila eram preparadas para a chamada escrita cuneiforme em um tamanho que pudesse ser segurado por uma das mãos enquanto com a outra se escrevia, usando uma espécie de estilete”. Em torno de 3.000 anos a.C., no Antigo Egito, os egípcios utilizavam o papiro, de nome científico *cyperuspapyrusé*. Esta era uma planta herbácea e semiaquática que se encontrava em abundância nas margens do rio Nilo, como meio de escrita por um período aproximado de quatro mil anos.

Por volta do final do século III a.C. e início do século II a.C., emergiu na Ásia, na cidade de Pérgamo, o pergaminho, um material de elevada qualidade, utilizado para a confecção de documentos de grande importância. Labarre (1981) elucida o processo de criação do pergaminho. Este consiste em lavar, secar e esticar as peles com o pelo voltado para cima, aplicar cal viva no lado da carne, remover o pelo do lado correspondente, empilhar as peles em um barril contendo cal e, por último, polir e cortar conforme as especificações desejadas.

O manuscrito iluminado, cuja origem remonta ao século V ou VI e que se tornou popular na Europa até o século XV, deriva do termo *iluminura*, que originalmente se referia ao embelezamento de textos em livros manuscritos com ouro ou, em casos mais raros, prata. Essa prática conferia à página a aparência de ter sido literalmente iluminada. Um exemplo clássico de “manuscrito iluminado” é encontrado nas palavras de abertura do Gênesis na Bíblia de Winchester (Loyn, 1997, p. [n.p.]).

A xilogravura, originada na China no século VI, após a invenção do papel, “é uma técnica de gravura em que se usa a madeira como matriz para a reprodução de cópias”, segundo Silveira (2022, p. 35). Trata-se de uma técnica de gravura que utiliza a madeira como matriz para a reprodução de cópias.

Conforme expõem Costa e Mota (2023, p. 5), a invenção da “imprensa móvel” de Gutenberg representa um marco histórico que catalisou o desenvolvimento das bibliotecas. Isso possibilitou que obras anteriormente restrita a instituições religiosas e reais se tornassem acessíveis nas cidades, em virtude das iniciativas promovidas pelas administrações locais.

Milanesi (2013, p. 61) complementa ao afirmar que “o aumento da produção editorial propiciou a formação e multiplicação das bibliotecas”. Elas cresceram em número e proliferaram pelo planeta, tendo o seu epicentro no Velho Mundo.

A invenção da prensa de impressão por Johann Gutenberg, em 1447, assinalou o início da era do conhecimento moderno, possibilitando a produção em massa de jornais impressos e a livre circulação de ideias. Esta inovação é reconhecida como uma das mais significativas da história. No século XIX, os jornais alcançaram seu apogeu, consolidando-se como os principais veículos de disseminação de informações. “Construídos gigantescos impérios editoriais” entre 1890 e 1920 (Oliveira, 2009, *on-line*).

A origem dos e-books, que são publicações digitais que podem ser lidas em dispositivos eletrônicos, é creditada a diversos autores, entre os quais se destaca o americano Michael Hart. Em 1971, Hart transformou o documento da Declaração de Independência dos Estados Unidos em livro eletrônico (*e-book*) e fundou o “Projeto Gutenberg, a primeira biblioteca digital de que se tem conhecimento no mundo”, de acordo com Passos (2017, p. 47). Este projeto disponibiliza obras literárias em formato eletrônico, acessíveis por meio de transferência de dados, abrangendo tanto as de domínio público quanto aquelas cujos autores concederam autorização para compartilhamento.

Os *áudio-books*, também conhecidos como livros falados, consistem em uma narração do texto que proporciona aos usuários autonomia, agilidade e inclusão social. A leitura é realizada por um ator ou narrador profissional em um estúdio especializado, assegurando a qualidade do áudio e minimizando a presença de ruídos. Conforme os autores Menezes e Franklin (2008, p. 62), “[...] o audiolivro contribui com a educação inclusiva de indivíduos com limitações visuais, resgatando ou formando leitores, bem como incentivando a leitura auditiva, o entretenimento e a cultura”.

Ao proceder à análise das transformações materiais dos suportes mencionados anteriormente, observa-se que os sistemas de escrita atuam como mecanismos que registram ações e representam atividades sociais coletivas. A princípio, predominavam desenhos e inscrições como formas de representação. Com o advento do tempo, esses sistemas evoluíram, incorporando novos elementos e diversificando as formas de expressão escrita, o que desenvolveu a comunicação visual e textual. As transformações no sistema de escrita refletem a capacidade humana de adaptar e expandir a comunicação, utilizando símbolos e linguagens para documentar ações tanto individuais quanto coletivas. Desde os desenhos primitivos até as linguagens escritas modernas, esse desenvolvimento evidencia a busca contínua da natureza humana por aperfeiçoar o registro e a comunicação.

Em face do que foi exposto, constata-se que a coletânea das placas de formatura em graduação em Direito na FDR constitui uma combinação de elementos simbólicos, textuais e iconográficos que representam ações e conquistas. Conjuntamente, essas características conferem às placas um valor significativo, simbolizando não apenas atos de vitória, a concepção e idealização de um sonho acadêmico, assim como as lembranças e memórias de diversas famílias, além das conquistas individuais e coletivas.

3.2 O simbolismo da placa de formatura

Ao longo dos séculos, a trajetória evolutiva da escrita, bem como dos suportes utilizados para registro da informação, sofreu modificações significativas, considerando aspectos materiais, dimensões, formatos e espécies. Esta linha evolutiva manifestou-se em diversos meios, tais como argilas, pedras, papiros, pergaminhos e papéis. Assim, as diversas produções humanas ao longo do tempo têm como objetivo a documentação e o registro do conhecimento gerado.

Dentre os variados métodos de registro dos suportes informacionais, as placas destacam-se como importantes extensores da memória. Nos contextos cotidianos, é possível observar que interagimos com variados tipos de placas, que podem assumir funções comemorativas, informativas, decorativas, entre outras.

A reflexão acerca do papel das placas como elementos de extensão da memória remete ao projeto "Sinalização e Reconhecimento de Lugares de Memória dos Africanos Escravizados no Brasil", o qual se configura como resultado de uma ação cooperativa entre múltiplos órgãos ministeriais brasileiros. O objetivo deste projeto é destacar locais de relevância histórica relacionados ao tráfico de africanos escravizados no Brasil, por meio da instalação de placas que reconhecem a contribuição africana à formação do país. Esses locais incluem “portos, igrejas, praças, terreiros de candomblé, quilombos” e outros espaços de resistência cultural (Brasil, 2024, *on-line*).

As placas proporcionam uma reflexão sobre o passado dos negros escravizados no Brasil, que representa uma parte significativa de nossa riqueza cultural. Assim, valorizar a memória é um ato de reconhecimento do passado que moldou o presente que vivemos. Com base no “Projeto de Sinalização e reconhecimento de lugares de memória dos africanos escravizados no Brasil” (2024, *on-line*), destaca-se o mapeamento desses locais em Pernambuco voltado para a preservação da cultura negra, a saber: o Bairro de São José, considerado um bairro negro no século XIX; a Praça do Carmo, onde se celebra a Missa dos

Quilombos e foi erguido um monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares na década de 1990; a Praia de Porto de Galinhas, que preserva parte da memória negra; e o Engenho Massangana, um conjunto arquitetônico rural do século XIX, que abriga a Casa Grande e a Capela de São Mateus.

Nora (1993, p. 9) destaca que “[...] a memória se fundamenta no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto”. Essa perspectiva evidencia a importância dos lugares de memória, espaços que funcionam como suporte tangível para a preservação das lembranças coletivas e da identidade cultural. Dessa forma, possibilita-se compreender a relevância e a necessidade dos lugares de memória enquanto elementos essenciais para a conservação da história e do conhecimento. Segundo Bosi (1994, p. 17), recordar é “[...] refazer, reconstruir e repensar, utilizando imagens e ideias contemporâneas para reinterpretar as experiências do passado”, função essa que está intrinsecamente associada aos espaços de memória, pois neles ocorre o processo contínuo de recriação e ressignificação da memória.

Nora (1993) define os lugares de memória como espaços que conservam a memória de um grupo social específico, funcionando como refúgios simbólicos contra o esquecimento e a perda da identidade histórica. Complementando essa visão, Candau (2011, p. 157) conceitua um lugar de memória como "um lugar onde a memória trabalha", ou seja, espaços duradouros, imbuídos de história e de significados que se manifestam no cotidiano das comunidades. Para que um lugar seja verdadeiramente considerado autêntico enquanto lugar de memória, é imprescindível que a comunidade envolvida manifeste a intenção ativa de conservar e manter sua memória naquele local; caso contrário, esses espaços tornam-se meramente históricos, desprovidos de vida e significado social.

Os lugares de memória apresentam dimensões múltiplas, material, simbólica e funcional, e carregam um simbolismo profundo que visa prevenir o esquecimento coletivo. Exemplos típicos incluem monumentos, placas de formatura, museus, edifícios históricos e espaços públicos que guardam memórias de eventos significativos ou pessoas emblemáticas. Esses espaços atuam não apenas como registros estáticos do passado, mas também como áreas dinâmicas onde a memória é constantemente construída, negociada e reafirmada pela comunidade. Assim, a compreensão e valorização dos lugares de memória constituem um aspecto fundamental para a preservação do patrimônio cultural e para a transmissão intergeracional do conhecimento histórico e social, assegurando a continuidade da identidade e memória coletiva.

A memória individual é constituída a partir das experiências pessoais e da transmissão de conhecimentos ao longo da vida. Ao passo que a memória coletiva depende da associação

e comunicação entre os indivíduos, constituindo-se em elemento essencial para a compreensão dos valores sociais, crenças e normas de conduta. Conforme Dantas (2009, p. 65), "a memória é uma necessidade fundamental" e o direito fundamental à memória "existe e consiste no poder de acessar, utilizar, reproduzir e transmitir o patrimônio cultural".

Em concordância com o entendimento de Shikida (2005, p. 43), a “memória é resguardado o lugar do lembrar, construir, desconstruir e compor”, desempenha papel crucial na construção e reconstrução do passado, sendo um processo reflexivo e organizativo que possibilita a recriação de eventos e trajetórias passadas. Lembrar implica não apenas reviver, mas também reestruturar e conferir significado ao tempo, situando o passado de forma cronologicamente coerente. A memória individual e coletiva atua como uma interação dinâmica entre o ser humano, o tempo, o espaço, a cultura e a sociedade, permitindo a revisão e a reconstrução histórica, sempre mantendo uma conexão com o passado.

Observa-se que a perspectiva Kessel (2004, p. 3) destaca que as “memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica e incluem elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo”. A linguagem desempenha papel crucial ao reafirmar o caráter social da memória, pois por meio dela ocorrem as trocas comunicativas entre os membros do grupo. Dessa forma, o ato de recordar e narrar está intrinsecamente ligado à linguagem, que funciona como instrumento socializador da memória, promovendo a redução, unificação e aproximação de experiências diversas em um mesmo contexto histórico e cultural.

"Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva", afirma Halbwachs (1990, p. 51), destacando a influência dos indivíduos na construção social da realidade e a inclusão das formulações vivenciadas por meio da memória individual na memória coletiva.

Para compreender a relação da memória no contexto institucional, é imprescindível definir o conceito de instituição e reconhecer a multiplicidade de discursos sobre a memória na sociedade. As instituições apresentam-se tanto como mecanismos de esquecimento quanto de lembrança, demandando a análise da racionalidade dos indivíduos na formação institucional. Ressalta-se a importância das instituições como formas essenciais de saber-poder, conforme a perspectiva de Foucault, sobre as relações entre saber e poder, que "não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza." (Foucault, 1984, p. 141).

Costa (1997) destaca que a análise das instituições deve considerar sua gênese histórica, evidenciando a articulação dos discursos e técnicas como relações de saber manifestas nas práticas sociais, a fim de identificar as matrizes que possibilitaram sua emergência. Assim, compreende-se que são o comportamento e a prática que constituem as instituições e orientam o processo de institucionalização.

A partir da compreensão dos elementos teóricos que regem as relações sociais institucionais, é possível definir o conceito de memória institucional, que requer articulação com a noção de sociedade. Para abordar a memória institucional, tornou-se necessária a revisão dos conceitos e das discussões interdisciplinares existentes, destacando-se que, desde a década de 1970, estudos sociológicos, históricos e antropológicos têm enfatizado a importância da preservação da memória. No século XXI, as instituições demonstram crescente interesse em preservar e disponibilizar sua história, objetivos e memórias, responsabilidade atribuída ao profissional da informação, que atua no tratamento, pesquisa, organização, registro e divulgação da memória institucional.

Costa (1995, p. 47) conceitua a "memória institucional é um conceito em construção" que articula elementos como nação, cultura, patrimônio, as distinções entre memória e história, tempo histórico e contexto social, evidenciando as inter-relações entre esses aspectos. A memória institucional é fundamental para preservar a história e a trajetória de uma instituição, organizando-se por meio de diversas fontes de informação, incluindo documentos, depoimentos e cronologias. Além de rememorar o passado, ela utiliza esse passado para orientar a construção do futuro conforme as necessidades atuais, destacando a importância de sua consolidação no presente como base para o porvir.

De acordo com Marcial e Vieira (2020, p. 151), a memória institucional compreende ao "conjunto de atributos, histórias, momentos, relações externas e trajetórias realizadas pelas instituições". Complementarmente, Costa (1995, p. 45) enfatiza que o desenvolvimento da memória institucional requer a definição de "métodos, políticas e meios adequados" para sua organização, embasados em uma estratégia de memória orientada para a ação. Essa política deve contemplar a organização do acervo histórico, abrangendo arquivos, bibliotecas e museus, de modo a preservar as informações produzidas pelas instituições e seus agentes. Além disso, deve incluir e as divulgações da memória institucional por meio de programas e projetos que transcendam os limites das próprias instituições. Isso alcança a sociedade, promovendo uma memória histórica inclusiva e crítica, em oposição a narrativas oficiais restritivas.

Conforme Souza e Bernardino (2020, p. 151), a memória institucional é constituída por elementos selecionados que refletem a “cultura organizacional”, formando os pilares que definem a identidade da instituição

Costa (1997) argumenta que as instituições são constituídas pelas ações e trajetórias dos indivíduos, sendo a memória institucional um reflexo desse processo contínuo. Dessa forma, cada indivíduo contribui para a formação institucional ao longo do tempo, embora nem sempre consciente disso. A experiência institucional é moldada pelos eventos cotidianos e pelos marcos de progresso, enquanto a memória possibilita a reconstrução das lembranças do passado.

A memória institucional é concebida como uma construção social, fruto das interações coletivas. Conforme Moreno, Lopes e Di Chiara (2011, p. 4), ao divulgar sua memória, as instituições têm a oportunidade de evocar sua “imagem perante a comunidade”. Em síntese, a materialização da memória institucional promove a construção de valores e o fortalecimento do sentimento de pertencimento e desenvolvimento institucional. Essa construção reflexiva ocorre por meio de documentos e depoimentos que refletem a concepção social vigente. As placas de formatura, nesse contexto, representam espaços de memória institucional, cujo valor reside não em sua materialidade, mas no conteúdo informacional que veiculam, seja ele transitório ou permanente, “[...] informação inserida em um suporte [...]” conforme Fernandes (2022, p. 79).

Então, a coletânea de placas de formatura dos cursos de graduação em Direito da FDR configura-se como extensora da memória institucional, parece refletir a intenção coletiva de preservar a história na instituição. Tal conjunto funciona como um memorial ao ar livre, caracterizando-se como um lugar de memória que detém vitalidade histórica ao encapsular momentos significativos da trajetória dos estudantes e contribuir para a construção da memória coletiva da instituição.

A memória, de acordo com Candau (2005, p. 22), “[...] não é pois um processo passivo de armazenagem: ela é plástica, flexível, flutuante, de uma grande capacidade adaptativa e variável de um indivíduo a outro”. Este raciocínio evidencia que a memória constitui um processo dinâmico e adaptável, suscetível a moldagens e alterações ao longo do tempo, sendo influenciada por novas experiências, emoções e outros processos relacionados à memória.

Segundo a perspectiva de Ricoeur (2007, p. 111), destaca-se que a memória pertence ao passado, mas é no presente que ela é reinterpretada através dos vestígios deixados ao longo da vida, “memória é o presente do passado, o que é dito do tempo e de sua relação com a interioridade pode facilmente ser estendido à memória”. A memória é vista como o

mecanismo de conexão, ligações entre ideias e palavras que constroem elos sociais e é o princípio da sociedade, identidade individual e coletiva. Assmann (2011, p. 146) afirma que a memória atua como uma "ponte entre passado, presente e futuro".

As placas de formatura em Direito na FDR constituem elementos que promovem a reflexão acerca da história, conferindo significado e ressignificando memórias tanto das ações e trajetórias dos indivíduos quanto coletivas dos formandos, sendo a memória institucional um reflexo desse processo.

3.2.1 Placas de formatura como suporte informacional e extensores de memória

A prática de guardar, registrar e preservar configura-se como uma característica ancestral da humanidade, permitindo a criação de vestígios e a fixação de memórias. Assim, os objetos materiais transcendem suas funções utilitárias ou meramente identitárias, atuando como mediadores e construtores das interações sociais, estando intrinsecamente vinculados aos indivíduos, não existindo de maneira autônoma. Conforme Candau (2005), tais documentos funcionam como extensores da memória.

Conforme Werle atesta em local visível,

[...] os quadros de formatura são um indício e um testemunho indelével, da ação institucional e da missão educativa alcançada. Atuam também como exemplo pois fixam uma imagem (sucesso, completude na formação) e, consequentemente expostos, instam aos seus apreciadores a também a alcançarem seus objetivos (Werle, 2005, p. 09).

Em suma, os quadros de formatura constituem um indicativo e um testemunho permanente da ação institucional e da missão educativa cumprida. Além disso, funcionam como exemplo ao representar uma imagem de sucesso e completude na formação, motivando, por sua exposição, os seus apreciadores a buscarem alcançar seus próprios objetivos. Já Silva (2021, p. 1445) diz que os “quadros de formatura enquanto a materialização de memórias”. Eles se configuram como suportes materiais que envolvem investimentos financeiros, sociais e emocionais. Além disso, contém elementos simbólicos que refletem histórias, trajetórias individuais e coletivas, identidades e o projeto educacional da instituição de ensino.

O conceito de memória na CI transcende a mera função de reconstrução avaliativa da passagem do tempo, configurando-se como um mecanismo fundamental para a manutenção de um vínculo dialógico e sociável que o pesquisador estabelece com o passado. Então, o conceito de memória está intrinsecamente relacionado à organização da informação, funcionando como vetor dos "traços informacionais" na matéria, e seu papel essencial é

garantir a eficácia na recuperação da informação, permitindo a evocação de uma "informação revitalizada" e assegurando que o conhecimento registrado seja acessível e relevante no momento da consulta (Silva; Oliveira, 2014, p. 136). Sob essa ótica, o conceito de memória na CI assume um papel estratégico ao articular passado e presente, sustentando a continuidade do conhecimento por meio da organização e recuperação eficaz das informações, garantindo que estas se façam pertinentes e acessíveis para futuras pesquisas.

A relação entre história e memória caracteriza-se por uma dinâmica dialética, na qual a primeira não detém o poder de extinguir a segunda. Conforme Ricœur (2007, p. 505), "[...] a história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo". Dessa maneira, a memória permanece como guardiã primordial dos acontecimentos, exigindo sua revelação por meio da representação do conhecimento histórico. Defende-se, assim, a compreensão da memória enquanto um atributo infomemorial, essencial para a preservação e manifestação do passado.

Na área da Ciência da Informação, o conceito de traços infomemoriais refere-se às informações potenciais inscritas em artefatos materiais que funcionam como suportes e representações da memória. Esses traços não somente conservam vestígios do passado, mas exercem papel essencial na preservação, circulação e transmissão da memória, viabilizando seu acesso e reativação. A fundamentação teórica relativa a essas informações potenciais, produzidas nos vestígios das atividades rememoradas, está ancorada em autores vinculados à filosofia da informação e à epistemologia histórica da Ciência da Informação, os quais contribuem para a compreensão dos processos de materialização e mediação da memória no campo informacional.

De acordo com Nascimento e Netto (2016), a memória consiste na materialização das representações ou registros de memória, na forma de objetos textuais, imagéticos, monumentais e coleções (os "lugares de memória"), aos quais se atribui valor patrimonial. Assim, o patrimônio atua como um mediador central na socialização e perpetuação das memórias coletivas.

Para Ferreira (2023, p. 87), os traços infomemoriais "são informações em potencial encontradas em artefatos que servem como suporte ou representação material de uma memória, alimentando-a". Portanto, um traço infomemorial é um vestígio, documento ou registro que carrega consigo informação e memória social, tornando-se um objeto de estudo para a Ciência da Informação.

A coleção de placas de formatura dos bacharéis em Direito da FDR é um valioso documento com traços infomemoriais que atua como extensores de memória e da consciência

histórica do campo jurídico brasileiro. Além disso, pode revelar aspectos complexos e significativos que contribuem para uma nova interpretação. Um exemplo de potencial infomemorial do episódio citado anteriormente sobre a turma 2017.1 da FDR evidencia-se na constituição de um documento simbólico que registra, preserva, transmite informação e memória sobre a resistência política dos estudantes durante um momento de crise no cenário político brasileiro.

O uso das placas de formatura configura-se como um exemplo notório do conceito de infomemorial, uma vez que atuam como suportes físicos que, simultaneamente, registram e preservam a memória individual e coletiva na instituição. Esses artefatos transcendem a mera função documental, funcionando como documentos que materializam, em suportes duráveis, como pedra, bronze, metal ou vidro, informações de cunho sócio-histórico e cultural relativas aos indivíduos, às turmas, aos eventos acadêmicos e à própria instituição.

A importância das placas de formatura reside não apenas na preservação de dados objetivos, tais como nomes, datas e fatos. Elas também têm a capacidade de simbolizar conquistas, identidades e memórias compartilhadas. Constituem-se, assim, como meios de comunicação de memória materializada que promovem a conexão entre o passado e o presente institucional. À vista disso, a placa de formatura funciona como um infomemorial que atesta a trajetória acadêmica de uma turma, preservando tanto o registro oficial quanto uma memória afetiva e simbólica.

A preservação física e a exposição desses documentos garantem que as futuras gerações possam reconhecer e rememorar tais conquistas, atuando como vestígios materiais e simbólicos essenciais para a construção da memória institucional. Assim sendo, as placas de formatura configuram-se como exemplos claros de infomemoriais, ao utilizarem a informação materializada para representar e eternizar a identidade e a história de um grupo e da instituição a que pertencem.

O documento, conforme argumentam Sousa e Oliveira (2025, p. 5), constitui-se como um meio fundamental para a expressão de “discursos carregados de intenções, em que os sujeitos buscam registrar suas práticas sociais, tais como seus posicionamentos políticos, valores simbólicos, suas crenças etc”. Dessa forma, tais documentos contribuem significativamente para a construção de referências de memória e para a formação de identidades, refletindo traços simbólicos que identificam pessoas e grupos.

De acordo com o ponto de vista de Candau (2014, p. 107), embora as capacidades memoriais inerentes ao ser humano sejam expressivas, o indivíduo raramente se satisfaz com o cérebro como única instância de estocagem de informações memorizadas, recorrendo desde

cedo a “extensões de memória”. O autor sustenta que essas extensões não apenas transferem, mas também ampliam as informações, ressaltando que, apesar das consideráveis habilidades de memorização humana, as pessoas constantemente utilizam tais mecanismos para complementar a capacidade de armazenamento cerebral.

Compreende-se que a exteriorização da memória possibilita a transmissão de lembranças, evidenciando desde suas origens a intenção de "produzir traços" para compartilhar sinais. Candau (2014, p. 108) caracteriza a transmissão da memória como um capital que envolve tanto recordações quanto esquecimentos, destacando a importância das "extensões de memória", elementos externos que contribuem para a preservação e evocação de recordações. A escrita, por sua vez, favorece a socialização da memória e o armazenamento eficiente das informações em comparação à transmissão oral, promovendo a criação de referenciais coletivos e garantindo maior durabilidade das memórias. O autor ainda argumenta que aqueles que registram as marcas do passado possibilitam à coletividade a reapropriação desse passado por meio das transcrições.

A materialidade do documento, seja na forma de um objeto físico ou de uma representação digital contendo registros com potencial informacional, desempenha o papel de instrumento capaz de ampliar a capacidade da memória, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva. Tal materialidade possibilita o acesso a informações e experiências passadas que, de outra forma, poderiam ser esquecidas. Nesse sentido, as placas de formatura da FDR configuram-se como extensores da memória, ao permitirem que as informações transcendam a memória individual, tornando-se acessíveis a outras pessoas ou ao próprio indivíduo em momentos posteriores. Dessa forma, contribuem para a preservação da narrativa de um grupo, comunidade ou sociedade, garantindo sua transmissão às futuras gerações.

Diante do exposto, os extensores de memória atuam como facilitadores da memória e da consciência histórica. Portanto, a análise das placas de formatura da FDR oferece um aporte significativo para a construção da consciência histórica no campo jurídico brasileiro.

4 OS ESTUDOS DA GENEALOGIA

"a genealogia não se limita à árvore genealógica, mas é a reconstrução histórica familiar do presente ao passado. É a sua própria história, pois vocês são todos aqueles que faleceram e os trouxeram até aqui" (Zoccarato, [s. d.]).

Em face do pensamento de Adauto Zoccarato, observa-se que a genealogia se revela como um campo que ultrapassa a simplória representação da árvore genealógica. Ela se configura, de modo mais abrangente, como uma meticulosa reconstituição histórica da linhagem familiar, envolvendo uma investigação que se processa regressivamente, do presente para o passado. Essa perspectiva sugere que a genealogia é, intrinsecamente, a narrativa fundacional do indivíduo, uma vez que a realidade atual é resultado da soma e da herança dos ancestrais que, no decurso do tempo, convergiram para possibilitar o seu surgimento.

Segundo o Dicionário *on-line* de Português, genealogia é uma "exposição cronológica da filiação de alguém cujas investigações possibilitam o conhecimento de sua descendência a partir de seus ancestrais" (Dicio, 2025, *on-line*). Portanto, a genealogia utiliza a representação de uma árvore genealógica para ilustrar a filiação de uma família.

A genealogia é concebida, por Rossi *et al.* (2018, p. 198), como uma “ciência auxiliar da história que estuda a origem, evolução e disseminação de grupos inter-relacionados por laços familiares”, seja por outros tipos de relacionamento. Pois, investiga os ascendentes e descendentes de um indivíduo, utilizando registros históricos, como “certidões de nascimento, casamento e óbito”, para identificar relações de parentesco, formais ou informais (Chao *et al.*, 1992).

Conforme o pensamento de Autran *et al.* (2019, p. 3), o termo "genealogia" é uma junção de "gen" (gene) e "logia" (estudo), e refere-se ao estudo da herança e dos fatores hereditários que moldam a formação dos indivíduos. Com origem no grego, "genealogia" está ligada a "geração" e "família", concentrando-se nos antepassados e descendentes de uma linhagem familiar.

De acordo com o Cidesp (S.I., *on-line*), a “genealogia é uma prática” de lastro histórico milenar. Ela foi observada em civilizações como a suméria, egípcia e hebraica. Nessas civilizações, o registro de linhagens era vital para a organização social, a perpetuação da herança e a manutenção da posição e dos direitos de propriedade. A formalização e a

estruturação desses registros foram intensificadas nas culturas gregas e romanas, por meio de rolos e documentos detalhados sobre a ascendência e os feitos de indivíduos.

Esse mesmo autor observa que, durante a Idade Média na Europa, a genealogia adquiriu um papel estratégico crucial, sendo utilizada pelas famílias nobres para a preservação de direitos e reivindicações territoriais. No contexto brasileiro, a colonização demandou a organização e catalogação dos vínculos familiares, especialmente nas classes mais elevadas. Isso resultou na criação de um corpo de registros genealógicos que, ao longo do tempo, se tornaram fundamentais para a pesquisa de cidadania e a comprovação de direitos de propriedade.

Segundo o entendimento de Ferreira (2011, p. 18), realizar uma genealogia “investigar da forma mais ampla possível uma dada família”. O propósito é descobrir o máximo número possível de conexões de parentesco, utilizando documentação confiável que valide as ligações entre indivíduos do passado dentro de um escopo de pesquisa predefinido.

Conforme os apontamentos de Rubem Queiroz Cobra (2016, *on-line*), apresentados no *site* Andrade Genealogia, a pesquisa genealógica constitui um elemento basilar para a “estrutura da identidade” individual e para a consciência de cidadania. O autor argumenta que essa investigação estabelece a indispensável conexão do indivíduo com sua origem, cultura e tradição. Esse mesmo autor sublinha, ainda, que o estudo deve ser estritamente fundamentado em documentos, uma vez que a confirmação dos vínculos de parentesco não apenas valida a pesquisa, mas também permite a incorporação de narrativas, desafios e particularidades dos antepassados. Dessa forma, a genealogia é concebida como o fio condutor que insere o indivíduo em uma cadeia histórica, operando como um mecanismo de combate ao esquecimento.

A pesquisa genealógica, conforme definida por Moura (2024), configura-se como uma jornada de descoberta de natureza pessoal e histórica, cuja precisão se fundamenta crucialmente nas fontes primárias. Tais documentos, incluindo certidões (nascimento, casamento, óbito), registros paroquiais e testamentos, são a base para a construção detalhada da árvore genealógica. A relevância dessas fontes reside no fato de oferecerem um relato direto e autêntico dos acontecimentos, diferenciando-se das fontes secundárias por eliminarem a interpretação ou distorção. Elas confirmam dados vitais e fornecem acesso a detalhes únicos sobre os ancestrais (como profissões e afiliações sociais), enriquecendo a história pessoal e cultural.

Agora, ao se discutir o conceito de entrelaçamento familiar no contexto da genealogia, faz-se referência à inter-relação existente entre duas ou mais famílias. Dessa forma, a

genealogia pode ser definida como a ciência que se dedica à investigação da origem, evolução e disseminação das gerações de uma família.

De acordo com Zoccarato (2012, *on-line*), "As raízes da árvore genealógica são nossos tônicos antepassados, que proporcionaram a nós sermos frutos vigorosos". Em suma, a afirmação do autor indica que a força e o êxito que experimentamos na vida atualmente estão diretamente relacionados ao legado (cultural, moral e físico) deixado por nossos ancestrais. Nossos antecessores, mediante suas batalhas e triunfos, foram o "tônico" imprescindível que nos possibilitou evoluir e alcançar nosso estado atual de força. É um reconhecimento da relevância da história familiar e uma expressão de gratidão às gerações que nos precederam.

A genealogia emprega a metáfora da árvore para ilustrar, de modo figurativo, a estrutura de uma família. Nesse contexto, o tronco simboliza a linha direta de descendência, enquanto os ramos representam as linhas colaterais, configurando, assim, a complexa rede de ascendência e descendência de um indivíduo. Conceitualmente, distinguem-se, essencialmente, dois tipos de representações: a árvore de ascendentes, focada nos antepassados (pais, avós, bisavós), e a árvore de descendentes, que abrange a prole (filhos, netos e bisnetos). A organização da estrutura segue uma ordenação cronológica, da data mais remota para a mais recente.

O conhecimento da história familiar transcende a mera catalogação de nomes, datas e localidades. Envolve a evocação das lutas, conquistas, desafios e aspirações daqueles que precederam os descendentes, conferindo lugar e voz a existências que poderiam ter sido obscurecidas pelo tempo. Este ato de trazer à memória não apenas honra as gerações anteriores, mas também proporciona um senso de pertencimento mais profundo à complexa teia da experiência humana. Adicionalmente, o esforço de pesquisa cumpre um duplo papel: primeiramente, garante a preservação da memória familiar para as gerações futuras, assegurando a vitalidade de legados e tradições. Em segundo lugar, oferece uma contribuição significativa para a história social do Brasil, ao documentar vivências individuais e coletivas inseridas em diversos contextos históricos e sociais.

A elaboração da árvore genealógica das famílias representadas nas placas de formatura de graduação da FDR será conduzida por meio de um rigoroso protocolo metodológico, visando à transparência e à validação dos dados. O processo inicial consistirá na identificação e seleção das linhagens familiares que exerceram uma influência notória e inquestionável na história da instituição e do estado de Pernambuco. Essa seleção será balizada por critérios de longevidade institucional e impacto profissional, priorizando as seguintes categorias de contribuição: indivíduos que, após a graduação na FDR, ascenderam a cargos de alta

envergadura no estado de Pernambuco, abrangendo os campos da Magistratura, Ministério Público, e os Poderes Legislativos e Executivos. Famílias que geraram professores, diretores da faculdade ou reitores da UFPE, demonstrando o engajamento na formação e na gestão da ciência jurídica. Linhagens familiares que se destacaram em outras esferas de projeção, incluindo a política, a literatura e o meio artístico, tiveram a sua formação na FDR, a qual complementou sua posição de influência no cenário estadual e nacional.

5 A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

"A Faculdade de Direito do Recife é uma tradição, uma legenda, um símbolo" (Ferreira, 1976, p. 9)

A citação consiste nas palavras com que o professor Pinto Ferreira inicia o seu artigo "História e Grandeza", publicado no Diário de Pernambuco em 11 de agosto em comemoração aos 150 anos da Faculdade de Direito do Recife, e que evidencia o impacto histórico, cultural e social dessa instituição emblemática para o Brasil. O artigo ressalta a importância da faculdade como um marco na formação jurídica e na consolidação de valores que transcendem o âmbito acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento social e político do país.

Ao longo de seus 198 anos de existência dos cursos jurídicos, a FDR contou com diversos estudantes envolvidos de alguma forma em movimentos políticos. Seja de maneira direta, por meio de filiação a partidos ou ocupação de cargos de governança. Ou de forma indireta, por meio de publicações em jornais e revistas, bem como pela participação em clubes políticos e atividades correlatas.

A FDR é um ícone da cultura jurídica brasileira, estabelecendo-se como base para a instrução do pensamento jurídico nacional e desempenhando um papel fundamental na formação de milhares de bacharéis. Entre os nomes simbólicos e representativos do direito, destacam-se figuras como Eptácio Pessoa e Nilo Peçanha, ex-presidentes da República; o abolicionista Joaquim Nabuco, patrono do Poder Legislativo pernambucano; o jurista Ruy Barbosa; o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, o escritor Ariano Suassuna, o designer gráfico brasileiro Aloísio Magalhães, o cantor-compositor e instrumentista Alceu Valença, o ex-vice-presidente do Brasil Marco Maciel, o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, como também Agamenon Magalhães, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Luiz Rafael Mayer, entre outras celebridades conhecidas no país.

De acordo com as informações disponíveis no *site* do Supremo Tribunal Federal (STF), a FDR se destaca como a segunda instituição de ensino superior em Direito no Brasil que mais contribuiu para a formação de ministros, com um total de 31 (Brasil, [s.d.]). Ao nível local, sessenta e cinco egressos da FDR já exerceram funções governamentais em Pernambuco e treze egressos da FDR assumiram a posição de prefeito do Recife (Projeto Memória da Faculdade de Direito do Recife, 2018, 2020).

É pontual enfatizar que diversas mulheres também contribuíram significativamente para o saber jurídico, como Maria Bernadete Pedrosa, sendo a primeira a lecionar na instituição, embora que exerceu suas atividades de forma voluntária e sem remuneração durante o biênio de 1963 a 1964, sendo oficialmente incorporada à UFPE em 1 de janeiro de 1965; Helena Caúla Reis, a primeira Diretora *Pro-Tempore* da FDR e que foi uma mulher símbolo do pioneirismo em Pernambuco, conforme estipulado pelo Diário Oficial da União (DOU) da Portaria de Pessoal Nº 044, datada de 25 de junho de 1998; como também, a primeira diretora eleita pela comunidade acadêmica foi a professora Luciana Grassano de Gouvêa Melo, conforme o DOU da portaria Nº 891 datada de 18 de abril de 2007, entre outras.

Uma pessoa emblemática no prédio da FDR foi o servidor Aldemir Sebastião dos Santos, que ingressou no dia 1 de janeiro de 1966, durante o período da ditadura. Atualmente aposentado, sua presença em eventos na FDR continua a ser frequente. Seu primeiro cargo na universidade foi o de auxiliar de serviços gerais no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Logo em seguida, transferiu-se para a FDR na gestão do diretor Professor Doutor Murilo Humberto de Barros Guimarães, onde atuou nos setores de arquivo, escolaridade e biblioteca. Com mais de 50 anos de dedicação, o senhor Aldemir se tornou um dos funcionários mais antigos da UFPE. Conforme divulgado na mídia de Pernambuco, em 17 de maio de 2019, recebeu a medalha destinada aos servidores civis que completam meio século de atuação no serviço público, em uma cerimônia presidida pelo reitor Anísio Brasileiro na época (G1, 2019).

A concessão da medalha é regulamentada pelo Decreto nº 51.061, de 27 de julho de 1961, assinado pelo então presidente Jânio Quadros, que institui a honraria para funcionários com 50 anos de serviço público sem registro de falta grave (BRASIL, 1961). A maioria dos estudantes que participou desse período de atuação teve a oportunidade de conhecer o renomado Senhor Aldemir. Ao longo de mais de 50 anos de dedicação à FDR, o senhor Aldemir acumulou diversas homenagens em reconhecimento ao seu trabalho incansável no serviço público, o qual teve um impacto significativo na construção da história da FDR e da sociedade na totalidade.

Até o ano de 1889, conforme registrado no Diário de Pernambuco de 1950, apenas três filhos de professores lograram alcançar a Cátedra (posto mais elevado na carreira de professor) durante os primeiros sessenta e um anos de existência da FDR. Este dado revela um aspecto significativo da história institucional, enfatizando a baixa incidência de sucessões familiares na ocupação dos cargos docentes durante o período em análise. Esses foram: João

Capistrano Bandeira de Melo Filho, Graciliano de Paula Batista, filho do professor Francisco de Paula Batista, e Manuel do Nascimento Machado Portela Júnior. No período da República, que se estendeu de 1890 a 1930, ou seja, mais de quarenta anos de instituição, apenas um filho de professor, Genaro Lins de Barros Guimarães, obteve a cátedra. Isso ocorreu quatorze anos após o falecimento de seu pai, Joaquim de Albuquerque Barros Guimarães. Assim, entre 1828 e 1950, apenas seis descendentes diretos de docentes, em números absolutos, ascenderam à Cátedra da faculdade, evidenciando que essa posição nunca foi uma herança transmitida de pais para filhos (Fundação Biblioteca Nacional, 1950).

Ademais, destaco os reitores da UFPE que se formaram na FDR: o primeiro a ocupar o cargo foi Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, graduado em 1901, que foi reitor de agosto de 1946 a 1959; Paulo Frederico do Rego Maciel, graduado em 1946, que exerceu a função de setembro de 1975 a 1979; e George Browne do Rego, graduado em 1963, que foi reitor de novembro de 1983 a 1987.

Por último, é de suma importância mencionar que, na FDR, houve diretores interinos, posição normalmente ocupada pelos professores (Lentes)⁸ mais antigos na instituição, além de diretores efetivos, abrangendo o período de 1830 até 2023. A seguir, apresenta-se a lista dos diretores efetivos da FDR:

- 1830 – Dr. Pedro de Araujo Lima (Marquez de Olinda);
- 1839 – Dr. Antonio Peregrino Maciel Monteiro (Barão de Itamaracá);
- 1844 – Bispo D. Thomaz de Noronha;
- 1847 – Cônego Miguel do Sacramento Lopes Gama;
- 1850 – Desembargador Bernardo José da Gama (Visconde de Goyanna);
- 1854 – Dr. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe);
- 1876 – Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira;
- 1889 – Conselheiro Dr. João Silveira de Souza;
- 1890 – Dr. Ernesto de Aquino Fonseca;
- 1891 – Dr. José Joaquim Seabra;
- 1891 – Dr. José Izidoro Martins Junior;
- 1893 – Dr. Ernesto de Aquino Fonseca;
- 1894 – Dr. Adelino Antonio de Luna Freire Filho;
- 1897 – Dr. Joaquim Tavares de Mello Barretto;

⁸ Professores no sentido “lentes-doutores”, quem lê e ensina.

- 1911 – Dr. Augusto Carlos Vaz de Oliveira;
- 1913 – Dr. Adolpho Tácio da Costa Cirne;
- 1915 – Dr. Sophronio Eutychniano da Paz Portella;
- 1917 – Dr. Adolpho Tácio da Costa Cirne;
- 1922 – Dr. Manoel Netto Carneiro Campello;
- 1930 – Dr. Virginio Marques Carneiro Leão;
- 1932 – Prof. Dr. Antonio Vicente de Andrade Bezerra;
- 1935 – Prof. Dr. José Joaquim de Almeida;
- 1938 – Prof. Dr. Antonio Vicente de Andrade Bezerra;
- 1945 – Dr. Joaquim Inácio de Almeida Amazonas;
- 1948 – Dr. Edgar Altino Correia de Araújo;
- 1954 – Prof. Dr. José Soriano de Souza Neto;
- 1962 – Prof. Sérgio Loreto Filho;
- 1963 – Prof. Dr. Murilo Humberto de Barros Guimarães;
- 1964 – Prof. Dr. Lourival Faustino Vilanova;
- 1967 – Prof. Dr. Mário Neves Baptista;
- 1972 – Prof. Hilton Guedes Alcoforado;
- 1976 – Prof. Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho;
- 1982 – Prof. Dr. Luiz Pinto Ferreira;
- 1984 – Prof. Sylvio Loreto;
- 1988 – Prof. José Luiz Marques Delgado;
- 1992 – Prof. Dr. Romualdo Marques Costa;
- 1996 – Prof. Dr. José Souto Maior Borges;
- 1998 – Prof. Dr. Francisco Ivo Dantas Cavalcanti;
- 2007 – Prof^a Dr^a Luciana Grassano de Gouvêa Melo;
- 2011 – Prof^a Dr^a Luciana Grassano de Gouvêa Melo;
- 2015 – Prof. Dr. Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti;
- 2019 – Prof. Dr. Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti;
- 2023 – Prof. Dr. Torquato da Silva Castro Júnior.

5.1 História da criação dos cursos jurídicos no Brasil

Em 1822, pouco após a Independência do Brasil, segundo Fernandes (2024, on-line), Dom Pedro I reconheceu a necessidade de contar com profissionais devidamente capacitados para a formação de uma cultura jurídica nacional, autônoma e desvinculada da coroa portuguesa. Considera-se que, durante esse período, a formação educacional e cultural da nação juvenil, especialmente no nível superior, se realizava na Europa, onde jovens brasileiros com recursos financeiros buscavam educação. Contudo, uma parcela significativa da população não tinha acesso a essa formação, que, na época, era predominantemente direcionada às artes. Assim, surgiu a necessidade de estabelecer cursos de direito no Brasil, um passo que esteve intrinsecamente ligado ao processo de consolidação da Independência e à construção do Estado nacional brasileiro (Rádio e TV Justiça, 2018).

Sabe-se que, até aquele momento, a maioria dos bacharéis em Direito, juristas e advogados no Brasil havia sido formada pela Universidade de Coimbra, em Portugal. Os estudantes brasileiros que lá estudavam enfrentavam vexames e considerável hostilidade e, em decorrência disso, começaram a reivindicar a criação de um curso de direito em território brasileiro (Rádio e TV Justiça, 2018).

Na sessão realizada em 14 de junho de 1823, foi apresentada na Assembleia Constituinte a primeira proposta para a criação do curso de Direito. Ela foi elaborada por José Feliciano Fernandes Pinheiro, que mais tarde ficou conhecido como Visconde de São Leopoldo, conforme ilustrado na Fotografia 2.

Fotografia 2 – Fotografia do Visconde de São Leopoldo – José Feliciano Fernandes Pinheiro



Fonte: Site do Arquivo da Faculdade de Direito (2017).

Após as apresentações e discussões de várias propostas pelos deputados, a Assembleia Constituinte aprovou, em 4 de novembro de 1823, um projeto de lei que previa a criação de duas universidades. Contudo, o imperador Dom Pedro I frustrou a primeira tentativa de implementação do curso ao dissolver a Assembleia antes de sancionar o projeto em questão, o que resultou na ineficácia de seus esforços em prol das universidades.

Em março de 1824, a Constituição promulgada pelo primeiro Imperador do Brasil tratou da questão da educação no Artigo 179, nos parágrafos XXXII — “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” — e XXXIII — “A Constituição garante colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas-letas e artes” (BRASIL, 1824). As expectativas em relação ao ensino superior eram elevadas, conforme destacou o deputado Luiz José de Carvalho e Mello. Ele sublinhou a importância de estabelecer uma base sólida para a prosperidade do império, por meio da formação de indivíduos qualificados nas ciências, aptos a ocupar cargos no governo.

Por meio de um decreto datado de 9 de janeiro de 1825, assinado pelo Ministro do Império, Estevem Ribeiro de Rezende, o imperador estabeleceu, de forma provisória, um curso jurídico na cidade do Rio de Janeiro. As diretrizes desse curso foram elaboradas pelo deputado Luís José de Carvalho e Mello, Visconde da Cachoeira. Contudo, o decreto não foi implementado e o curso não foi efetivamente criado.

A proposta de criação de um curso jurídico no Brasil foi novamente debatida em 1826, quando o deputado Lúcio Soares Teixeira de Gouveia sugeriu a revisão do projeto de lei apresentado pelo deputado José Feliciano Pinheiro.

Nesse contexto histórico, a evolução do ensino jurídico no Brasil teve início com a decisão da Assembleia Geral e a promulgação da Lei de 11 de agosto de 1827, assinada pelo Imperador Pedro I. A referida legislação estabeleceu duas faculdades de Direito no país, considerando aspectos geoculturais, com o intuito de atender tanto à região Sul quanto à região Norte do extenso território nacional (Brasil, 1827). A Figura 12 exibe uma representação de uma reprodução zincografada (arte de gravar utilizando lâminas de zinco) do Decreto original, datado de 11 de agosto de 1827. Esta reprodução foi elaborada com base no documento original, que se encontra no Arquivo Nacional, conforme mencionado por Netto Campello na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife (1923, p. 354). Este suporte apresentado na figura 12 está sob a custódia do arquivo da FDR.

Figura 12 – Representação de uma reprodução zincografada do Decreto que criou os Cursos Jurídicos no Brasil



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Bevilaqua (2012, p. 22) compreendia que, em especial, se considerava que Pernambuco simbolizava as tradições liberais, caracterizadas pelo "intenso amor à pátria", evidenciado nos movimentos de 1710, 1817 e 1824. Por sua vez, São Paulo representava "o espírito de organização política e a atividade econômica".

Em Pernambuco, os exames preparatórios foram realizados no Lyceu do Recife. Eusébio de Queiroz, sendo o primeiro aluno a chegar, entrou atrasado para evitar ser o primeiro, mas foi chamado pelo Dr. Lourenço José Ribeiro e acabou realizando o primeiro exame do curso, que foi de latim, com grande sucesso. Nos dias seguintes, Eusébio continuou a se destacar nos exames. Esses fatos estão registrados nos apontamentos sobre sua vida (1885) e na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito por Frei Pedro Bandeira de Mello (1922, p. 36).

A primeira delas foi inaugurada no Largo de São Francisco, em São Paulo, em 1 de março de 1828, em um antigo convento do século XVI que, em 1825, já contava com um acervo reunido pelos frades franciscanos (Cabral; Gabler; Ponte, 2017).

A segunda faculdade foi inaugurada em 15 de maio de 1828, no Mosteiro de São Bento, em Olinda (Leite, 1915, p. 4). Naquela época, “não havia bibliotecas públicas nem privadas ou lojas de livros” (Rodrigues, 2017, p. 14), e as instalações disponibilizadas pelos monges beneditinos eram insuficientes, o que evidenciou de maneira imediata a necessidade de uma livraria pública para os alunos. No ofício de 6 de junho de 1828, Lourenço José Ribeiro ressalta que "hum estabelecimento literário desta natureza não pode prescindir de huma livraria pública"⁹. Essa afirmação evidencia a importância fundamental da biblioteca

⁹ Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. Offícios da Diretoria: 1828-1834. Livro 446. p. 15. Ofício de Lourenço José Ribeiro de 6 de junho de 1828.

pública para o funcionamento pleno de uma instituição, que depende dela para cumprir seu papel cultural e educativo.

Os dois principais centros jurídicos do país desempenharam um papel crucial na consolidação da garantia jurídica e intelectual do Brasil. Com o advento dos cursos jurídicos no Brasil, um marco significativo na história do nosso país, é relevante destacar que os primeiros graduados a receber o título de bacharel em Direito foram seis estudantes que se transferiram de Coimbra e concluíram seus estudos em 1831 na Faculdade do Largo de São Francisco (D'Urso, 2022, *on-line*). Esses alunos foram: Antônio Cerqueira Carvalho da Cunha Pinto Júnior, da Bahia; Antônio Joaquim de Siqueira, do Rio de Janeiro; Antônio Simões da Silva, da Bahia; Francisco Alves de Brito, da Bahia; Manoel Vieira Tosta, da Bahia; e Paulino José Soares de Souza, da França (Maia, 1900, p. 216, 217, 220, 235, 272, 276).

O curso de direito em Olinda foi oficialmente inaugurado no dia 15 de maio de 1828, conforme registrado na imprensa da época, no Mosteiro de São Bento (Leite, 1915, p. 4). Na ocasião, o Dr. Lourenço José Ribeiro, na Fotografia 3, que atuava como diretor interino da instituição, proferiu um discurso durante uma cerimônia solene que contou com a presença de autoridades civis e eclesiásticas, além de uma salva de artilharia. A Câmara Municipal organizou a celebração de um *Te Deum* cântico de ação de graças, e iluminou a cidade por três noites, conforme relatado no livro de Bevilaqua (2012, p. 36).

Fotografia 3 – Retrato do Desembargador Lourenço José Ribeiro¹⁰.



Fonte: elaboração própria da autora (2025)

¹⁰ O Retrato do Desembargador Lourenço José Ribeiro encontra-se na Sala Museu Ruy Barbosa na Faculdade de Direito do Recife.

Conforme registrado na Revista Acadêmica da FDR por Campello (1923, p. 351), o Desembargador Lourenço José Ribeiro encaminhou uma correspondência ao Dr. Carlos Honório de Figueira, na qual expressou a seguinte mensagem acerca da inauguração:

A missão de fundar a Faculdade de Direito em Pernambuco me foi confiada pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Araujo Lima, então, assim como hoje, Ministro do Império, e Marquez de Olinda, e partindo da Côrte em 2 de Abril do dito anno apresentaram-se quarenta e dois estudantes, que se matricularam depois de feitos os exames preparatorios, e a Academia installou-se no dia 15 de Maio do referido anno, em presença de numerozo concurso e das primeiras autoridades, proferindo em um discurso analogo ao objecto. Era então Presidente de Pernambuco o fallecido senador José Carlos Mayrinck da Silva Ferrão, que de muito boa vontade se prestou a todas as requisições, occupava o logar de Commandante de Armas o fallecido Batão de Tramandahy, então Brigadeiro Antero José Ferreira de Britto, que muito concorreu para o brilhantismo deste acto, apresentando-se em Olinda com toda tropa do seu comando, e um parque de artilharia, que salvou depois de concluido o mesmo acto. (Revista Acadêmica da FDR, 1923, p. 351)

No livro "História da Faculdade de Direito do Recife", Bevilaqua relata que frei Bandeira de Mello detalhou a parte cedida à Academia do curso jurídico em Olinda, que:

[...] todo o lanço do primeiro andar e mais uma sala no andar térreo, da parte do mosteiro que dá para o mar. O salão principal da Faculdade era a grande sala por cima da sacristia. O atual capítulo era a sala do quarto ano, e a sala por cima do referido capítulo servia de sala de aulas para o primeiro e quinto ano. As cinco celas que ficam entre a sala do primeiro e quinto ano e o salão serviam: as duas mais próximas do referido salão, de secretaria; as três contíguas, de gabinete de estudo para os lentes. (Bevilaqua, 2012, p. 35)

As aulas tiveram início em 2 de junho de 1828, conforme relatado pelo diretor em seu documento dirigido ao Ministro do Império, José Clemente Pereira (Bevilaqua, 2012, p. 37). A primeira turma era composta de quarenta e dois estudantes oriundos de diversos estados brasileiros, além de alunos de países como Angola e Portugal, todos aprovados nos exames preparatórios. É pertinente destacar que o corpo docente era composto por Lourenço José Ribeiro, Manoel José da Silva Porto e José Moura Magalhães, conhecidos como Lentes, e contava com o apoio de dois substitutos, os doutores Antônio José Coelho e Pedro Autran da Mata Ribeiro. Ademais, é importante frisar que os professores mencionados obtiveram o grau de bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra.

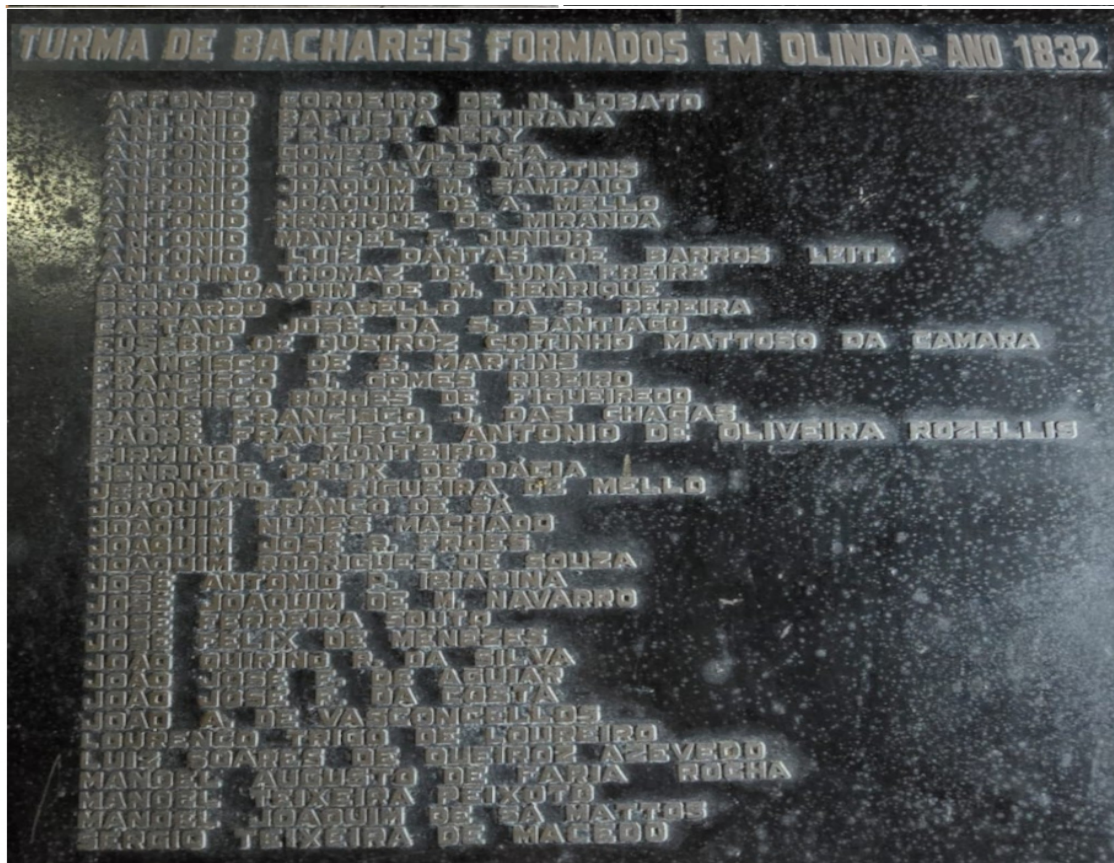
Além do mais, o curso de Direito em Olinda teve como seu primeiro diretor o Doutor Pedro de Araújo Lima, posteriormente conhecido como Marquês de Olinda e Regente do Império, que foi nomeado por meio do Decreto de 12 de outubro de 1827. Sua posse e início de exercício ocorreram em 1 de março de 1830, embora não tenha podido assumir na época devido a compromissos políticos, segundo o jurista Bevilaqua (2012, p. 110). Durante o período de inauguração, o diretor interino foi o Dr. Lourenço José Ribeiro, considerado a

figura central da faculdade nos seus primórdios. Ele foi nomeado pelo Decreto de 10 de janeiro de 1828, tomando posse em 28 de abril do mesmo ano (UFPE, [1828 – 1986]). Nos seus primeiros anos do curso de direito, oferecia apenas nove cadeiras e contava com a participação de nove lentes proprietários e quatro lentes substitutos em sua estrutura organizacional, sendo o curso ministrado ao longo de cinco anos.

A única placa de formatura dos bacharéis em Direito, localizada no Mosteiro de São Bento, em Olinda, é atribuída à turma da Restauração de 1975. Embora os integrantes dessa turma não tenham estudado no convento, fizeram e instalaram uma placa no local que marcou o início dos cursos jurídicos. Com o intuito de preservar a memória, a placa registra a homenagem aos pioneiros, destacando, no centro, a lista dos 41 primeiros formandos da Academia de Ciências Sociais e Jurídicas, datada de 1832, conforme ilustrado na Fotografia 4.

Fotografia 4 – A única placa de formatura localizada no Mosteiro de São Bento, em Olinda.





Fonte: adaptado pela própria autora (2025).

Apresenta-se a lista, em ordem alfabética, dos 41 primeiros alunos, acompanhados de suas respectivas naturalidades, que obtiveram o grau no curso de Direito em Olinda (Martins, 1931):

1. Afonso Cordeiro de Negreiros Lobato – Minas Gerais;
2. Antônio Batista Gitirana – Pernambuco;
3. Antônio Felipe Neri – Pernambuco;
4. Antônio Gomes Vilaça – Bahia;
5. Antônio Gonçalves Martins – Bahia;
6. Antônio Henrique de Miranda – Pernambuco;
7. Antônio Joaquim de Albuquerque Melo – Pernambuco;
8. Antônio Joaquim Monteiro Sampaio – Bahia;
9. Antônio Luís Dantas de Barros Leite – Alagoas;
10. Antônio Manoel Fernandes Júnior – Rio Grande do Sul;
11. Antônio Tomás de Luna Freire – Pernambuco;
12. Bento Joaquim de Miranda Henrique – Pernambuco;
13. Bernardo Rabelo da Silva Pereira – Pernambuco;
14. Caetano José da Silva Santiago – Pernambuco;
15. Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara – Angola;
16. Firmino Pereira Monteiro – Rio de Janeiro;
17. Francisco Antônio de Oliveira Rozeles (padre) – Pernambuco;
18. Francisco Borges de Figueiredo – Bahia;
19. Francisco de Sousa Martins – Piauí;
20. Francisco Joaquim das Chagas (padre) – Pernambuco;
21. Francisco Joaquim Gomes Ribeiro – Alagoas;
22. Henrique Félix de Dácia – Pernambuco;
23. Jerônimo Martiniano Figueira de Melo – Ceará;
24. João Antônio de Vasconcelos – Bahia;

25. João José Ferreira da Costa – Paraíba;
26. João José Ferreira de Aguiar – Pernambuco;
27. João Quirino Rodrigues da Silva – Pernambuco;
28. Joaquim Franco de Sá – Maranhão;
29. Joaquim José Ribeiro Fróis – Bahia;
30. Joaquim Nunes Machado – Pernambuco;
31. Joaquim Rodrigues de Sousa – Bahia;
32. José Antônio Pereira Ibiapina – Ceará;
33. José Felix de Meneses – Pernambuco;
34. José Ferreira Souto – Bahia;
35. José Joaquim de Moraes Navarro – Rio Grande do Norte;
36. Lourenço Trigo de Loureiro – Portugal;
37. Luís Soares Queirós de Azevedo – Bahia;
38. Manoel Augusto de Faria Rocha – Pernambuco;
39. Manuel Joaquim de Sá e Matos – Bahia;
40. Manuel Teixeira Peixoto – Pernambuco;
41. Sérgio Teixeira de Macedo – Rio de Janeiro. (Martins, 1931, p. [1-183])

É salutar dizer que Frei Pedro Bandeira de Mello afirmou que "[...] o arquivo deste mosteiro não logrou mover à compaixão os alheios que lhe puseram as mãos profanas durante o período de 1880–1895". No entanto, em 1895, D. Gerardo van Caloen conseguiu classificar a documentação e extrair algumas fontes históricas referentes ao período em que a Faculdade de Direito esteve instalada no Mosteiro (Mello, 122, p. 31).

Em um periódico da época chamado “Última Hora”, datado de 12 de agosto de 1963, o Professor Miguel Reale, durante sua visita ao Mosteiro de São Bento em celebração ao aniversário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil, ressaltou a relevância de Pernambuco preservar o Mosteiro como este. Ele foi o palco das primeiras de ciência jurídica. Ele também sublinhou: “[...] devemos atentar para o fato que o olhar para o passado não significa jamais uma volta, mas um alento para perspectivas futuras” (Fundação Biblioteca Nacional, 1963, p.2). O histórico Mosteiro de São Bento em Olinda destaca-se também por sua incomparável beleza arquitetônica e revela que a trajetória do curso jurídico na cidade foi um legado vibrante, que é um passado vivo, que se mantém atual e que se projeta para o futuro, renovando-se constantemente. É fundamental reconhecer a importância do Mosteiro de São Bento na formação dos primeiros juristas do estado de Pernambuco, ao se explorarem as memórias de seu passado.

Com mais cinco décadas desde a criação dos cursos de direito no país, surgiram as primeiras mulheres que conseguiram ingressar no cenário jurídico de Pernambuco. Durante o período do Brasil Império, foi concedido, por meio do Decreto Lei nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho, a autorização para que as mulheres pudessem frequentar instituições de ensino superior (BRASIL, 1880). Contudo, as candidatas

solteiras eram obrigadas a apresentar a autorização de seus pais para a matrícula, enquanto as casadas precisavam obter o consentimento por escrito de seus maridos.

Em Pernambuco, as primeiras mulheres a ingressar e concluir o curso de Direito foram Delmira Secundina da Costa, Maria Coelho da Silva Sobrinho e Maria Fragoso. Delmira Costa matriculou-se em 8 de março de 1884 na FDR, tornando-se a primeira mulher a fazê-lo, e finalizou o curso com distinção. As três pioneiras graduaram-se no final de 1888. Contudo, apesar de suas notáveis conquistas, os nomes delas não constam registrados no livro das cartas de registros de bacharéis da FDR (UFPE, [1832 – 2011]).

As mulheres referidas foram impactadas por ideologias familiares, religiosas e estatais que moldaram seu comportamento e restringiram suas oportunidades no âmbito jurídico. Naquele período, seu papel social era predominantemente confinado ao espaço doméstico, com escassas alternativas, como a atuação como professora nas séries iniciais ou a participação em atividades filantrópicas.

Ao destacar a trajetória das pioneiras que perpetuaram na memória o cenário jurídico de Pernambuco, torna-se claro o histórico esforço das pioneiras por reconhecimento e inclusão no meio acadêmico, especialmente no campo do direito, evidenciando a desigualdade de gênero que está profundamente enraizada em diversas sociedades da época.

Conforme estabelecido pelo Decreto 1.232 H, datado de 2 de janeiro de 1891, o surgimento da Revista Acadêmica foi instituído por iniciativa de Benjamin Constant, então Ministro da Instrução Pública e reformador da educação. Essa publicação destina-se a cada uma das Faculdades Federais da República. O jurista Clóvis Beviláqua (1891, p. 5), que foi o primeiro redator-chefe da revista, faz menção a esse fato no volume inaugural:

A bella reforma do ensino, que ha de ficar como vestígio luminoso da passagem de Benjamin Constant pelo governo, quaesquer que sejam pontos fracos e as lacunas que possa descobrir nella a critica philosophica, ha de ser fecunda em bons resultados, principalmente, porque fará diffundirem-se noções exatas sobre o conjunto das sciencias que nos fornecem os elementos da synthese objectiva do mundo, e porque despertará estímulos mentaes para as investigações scientificas (Revista Academica FDR, 1891, p. 5).

A fundação da revista acadêmica tinha: "O objetivo era incitar a produção científica no país, dar maior força a ela e criar laços entre instituições nacionais e internacionais. O primeiro artigo suscita uma evolução para o Direito, o que confirma o sentimento vanguardista dos lentes da faculdade", segundo Napolini (2008, *on-line*).

Ao longo de quase dois séculos de sua existência, a Faculdade de Direito foi instrumento decisivo no desenvolvimento da ciência do Direito no Brasil. Desde sua

fundação, esteve localizado em diversos imóveis nas cidades de Olinda e Recife. A cronologia da ocupação dos imóveis pode ser observada na Figura 13.

Figura 13 – Cronologia da ocupação dos imóveis utilizados pelo Curso Jurídico.



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

O curso de Direito e Ciências Sociais foi oficialmente inaugurado em 15 de maio de 1828, no claustro do Mosteiro de São Bento, em Olinda. No entanto, as aulas tiveram início em 2 de junho do mesmo ano, em instalações cedidas pelos beneditinos ao governo (Bevilaqua, 2012, p. 37). As normas monásticas não se adequaram à vida universitária, gerando insatisfações tanto entre os monges quanto entre os estudantes, devido à infraestrutura inadequada do mosteiro que abrigava a instituição de ensino.

Conforme publicado no periódico *A Província*, sob a autoria de Ambrósio F. de Barros Leite, o Reverendíssimo Fr. Galdino de Santa e Ignez apresentou várias solicitações ao Ministro do Império no 5º Gabinete. Em 26 de maio de 1845, o Senhor José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macahé, atendeu a essa demanda. Constatando que o antigo palacete dos governadores estava desocupado e em estado de ruína, o ministro mencionado solicitou ao presidente da província, Dr. Antônio Pinto Chichorro da Gama, que providenciasse a estimativa dos serviços necessários. Essa tarefa foi atribuída ao engenheiro

de obras públicas, Dr. Luiz Liger Wauthier, que avaliou os primeiros trabalhos em vinte e dois contos de réis (Leite, 1915, p. 4).

Posteriormente, ocorreu a primeira mudança, com a transferência do claustro para um edifício situado na Rua de São Bento, também em Olinda, onde anteriormente funcionou o palácio dos governadores de Pernambuco, atualmente a Prefeitura Municipal, após as devidas adaptações. Essa mudança foi implementada de forma gradual, iniciando em 26 de agosto, com o quinto ano já em funcionamento no novo edifício, denominado Academia. Em setembro, as aulas dos demais anos tiveram início no novo prédio, proporcionando a alunos e professores a oportunidade de se desvincularem das dificuldades enfrentadas no mosteiro, conforme mencionado por Bevilaqua (2012, p. 101). No entanto, essa localização foi ocupada por dois anos, um período relativamente curto.

A partir de 1854, a instituição foi transferida para um antigo sobrado na Rua do Hospício, n.º 69, no Recife, especificamente na esquina com a Rua do Príncipe. Este imóvel era de propriedade do Dr. Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, que exerceu a função de chefe de polícia em 1848, e tornou-se conhecido pelo epíteto popular de “Pardieiro”. A nova sede abrigou o curso, juntamente com seu anexo e a biblioteca, permanecendo no local por vinte e oito anos, até 18 de julho de 1882 (Leite, 1915, p. 4).

Em 18 de julho de 1882, a instituição foi transferida para o Colégio dos Jesuítas, localizado em um edifício adjacente à Igreja do Espírito Santo. Anteriormente, o Correio Geral, mencionado por Leite (1915, p. 4), estava situado na Praça Dezessete, anteriormente conhecida como Praça de Pedro II, em Recife.

No dia 19 de agosto de 1889, realizou-se a cerimônia de assentamento da pedra fundamental do novo edifício da Faculdade de Direito. O periódico chamado Jornal do Recife, datado de 29 de agosto de 1889, ano XXXII, nº 194, documentou de forma minuciosa todo o ato solene, segue a transição:

Aos 19 dias do mez de Agosto do Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos e oitenta e nove, sexagésimo oitavo da Independência e do Imperio do Brazil, pelas trez horas da tarde, no terreno situado entre as ruas – Princeza Izabel, ao norte, Riachuelo, ao sul, – Sete de setembro, a leste e Hospicio, ao oeste, na freguesia do Santíssimo Sacramento da Boa-Vista, da cidade do Recife, Capital da Provincia de Pernambuco, presentes: Sua Alteza Real o Sr. Marechal do exercito Conde d’Eu; Exm. Sr. Conselheiro Manoel Alves de Araújo, Presidente da Provincia; Exm. Sr. Chefe da esquadra Barão de Corumbá; Exm. e RVM. Dr. Jeronymo Thomé da Silva, governador do Bispado; Exm. Sr. Coronel do corpo de engenheiros José Cerqueira Aguiar Lima, comandante, interino, das armas; conselheiro Dr. João Silveira de Souza, diretor da Faculdade de Direito; lentes e professores; senador do Imperio, Exm. Sr. Conselheiro Luis Felipe de Souza Leão; os deputados gerais; membros da Assembléa Provincial; presidente e vereadores da Camara Municipal do Recife; Exm. Sr. Conselheiro Quintino José de Miranda,

presidente do Tribunal da Relação; Desembargadores e representantes da justiça pública; Dr. Geroncio Dias de Arruda Falcão, chefe da policia; autoridades civis e militares; Corpo consular; chefes de repartições publicas, engenheiros civis e miliares; redacções de jornaes; Associações Commercial Agrícola, Scientificas, Litterarias, e Beneficentes; muitas pessoas gradas; grande concursos de povo; para o fim de colocar-se a – Pedra inaugural do edificio destinado á Faculdade de Direito do Recife.

O Exm. e Revm. Sr. Governador do Bispado, tendo por assistente o Rvd. Sr. Vigario da fíguesia e seu Clero, benzeu-a solemnemente no altar convenientemente paramentado para esse acto, e sua Alteza Real, com o Exc. Sr. Conselheiro Presidente da província, Conselheiro Director da Faculdade e Presidente da Camara Municipal do Recife assentou no centro e base do alicerce expressamente construído por baixo da entrada principal do projectado edificio.

Esta – Pedra –de mármore branco perfeitamente polida, 0m 60 de comprimento sobre 0m 40 de largura e 0m018 de espessura, contém gravada a seguinte inscripção: Aos 19 dias de agosto de 1889, 68º da Independência e do Império, presentes S. A. Real Conde d'Eu, Exmo. Conselheiro M. Alves de Araújo, Presidente da Província, autoridades civis e militares, e diversos convidados, foi assentada esta pedra inaugural do edificio destinado á Faculdade de Direito do Recife.

Por baixo da mesma pedra, em uma cavidade rectangular de 0,m40 X 0,m25 X 0,m10 aberta em outra de cantaria de 0,m70 X 0,m50 X 0,m20, foi depositada um caixa de zinco hermeticamente fechada, de dimensões correspondentes ás da cavidade, dentro da qual se colocou um pergaminho original de presente termo, os jornaes do dia anterior, um exemplar do discursos impresso e pronunciado pelo Major do Corpo de Engenheiros Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, uma medalha de bronze comemorativa da lei de 13 de maio de 1888, mandada cunhar pelo Instituto Archeologico Geographico Pernambuco e pelo mesmo offerecida, uma moeda de ouro de dez mil réis, cunhada em 1856, uma de prata de dous mil réis de 1888, uma dita de mil réis, de 1878, uma dita de quinhentos réis, de 1863, uma dita de duzentos réis da mesma data, uma de nikel de duzentos réis, de 1888, uma dita de cem réis, de 1889, uma dita de cincoenta réis de 1887, uma de bronze de quarenta réis, de 1878, uma dita de vinte réis, de 1869 e uma dita de dez réis, de igual data: todas do Reinado de Sua Magestade D. Pedro II.

Para constar lavrou-se o presente – Termo em livro especial que será archivado na Bibliotheca da Faculdade de Direito, em que assignaram Sua Alteza Real, o Exm. Sr. Conselheiro Presidente da Provincia e mais pessoas presentes.

E eu, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, major do Corpo de Engenheiros, Director da Repartição de Obras Militares, por ordem de Exm. Sr. Presidente da Província, o fiz escrever e do subscrevi.

(Assignado).

Gaston de Orleans, Conde d'Eu.

M. Alves de Araújo.

Dr. Jeronymo Thomé da Silva, Governador do Bispado.

Dr. João Silveira de Souza.

Luiz Felipe de Souza Leão.

Dr. Galdino d'Assumpção e Santiago.

Visconde de Tabatinga.

Dr. José Hygino Duarte Pereira.

Desembargador Domingos A. A. Ribeiro.

José Marianno Carneiro da Cunha.

Ulysses Machado Pereira Vianna.

F. Apolygorio Leal.

Antonio Gomes Pereira Junior.

João B. U. Cavalcante.

(Fundação Biblioteca Nacional, 1889, p. 1)

Ao realizar uma análise da leitura do texto acima, observa-se que a pedra de mármore branco, que abriga uma caixa de zinco hermeticamente fechada, contém uma variedade de

objetos depositados no passado com o intuito de preservar uma memória. Entre os itens destacados, encontram-se um pergaminho original do presente termo, jornais datados do dia anterior e um discurso impresso do Major Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Além disso, há uma medalha de bronze comemorativa da Lei de 13 de maio de 1888, além de onze moedas (ouro, prata, bronze e níquel) de diferentes valores e anos, todas pertencentes ao reinado de D. Pedro II. Esse fato registrado neste periódico do Jornal do Recife é significativo e aponta que, no futuro, pode haver uma ressignificação do passado no contexto contemporâneo desses suportes caso sejam encontrados (Fundação Biblioteca Nacional, 1889, p. 1).

A localização precisa da pedra fundamental da FDR tornou-se, com o passar do tempo, desconhecida e negligenciada pela maior parte da comunidade institucional. Contudo, a investigação atual, fundamentada na análise documental presente no periódico Jornal do Recife e complementada por diálogo com a equipe de manutenção histórica da instituição, permitiu uma importante constatação: por meio da Planta Baixa – Nível 1 (Subsolo), verificou-se que o ambiente imediatamente abaixo do hall de entrada encontra-se completamente vedado e preenchido com aterro original datado da época da construção. Este ambiente, que não possui acesso há anos, configura-se como uma potencial "cápsula do tempo" preservando vestígios históricos originais da fundação do edifício. Esta área, localizada no subsolo, corrobora a informação histórica de que o artefato foi "assentado no centro e na base do alicerce expressamente construído sob a entrada principal do edifício projetado" (Fundação Biblioteca Nacional, 1889, p. 1). Desta forma, a entrada principal da FDR localiza-se na Rua Princesa Isabel, apresentando uma orientação estratégica para o oriente. Essa orientação transcende a funcionalidade arquitetônica, revestindo-se de um profundo significado simbólico, conforme referenciado pelo engenheiro José de Almeida Pernambuco. Em um artigo de 1927, o autor sublinha que é do oriente que "provém a luz, assim como a filosofia, a arte, a civilização e o Direito" (Pernambuco, 1927, p. 192). Nesse contexto histórico e simbólico, torna-se plausível inferir que um agente da época, conhecedor da relevância histórica da pedra fundamental, tenha deliberado pela sua preservação no local original. Considerando a ausência de registros de exploração ou intervenção, o artefato é presumidamente intocado no espaço designado. Consequentemente, a localização permanece até os dias atuais completamente vedada, assemelhando-se a uma cápsula do tempo, em conformidade com a natureza da caixa de zinco que tradicionalmente contém os documentos inerentes à pedra fundamental.

Após vinte e dois anos do assentamento da pedra fundamental, no dia 2 de julho de 1911, sob a supervisão do diretor Augusto Carlos Vaz de Oliveira, foi entregue o novo

edifício da Faculdade. Apesar de ainda serem necessárias algumas intervenções externas, como aterros, calçadas e gradil, o imponente edifício já estava concluído e devidamente equipado com a mobília apropriada, conforme mencionado por Bevilaqua (2012, p. 398).

Conforme expresso pelo jurista Bevilaqua (2012, p. 403) em sua obra "História da Faculdade de Direito do Recife", ele afirma que:

A 16 de março, efetuou-se a mudança da Faculdade para o novo edifício. Afinal, depois de andar, durante longos 83 anos, por casas de empréstimo ou imprestáveis, pôde a Faculdade de Direito do Recife instalar-se em prédio adequado, digno da sua alta finalidade, vasto, nobre, de belo estilo, com mobília correspondente e enriquecida a sua biblioteca de novos livros e de instalação apropriada (Bevilaqua, 2012, p. 403)

Após trinta anos, a faculdade manteve-se nas proximidades da referida Igreja até que, em 16 de março de 1912, foram transferidas as atividades do curso de Direito para o majestoso Palácio da Faculdade de Direito do Recife. Este edifício continua em funcionamento até os dias atuais, conforme ilustrado na Fotografia 5.

Fotografia 5 – Faculdade de Direito do Recife – 1911



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (1911/1912).

Observa-se na Fotografia 5, capturada a partir do Largo do Hospício, que ilustra a distância existente entre a cerca e o edifício da Faculdade, sinalizando uma área destinada à criação de um espaço arborizado. A cerca se apresenta paralela tanto à área do Hospício quanto à Rua Princesa Isabel, abrangendo integralmente hoje a Praça Adolfo Cirne.

Bevilaqua (2012) menciona que a ocupação dos imóveis destinados ao curso jurídico em Pernambuco passou por diversas fases. Inicialmente, a instituição encontrava-se em

situação de modéstia, quase indigente, instalada em tristes salas cedidas pela Ordem de S. Bento, em Olinda. Posteriormente, foi transferida para uma residência mais adequada, situada no alto da ladeira do Varadouro. Em seguida, estabeleceu-se no Recife, em prédios decrepitos, mas que, apesar da precariedade das instalações, contribuíram para a elevação espiritual da instituição, fazendo com que a pobreza da habitação fosse superada pelo brilho da cultura irradiada. Finalmente, alcançou sua sede atual, digna da sua nobreza intelectual e dos relevantes serviços prestados.

Observa-se que o curso de Direito ocupou diversos imóveis ao longo de sua história, e é inevitável que inúmeros acontecimentos tenham ocorrido nesses locais. Contudo, torna-se relevante destacar alguns fatos e memórias associadas às propriedades mencionadas.

Sabe-se que, a partir de novembro de 1829, Dr. Lourenço José de Ribeiro exerceu a função de primeiro diretor interino do curso no Mosteiro de São Bento. Ele dedicou-se de maneira incansável à elaboração de diversos ofícios solicitando a criação de uma biblioteca pública, com o objetivo de oferecer à juventude estudiosa um recurso de grande relevância. Após três anos de curso jurídico e muitos esforços do Dr. Lourenço José de Ribeiro, foram finalmente reconhecidos com a promulgação do Decreto Imperial em 7 de dezembro de 1830. Este decreto, composto por sete artigos, estabeleceu a instituição de uma Biblioteca Pública da Província em Olinda, a qual foi destinada e organizada para o recém-criado curso jurídico (BRASIL, 1830).

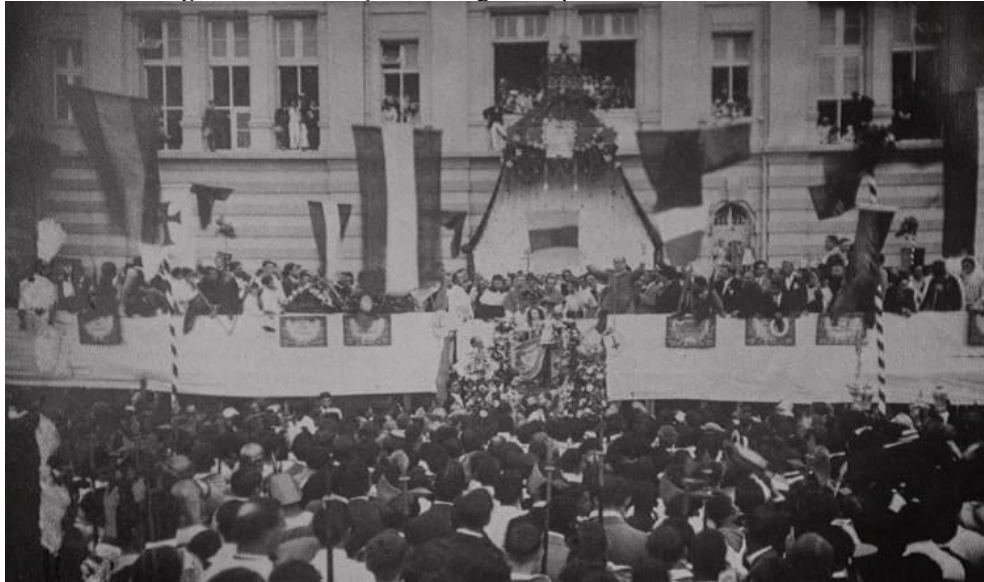
Avançando um pouco no tempo, em 10 de setembro de 1868, após as aulas terminarem e o velho sobrado já estar fechado, um incêndio eclodiu na parte superior do lado sul do prédio. Após esse incidente, muito da edificação e seus móveis foram destruídos, incluindo o salão de beleza, a secretaria e o arquivo. Felizmente, o arquivo foi preservado com poucas perdas (Amaranto, 1868, p. 8). Apesar do incêndio ocorrido no velho sobrado, as aulas continuaram a ser ministradas no mesmo local até meados de 1882. Foi quando foram transferidas para o Colégio dos Jesuítas, situado na Praça Dezesete (antiga Praça de Pedro II), que posteriormente foi demolido para dar passagem à atual Rua do Imperador, em Recife.

Adiante, em 1903 e sob a direção do Dr. Joaquim Tavares de Mello Barretto, ocorreram inundações resultantes de chuvas torrenciais, que, de forma recorrente, devastaram uma parte considerável do valioso acervo do arquivo. Essas circunstâncias ocasionaram perdas significativas e irreparáveis de documentos de importância histórica e administrativa (Câmara, 1904, p. 108).

Após oito anos da inauguração do prédio da Faculdade de Direito do Recife, ocorreu um evento de significativa relevância que marcaria a história das ciências jurídicas em nosso

estado. Conforme divulgado nos periódicos de grande circulação da época, foi a solenidade de coroação de Nossa Senhora do Carmo como padroeira do Recife e Rainha de todo o estado de Pernambuco. Este evento teve lugar nos jardins da FDR, no dia 21 de setembro de 1919.

Fotografia 6 – Coroação da imagem da padroeira do Recife na FDR



Fonte: G1 PE (2019).

Conforme a Fotografia 6, a cerimônia contou com a presença de vinte e oito bispos de diversas partes do país, além de autoridades civis e militares, e atraiu um grande público, sendo considerado um momento ímpar na história da fé católica no estado. Em homenagem a essa cerimônia, foi fixada uma placa de pedra na parede lateral do prédio, voltada para a Rua do Hospício, com o intuito de celebrar o evento, registrar na memória dos recifenses e reconhecer sua importância para a comunidade católica da cidade (Fotografia 7).

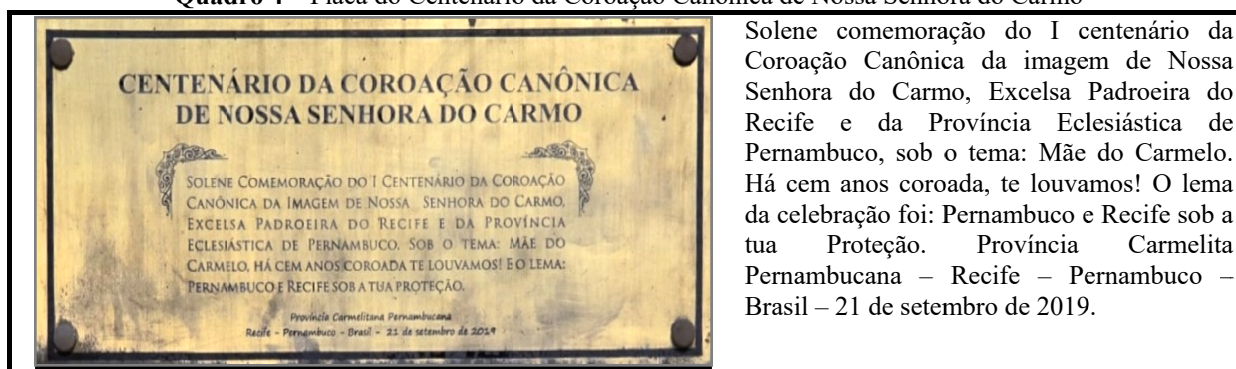
Fotografia 7 – Placa comemorativa da Coroação Canônica da imagem de Nossa Senhora do Carmo.



Fonte: autora (2025)

De acordo com a comunicação da Arquidiocese de Olinda e Recife, a carreata em homenagem ao centenário da coroação de Nossa Senhora do Carmo ocorreu no dia 19 de setembro de 2019. O evento teve início na Basílica do Carmo e percorreu as ruas da capital pernambucana, passando em frente à Faculdade de Direito, situada na Boa Vista, no centro do Recife. Durante a celebração, foi montada uma estrutura que abrigou a imagem da Santa para a Coroação Canônica, acompanhada de uma réplica da coroa utilizada há 100 anos. Após a cerimônia, foi instalada uma placa em homenagem ao centenário da coroação canônica de Nossa Senhora do Carmo, conforme ilustrado no Quadro 4, contendo a seguinte inscrição:

Quadro 4 – Placa do Centenário da Coroação Canônica de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: autora (2025)

Outro aspecto intrigante a ser destacado refere-se à ausência de formandos da FDR no ano de 1934¹¹, conforme demonstrado pela análise documental abrangendo o período de 1900 a 1974. Para elucidar essa lacuna relativa a 1934, foram investigados registros que comprovassem tanto a inexistência de formandos quanto as razões subjacentes a tal ocorrência. Durante a pesquisa no acervo da instituição, constatou-se que, embora não houvesse formandos naquele ano, ocorreram matrículas regulares dos alunos nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, com o desenvolvimento das aulas seguindo seu curso normal. O acervo também contém registros de matrículas e exames referentes às turmas do ano de 1934 (UFPE, [1930 – 1939], p. 83).

Ademais, no ano de 1933, por meio da análise dos livros de matrícula e dos dossiês preservados, verificou-se que a turma da FDR antecipou seus estudos, concluindo o 4º e 5º anos no mesmo exercício (UFPE, [1930 – 1939], p. 67). Conforme apresentado na Imagem 2.

¹¹Após a conclusão do inventário dos dossiês referentes ao período de 1900 a 1974, realizado em 2019 no acervo do Arquivo, verificou-se, por meio da análise dos livros de lista de matrícula dos anos de 1930 a 1939 e do Livro de Registro de Bacharéis dos anos de 1931 a 1941, que não houve formandos na FDR no ano de 1934.

Imagem 2 – Lista geral dos estudantes matriculados no 4º e 5º ano na FDR em 1933.

Alunos matriculados no 4.º e 5.º ano			
— A —			
	N.º de matricula no 4.º ano	N.º de matricula no 5.º ano	Naturali- dade
Antonio de Mélo Mota	2	2	Alagôas
Anfrísio Ribeiro de Brito	9	10	Parahyba
Alfredo Gaspar de Oliveira Mendonça	11	11	Pernambuco
Ascendino Virginio de Moura	29	26	Parahyba
Aluizio da Silva Castro	40	38	Pernambuco
Apolonio Carneiro da Cunha Nobrega	47	47	Parahyba
Antonio José da Luz Amaral	50	50	Parahyba
Antonio Taveira de Farias	54	54	Pernambuco
Abílio Xavier de Almeida	57	57	Rio G. do Norte
Adalberto Ribeiro Gomes da Silva	59	59	Parahyba
Alvaro Van der Ley Lima	75	75	Pernambuco

Fonte: Site do Arquivo da Faculdade de Direito (1934).

Em 07 de dezembro de 1933, foi realizada a colação de grau dos bacharéis da Constituinte, presidida pelo Diretor Interino, Professor Gervásio Fioravanti Pires Ferreira, com a presença do paraninfo Professor Annibal Freire da Fonseca e do orador da turma, Octacílio Alecrim. Importa ressaltar que, no registro de graduados entre 1931 e 1941, não constam nomes referentes a formandos de 1934 (Fundação Biblioteca Nacional, 1933, p. 1). Dessa maneira, pode-se concluir que os alunos previstos para se formarem em 1934 anteciparam sua conclusão para o ano anterior, em 1933, em virtude de alguns professores da FDR terem sido convocados para integrar a "Comissão do Itamaraty" no governo de Getúlio Vargas, incumbida da elaboração do anteprojeto da Constituição de 1934.

Em 11 de agosto de 1946, foi estabelecida a Universidade do Recife, por meio do Decreto-Lei nº 9.388, datado de 20 de junho de 1946, com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco. Esta instituição de ensino superior possui autonomia em suas esferas administrativa, financeira, didática e disciplinar. Inicialmente, a universidade abrangeu a Faculdade de Direito do Recife (fundada em 1827), a Escola de Engenharia de Pernambuco (inaugurada em 1896), a Faculdade de Medicina do Recife, juntamente com as Faculdades de Odontologia e Farmácia (criada em 1914), a Escola de Belas Artes de Pernambuco (fundada em 1932) e a Faculdade de Filosofia do Recife (instituída em 1939).

Por meio da atuação do então diretor, Professor Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, que desempenhou um papel fundamental na criação da Universidade do Recife e na construção da Cidade Universitária, foi possível alcançar importantes avanços. O Professor Joaquim Amazonas foi diretor da FDR em 1945 e também ocupou o cargo de primeiro reitor da Universidade do Recife, exercendo essa função por treze anos, desde a fundação da instituição até o ano de 1959, quando faleceu.

Em um momento posterior, conforme noticiado na imprensa da época, Diário de Natal, em 6 de junho de 1961, estudantes de direito realizaram a ocupação do prédio da faculdade, obstruindo o acesso dos dirigentes. Em resposta à situação, o presidente Jânio Quadros designou o ministro da Educação, Brígido Tinoco, para se deslocar a Recife. No dia 8, uma reunião envolvendo autoridades militares e educacionais resultou na decisão de que o Exército assumisse o controle da FDR, ação que transcorreu sem incidentes entre os militares e os estudantes (Fundação Biblioteca Nacional, 1961, p. 1).

Vale ressaltar que, ao longo da história do curso jurídico em Pernambuco, nos diversos imóveis que o abrigaram, ocorreram inúmeros acontecimentos, fatos e memórias que não caberia aqui mencionar exaustivamente, destacando-se apenas alguns deles.

6 O QUE NARRAM AS PLACAS DA FDR?

“O passado não é aquilo que passa, é aquilo que fica do que passou”.

(Lima, [1893-1993], online)

No site de Fernando Machado, é apresentado o pensamento de Alceu Amoroso Lima, conhecido pelo pseudônimo Tristão de Athayde, que oferece uma reflexão poética e filosófica sobre o passado ao afirmar que este não se define apenas pelos eventos que ocorreram, mas, sobretudo, pelo que permanece como vestígio, registro ou resquício desses acontecimentos. Ainda que o passado possa parecer frágil e distante, constitui um referencial indispensável para orientar as decisões e ações no presente, proporcionando lições fundamentais que auxiliam na prevenção de equívocos futuros. Essa visão ressalta a importância da memória histórica como um instrumento essencial para a construção de um futuro mais consciente e responsável, conforme enfatizado por Lima.

6.1 Ambiente das placas de formatura na FDR

Ao adentrar o ambiente onde estão fixadas e expostas as placas de formatura dos bacharéis em Direito, localizadas nas paredes dos corredores centenários da FDR que circundam o pátio interno da edificação, o visitante perceberá que esse ambiente ecoa os passos de renomados juristas e pensadores que influenciaram o panorama jurídico do Brasil.

Este ambiente é nostálgico, estabelecendo uma conexão entre o presente e o passado, permitindo a vivência de memórias antigas. Como também, apresenta detalhes no ambiente de estrutura de ferro no estilo arquitetônico eclético.

O edifício da FDR, datado do início do século XX, abriga as placas de formatura em dois ambientes distintos. O primeiro, conforme mencionado pelo engenheiro responsável, é o andar térreo, que simboliza, segundo a frase de Vitruvius, a simplicidade, a resistência e a dignidade do ser humano. O segundo ambiente em que se encontram as placas de formatura é o subsolo, projetado na época de sua construção para absorver o lençol freático (Fotografia 9).

Fotografia 8 – Pátio interno e os corredores centenários da FDR.



Fonte: autora (2025).

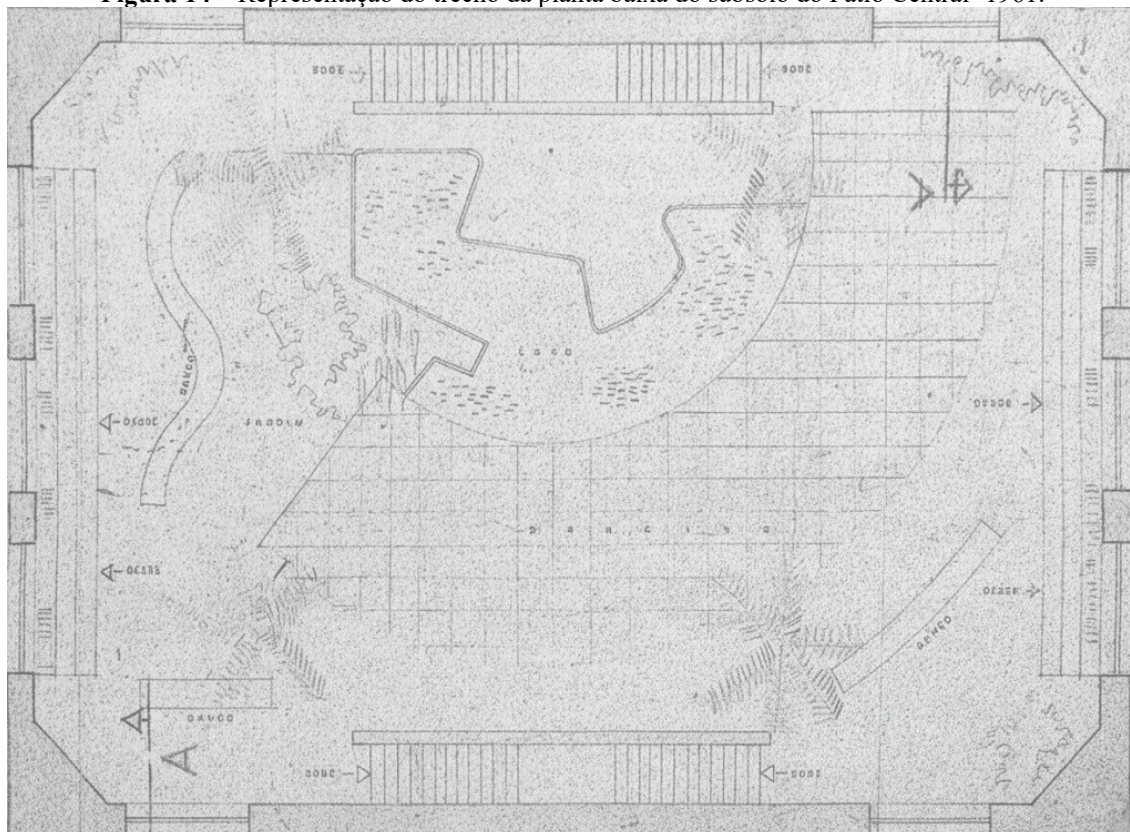
Segundo Veiga (1998, p. 2), em 1877, quando o Governo Imperial deu início à construção de um edifício destinado à faculdade, contratando o engenheiro Luiz Pucci, que selecionou um local caracterizado por uma coroa arenosa,ilhada por camboas, denominado Ilha dos Ratos, que estava localizada em frente ao antigo sobrado que sediava a faculdade. No final do século XVIII, essa área era conhecida como Ilha dos Ratos e apresentava uma largura mínima de 143 metros. Destaca-se que a construção representa um testemunho da "expansão territorial urbana do Recife por meio de aterros das camboas" (Medeiros, 2007 *apud* Santos e Ribeiro 2021, p. 284).

Com o decorrer do tempo, tornou-se necessária a ampliação do número de salas devido à reforma no sistema de ensino, que alterou o modelo seriado para o sistema de créditos. Em função dessa mudança, verificou-se um crescimento significativo no número de alunos, demandando a criação de novas salas de aula para acomodar a demanda.

Dessa forma, foi proposta ao diretor a execução de escavações para o aprofundamento do subsolo, processo que incluiu a remoção e o transporte da areia para o aterro do pátio central. Este pátio, anteriormente configurado com um lago, uma área destinada à dança e bancos ondulados, constituiu um espaço de convivência para os jovens daquela época. No arquivo da FDR, encontra-se uma planta baixa do subsolo, datada de 9 de novembro de 1961,

que documenta a configuração do pátio central naquele período, conforme evidenciado na figura 14:

Figura 14 – Representação do trecho da planta baixa do subsolo do Pátio Central -1961.



Fonte: adaptado pela própria autora (2025).

Inicialmente, existia apenas o primeiro degrau; posteriormente, com a adição de areia resultante da escavação do subsolo, foram construídos o segundo e o terceiro, sendo possível observar na fotografia 10 a desigualdade nas dimensões do primeiro degrau. O espaço destinado ao *dancing*, ao jardim e ao lago, frequentemente confundido com um chafariz, constituía, na época, um local de convivência e reflexão acadêmica para os membros da instituição, incluindo os estudantes, tendo sido posteriormente aterrados. Atualmente, poucos têm conhecimento da existência dessa estrutura sob o atual pátio central, conforme registrado na planta baixa de 1961.

Devido ao aterro realizado, a vegetação cultivada não se desenvolvia adequadamente em função da baixa permeabilidade do solo, prejudicando a retenção hídrica e a aeração radicular. Relata-se que a esposa do professor de Direito Tributário da época demonstrava grande interesse na conservação do jardim, tendo providenciado recursos para a aquisição de saibro, material granular com boa capacidade de drenagem e estabilidade estrutural, que substituiu parte da areia original. Essa intervenção possibilitou a melhoria das condições

físico-químicas do solo, favorecendo o desenvolvimento da grama e de outras espécies, como rosas e antúrios, promovendo a revitalização do espaço. Hoje, o acesso do subsolo ao pátio central é realizado por meio da subida de três degraus (Fotografia 10).

Fotografia 9 – Vista da escada que conecta o subsolo ao pátio central do edifício.



Fonte: Autora (2025).

Cumprе destacar que, atualmente, encontra-se instalada nesta área do subsolo uma bomba de drenagem com capacidade adequada para remover volumes significativos de água em curto período, sendo fundamental para a prevenção de enchentes e a manutenção das condições ambientais. O equipamento opera automaticamente, ativando-se mediante detecção de acúmulo hídrico, garantindo a célere remoção da água e minimizando transtornos à infraestrutura. Em caso de falha no funcionamento da bomba de drenagem, torna-se inevitável o alagamento do subsolo da FDR.

Conforme noticiado pela imprensa de Pernambuco, no dia 26 de novembro de 2024, ocorreu a reinauguração do pátio central do icônico edifício da FDR, um verdadeiro símbolo da tradição jurídica brasileira (Diário de Pernambuco, 2024, *on-line*).

Este projeto de revitalização recebeu a autorização do diretor efetivo da FDR, Torquato de Castro Júnior, e contou com o apoio integral do advogado, empresário e escritor Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, que reafirma seu compromisso com a preservação da história desta instituição.

Em entrevista ao jornal do Diário de Pernambuco, o empresário salientou: “Este momento representa um novo marco para o jardim, que, ao longo das décadas, tem sido um espaço de convivência e reflexão acadêmica para todos os membros da instituição de ensino”

(Rodrigues, 2024, *on-line*). Conforme demonstrado na fotografia 13 apresenta-se a imagem do pátio central da FDR, registrada em 4 de novembro de 2024, antes da revitalização, e em 24 de fevereiro de 2025.

Fotografia 10 – Registro comparativo do pátio central da FDR, evidenciando seu estado antes da revitalização e após a intervenção.



04 de novembro de 2024



24 de fevereiro de 2025

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Antes de explorarmos as representações fotográficas das placas de formatura dos bacharéis em Direito, que estão fixadas e distribuídas ao longo das paredes dos corredores centenários da FDR, servindo como um meio de preservação da memória é necessário que nos familiarizemos com alguns símbolos jurídicos presentes.

Os símbolos do direito são também conhecidos como símbolos da advocacia e possuem seu direito de utilização garantido pela legislação. Confira o artigo:





E-3.048/04 – SÍMBOLOS DA ADVOCACIA – A IMAGEM DA JUSTIÇA (TÊMIS), A BALANÇA, A BECA E AS INSÍGNIAS PRIVATIVAS DO ADVOGADO – RAZÕES ESTATUTÁRIAS, ÉTICAS E HISTÓRICAS DITADAS PELA NOBREZA DA ADVOCACIA – INFLUÊNCIA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. Os símbolos do advogado, cujo direito de uso é assegurado pelo inciso XVIII do artigo 7º da Lei nº 8.906/94 e regrado pelo Provimento nº 08/64 do C.F.O.A.B. (influenciado pelo I.A.B.), são representados (i) pela figura mitológica de Têmis – deusa grega que personifica a Justiça –, equilibrada pela balança e imposta pela força da espada; (ii) pela Balança, que representa o mencionado equilíbrio das partes; e (iii) pela Beca, usada pelo profissional do direito como lembrança do seu sacerdócio e respeito ao Judiciário. A presença do crucifixo nas salas de júri e dos advogados é um alerta para o cometimento de um erro judiciário que não deve ser esquecido, enquanto que a figura de Santo Ivo justifica o título de padroeiro dos advogados, pelo conhecimento de Direito que detinha e por sua luta em defesa dos necessitados. O uso de desenhos, logotipos, fotos, ícones, frases bíblicas, orações ou citações célebres, ainda que eventualmente de boa estética, é vedado pelo artigo 31, caput, do Código de Ética, letras “c” e “k” do artigo 4º do Provimento nº 94/00 do CFOAB e artigo 4º da Resolução nº 02/92 do T.E.P. “Mas as insígnias que lhe são privativas devem ser ostentadas com orgulho pelo advogado”. V.U., em 21/10/04, do parecer e ementa do



Rel. Dr. BENEDITO ÉDISON TRAMA – Rev. Dr. GUILHERME FLORINDO FIGUEIREDO – Presidente Dr. JOÃO TEIXEIRA GRANDE (Brasil, 1994).

Em síntese do artigo apresentado, os símbolos oficiais da advocacia, cujo uso é privativo e garantido por lei, incluem a figura mitológica de Têmis (Deusa da Justiça, equilibrada pela balança e imposta pela espada), a própria Balança (representando o equilíbrio) e a Beca (que simboliza o sacerdócio da profissão e o respeito ao Judiciário). Além disso, o texto menciona símbolos como o Crucifixo, que serve como aviso contra erros judiciais, e Santo Ivo, considerado o santo protetor dos advogados por sua dedicação à defesa dos necessitados. Contudo, em relação à identidade visual e divulgação profissional, é expressamente proibido utilizar logotipos, fotografias, ícones, versículos bíblicos ou citações famosas. O advogado deve limitar-se a exibir com orgulho apenas os símbolos que são exclusivos para ele, de acordo com o Código de Ética e as diretrizes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

Todavia, os símbolos desempenham um papel essencial no campo do Direito, funcionando como representações visuais de valores e princípios que fundamentam a prática jurídica. Pois transmitem conceitos complexos de forma clara e acessível, destacando ideias como justiça e imparcialidade. Além disso, os símbolos exercem diversas funções no contexto jurídico, facilitando a compreensão de conceitos complexos para o público e comunicando ideias de equidade e neutralidade. Eles também servem como lembretes dos princípios fundamentais do Direito, como a imparcialidade, orientando tanto o público quanto os profissionais do setor. No quadro 5, mostram algumas representações de símbolos jurídicos.

Quadro 5 – Alguns símbolos da advocacia e seus significados

Nome	Representação
	A balança, no contexto do cristianismo, representa um símbolo e atributo preeminente do juiz universal no juízo final. Com a balança em mãos, ele decide se a pessoa que se encontra diante da cadeira do juiz divino será destinada ao paraíso celestial ou aos tormentos eternos do inferno (Biedermann, 1994, p. 49).
	A espada, associada ao símbolo da Justiça, representa a decisão e a separação entre o bem e o mal, sendo misericordiosa com o primeiro e punindo o segundo (Becker, 1999, p. 101). Ela é a máxima expressão da força para condenar o culpado e absolver o inocente.
	Themis carrega as tábuas da lei, que desempenham um papel fundamental na ordem, união, vida e princípios para a sociedade e o indivíduo, além de uma balança que equilibra o mundo de acordo com leis universais, entre o caos e a ordem. (Grimal, 1997, p. 435).
	Na mitologia grega, Diké, também conhecida como Dice ou Astreia, é a divindade que representa a Justiça. Filha de Zeus e Têmis, "ela não usa vendas para julgar". Segundo Ferraz Júnior (2003, p. 32-33), os gregos representavam Diké segurando em sua mão esquerda uma balança com dois pratos, porém sem o fiel no meio, e em sua mão direita uma espada. De pé e com os olhos bem abertos, a deusa declarava a existência do justo quando os pratos estavam em equilíbrio. Conforme afirma Ferraz Júnior, "O fato de que a deusa grega tinha uma espada e a romana não, mostra que os gregos aliavam o conhecer o direito à força para executá-lo". Essa simbologia evidencia a união entre a ponderação racional e a força na aplicação da justiça na tradição grega.

	A Lei das Doze Tábuas (Lex Duodecim Tabularum ou simplesmente Duodecim Tabulae, em latim) constituía uma antiga legislação que deu origem ao direito romano. Essa lei formava o núcleo da constituição da República Romana e do <i>mos maiorum</i> , que se refere às antigas leis não escritas e às regras de conduta (Alves, 2007, p. 637).
	O trono pedestal desempenha uma função universal ao servir como suporte para a glória, o poder e a manifestação da grandeza humana, bem como das instituições. Trata-se de um espaço que concentra o poder de quem nele se senta (Chevalier; Gheerbrant, 2002, p. 911).

Fonte: adaptado de Biedermann (1994), Ferraz Júnior (2003), Grimal (1997), Alves (2007), Chevalier; Gheerbrant (2002).

Sabe-se que Themis ou Temis é uma divindade da mitologia grega que personifica a justiça moral, simbolizando a verdade, a equidade e a humanidade, acima das paixões humanas (Brasil, 2012). De maneira assídua, é representada com os olhos vendados e segurando uma balança, o que denota imparcialidade (Universidade Anhembi Morumbi, 2025). Como deusa da justiça, da lei e da ordem, Thêmis tem a função de proteger os oprimidos e de aconselhar Zeus, sendo sua segunda esposa. Ela é filha do Céu (Urano) e da Terra (Gaia) e mãe das Horas e das Moiras (Brasil, 2012). Themis é respeitada por sua sabedoria e virtudes, e está associada a eventos significativos, como a Guerra de Troia, que, segundo a tradição, teria sido desencadeada por sua proposta para controlar a população da Terra (Brasil, 2012).

Em uma perspectiva mais moderna, Themis é representada sem as vendas, simbolizando a Justiça Social, na qual o contexto em que o indivíduo se insere é considerado um fator que pode agravar ou atenuar suas responsabilidades (Brasil, 2012). Os pratos iguais da balança de Themis indicam que não existem distinções entre os seres humanos no que diz respeito ao julgamento de seus erros e acertos (Brasil, 2012).

De acordo com Ihering (2004), o direito transcende a mera concepção abstrata, configurando-se como uma força viva e dinâmica. Desta forma, a Justiça sustenta em uma das mãos a balança, instrumento com o qual avalia o direito, enquanto na outra empunha a espada, símbolo da defesa e da execução desse mesmo direito. Portanto, ambas se complementam, e o verdadeiro Estado de Direito somente se realiza quando a força, representada pela espada, é exercida com a mesma habilidade com que se maneja a balança da justiça.

Segundo Fuks, Diana e Fernandes (2008), a tradição cristã associa a pomba branca ao símbolo da paz e da esperança, origem esta que remonta a uma passagem bíblica do Antigo Testamento. No relato do dilúvio, Noé envia uma pomba para localizar terra firme, a qual retorna portando um ramo de oliveira, sinal emblemático do recuo das águas e do restabelecimento da vida terrestre. Tal simbologia representa não apenas a continuidade da

existência humana, mas também a mensagem de paz e renovação entre Deus e a humanidade, consolidando a pomba como símbolo universal de boas novas e concórdia.

De acordo com uma reportagem divulgada no *site* Atribuna.com.br (2025), a simbologia da folha de louro possui origens na antiguidade clássica, estando intimamente associada à mitologia grega, em que era considerada planta sagrada do deus Apolo, divindade do sol, das artes e da profecia. Conforme a lenda de Apolo e Dafne, a ninfa, ao fugir do assédio do deus, foi transformada em loureiro, planta que Apolo adotou como sagrada, utilizando suas folhas em coroas que representavam vitória e honra. Essa simbologia estendeu-se a poetas e estudiosos de destaque, consolidando-se no termo “laureado”. Tal tradição preserva-se em instituições contemporâneas, como a Universidade de Oxford, que emprega a folha de louro em seu brasão, simbolizando a busca pelo conhecimento e o triunfo intelectual.

Diante do exposto, ao longo da história, os símbolos do direito ou símbolos da advocacia desempenham papel essencial na construção da identidade e tradição do sistema legal. Eles representam valores fundamentais como a busca pela justiça, a aplicação equilibrada da lei e a autoridade dos profissionais do Direito. Muitos desses símbolos, originários de raízes históricas profundas, permanecem presentes no cotidiano dos tribunais em todo o mundo, contribuindo para a preservação da história, da solenidade e da nobreza da profissão jurídica.

6.2 O processo de verificação das coleções de placas de formatura dos bacharéis em direito na FDR

Antes de descrever o processo de verificação das coleções de placas de formatura, é importante ressaltar que não existe registro formal, seja em livros, documentos, no arquivo ou no setor responsável pelo apoio logístico da área, acerca do surgimento da primeira placa de formatura. As informações obtidas pelo setor indicam que os alunos formandos deixam as placas para serem fixadas na parede, as quais são oficialmente apresentadas no momento do discurso de descerramento da placa, ato que marca a inauguração dela nos corredores do edifício da FDR. A ausência do registro formal da entrada ou retirada das placas de formatura na FDR contribui para o apagamento da memória institucional, comprometendo a preservação e a continuidade dos registros históricos da organização.

O processo de verificação e inventário da coleção de placas de formatura dos bacharéis em direito, abrangendo o período de 1953 a 2024 e fixadas nos corredores

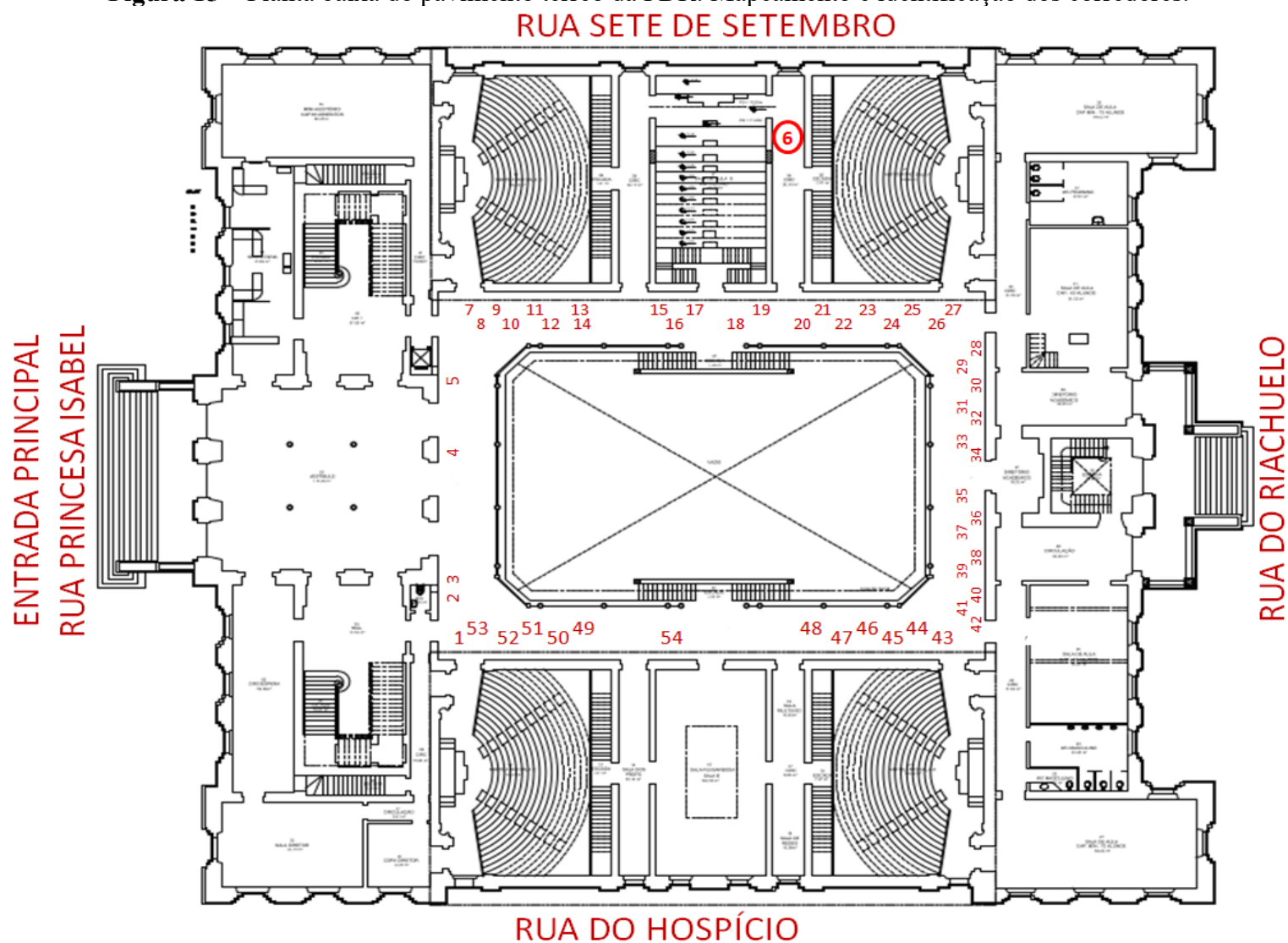
centenários da FDR, constitui uma possibilidade de preservação da memória institucional. Para a efetivação do mapeamento, utilizaram-se as plantas baixas dos Níveis 2 (Térreo), 1 (Subsolo) e 3 (1º Andar), da FDR, com o propósito de identificar os corredores existentes e a disposição de todas as placas. Estas foram organizadas em uma numeração cronológica, em função do corredor de localização e do respectivo ano de formatura.

Este procedimento demonstrou-se meticuloso e prolongado, sendo a primeira etapa de mapeamento realizada em 22 de julho de 2024, seguida pela conferência em 17 de fevereiro de 2025. O objetivo central desse mapeamento consistiu em identificar todos os corredores que abrigam placas e a localização específica de cada uma na planta baixa, conforme demonstrado nas Figuras 15, 16 e 17. Após a conclusão dessas etapas iniciais, o foco da investigação concentrou-se no exame minucioso de cada detalhe, indício, signo e vestígio de servidores, docentes, discentes e personalidades registrados nas placas. Conforme Uhlenbeck (2020), essa fase se assemelha à abertura de um caminho na selva, caracterizando-se como uma busca incessante por marcas e indícios a serem identificados pelo pesquisador.

Em consonância com o que Assmann (2011, p. 53) discorre acerca de rastros soterrados e esquecidos, e visando à reconstrução de evidências relevantes para a contemporaneidade, a análise detalhada de cada placa de formatura resultou em descobertas significativas. Essa experiência proporcionou a recuperação de memórias que, embora estivessem em estado de latência, permanecem perpetuadas no suporte material.

Para situar o leitor quanto à disposição espacial do *corpus* e sua materialidade, utilizam-se dois instrumentos de visualização. Primeiramente, a Figura 15 apresenta a planta baixa do pavimento térreo da FDR, com o mapeamento detalhado e a identificação precisa dos corredores onde as placas se localizam. Em seguida, o Quadro 6 expõe a sequência detalhada das representações fotográficas das 54 placas de formatura situadas no pavimento térreo, numeradas de 1 a 54. Essas placas abrangem o período de 1953 a 2005 e registram os nomes das turmas conforme constam em cada uma delas. A prospecção realiza-se de forma minuciosa em 22 de julho de 2024 e é posteriormente conferido em 17 de fevereiro de 2025.

Figura 15 – Planta baixa do pavimento térreo da FDR: Mapeamento e identificação dos corredores.



Fonte: Planta baixa nível 2 (Térreo), FDR, adaptado pela autora, 2025.

Quadro 6 – Representação das placas de formatura dispostas no pavimento térreo da FDR.



1 – Bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais – Turma de 1953



2 – Turma de Bacharéis de 1955 – 16 de dezembro de 1980



3 – Turma de Bacharéis de 1956



4 – Turma de Bacharéis de 1957



5 – Bacharéis de 20 de dezembro de 1958



6 – Bacharéis de 1959 – Turma Clovis Bevilacqua



7 – Bacharéis de 1960 – Turma Prof. Arnóbio Graça



8 – Bacharéis de 1961 – 1911 Turma do Cinquentenário 1961



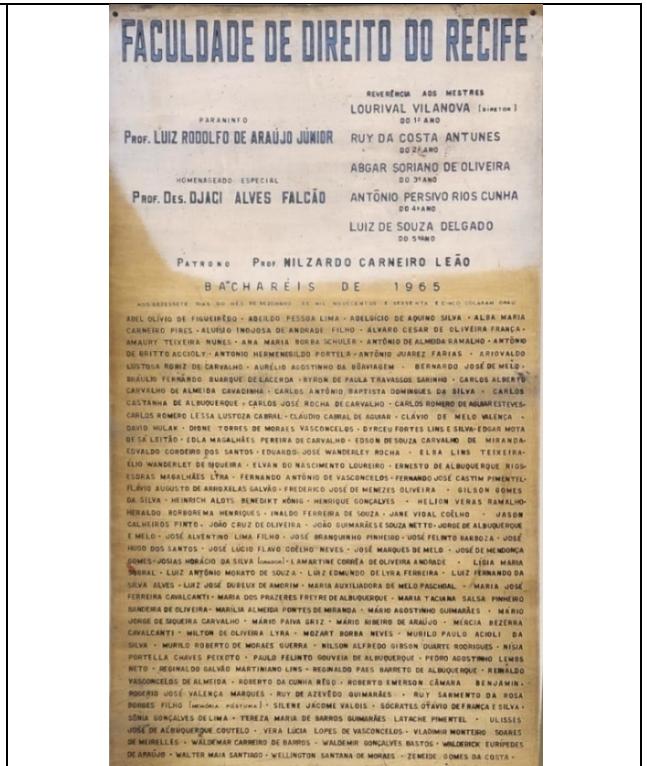
9 – Turma de Bacharéis de 1962



10 – Bacharéis de 1963 – Turma de João XXIII



11 – Bacharéis de 18 de dezembro de 1964 – Turma
Prof. Sérgio Loreto Filho



12– Bacharéis de 1965



13 – Bacharéis de 1966 – Turma D. Helder Câmara



**14 – Bacharéis de 1967 – Turma Desembargador
Ângelo Jordão Filho.**

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

TURMA PROF. LUIZ PINTO FERREIRA

HOMENAGENS:
Ao Mestre - Prof. JOSE MOURA ROCHA
Especiã - Prof. NILZARD CARNEIRO LEAO
Postuma - JORNALISTA SERGIO PORTO
Presidente do Conselho - Prof. ANTONIO PESSARO DA SILVA
Honra do Direito - DON. HELDER CAMARA

REPRESENTANTES:
1º Ano - Prof. GERMANO VASCONCELOS COELHO
2º Ano - Prof. AUGUSTO DE SOUSA DUQUE
3º Ano - Prof. FRANCISCO EVANOR DE PAIVA DROFE
4º Ano - Prof. GENTIL DE CARVALHO MENDONÇA
5º Ano - Prof. LUIZ MARIANO DE SOUZA DELGADO

HOMENAGEM À DEDICAÇÃO
Secretaria - NALVACANTINO DE CARVALHO
Honrários do Aluno - SEVERINO FERREIRA ABRAH
- JOSE DIONISIO MENDES

COMISSÃO DE FORMATURA
Presidente - JOAO FIRMINO DA ROCHA
Secretaria - LUCIA GONCALVES DE OLIVEIRA
Tesoureira - MARIA DO SOCORRO CARVALHO

BACHARELANDOS DE 1968

ALAIN PRUDENCIO DA SILVA
ALDA MARIA SIMONETTI DE OLIVEIRA
ANA MARIA PACHECO DE VASCONCELOS
ANTONETA MARIA DA SILVA CAJAZEIRA
AQUINO DE FARIAS REIS
BARTIRA DE ALMEIDA BARROS
CLAUDIO COELHO D'AMORIM
EDVALDO GOMES DE ALEMEAR
EDUARDO GOMES DE SOUZA
ENALDO TORRES FERNANDES
EUDISIO DE MOURA SALGADO
FERNANDO ANTONIO PEREIRA LIMA
FRANCISCO JOSE DE FREITAS
GERALDO MAGELA CARDOSO
GIT MAN LIANG
GRACIAN CEBRINO
GUSTAVO KRAUSE CRICILVES SORRINHO
HILDA PINHEIRO CAMPOS GOUVEIA
ISSAC DO NASCIMENTO MONTEIRO
JOAO DA MATA DE SOUZA
JOAO FIRMINO DA ROCHA
JOAO LUIZ CAVALCANTI
JOAO VIRGILIO RAMOS ANDRÉ
JOSE LUIZ GUDES
JOSE MARIA COE JOVENTINO
JOSE PAULO CAVALCANTI XAVIER
JORGE TEIXEIRA VILELA

LINEIA JOSE MAGALHÃES DUARTE
LUCIA GONCALVES DE OLIVEIRA
LUIZ ALBERTO DINIZ FERRAZ
LUIZ CAMILO DE ALMEIDA
MARGARIDA MARIA DE OLIVEIRA COELHO
MARIA AUXILIADORA LIRA TAVARES
MARIANO CARMO DE SILVA GOMES
MARIANO DO SOCORRO CARVALHO
MARIA ISABEL CORREIA DE MELO
MARIA TERESA BASTOS BORGES
MARLI VILA NOVA DE MORAES
MARIO PEREIRA LIMA
MAURO BEZERRA E SILVA
NEIDE GOMES TORRES
OSIRIS NEVES DE MELO FILHO
PEDRO CORDEIRO DA SILVA
PEDRO CUNHAS ALVAREZ
THERESINHA DE MOURA BELLO
RAIMUNDO PEREIRA NETO
RODOLFO PESSOA DE VASCONCELOS
ROSALY TREZENA PATU
SÔNIA MARIA ZIRPOLI
SYLVIO ROBERTO HOLLY LELLIS
TATIANA TAVARES GUERREIRO
THERESINHA DE MOURA BELLO
TUNISIAR MEIRA LIMA ANDRADE ARAUJO
VIRGILIO BARROS DE MEDEIROS CAMPOS
VITAL CAVALCANTI NOVAES

15 – Bacharéis de 1968 – Professor Luiz Pinto Ferreira

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Turma - Prof. Dr. LUIZ RODOLFO DE ARAUJO JUNIOR

19º DEZEMBRO DE 1969

HOMENAGENS:
Ao Mestre - Prof. Dr. LUIZ RODOLFO DE ARAUJO JUNIOR
Especiã - Prof. Dr. LUIZ RODOLFO DE ARAUJO JUNIOR
Postuma - JORNALISTA SERGIO PORTO
Presidente do Conselho - Prof. ANTONIO PESSARO DA SILVA
Honra do Direito - DON. HELDER CAMARA

REPRESENTANTES:
1º Ano - Prof. GERMANO VASCONCELOS COELHO
2º Ano - Prof. AUGUSTO DE SOUSA DUQUE
3º Ano - Prof. FRANCISCO EVANOR DE PAIVA DROFE
4º Ano - Prof. GENTIL DE CARVALHO MENDONÇA
5º Ano - Prof. LUIZ MARIANO DE SOUZA DELGADO

HOMENAGEM À DEDICAÇÃO
Secretaria - NALVACANTINO DE CARVALHO
Honrários do Aluno - SEVERINO FERREIRA ABRAH
- JOSE DIONISIO MENDES

COMISSÃO DE FORMATURA
Presidente - JOAO FIRMINO DA ROCHA
Secretaria - LUCIA GONCALVES DE OLIVEIRA
Tesoureira - MARIA DO SOCORRO CARVALHO

BACHARELANDOS

ALAIN PRUDENCIO DA SILVA
ALDA MARIA SIMONETTI DE OLIVEIRA
ANA MARIA PACHECO DE VASCONCELOS
ANTONETA MARIA DA SILVA CAJAZEIRA
AQUINO DE FARIAS REIS
BARTIRA DE ALMEIDA BARROS
CLAUDIO COELHO D'AMORIM
EDVALDO GOMES DE ALEMEAR
EDUARDO GOMES DE SOUZA
ENALDO TORRES FERNANDES
EUDISIO DE MOURA SALGADO
FERNANDO ANTONIO PEREIRA LIMA
FRANCISCO JOSE DE FREITAS
GERALDO MAGELA CARDOSO
GIT MAN LIANG
GRACIAN CEBRINO
GUSTAVO KRAUSE CRICILVES SORRINHO
HILDA PINHEIRO CAMPOS GOUVEIA
ISSAC DO NASCIMENTO MONTEIRO
JOAO DA MATA DE SOUZA
JOAO FIRMINO DA ROCHA
JOAO LUIZ CAVALCANTI
JOAO VIRGILIO RAMOS ANDRÉ
JOSE LUIZ GUDES
JOSE MARIA COE JOVENTINO
JOSE PAULO CAVALCANTI XAVIER
JORGE TEIXEIRA VILELA

ALAIN PRUDENCIO DA SILVA
ALDA MARIA SIMONETTI DE OLIVEIRA
ANA MARIA PACHECO DE VASCONCELOS
ANTONETA MARIA DA SILVA CAJAZEIRA
AQUINO DE FARIAS REIS
BARTIRA DE ALMEIDA BARROS
CLAUDIO COELHO D'AMORIM
EDVALDO GOMES DE ALEMEAR
EDUARDO GOMES DE SOUZA
ENALDO TORRES FERNANDES
EUDISIO DE MOURA SALGADO
FERNANDO ANTONIO PEREIRA LIMA
FRANCISCO JOSE DE FREITAS
GERALDO MAGELA CARDOSO
GIT MAN LIANG
GRACIAN CEBRINO
GUSTAVO KRAUSE CRICILVES SORRINHO
HILDA PINHEIRO CAMPOS GOUVEIA
ISSAC DO NASCIMENTO MONTEIRO
JOAO DA MATA DE SOUZA
JOAO FIRMINO DA ROCHA
JOAO LUIZ CAVALCANTI
JOAO VIRGILIO RAMOS ANDRÉ
JOSE LUIZ GUDES
JOSE MARIA COE JOVENTINO
JOSE PAULO CAVALCANTI XAVIER
JORGE TEIXEIRA VILELA

16 – Bacharéis de 1969 – Turma Prof. Dr. Luiz Rodolfo de Araújo Júnior.

FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

TURMA - Prof. Dr. MARILIO MONTENEGRO DE BARROS GUIMARÃES

1970

HOMENAGENS:
Ao Mestre - Prof. Dr. MARILIO MONTENEGRO DE BARROS GUIMARÃES
Especiã - Prof. Dr. MARILIO MONTENEGRO DE BARROS GUIMARÃES
Postuma - JORNALISTA SERGIO PORTO
Presidente do Conselho - Prof. ANTONIO PESSARO DA SILVA
Honra do Direito - DON. HELDER CAMARA

REPRESENTANTES:
1º Ano - Prof. GERMANO VASCONCELOS COELHO
2º Ano - Prof. AUGUSTO DE SOUSA DUQUE
3º Ano - Prof. FRANCISCO EVANOR DE PAIVA DROFE
4º Ano - Prof. GENTIL DE CARVALHO MENDONÇA
5º Ano - Prof. LUIZ MARIANO DE SOUZA DELGADO

HOMENAGEM À DEDICAÇÃO
Secretaria - NALVACANTINO DE CARVALHO
Honrários do Aluno - SEVERINO FERREIRA ABRAH
- JOSE DIONISIO MENDES

COMISSÃO DE FORMATURA
Presidente - JOAO FIRMINO DA ROCHA
Secretaria - LUCIA GONCALVES DE OLIVEIRA
Tesoureira - MARIA DO SOCORRO CARVALHO

BACHAREIS DE 1970

ALAIN PRUDENCIO DA SILVA
ALDA MARIA SIMONETTI DE OLIVEIRA
ANA MARIA PACHECO DE VASCONCELOS
ANTONETA MARIA DA SILVA CAJAZEIRA
AQUINO DE FARIAS REIS
BARTIRA DE ALMEIDA BARROS
CLAUDIO COELHO D'AMORIM
EDVALDO GOMES DE ALEMEAR
EDUARDO GOMES DE SOUZA
ENALDO TORRES FERNANDES
EUDISIO DE MOURA SALGADO
FERNANDO ANTONIO PEREIRA LIMA
FRANCISCO JOSE DE FREITAS
GERALDO MAGELA CARDOSO
GIT MAN LIANG
GRACIAN CEBRINO
GUSTAVO KRAUSE CRICILVES SORRINHO
HILDA PINHEIRO CAMPOS GOUVEIA
ISSAC DO NASCIMENTO MONTEIRO
JOAO DA MATA DE SOUZA
JOAO FIRMINO DA ROCHA
JOAO LUIZ CAVALCANTI
JOAO VIRGILIO RAMOS ANDRÉ
JOSE LUIZ GUDES
JOSE MARIA COE JOVENTINO
JOSE PAULO CAVALCANTI XAVIER
JORGE TEIXEIRA VILELA

ALAIN PRUDENCIO DA SILVA
ALDA MARIA SIMONETTI DE OLIVEIRA
ANA MARIA PACHECO DE VASCONCELOS
ANTONETA MARIA DA SILVA CAJAZEIRA
AQUINO DE FARIAS REIS
BARTIRA DE ALMEIDA BARROS
CLAUDIO COELHO D'AMORIM
EDVALDO GOMES DE ALEMEAR
EDUARDO GOMES DE SOUZA
ENALDO TORRES FERNANDES
EUDISIO DE MOURA SALGADO
FERNANDO ANTONIO PEREIRA LIMA
FRANCISCO JOSE DE FREITAS
GERALDO MAGELA CARDOSO
GIT MAN LIANG
GRACIAN CEBRINO
GUSTAVO KRAUSE CRICILVES SORRINHO
HILDA PINHEIRO CAMPOS GOUVEIA
ISSAC DO NASCIMENTO MONTEIRO
JOAO DA MATA DE SOUZA
JOAO FIRMINO DA ROCHA
JOAO LUIZ CAVALCANTI
JOAO VIRGILIO RAMOS ANDRÉ
JOSE LUIZ GUDES
JOSE MARIA COE JOVENTINO
JOSE PAULO CAVALCANTI XAVIER
JORGE TEIXEIRA VILELA

1970 - 1995
PLACA COMEMORATIVA DO JUBILEU DE
PRATA DA TURMA DE 1970 DA FACULDADE
DE DIREITO U.F.P.E.
RECIFE, 15 DE DEZEMBRO DE 1995.

17 – Bacharéis de 1970

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO

TURMA - DR. RUY DA COSTA ANTUNES

Bachareis de 1971

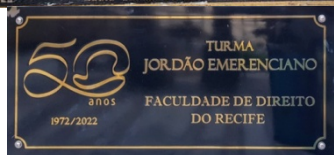
ALAIN PRUDENCIO DA SILVA
ALDA MARIA SIMONETTI DE OLIVEIRA
ANA MARIA PACHECO DE VASCONCELOS
ANTONETA MARIA DA SILVA CAJAZEIRA
AQUINO DE FARIAS REIS
BARTIRA DE ALMEIDA BARROS
CLAUDIO COELHO D'AMORIM
EDVALDO GOMES DE ALEMEAR
EDUARDO GOMES DE SOUZA
ENALDO TORRES FERNANDES
EUDISIO DE MOURA SALGADO
FERNANDO ANTONIO PEREIRA LIMA
FRANCISCO JOSE DE FREITAS
GERALDO MAGELA CARDOSO
GIT MAN LIANG
GRACIAN CEBRINO
GUSTAVO KRAUSE CRICILVES SORRINHO
HILDA PINHEIRO CAMPOS GOUVEIA
ISSAC DO NASCIMENTO MONTEIRO
JOAO DA MATA DE SOUZA
JOAO FIRMINO DA ROCHA
JOAO LUIZ CAVALCANTI
JOAO VIRGILIO RAMOS ANDRÉ
JOSE LUIZ GUDES
JOSE MARIA COE JOVENTINO
JOSE PAULO CAVALCANTI XAVIER
JORGE TEIXEIRA VILELA

ALAIN PRUDENCIO DA SILVA
ALDA MARIA SIMONETTI DE OLIVEIRA
ANA MARIA PACHECO DE VASCONCELOS
ANTONETA MARIA DA SILVA CAJAZEIRA
AQUINO DE FARIAS REIS
BARTIRA DE ALMEIDA BARROS
CLAUDIO COELHO D'AMORIM
EDVALDO GOMES DE ALEMEAR
EDUARDO GOMES DE SOUZA
ENALDO TORRES FERNANDES
EUDISIO DE MOURA SALGADO
FERNANDO ANTONIO PEREIRA LIMA
FRANCISCO JOSE DE FREITAS
GERALDO MAGELA CARDOSO
GIT MAN LIANG
GRACIAN CEBRINO
GUSTAVO KRAUSE CRICILVES SORRINHO
HILDA PINHEIRO CAMPOS GOUVEIA
ISSAC DO NASCIMENTO MONTEIRO
JOAO DA MATA DE SOUZA
JOAO FIRMINO DA ROCHA
JOAO LUIZ CAVALCANTI
JOAO VIRGILIO RAMOS ANDRÉ
JOSE LUIZ GUDES
JOSE MARIA COE JOVENTINO
JOSE PAULO CAVALCANTI XAVIER
JORGE TEIXEIRA VILELA

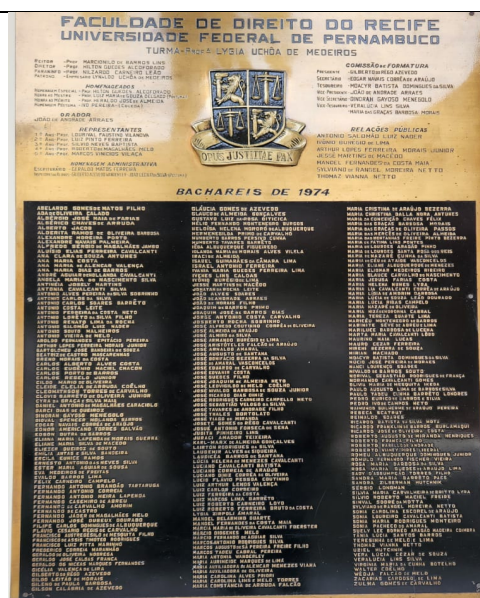
18 – Bacharéis de 1971 – Turma Ruy da Costa Antunes.



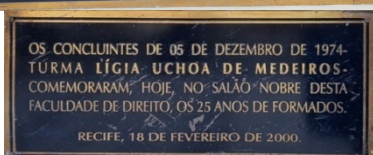
19 – Bacharéis de 1972 – Turma Jordão Emerenciano –



20– Bachareis de 1973 – Turma Prof. Luiz Rodolfo de Araújo Jr.



21 – Bacharéis de 1974 – Turma Profa Lygia Uchôa de Medeiros.



22 – Bacharéis de 1975 – Turma Diário de Pernambuco.







27 – Bacharéis de agosto de 1978 – Turma Professor Aníbal Bruno



28 – Bacharéis de dezembro de 1978 – Turma Declaração Universal dos Direitos do Homem.



29 – Bacharéis de agosto de 1979 – Agosto – Turma Tobias Barrêto.



30 – Bacharéis de 1979 – Turma Joaquim Nabuco.



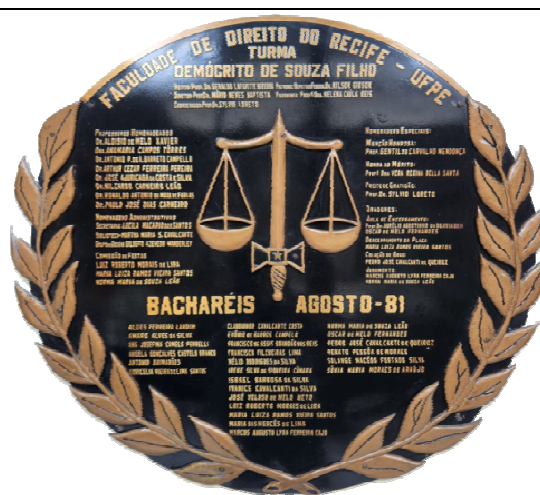
31 – Bacharéis de agosto de 1980 – Turma Pontes de Miranda.



32 – Bacharéis de dezembro de 1980 – Dezembro – Turma Prof. Augusto de Souza Duque.



33– Bacharéis de dezembro de 1980 – Turma Raimundo Faoro.



34– Bacharéis de agosto de 1981 – Turma Demócrito de Souza Filho.



35– Bacharéis de dezembro de 1981 – Turma Prof. Dalmo Dallari.



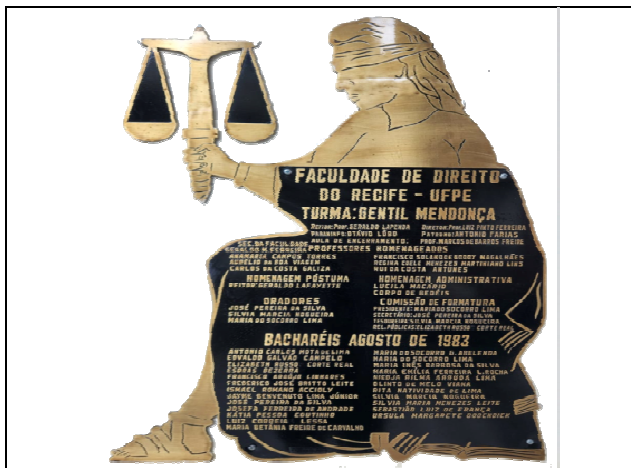
36– Bacharéis de dezembro de 1982 – Turma Professor Giovanni Cribari.



37– Bacharéis de agosto de 1982 – Turma Mário Neves Baptista.



38– Bacharéis de dezembro de 1982 – Turma Carlos Queiroz Toscano de Melo.



39 – Bacharéis de agosto de 1983 – Turma Gentil Mendonça.



40 – Bacharéis de dezembro de 1983 – Turma Professor Ruy Da Costa Antunes.



41 – Bacharéis de outubro de 1984 – Turma Teotônio Vilela.



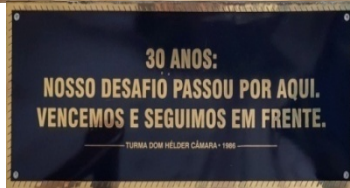
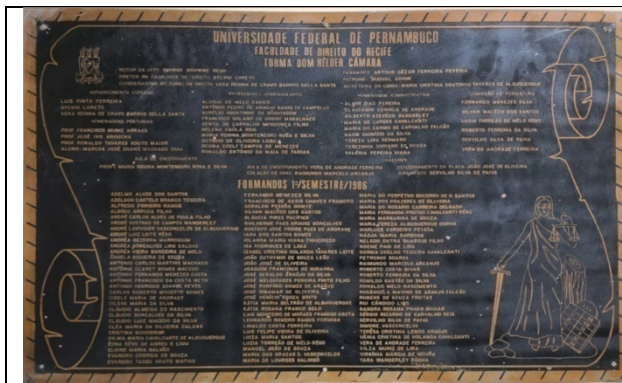
42 – Bacharéis de dezembro de 1984 – Turma Sobral Pinto.



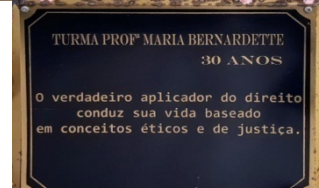
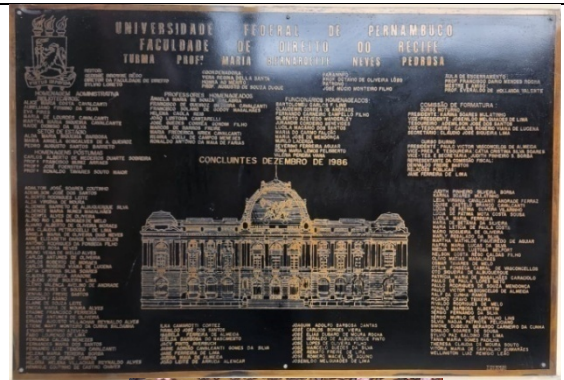
43 – Bacharéis de agosto de 1985 – Turma Prof. Ronaldo Souto Maior.



44 – Bacharéis de 1985 – Turma Tancredo de Almeida Neves



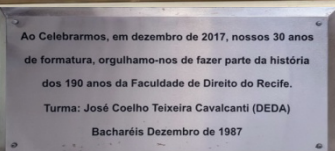
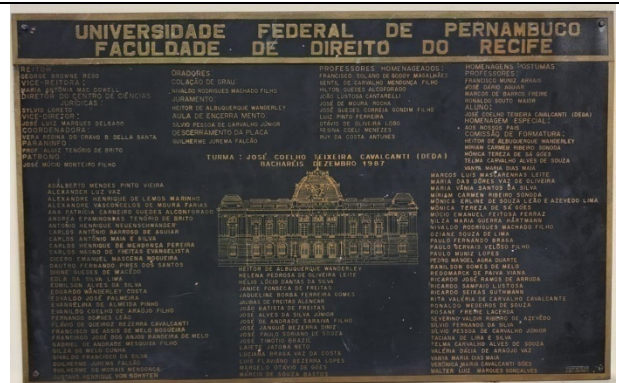
45 – Bacharéis do 1 semestre de 1986 – Turma Dom Helder Câmara.



46– Bacharéis de dezembro de 1986 – Turma Profa. Maria Bernardette Neves Pedrosa.



47– Bacharéis de agosto de 1987 – Turma dos 160 anos da Faculdade de Direito do Recife.



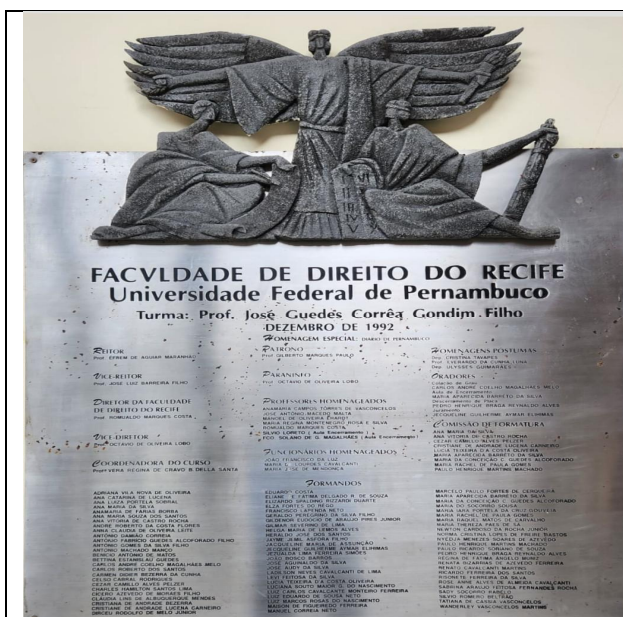
48– Bacharéis de 1987 – Turma José Coelho Teixeira Cavalcanti (Deda).



49 – Bacharéis de julho de 1988 – Turma Centenário da Abolição da Escravidura.



50– Bacharéis de julho de 1989 – Turma Dom Helder Câmara Oitenta Anos de Amor



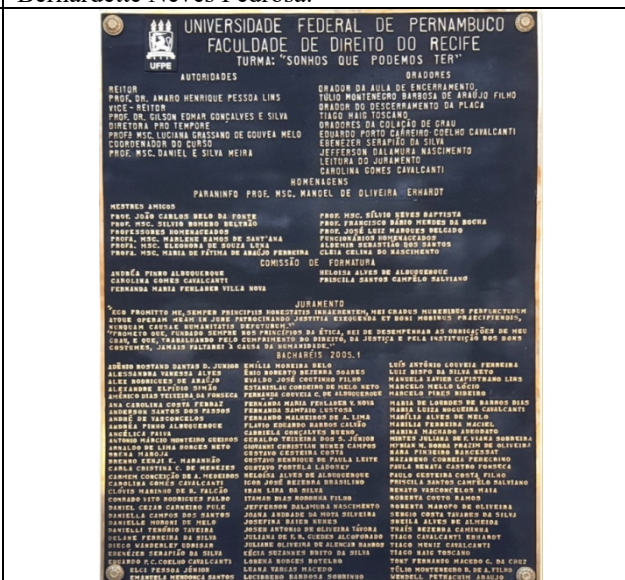
51 – Bacharéis de dezembro de 1992 – Turma Prof. José Guedes Corrêa Gondim Filho.



52 – Bacharéis de julho de 1993 – Turma Profa. Maria Bernardette Neves Pedrosa.



53 – Bacharéis de 11 de agosto de 1994 – Turma Professor Gilberto Marques Paulo.



54 – Bacharéis de 2005.1 – Turma Sonho que podemos ter.

Fonte: elaborado pela própria autora.

Dando continuidade à apresentação metodológica do corpus e à sua disposição física, a Figura 16 exibe a planta baixa do pavimento subsolo (Nível 1) da FDR e, na sequência, o Quadro 7 apresenta a continuidade detalhada das representações fotográficas das 68 placas de formatura que complementam o inventário visual, mantendo a progressão numérica estabelecida. Esta seção inicia com a placa 55 e se estende até a 122, abrangendo o período compreendido entre 1989 e 2024.2, com o registro dos nomes das respectivas turmas conforme documentado em cada placa.

Figura 16 – Planta baixa do pavimento subsolo da FDR: Mapeamento e identificação dos corredores.



Fonte:Planta baixa nível 1 (Subsolo), FDR, adaptado pela autora, 2025.

Quadro 7 – Representação das placas de formatura dispostas no pavimento subsolo da FDR.



55 – Bacharéis de 1989 – Dezembro – Turma “Ariano Suassuna”.



56 – Bacharéis de 1989 – Dezembro – Turma “Cultura pernambucana”.



57 – Bacharéis de 1990 – Julho – Turma “Nelson Mandela”.



58 – Bacharéis de 1990 – Dezembro – Turma “Afonso Arinos de Mello Franco”.



59 – Bacharéis de 1991 – Julho – Turma “Evandro Cavalcanti”.



60 – Bacharéis de 1991 – Dezembro – Turma “Romualdo Marques Costa”.



61 – Bacharéis de 1992 – Julho – Turma “Frei Câneca”.



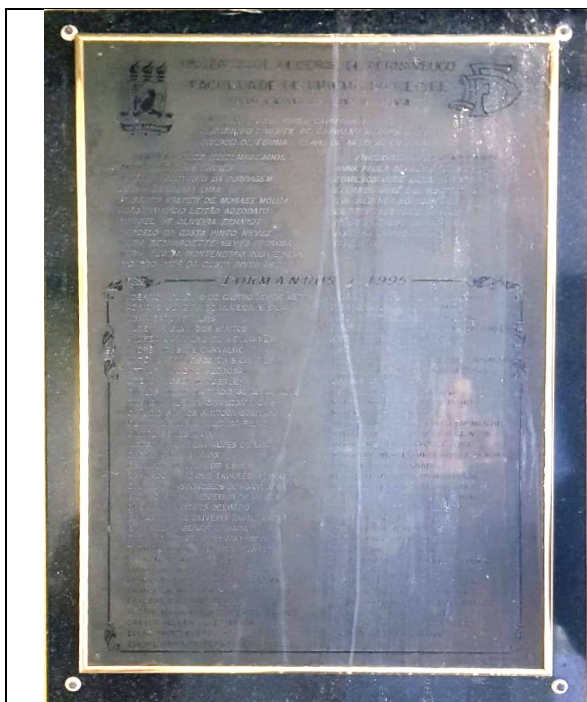
62 – Bacharéis de 1993 – Dezembro – Turma “Prof. Nelson Saldanha”.



63 – Bacharéis de 1994.1 – Turma “Professor Caio Mário da Silva Pereira”.



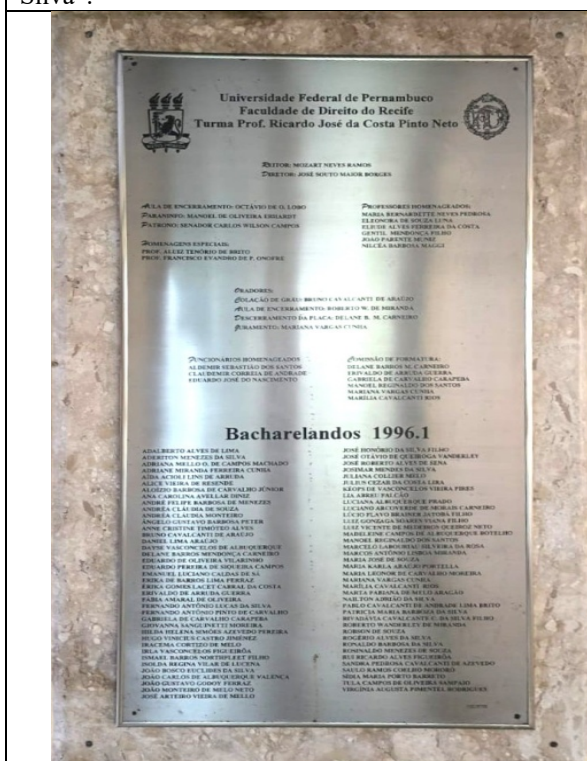
64 – Bacharéis de 1994 – Turma “Herbert de Souza (Betinho)”.



65– Bacharéis de 1995–Turma “Evandro de Lins e Silva”.



66 – Bacharéis de 1995 – Dezembro – Turma “Professor Olímpio Costa Júnior”.



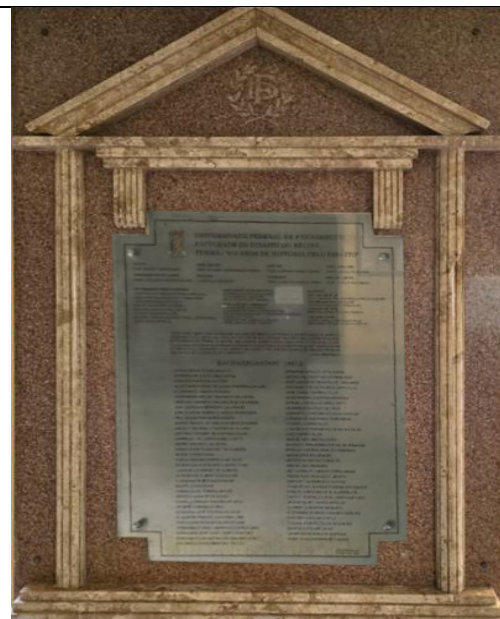
67– Bacharéis de 1996.1 – Turma “Ricardo José da Costa Pinto Neto”.



68– Bacharéis de 1996.2 – Turma “Cinquentenário da Universidade Federal de Pernambuco”.



69 – Bacharéis de 1971.1 – Turma “170 anos de Direito, Tradição e Liberdade”.



70 – Bacharéis de 1972.2 – Turma “170 anos de História pelo Direito”.



71 – Bacharéis de 1981.1 – Turma “Cidadania se Constrói com respeito aos direitos Humanos”.



72 – Bacharéis de 1982.2 – Turma “Dez Anos da Constituição Cidadã”.



73 – Bacharéis de 1991.1 – Turma “Gentil Carvalho Mendonça Filho”.



74 – Bacharéis de 1992.2 – Turma “Paulo de Barros Carvalho”.



75– Bacharéis de 2000.1 – Turma “Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho”.



76– Bacharéis de 2002.2 – Turma “Prof. Octávio de Oliveira Lobo”.



77– Bacharéis de 2001.1 – Turma “Procurador Paulo Jorge de Melo e Silva”.



78– Bacharéis de 2006.1 – Turma “Respeitar tradição e continuar fazendo História”. (Retirado por causa da infiltração).



79 – Bachareis de 2001.2 – Turma “A luta pelo direito”.



80 – 2002.1 – Turma “Nós devemos ser a mudança que queremos ver no mundo”.



81– Bacharéis de 2002.2 – Turma “Prof. Gláucio Veiga”.



82 – Bacharéis de 2003.2 – Turma “Dignidade para resistir e Coragem para Lutar”.



83 – Bacharéis de 2003.1 – Turma “Justiça Cidadania direito de todos”.



84 – Bacharéis de 2003 – Turma “Acadêmico Pedro José de Lima Guimarães”.



85 – Bacharéis de 2004.2 – Turma “Um tributo à Faculdade de Direito do Recife”.



86 – Bacharéis de 2005.1 – Turma “Sonhos que podemos ter” (Retirado por causa da infiltração).



87 – Bacharéis de 2005.2 – Turma “FDR no passado, o princípio; no presente, a vanguarda; no futuro, para sempre”.



88 – Bacharéis de 2006.2 – Turma “As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei” – Carlos Drummond de Andrade.



89 – Bacharéis de 2007.1 – Turma “180 da Faculdade de Direito do Recife também somos parte dessa história”.



90 – Bacharéis de 2007.2 – Turma “180 anos Reconstruindo o Saber Jurídico”.



91 – Bacharéis de 2008.1 – Turma “em cada Ato a ética”.



92 – Bacharéis de 2008.2 – Turma “Lutar quando é fácil ceder”.



93– Bacharéis de 2008.2 – Turma “Mudança no presente: um presente de futuro”.



94– Bacharéis de 2009.1 – Turma “Dom Helder Câmara sonhando juntos, mudando sempre”.



95– Bacharéis de 2009.2 – Turma “Camilla Hirschle Galindo e Turma Amantes do Direito, Fiéis a Justiça”.



96– Bacharéis de 2010.1 – “Turma Jackson Ramos da Soledade”.



97– Bacharéis de 2010.2 – Turma “Amar e mudar as coisas”.



98– Bacharéis de 2011.1 – Turma “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente Livres”(Rosa Luxemburgo).



99– Bacharéis de 2011.2 –Turma “Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça”.



100– Bacharéis de 2012.1– Turma “Faz o que for justo o resto virá por si só”. (Goethe).



101– Bacharéis de 2013.1 – Turma “Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize” (Boaventura de Souza Santos) e Turma “Sem um fim social. O saber será a maior das futilidades” (Gilberto Freyre).



102– Bacharéis de 2014.2 – Turma “Carlos Dionísio: Caprichado na medida.”



103– Bacharéis de 2014.1 – Turma “Flávio Queiroz Bezerra Cavalcanti”.



104– Bacharéis de 2013.2 – Turma “Flávio Queiroz Bezerra Cavalcanti”.



105– Bachareis de 2015.1 – Turma “Ariano Suassuna”.



106– Bachareis de 2015.2 – Turma “Sonho com o dia em que o sol vai espalhar justiça pelo mundo todo” – Ariano Suassuna.



107– Bachareis de 2016.1 – Turma “Mani Galindo – Turma Robeyonce Lima”.



108– Bachareis de 2017.1 – Turma “Temer Jamais”.



109– Bachareis de 2017.2 – Turma “Mário de Andrade de Lima”.



110– Bachareis de 2016.2 – Turma “Prof. Luciano Oliveira” e Turma “Aldemir Sebastião dos Santos”.



111– Bacharéis de 2018.1 – Turma “Sara Ingridy Barbosa de Santana. Turma Marielle Franco”.



112– Bacharéis de 2018.1 – Turma “Sara Ingridy Barbosa de Santana. Turma Marielle Franco”.



113– Bacharéis de 1988 – Dez – Turma “Augusto de Souza Duque”.



114– Bacharéis de 2019.2 – Turma “Evaldo Rosa: 80 Razões para Resistir”.



115– Bacharéis de 2020.1 – Turma “O conhecimento destrói mitos”.



116– Bacharéis de 2021.1 & 2 – Turma “Esperança no recomeço”.



117– Bacharéis de 2019.1 – Turma “José Aylton Coelho de Mello Filho”.



118– Bacharéis de 2022.1 – Turma “Bicentenária da independência um grito de esperança”.



119– Bacharéis de 1981 – Dez – Turma “Dom Helder Câmara”.



120– Bacharéis de 2022.2 – Turma “Justiça, Democracia e Dignidade 34 anos CF 88”.



121– Bacharéis de 2023.2 – Turma “Adrian Jordy Marinho Falcão”.



122– Bacharéis de 2024.1 e 2024.2 e sobreposto o nome Direito – Turma “Delmira Secundina da Costa – 140 anos de História”.

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Retomando o pensamento de Le Goff (2013, p. 497), o documento é um objeto durável que requer análise minuciosa para a revelação de significados que superam a intenção original de seu produtor. Ele atua como um registro que reflete o contexto histórico, geográfico e ideológico de sua criação.

Neste sentido, a análise das placas de formatura dos bacharéis em Direito revela-se fundamental, pois não apenas apreende a cultura e as memórias coletivas dos formandos, mas também fornece subsídios para a compreensão do contexto sociocultural e histórico mais amplo. Além disso, tal exame possibilita o estabelecimento de uma genealogia jurídica de famílias, evidenciando conexões e tradições que transcendem gerações dentro do âmbito jurídico.

A materialização dos registros, defendida por Nora (1993) como a cristalização da memória em diversos suportes, confere à coleção de placas da FDR uma significativa importância social e institucional. A memória, entretanto, é um processo dinâmico e adaptável, e não uma mera armazenagem passiva (Candau, 2005, p. 22).

A coleção de placas da FDR configura-se, assim, como um valioso patrimônio documental, atuando como extensor de memória e fomentador da consciência histórica no campo jurídico nacional. A materialidade desses registros, sejam eles físicos ou digitais, potencializa a capacidade da memória individual e coletiva, salvaguardando vivências e informações pretéritas.

Para fornecer uma compreensão aprofundada do material empírico que sustenta a presente investigação, a apresentação do inventário das placas analisadas revela-se imprescindível. Estes documentos são concebidos como extensores de memória, porquanto sua materialidade transcende o limite individual, tornando as narrativas históricas acessíveis à comunidade acadêmica e às futuras gerações. O detalhamento metodológico do corpus encontra-se discriminado no Quadro 8 e análise dos dados extraídos nas placas de formatura da FDR no Quadro 9.

Quadro 8 – Detalhamento das placas de formatura da FDR analisadas na pesquisa

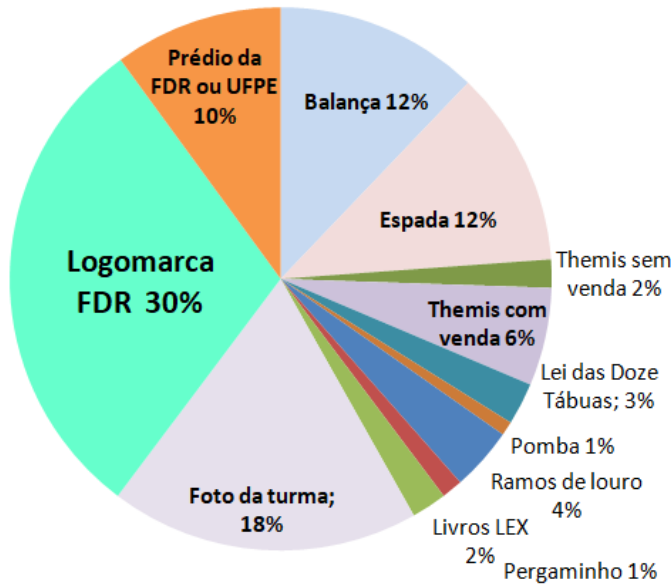
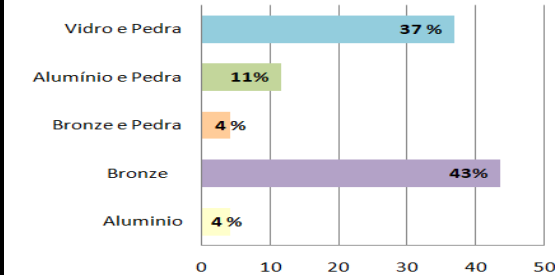
Nº	Ano	Nome da turma escrito na placa de formatura da FDR	Elementos iconográficos encontrados na placa de formatura da FDR												Composição da placa de formatura da FDR								Localização da placa de formatura da FDR	Observação
			Balança	Espada	Themis sem venda	Themis com venda	Lei das Doze Tábuas	Pomba	Ramos de louro	Pergaminho	Livros LEX	Foto da turma	Logomarca UFPE ou FDR	Prédio da FDR	Material				Cor do Fundo					
															vidro	Alumínio	Bronze	Pedra	Claro	Cinza	Dourado	Preto		
1	1953	Turma de Bacharéis de 1953															X					X	Térreo	Placa colocada para a Comemoração do Cinquentenário– 2003.
2	1955	Turma de Bacharéis de 1955															X					X	Térreo	16 de dezembro de 1980 foi instalada uma placa em comemoração ao Jubileu de Prata.
3	1956	Turma de Bacharéis de 1956	X	X		X											X					X	Térreo	
4	1957	Turma de Bacharéis de 1957	X	X	X						X						X					X	Térreo	
5	1958	Turma de Bacharéis de 1958															X					X	Térreo	20 de dezembro de 1958.
6	1959	Turma Clóvis Bevilaqua	X	X													X					X	Térreo	Localizado no corredor térreo (entre Anfiteatros 2 e 3). Acesso restrito (somente com chave) e placa não fixada na parede.
7	1960	Turma Prof. Arnóbio Graça	X	X		X					X						X					X	Térreo	
8	1961	Turma do Cinquentenário 1961	X	X		X											X					X	Térreo	
9	1962	Turma de Bacharéis de 1962											X				X				X	X	Térreo	Há duas placas que representam a celebração do jubileu de prata (14/12/1987) e do jubileu de ouro (14/12/2012).
10	1963	Turma João XXIII						X					X				X					X	Térreo	
11	1964	Turma Prof. Sérgio Loreto Filho											X				X				X	X	Térreo	18 de dezembro de 1964.
12	1965	Turma de Bacharéis de 1965											X				X				X		Térreo	Cerimônia de Colação de Grau: 17 de dezembro de 1965.
13	1966	Turma D. Helder Câmara		X				X									X					X	Térreo	Aos 30 anos de formandos, recordamos Drummond de Andrade: "As coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão" – 16 de dezembro de 1996.

14	1967	Turma Desembargador Ângelo Jordão Filho	X	X					X	X							X					X	Térreo	
15	1968	Turma Luiz Pinto Ferreira											X				X					X	Térreo	
16	1969	Turma Prof. Dr. Luiz Rodolfo de Araújo Júnior	X	X		X											X					X	Térreo	
17	1970	Turma de Bacharéis de 1970	X	X			X		X								X					X	Térreo	Celebração ao Jubileu de Prata, ocorrido em 15 de dezembro de 1995. Há uma placa de alumínio que representa um ato de memória, verdade, justiça e reparação histórica.
18	1971	Turma Ruy da Costa Antunes											X				X						Térreo	Apenas essa placa com fundo vermelho.
19	1972	Turma Jordão Emerenciano											X				X					X	Térreo	Celebração ao Jubileu de ouro, ocorrido em 2022.
20	1973	Turma Prof. Luiz Rodolfo de Araújo Jr.	X	X		X							X				X					X	Térreo	Celebração ao Jubileu de ouro, ocorrido em 2023.
21	1974	Turma Profa Lygia Uchôa de Medeiros											X				X				X	X	Térreo	Celebração ao Jubileu de prata, ocorrido em 2000.
22	1975	Turma Diário de Pernambuco											X				X					X	Térreo	Desenho de um cartão perfurado.
23	1976	Turma Reitor Paulo Frederico do Rego Melo												X			X					X	Térreo	16 de dezembro de 2016. Celebração aos 40 anos de formatura, com a seguinte mensagem: "Os concluintes da Turma de 1976 realizaram, hoje, visita à Faculdade para reafirmar a bela amizade que os une, após 40 anos".
24	1977	Turma Sesquicentenário											X				X					X	Térreo	Efeito de sobreposição do número 150, que representa o sesquicentenário da criação do curso de Direito, juntamente com uma representação que exibe o nome "LEI".
25	1977	Turma Pontes de Miranda							X					X			X					X	Térreo	Há um carimbo da Fundação dos Cursos Jurídicos do Brasil - 150 anos.
26	1977	Turma Pontes de Miranda	X	X													X					X	Térreo	Bacharéis de 18 de agosto de 1977.
27	1978	Turma Professor Aníbal Bruno	X	X						X							X					X	Térreo	Bacharéis de agosto 1978.

74	1999	Turma “Paulo de Barros Carvalho”.							X			X	X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 1999.2. Cor da pedra clara.
75	2000	Turma “Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho”													X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2000.1. Letra com marrom. Cor da pedra clara.
76	2002	Turma “Prof. Octávio de Oliveira Lobo										X	X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2002.2. Cor da pedra clara.
77	2001	Turma “Procurador Paulo Jorge de Melo e Silva”										X	X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2001.1. Cor da pedra clara.
78	2006	Turma “Respeitar tradição e continuar fazendo História”										X	X		X			X				X		Subsolo	Bacharéis de 2006.1. Cor da pedra preta. Placa retira por causa da infiltração.
79	2001	Turma “A luta pelo direito”	X										X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2001.2. Cor da pedra clara.
80	2002	Turma “Nós devemos ser a mudança que queremos ver no mundo”										X	X		X			X				X		Subsolo	Bacharéis de 2002.1. Cor da pedra preta. Fotos mofadas na placa.
81	2002	Turma “Prof. Gláucio Veiga”										X	X		X			X				X		Subsolo	Bacharéis de 2002. Cor da pedra preta.2
82	2003	Turma “Dignidade para resistir e Coragem para Lutar”	X									X	X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2003.2. Cor da pedra clara.
83	2003	Turma “Justiça Cidadania direito de todos”	X									X	X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2003.1. Cor da pedra clara.
84	2003	Turma “Acadêmico Pedro José de Lima Guimarães”										X	X		X			X				X		Subsolo	Cor da pedra preta.
85	2004	Turma “Um tributo à Faculdade de Direito do Recife”										X	X		X			X						Subsolo	Bacharéis de 2004.2. Cor da pedra marrom
86	2005	Turma “Sonhos que podemos ter”										X	X		X			X				X		Subsolo	Bacharéis de 2005.1. Cor da pedra preta. Placa retira por causa da infiltração.
87	2005	Turma “FDR no passado, o princípio; no presente, a vanguarda; no futuro, para sempre”	X						X			X	X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2005.2. Cor da pedra clara.
88	2006	Turma “As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei”										X	X			X					X			Subsolo	Bacharéis de 2006.2.
89	2007	Turma “180 da Faculdade de Direito do Recife também somos parte dessa história”												X	X			X				X		Subsolo	Bacharéis de 2007.1. Cor da pedra preta.
90	2007	Turma “180 anos Reconstruindo o Saber Jurídico”										X		X	X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2007.2. Cor da pedra clara.
91	2008	Turma “em cada Ato a ética”										X			X			X				X		Subsolo	Bacharéis de 2008.1. Cor da pedra preta.

92	2008	Turma “Lutar quando é fácil ceder”	X						X			X		X	X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2008.2. Cor da pedra clara.
93	2008	Turma “Mudança no presente: um presente de futuro”										X		X	X			X					X	Subsolo	Bacharéis de 2008.2. Cor da pedra preta.
94	2009	Turma “Dom Helder Câmara sonhando juntos, mudando sempre”										X			X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2009.1. Cor da pedra clara.
95	2009	Turma “Camilla Hirsche Galindo e Turma Amantes do Direito, Fiéis a Justiça”										X		X	X			X					X	Subsolo	Bacharéis de 2009.2. Cor da pedra clara.
96	2010	Turma “Jackson Ramos da Soledade”										X	X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2010.1. Cor da pedra clara.
97	2010	Turma “Amar e mudar as coisas”										X	X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2010.2. Cor da pedra preta.
98	2011	Turma “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente Livres” (Rosa Luxemburgo)										X	X		X			X					X	Subsolo	Bacharéis de 2011.1. Cor da pedra preta.
99	2011	Turma “Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça”										X			X			X					X	Subsolo	Bacharéis de 2011.2. Cor da pedra preta.
100	2012	Turma “Faz o que for justo o resto virá por si só” (Goethe).										X	X		X			X					X	Subsolo	Bacharéis de 2012.1. Cor da pedra preta.
101	2013	Turma “Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize” (Boaventura de Souza Santos) e Turma “Sem um fim social. O saber será a maior das futilidades” (Gilberto Freyre).										X	X		X			X					X	Subsolo	Bacharéis de 2013.1. Cor da pedra preta.
102	2014	Turma “Carlos Dionísio: Caprichado na medida.”										X	X		X			X					X	Subsolo	Bacharéis de 2014.2. Cor da pedra clara.
103	2014	Turma “Flávio Queiroz Bezerra Cavalcanti”.										X	X		X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2014.1. Cor da pedra clara.
104	2013	Turma “Flávio Queiroz Bezerra Cavalcanti”										X		X	X			X					X	Subsolo	Bacharéis de 2013.2. Cor da pedra preta.
105	2015	Turma “Ariano Suassuna”										X		X	X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2015.1. Cor da pedra clara.
106	2015	Turma “Sonho com o dia em que o sol vai espalhar justiça pelo mundo todo” – Ariano										X	X	X	X			X	X					Subsolo	Bacharéis de 2015.2. Cor da pedra clara.

Quadro 9 – Análise dos dados extraídos nas placas de formatura da FDR

Total das placas	Lacuna nos anos	Nome da turma escrito na placa de formatura da FDR	Elementos iconográficos encontrados na placa de formatura da FDR												Composição da placa de formatura da FDR								Localização da placa de formatura da FDR
			Balança	Espada	Themis sem venda	Themis com venda	Lei das Doze Tábuas	Pomba	Ramos de louro	Pergaminho	Livros LEX	Foto da turma	Logomarca UFPE ou FDR	Prédio da FDR	Material				Cor do Fundo				
															Vidro	Alumínio	Bronze	Pedra	Claro	Cinza	Dourado	Preto	
122	1954	5 placas com nome de Dom Helder Câmara; 3 placas com nome de Pontes de Miranda; 3 placas com nome de Ariano Suassuna; 2 placas com nome de Prof. Flávio Queiroz Bezerra Cavalcanti; 2 placas com nome da Profª. Maria Bernardette Neves Pedrosa.	29	28	4	14	6	2	9	3	5	44	71	24		5	53		17	16	5	79	54 (44,26%) Térreo 68 (55,73%) Subsolo Total 122
			 <p>Total de elementos iconográficos de 239</p>												Bronze e Pedra = 5				Preto e dourado = 3				
															Alumínio e Pedra = 14				Vermelho = 1				
															Vidro e Pedra = 45				Marrom = 1				
																							

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Ao concluir a catalogação das representações fotográficas das placas dispostas nos corredores da FDR e a listagem pormenorizada de cada placa de formatura da instituição, questiona-se a presença desses artefatos documentais no andar superior (1º andar). Dessa forma, verifica-se que não há placas de formatura fixadas nas paredes dos corredores do primeiro pavimento, que, segundo a descrição do engenheiro Pernambuco (1927, p. 192), evocar a "delicadeza e os ornamentos da mulher".

Ademais, convém retomar a definição de documento proposta por Faria e Pericão (2008, p. 406), que o conceituam como "[...] qualquer elemento desconhecido ou fonte de informação fixada materialmente, que possa ser utilizado para estudo, consulta ou prova, é informação". Essa amplitude semântica transcende a noção de "suporte físico" e sublinha o valor intrínseco da "informação" veiculada.

A reflexão se expande, assim, para a Sala Museu Ruy Barbosa, sob a gestão da Biblioteca da FDR, onde estão expostos dois quadros representativos das turmas de Bacharéis de 1907 e 1911. Esses quadros são fotografias reveladas a partir de negativos de vidro em preto e branco, datadas do início do século XX, e possuem as autorias creditadas à *Photographia Chic* e à *Photographia Piereck* Pernambuco - Brasil. Em virtude de sua natureza como registro material permanente e fonte de dados históricos, tais quadros se inserem integralmente na categoria de documentos. Destarte, torna-se imperativo investigar se o primeiro pavimento do edifício, em sua configuração funcional, abriga também outros documentos de valor significativo para a preservação da memória institucional, notadamente na forma de quadro de formatura.

Cumprе salientar, ademais, que os negativos de vidro correspondentes às turmas de 1901, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1909, 1910, 1911, 1913, 1915, 1916, 1918 e 1921 encontram-se sob a custódia e preservação do Arquivo da FDR.

Com base na descrição veiculada no periódico *Jornal do Recife*, datado de 15 de novembro de 1907, o quadro de formatura dos bacharéis de 1907 da FDR foi apresentado e confeccionado pela *Photographic Chic*. O quadro, que mede 1 metro de altura por 70 centímetros de largura, apresenta a composição de 107 retratos: 100 dos bacharéis, 5 dos lentes (representantes dos diversos anos do curso), 1 do diretor e 1 do paraninfo. Na parte superior, destaca-se a inscrição em letras pretas: "FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE", ladeada, à direita, pelas Armas da República. Um pouco abaixo, figura a fotografia do Dr. Joaquim Tavares, diretor da faculdade, circundado pelos retratos dos lentes doutores Netto Campello, Pereira Júnior, Gervásio Fioranti, Adolpho Cirne e Augusto Vaz, que representavam, respectivamente, o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos do curso. Ao lado direito do

passe-partout, observam-se as figuras da Justiça e da Lei. Abaixo destas, está o pensamento do catedrático Dr. Adolpho Cirne: "Cultivar o direito não é somente estudá-lo em sua gênese e evolução e conhecer as suas normas. É preciso também identificar-se com ele, proclamá-lo intangível e defendê-lo contra quem quer que seja. Eis a missão do sacerdote do direito". A perspectiva do lente Adolpho Cirne sugere que o autêntico jurista é aquele que, além de ter um domínio técnico, possui um engajamento ético, moral e militante na defesa inabalável do direito e da justiça. À esquerda do *passe-partout* vê-se uma grande esfera simbolizando o mundo e, um pouco abaixo, a figura da Liberdade. No rodapé contém uma faixa com a inscrição: "BACHARÉIS DE 1907". O desenho da composição foi elaborado em aquarela pelo artista gráfico em Pernambuco Antônio Vera Cruz. No centro, encontram-se os retratos dos diplomados, dispostos de maneira elegante. Os retratos dos lentes, do diretor, do paraninfo e do orador — o talentoso Telesphoro de Almeida — são no tamanho gabinete, enquanto os dos bacharéis são no tamanho de visita. O trabalho fotográfico foi executado em papel platina, atestando a qualidade do conhecido estabelecimento *Photographic Chic*, de propriedade do estimado senhor Antônio Monteiro Sobrinho.

Fotografia 11 – Quadro referente à Turma de Bacharéis de 1907 da FDR.



Fonte: autora (2025).

Conforme noticiado pelo periódico *A Província*, em 10 de maio de 1911, o processo de escolha do estabelecimento responsável pela confecção do quadro de formatura da turma de 1911 da FDR gerou considerável controvérsia. Após a votação das propostas apresentadas pelos senhores Arthur Barreto e Luiz Piereck, em 5 de maio de 1911, o Dr. Augusto Vaz proclamou a vitória de Arthur Barreto, proprietário da *Photographia Victoria*, por maioria de votos. Tal resolução, e a forma como foi conduzida, suscitou descontentamento entre os que apoiavam a *Photographia Piereck*. Em resposta, estes propuseram a divisão do quadro, resultando em uma lamentável desarmonia e discórdia no âmbito da referida turma de 1911.

Tal decisão pode ser objetivamente verificada por meio da análise dos dois negativos de vidro sob a guarda do arquivo da FDR. Os registros confirmam a produção de dois quadros distintos: o primeiro, confeccionado pela *Photographia Victoria*, e o segundo, pela *Photographia Piereck*, materializando, assim, a discórdia e a divisão no âmbito da referida turma de 1911. (Quadro 10).

Quadro 10 – Negativo de vidro da Turma de Direito de 1911.



Fonte: Site do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (2025)

As duas versões distintas do quadro da turma de 1911 foram destacadas pelo *Jornal Pequeno* em 24 de janeiro de 1912, evidenciando uma separação que se manifestou até na homenagem ao Dr. José Vicente Meira de Vasconcellos, cujo nome foi selecionado para figurar em ambas as versões. Em 21 de novembro de 1911, a comunicação de sua escolha foi feita ao professor por duas comissões diferentes, evidenciando as particularidades de cada grupo e quadro. O grupo liderado pelo bacharel José de Carvalho Toletto (*Photographia*

Victoria) decidiu que o Dr. José Vicente Meira de Vasconcellos representaria especificamente o segundo ano da faculdade. Por outro lado, o grupo do bacharel Benedicto Francisco Nogueira (*Photographia Piereck*) optou por apresentar o Dr. José Vicente Meira de Vasconcellos como representante de todo o corpo docente da FDR. Este evento não apenas confirma a divisão na turma de 1911, mas também ilustra como a rivalidade se refletiu na própria simbologia dos registros visuais, atribuindo papéis distintos ao mesmo professor em cada um dos quadros resultantes.

Na Fotografia 13, referente ao quadro de formatura da turma de Bacharéis de 1911 da FDR, uma peça documental emoldurada em cor dourada, foi confeccionada pela *Photographia Piereck* Pernambuco - Brasil.

Fotografia 12 – Quadro referente à Turma de Bacharéis de 1911 da FDR.



Fonte: autora (2025).

A estrutura visual e iconográfica do quadro organiza-se da seguinte maneira: na seção superior da composição, o cabeçalho exhibe, em letras estilizadas, a inscrição: "FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE". Logo ao título principal, à direita, é visível a expressão latina "JUS-LEX", em que "JUS era Direito; LEX é que era a lei" (Sánchez e Soares, 2012, p. 1). A parte inferior, sob o conjunto de retratos centrais, é marcada por uma faixa contendo a inscrição principal: "BACHAREIS DE 1911". À direita, encontra-se uma proeminente representação alegórica da Justiça, personificada por uma figura Themis de olhos vendados

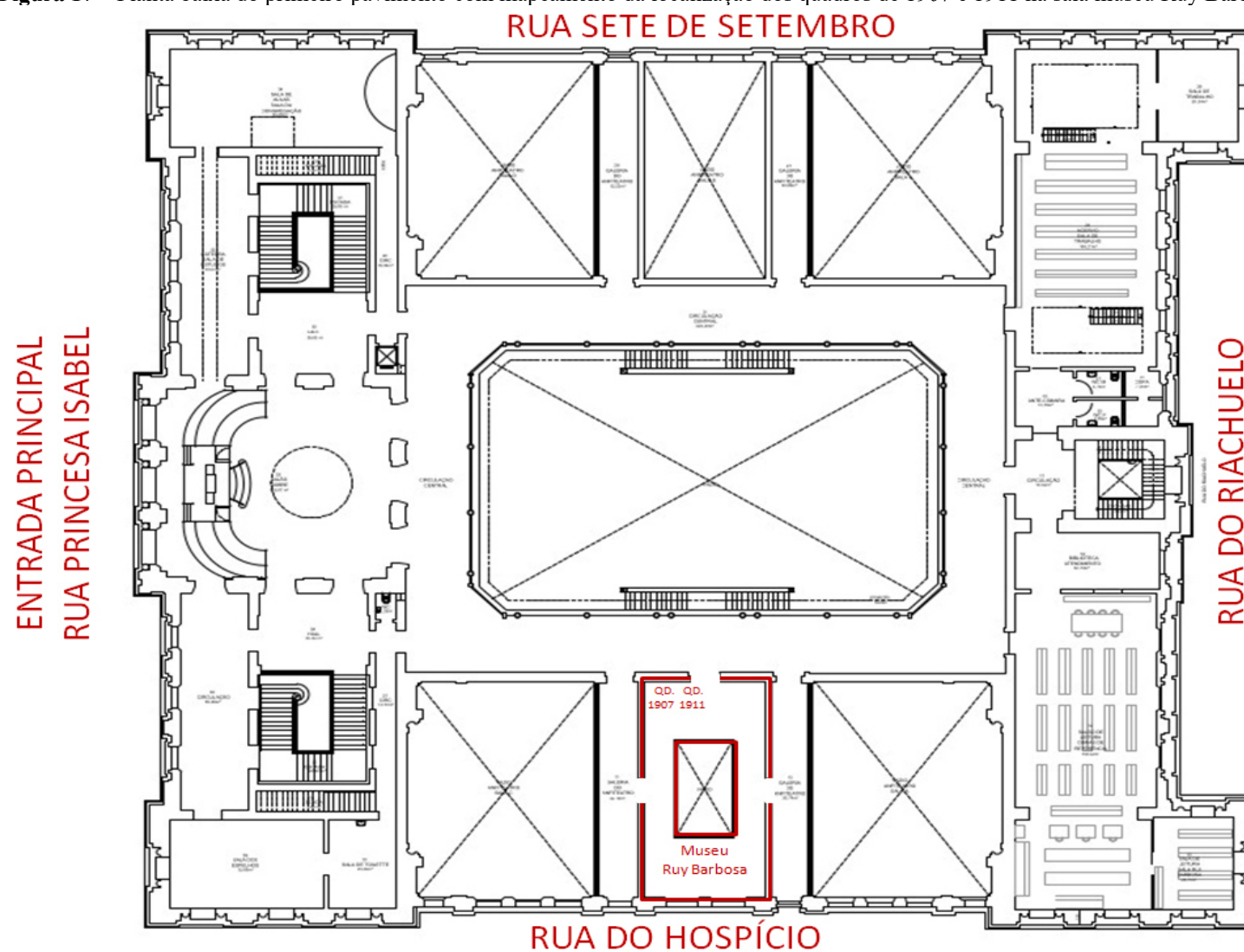
sentada ladeada por dois animais de feições felinas, empunhando uma balança e uma espada. Acima do campo de retratos, no centro superior, há um leão posicionado em repouso e o desenho arquitetônico do edifício principal da FDR. O painel central é composto por 64 retratos individuais (fotografias em formato de medalhão). Na parte inferior direita, sob a alegoria da Justiça, um grupo de três retratos em formato de medalhão representa membros institucionais de destaque: o diretor Dr. Augusto Vaz, o paraninfo Dr. Gervásio Fioravanti e o corpo docente, nomeadamente o Dr. José Vicente M. de Vasconcellos. O quadro é adornado por elementos decorativos no canto inferior esquerdo, destacando-se, por trás do retrato em formato de medalhão de Saraiva de Lemos, o desenho de uma pena e uma cobra.

Como ponto de interesse, destaca-se o último registro identificado em periódicos da época disponíveis na Biblioteca Nacional Digital do Brasil, referente ao quadro de formatura dos Bacharéis de 1944. A solenidade ocorreu na tarde do dia 2 de novembro, no hall do Cinema Parque, em Recife. O evento contou com os pronunciamentos do Professor Barreto Campelo e do bacharelado Raimundo Nonato Fernandes, configurando-se como uma cerimônia solene que representou a consolidação acadêmica dos formandos (Fundação Biblioteca Nacional, 1944, p. 6).

Os quadros de formatura referentes aos anos de 1907 e 1911 que estão na Sala Museu Ruy Barbosa constituem-se em valiosos documentos que atuam como extensores de memória e da consciência histórica no âmbito do campo jurídico brasileiro. Ademais, a análise desses artefatos pode revelar aspectos complexos e significativos, contribuindo, por conseguinte, para uma nova e aprofundada interpretação. A mediatização da memória por meio dessas representações iconográficas possibilita o acesso a informações que se encontravam ocultas ou silenciadas, reativando narrativas históricas. Ao serem confrontados com tais documentos, seja através dos próprios quadros, negativos, notícias de jornais ou outras fontes correlatas, os indivíduos são capazes de ressignificar e revivenciar os mais diversos sentimentos, momentos e relatos concernentes aos acontecimentos e às disputas que marcaram a jornada da turma de bacharéis de 1911.

Dando prosseguimento, as Fotografias 12 e 13 apresentam os quadros que contêm as imagens das turmas de bacharéis de 1907 e 1911, respectivamente. Adicionalmente, a Figura 17 ilustra a planta baixa do Nível 3 (1º Andar), mapeando a localização exata desses dois quadros no interior da Sala Museu Ruy Barbosa da FDR, que este espaço está sob a responsabilidade da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas (BIBCCJ), vinculada à Faculdade de Direito do Recife.

Figura 17 – Planta baixa do primeiro pavimento com mapeamento da localização dos quadros de 1907 e 1911 na sala museu Ruy Barbosa.



Fonte: Planta baixa nível 3 (1º Andar), FDR, adaptado pela autora, 2025.

7 ÁRVORES GENEALÓGICAS DAS SETE FAMÍLIAS REPRESENTADAS NAS PLACAS DE FORMATURA DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

“[...] que sejam as árvores genealógicas um instrumento de compreensão do passado e de transformação do presente para que possamos, em comunidade, planejar o futuro[...]” (Roso, 2010, p. 391).

Esse trecho de Roso (2010, p. 391) destaca que as árvores genealógicas são ferramentas essenciais para entender a história das pessoas, suas famílias e suas relações ao longo do tempo. Ao conhecer o passado por meio dessas árvores, conseguimos compreender melhor as origens, contextos e histórias que moldam o presente. Esse entendimento coletivo, em comunidade, permite planejar e transformar o futuro de forma mais consciente e integrada, considerando as raízes e trajetórias compartilhadas.

A genealogia segundo Roso (2010, p.37) "tem como objetivo desvendar as origens das pessoas e de famílias por intermédio da prospecção sistemática de seus antepassados, regiões onde nasceram e viveram e seus relacionamentos inter e intra familiares". As árvores genealógicas são representações visuais das relações familiares ao longo das gerações. Elas ajudam a revelar a história das famílias, mostrando quem são os antepassados, como as pessoas estão relacionadas e quais eventos marcaram a trajetória dessas famílias. Além disso, conhecer a história familiar fortalece a identidade e o sentimento de pertencimento, pois as pessoas compreendem que fazem parte de uma rede maior.

Antes de abordar a documentação utilizada para a elaboração da genealogia jurídica das sete famílias objeto deste estudo, é necessário esclarecer que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) regulamenta o direito previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. Essa legislação estabelece que o acesso à informação deve ser a regra, e não a exceção. Assim, todos os órgãos da administração direta, bem como autarquias, fundações e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União, Estados e Municípios, são obrigados a viabilizar e facilitar a consulta às informações. Excepcionam-se apenas os documentos que, se divulgados, possam representar risco à população, à soberania nacional, às relações internacionais ou às atividades de inteligência. Destaca-se, contudo, que não há acesso irrestrito ou prévio a documentos públicos, sendo o interesse por ele justificável por meio de pesquisa acadêmica, prospecção para órgãos públicos, comprovação de alguma condição ou simples interesse do solicitante.

É essencial compreender o acervo custodiado pela FDR. De forma sintetizada, o Arquivo da FDR foi instituído em 1827, com a criação do Curso Jurídico de Olinda, e encontra-se atualmente vinculado à Secretaria Geral do CCJ/UFPE. No passado, sua função consistia na guarda da documentação administrativa, no atendimento aos usuários internos e na organização dos documentos conforme seus formatos específicos. Esse processo resultou na formação do acervo, que acompanhou a evolução das atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

O arquivo desempenha papel fundamental na preservação da memória institucional, da sociedade brasileira e do ensino jurídico nacional, configurando-se como um lugar de memória, conforme definido por Nora, ao conectar documentos oficiais e produções arquivísticas que contribuem para a construção do conhecimento histórico e identitário. Conforme o Regimento Interno da FDR (artigo 66, 2022, p. 26), o arquivo é responsável pela custódia, processamento técnico, conservação e acesso aos documentos produzidos e recebidos pelo Curso Jurídico de Olinda e pela Faculdade de Direito do Recife, em decorrência de suas atividades acadêmicas e administrativas.

No âmbito desta pesquisa, as árvores genealógicas jurídicas referem-se ao estudo da herança intelectual transmitida por meio de grupos familiares inter-relacionados entre os formandos da FDR. Esse registro possibilitará a identificação das relações de parentesco entre os graduandos, por meio da análise de documentos institucionais, tais como manuscritos de certidão de idade (1863–1868), Livro da lista geral dos estudantes matriculados na FDR, Livro de julgamentos dos exames, Livro da lista geral dos Bacharéis e Doutores, Livros de registro de diplomas, Atas da Congregação da FDR, dossiês de alguns formandos, Livro de termo de posse da instituição, negativos de vidro, relatórios bibliotecários, estudos sobre banditismo, periódicos entre outros. Além disso, a utilização das amplas coleções disponíveis nas plataformas digitais *FamilySearch* e *A mística do Parentesco*, complementada pela Hemeroteca Digital Brasileira, possibilitou o desvelamento dos vínculos familiares, permitindo a construção da genealogia e da história das sete famílias dos graduados da FDR, com o objetivo de correlacionar e localizar registros públicos digitalizados.

Sabe-se que a plataforma digital do *FamilySearch* constitui uma organização e meio dedicado à genealogia, que proporciona acesso gratuito a registros históricos, ferramentas de pesquisa e uma árvore genealógica mundial de caráter colaborativo. Funciona como um vasto repositório de documentos e índices relativos a nascimentos, casamentos, óbitos, censos e outros registros oriundos de diversos países, resultante da colaboração de mais de 10 mil

organizações em mais de 100 nações. Seu objetivo primordial reside em conectar familiares e preservar narrativas históricas familiares (*FamilySearch*, 2025, *on-line*).

Por sua vez, o site A Mística do Parentesco emerge da concepção estratégica de disseminar o labor metódico acumulado ao longo de décadas, condensado em sete volumes impressos que representam um corpus documental singular. Idealizou-se, desse modo, uma abordagem metodológica inovadora para transpor a exuberância informacional. Ela compreende dados genealógicos, narrativas biográficas e contextos sociohistóricos, das páginas físicas ao ambiente digital de um site interativo. Isso preserva com rigor as singularidades inerentes a cada obra: publicadas em períodos cronologicamente distintos e focalizadas em linhagens familiares e urbes específicas (Ferreira, 2015, *on-line*).

Já a plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional, oferece aos usuários um portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de jornais, revistas, anuários, boletins e outras publicações seriadas. Pesquisadores de qualquer parte do mundo têm acesso inteiramente livre e sem ônus a títulos que abrangem desde os primeiros jornais criados no país até jornais extintos no século XX (Fundação Biblioteca Nacional, 2025, *on-line*).

Na fase de organização, os dados serão apresentados em formato de árvore genealógica, indicando claramente a geração, o grau de parentesco e o ano de formatura de cada membro. Será imperativo que toda conexão e dado relevante sejam referenciados à sua fonte documental de origem, conferindo rastreabilidade e validade científica ao estudo. Por fim, ressalta-se que o sucesso desta investigação exige paciência e persistência metodológica, dada a natureza complexa e, frequentemente, demorada do rastreamento genealógico.

A investigação se concentrará nos ascendentes e descendentes dos formandos, conforme demonstrado nas placas específicas localizadas na FDR. A construção dessa árvore genealógica institucional permitirá, notadamente, identificar os pioneiros nos estudos jurídicos dentro de suas respectivas linhagens e analisar como seus descendentes subsequentes deram continuidade a essa trajetória na área do Direito.

Antecipando de modo resumido as escolhas das sete famílias no contexto das árvores genealógicas jurídicas ancoradas nas placas de formatura da FDR, o primeiro diagrama faz referência ao Dr. Pinto Ferreira, cuja trajetória institucional destaca-se pelo exercício de praticamente todos os cargos de significativa relevância administrativa, e cuja projeção profissional ultrapassa os limites do ambiente acadêmico, evidenciada por sua expressiva produção bibliográfica.

O segundo diagrama ilustra um dos mais proeminentes líderes políticos da história do Brasil, Miguel Arraes de Alencar, cujo legado político-histórico demonstra notável capacidade de consolidação e perpetuação transgeracional de poder e prestígio político.

O terceiro diagrama revela a tradição da família Guedes Alcoforado, que se destaca na área jurídica em Pernambuco há muitos anos, e cuja herança no Direito foi perpetuada pelo Professor Luiz Sebastião Guedes Alcoforado na FDR.

Na sequência, o quarto diagrama apresenta a atuação de Helena Caúla Reis. Ela deixa influência marcante na FDR e na história do Estado, destacando-se como modelo do valor e mérito feminino tanto no ambiente profissional quanto na política. Ela foi a primeira diretora *pro-tempore* na FDR.

Continuando, o quinto diagrama destaca a família do cantor, compositor, instrumentista e advogado brasileiro Alceu Valença, que, apesar de ter se destacado na música, fez questão de obter sua carteira de advogado, comprovando o reconhecimento da relevância da história familiar para a compreensão do presente e reafirmando o valor do legado transmitido e preservado ao longo do tempo.

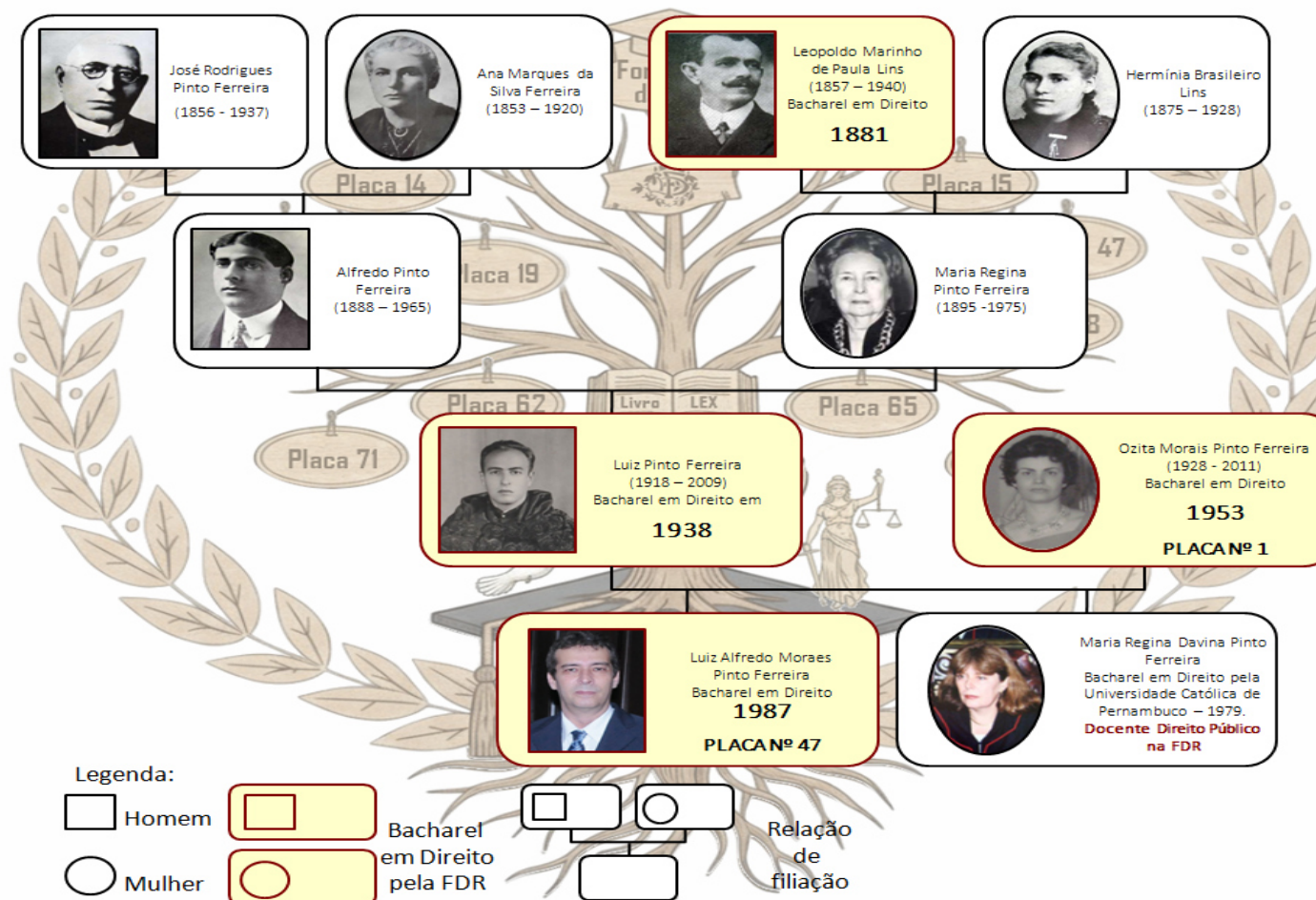
No diagrama seis, exibe-se a árvore genealógica de Fenelon Ferreira Castello Branco Netto, que, aos 96 anos em 2025, desperta atenção pela divulgação de seu processo de seleção e ingresso no curso de Direito da FDR durante o período do Regime Militar.

No diagrama sete, apresenta-se a linhagem familiar do poeta Augusto dos Anjos relacionada à Faculdade de Direito do Recife, elaborada a partir de uma solicitação. As trajetórias dos ascendentes (pai, irmãos, tio, primos e sobrinhos) deixaram marcas, vestígios e indícios tanto na FDR quanto na sociedade em geral. Esta sociedade surpreende pela expressiva quantidade de familiares que ingressaram e concluíram sua formação na referida instituição.

O desenvolvimento do diagrama genealógico das placas de formandos da FDR configura-se como uma representação visual sistemática de sete linhagens familiares selecionadas. O objetivo central deste diagrama é evidenciar as complexas inter-relações estabelecidas entre os membros graduados ao longo de gerações sucessivas. A fundamentação desta teia genealógica reside em uma coleta de dados minuciosa. Ela engloba informações biográficas (nome completo, ano de nascimento e falecimento, bem como a identificação de ascendentes e colaterais). Além disso, inclui a localização da placa de formatura no ambiente físico da FDR e a especificação do ano de graduação de cada ex-formando, além de outros dados pertinentes à trajetória institucional.

Para aprimorar a compreensão da estrutura da árvore genealógica das placas de formatura, foi implementado um sistema de codificação visual. O indivíduo que obteve a graduação na FDR é circundado por uma linha de cor vermelho-rubi sobre um fundo amarelo claro, as cores institucionais que também representam a área do Direito (presentes na faixa e no anel de formatura do curso). Em contraste, o indivíduo cujas formações não se deram na FDR, ou não correspondem à área jurídica, é circunscrito por uma linha de cor preta sobre um fundo branco. Esta diferenciação cromática visa facilitar a compreensão dos vínculos familiares e ressaltar os membros pertencentes à linhagem institucional.

A identificação da ascendência dos graduandos possui uma utilidade substancial para futuras investigações, pois não apenas estabelece a linhagem familiar, mas também evidencia a herança na esfera do Direito que é perpetuada ao longo da tradição e da história familiar.

Diagrama 1 – Família Pinto Ferreira¹².

Fonte: autora (2025).

¹² As fotografias que integram a árvore genealógica da Família Pinto Ferreira foram obtidas em duas fontes distintas. A fotografia de Luiz Alfredo Moraes Pinto Ferreira foi adquirida na Revista da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas, n. 3, 2022. As demais imagens foram obtidas do *site* de Luiz Pinto Ferreira, cujos todos os *links* encontram-se disponíveis na seção de Referências.

A linhagem familiar Pinto Ferreira, no Diagrama 1, distingue-se de forma notável no âmbito jurídico e acadêmico, sobressaindo-se a figura do insigne jurista e educador Professor Doutor Luiz Pinto Ferreira. A trajetória institucional destaca-se pelo exercício de praticamente todos os cargos de significativa relevância administrativa. Essa atuação contribuiu para uma projeção profissional que ultrapassou os limites do ambiente acadêmico, evidenciada por sua expressiva produção bibliográfica. Reconhecido como um jurista de destaque, o professor Pinto Ferreira assinou diversas obras nos campos do Direito Público e Privado. Ele também assinou vários artigos de periódicos no Brasil e no exterior, os quais foram amplamente adotados por universidades em toda a América Latina. Isso o consolidou como uma das maiores referências da bibliografia jurídica nacional.

No âmbito jurídico, a trajetória inicia-se com seu avô materno, Leopoldo Marinho de Paula Lins, que nasceu em Barreiros, no dia 13 de dezembro de 1857, filho de José Lins de Barros e de Blandícia de Paula Lins. Ingressou na FDR em março de 1877, aos 19 anos, e concluiu sua formação em 4 de novembro de 1881, durante os últimos anos do Império. Exerceu a advocacia e foi proprietário de um engenho, posteriormente atuando como usineiro.

Além disso, ocupou o cargo de prefeito de Palmares, Pernambuco, em 1892, e, no ano seguinte, foi eleito deputado estadual. Em 1897, foi eleito senador estadual em Pernambuco e, em 1899, nomeado pelo governador Segismundo Antônio Gonçalves para o cargo de chefe de polícia do estado. Em 1909, foi eleito deputado federal, ocupando uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Foi promotor e juiz de direito.

Já o seu neto materno, Luiz Pinto Ferreira, nasceu em 7 de outubro de 1918, na cidade do Recife, estado de Pernambuco, filho de Alfredo Pinto Ferreira e Maria Regina Pinto Ferreira, pernambucanos, ele engenheiro e comerciante. Seus avós paternos, José Rodrigues Pinto Ferreira e Ana Marques da Silva Ferreira, imigrantes portugueses, radicados na cidade do Recife, comerciantes, fundaram a firma Pinto Ferreira CIA, com exportação de álcool e aguardente. Seus avós maternos, Leopoldo Marinho de Paula Lins e Hermínia Brasileiro Lins, também eram originários do estado de Pernambuco.

Aos 15 anos, Luiz Pinto Ferreira ingressou na FDR, onde se inscreveu para o vestibular em 25 de janeiro de 1934. Realizou a prova escrita em 17 de fevereiro de 1934 e a prova oral em 24 de fevereiro do mesmo ano, sendo aprovado em ambas. No dia 20 de fevereiro de 1934, efetivou sua matrícula no 1º Ano do curso.

Ainda na fase acadêmica, ele produziu seu primeiro trabalho literário, intitulado "Novos Rumos do Direito Público", aos 17 anos, enquanto continuava seus estudos em

direito. O livro deixou uma marca significativa entre renomados juristas daquele período, como Pontes de Miranda e Clóvis Beviláqua.

Concluiu o bacharelado em ciências jurídicas e sociais, recebendo o diploma da FDR em 10 de dezembro de 1938 (Mello, 1941, p. [n.p.]). Além disso, foi laureado como o melhor aluno da turma, recebendo como prêmio uma viagem à Europa no valor de cinco contos de réis (Ferreira, 2010, p. 426). (Fotografia 13).

Fotografia 13 – Bacharel Luiz Pinto Ferreira.



Fonte: site Luiz Pinto Ferreira (1938).

Aprovado com distinção no concurso público para Livre-Docente de Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife em 1944, apresentou a tese intitulada “Da Soberania”. Em 10 de setembro de 1945, o Professor Doutor Luiz Pinto Ferreira assumiu, por meio de decreto datado de 21 de agosto de 1945, o cargo de professor catedrático da cadeira de Teoria Geral do Estado nesta Faculdade, exercendo a função de forma interina.

Em 1950, obteve, também com louvor, a Cátedra de Direito Constitucional na mesma Faculdade, após concurso público de provas e títulos, apresentando a obra “Princípios Gerais de Direito Constitucional Moderno”.

Nesse mesmo período, Pinto Ferreira conquistou o Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais, eventos que tiveram repercussão tanto nacional quanto internacional. Conforme Bedinellio (2009, *on-line*), o debate foi travado em várias línguas e falava outras sete, além do

português: latim, russo, alemão, francês, italiano, inglês e espanhol. Em 10 de abril de 1950, o Professor Doutor Luiz Pinto Ferreira foi nomeado, por meio do Decreto de 23 de março de 1950. Este decreto foi assinado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e publicado no Diário em 25 de março de 1950. Ele foi nomeado para o cargo de Professor Catedrático da cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade do Recife (UFPE, [1828-1986] ,p.141). (Fotografia 14).

Fotografia 14 – Concurso Cátedra de Direito Constitucional.



Fonte: site Luiz Pinto Ferreira (1950).

Em janeiro de 1954, contraiu matrimônio com a ex-aluna Osita Moraes Pinto Ferreira, com quem teve dois filhos: Maria Regina Davina Pinto Ferreira e Luiz Alfredo Moraes Pinto Ferreira.

Além de sua significativa contribuição no âmbito das ciências jurídicas, o Luiz Pinto Ferreira ocupou diversos cargos públicos, incluindo: Assistente da Casa do Estudante de Pernambuco (24.11.1938 – 12.04.1940); Promotor Público de Glória do Goitá – Pernambuco (nomeado em 13.01.1940); Secretário da Escola Normal de Pernambuco, inicialmente interino (16.06.1940) e posteriormente efetivado (11.11.1942), com exoneração a pedido em 05.08.1943; Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços em Pernambuco (11.06.1962 – início de 1963); Chefe da Consultoria Jurídica do Serviço Nacional do SEMAN (01.08.1962 – início de 1963); Membro da Casa Civil e Assessor da Presidência da República. Além disso, foi senador pelo estado de Pernambuco entre os anos de 1962 e 1963.

Na gestão da FDR, ocupou diversas funções relacionadas à UFPE. Exerceu o cargo de vice-diretor durante quatro anos, tendo sido nomeado em 16 de fevereiro de 1968, após ser eleito em primeiro lugar na lista tríplice com 19 votos em 21. Adicionalmente, atuou como diretor interino em cinco ocasiões durante o quadriênio 1967–1971. Após esse período,

retornou a assumir a posição de diretor interino de 7 de dezembro de 1971 a 14 de abril de 1972. Também atuou como diretor pro tempore de 3 de março a 3 de agosto de 1972, nomeado pelo reitor Marcionilo Lins. Durante sua gestão, foi o principal responsável pela criação e autoria do regimento do Curso de Mestrado da FDR, instituído em 1972.

Assim como exerceu a função de chefe do departamento de Direito Público na FDR em diversos períodos, sempre mediante eleição departamental. Ele assumiu a função de chefe do 1.º departamento de Direito Público a partir de 19 de novembro de 1969. Depois, foi chefe do departamento de Direito Público e Processual a partir de 22 de dezembro de 1971, com mandato de dois anos. Em outubro de 1977 e novamente em 26 de dezembro de 1979, tornou-se chefe do departamento de Direito Público Geral e Processual, sendo eleito de forma unânime em ambas as ocasiões.

Durante o regime militar, destacou-se como um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), precursor do atual PMDB, tendo exercido a presidência da referida agremiação durante a década de 1970.

Posteriormente, Pinto Ferreira exerceu as funções de vice-reitor substituto eleito por unanimidade pelo Conselho Universitário da UFPE, em 8 de julho de 1980, tendo tomado posse das ditas funções no mesmo dia. Exerceu o cargo de reitor interino da UFPE em dez ocasiões entre 1980 e 1982, período que correspondeu aos afastamentos do reitor titular, Geraldo Lafayette. Além de ter desempenhado praticamente todos os principais cargos administrativos da instituição. (Fotografia 15).

Fotografia 15 – Pinto Ferreira na Reitoria da UFPE.



Fonte: *site* Luiz Pinto Ferreira (1980).

O Professor Doutor Luiz Pinto Ferreira ocupou o cargo de diretor efetivo do Centro de Ciências Jurídicas no período de 1982 a 1984 e, nesse intervalo elaborou os anteprojetos dos regimentos para o Doutorado em Direito, para a FDR e para os Departamentos da referida Faculdade. Além disso, foi diretor da Revista Acadêmica em 1982. (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Posse Diretor Faculdade de Direito do Recife



Fonte: site Luiz Pinto Ferreira (1982).

O Professor Luiz Pinto Ferreira assumiu a Direção da FDR em 8 de março de 1982. Sua gestão foi caracterizada por um empenho contínuo na captação de recursos destinados à realização de diversas reformas estruturais, sendo o primeiro restauro do edifício uma das ações mais notáveis, igualmente, reparo no relógio.

A campanila do edifício da FDR, cuja arquitetura remete às torres sineiras de influência italiana, historicamente utilizadas para vigilância e convocação cívica, constitui um marco notável. Por muitos anos, seu relógio serviu como referencial horário para a população local, em uma época em que os relógios pessoais não eram acessíveis à maioria. No entanto, o registro histórico aponta que em 1969 o mecanismo cessou seu funcionamento, e os refletores luminosos foram apagados, resultando no silêncio e escuridão da torre. Tecnicamente, o artefato em questão é um relógio do tipo carrilhão à corda, que opera por meio de pêndulo e contrapesos e é regulado por um mecanismo interno, emitindo toques a cada quinze minutos através de um conjunto de três sinos.

Então, no período de gestão do Professor Luiz Pinto Ferreira, foi iniciado o processo de restauro do relógio da torre da FDR. De acordo com as inscrições presentes na placa do maquinário, o artefato foi fabricado em Paris no ano de 1908. Este exemplar pertence à tradição da notável família de relojoeiros Henry-Lepaute, cuja relevância se estendeu do século XVIII ao século XX. Os irmãos Jean Baptiste e Jean André Lepaute são reconhecidos

como os fundadores dessa linhagem, sendo responsáveis pela instalação de relógios em diversos edifícios emblemáticos de Paris e em outras nações (Fotografia 17).

Fotografia 17 – Relógio da Faculdade de Direito do Recife – 1908



Fonte: autora (2025)

A observação das fotografias acima revela um relógio que permanece inalterado desde sua instalação na FDR, há mais de um século, simbolizando a memória institucional. Essa memória é compreendida como o conjunto de recordações, práticas e símbolos que asseguram a continuidade da identidade organizacional ao longo do tempo. A conservação desse artefato

histórico vai além do valor estético, representando um papel fundamental na manutenção da identidade institucional. A preservação do patrimônio cultural fortalece o vínculo entre passado, presente e futuro, garantindo a transmissão do legado para as gerações futuras institucionais. Dessa forma, a memória institucional torna-se um compromisso estratégico que valoriza a história da organização, promovendo seu reconhecimento e legitimidade social. Assim, preservar a memória institucional é imprescindível para a construção coletiva da história organizacional, sustentando a identidade e a continuidade da instituição no contexto sociocultural. Essa concepção está alinhada à perspectiva de Nora (1989, p. 21), para quem os “lugares de memória” são espaços, objetos ou símbolos que conservam a memória de um grupo social específico, funcionando como refúgios simbólicos contra o esquecimento e a perda da identidade histórica.

Conforme documentado pela imprensa da época, um marco inicial dessa gestão de Luiz Pinto Ferreira foi a conclusão do primeiro reparo do relógio da torre em maio de 1982 (Fundação Biblioteca Nacional, 1969, p. 17). Sob sua liderança, o restauro não apenas devolveu o funcionamento ao relógio, mas também recuperou os refletores luminosos e os sinos, encerrando o período de silêncio e escuridão na campanila, que finalizou o trabalho em 1982, tendo gasto cem mil cruzeiros, provenientes de doações particulares (Fundação Biblioteca Nacional, 1982, p. 9).

No artigo publicado pelo Diário de Pernambuco em 2 de abril de 1982, o então diretor da época destaca a importância de os alunos da Faculdade visitarem a obra de engenharia construída. Ressalta-se o acesso à torre de sinos por meio de escadas espiraladas e estreitas, que se elevam a uma altura equivalente a um edifício de seis andares. A estrutura da campanária suporta a permanência simultânea de várias pessoas e proporciona uma vista panorâmica da cidade do Recife, abrangendo desde os mares verdejantes de Olinda até as águas calmas e de coloração alencarina da região sul de Mauriciéa. Ademais, o som dos sinos, com sua sequência de repiques e badaladas, atua como um convite simbólico para a recuperação da Escola (Fundação Biblioteca Nacional, 1982, p. 9).

Segundo Continentino e Silva (2021, p. 238), Pinto Ferreira destacou-se como importante teórico e professor de Direito Constitucional brasileiro, tendo contribuído significativamente para o processo constituinte da redemocratização nacional, que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Constituição do Estado de Pernambuco de 1989.

Durante a gestão do Professor Ivo Dantas à frente da FDR, na UFPE, Luiz Pinto Ferreira foi agraciado com a honraria de Professor Emérito da FDR (Pinto Ferreira, 2010, p.

438). Isso ocorreu por meio do ato número 01/99, datado de 2 de junho de 1999, em reconhecimento à sua significativa contribuição para a consolidação da área do Direito na Universidade. Essa honraria se deve às suas atividades docentes e administrativas, bem como à sua vasta produção acadêmica, que inclui a publicação de numerosos artigos especializados e a edição de diversos livros em sua área de expertise. Em julho de 1999, foi agraciado com o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra. Posteriormente, em 2008, recebeu a Medalha do Mérito da Faculdade de Direito do Recife, em cerimônia realizada no salão nobre da referida instituição.

Pinto Ferreira identificava-se como integrante da denominada "segunda geração da escola do Recife", surgida após a Revolução de 1930, conforme Chacon (2008, p. 172). Segundo Continentino e Silva (2021, p. 244), ele reconhecia, no contexto das transformações sociais e ideológicas da segunda metade do século XX, as semelhanças entre essa geração e a do século XIX, marcada por Pontes de Miranda. Além disso, destacou sua relação com uma nova geração de mestres do século XX, incluindo Nelson Saldanha, Gláucio Veiga, Cláudio Souto, Lourival Vilanova e Vamireh Chacon. Destacam-se, ainda, as contribuições de duas notáveis professoras, Maria Bernadete Pedrosa e Margarida Cantarelli, que promoveram a continuidade do legado da FDR.

Conforme Bedinellio (2009, on-line), o jurista Pinto Ferreira possui uma produção bibliográfica expressiva, sendo autor de mais de 200 obras, predominantemente nas áreas do Direito Público e Privado. Essa dedicação à escrita contou com a colaboração de sua esposa, Osita, com quem produziu mais de cem trabalhos em coautoria.

Sua trajetória também incluiu atuação na esfera política, tendo sido um dos fundadores do MDB e exercido o mandato de Senador da República na década de 1970. Contudo, sua principal vocação permaneceu vinculada ao ensino. Após sua aposentadoria compulsória da Universidade Federal de Pernambuco, dedicou-se à fundação da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (FCHPE) da Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino (SOPECE), assegurando a continuidade de sua contribuição pedagógica. Pinto Ferreira é reconhecido pela sua memória prodigiosa e por um magnífico patrimônio acadêmico, que representa um legado inestimável para as gerações presentes e futuras.

O Professor Luiz Pinto Ferreira adoeceu em agosto de 2003, iniciando um período de luta pela vida que perdurou por vários anos. Seu falecimento ocorreu em 7 de abril de 2009, no Hospital Santa Joana, em Recife, aos 90 anos de idade (Ferreira, 2010, p. 439).

Em reconhecimento ao seu legado, o velório foi realizado no hall da FDR e contou com a presença de um grande público, além de familiares e amigos, sendo marcado por

homenagens póstumas de instituições, intelectuais e autoridades políticas. A direção da Faculdade, em sinal de profundo pesar, decretou luto oficial por três dias. A cerimônia de despedida póstuma incluiu o discurso proferido pelo Professor Doutor Ivo Dantas. A celebração religiosa de corpo presente foi conduzida pelo Padre Caetano. Em um ato de solenidade e reconhecimento, o corpo foi então transportado em carro do Corpo de Bombeiros, sob aplausos e honrarias, até o jazigo da família Pinto Ferreira, localizado no Cemitério de Santo Amaro, na cidade do Recife (Ferreira, 2010, p. 439).

Por fim, concordando com os pensamentos de Continentino e Silva (2021, p. 269), é imprescindível reconhecer que, tanto como promissor jovem, quanto como professor titular de Direito Constitucional, político atuante na defesa da democracia e pensador político-social e jurídico, Pinto Ferreira contribuiu de forma significativa para o pensamento constitucional brasileiro. Sua trajetória, que abrangeu as mais dinâmicas décadas do século XX e se mantém relevante nas primeiras décadas do século XXI, encontra-se intrinsecamente ligada à história da FDR e da UFPE.

A aluna Ozita Mariz de Moraes natural de Aliança – PE, nascida em dezembro de 1928, filha de Manoel Mariz de Moraes e de Davina de Moraes Mariz. Ingressou no Curso de Direito da FDR em 1939, após ser aprovado nos exames preparatórios. Em 1953, ano em que finalizou sua formação, contraiu matrimônio com o professor Luiz Pinto Ferreira, passando a adotar o nome de Ozita Moraes Pinto Ferreira. Sua formatura ocorreu em 12 de dezembro de 1953, na presença do Doutor Diretor, Professor José Soriano de Souza Neto. Conforme consta o seu nome na placa, que corresponde ao número 1 da tabela 4 de representação das placas de formatura localizadas no andar térreo da FDR.

Luiz Alfredo Moraes Pinto Ferreira, filho do Professor Luiz Pinto Ferreira e de Ozita Moraes Pinto Ferreira, iniciou sua formação em Direito na FDR no ano de 1983, após aprovação nos exames preparatórios. Sua proeminência acadêmica durante a graduação é atestada pela publicação de dois artigos na prestigiada Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife em 1984, nos quais o autor versou sobre o Mandado de Segurança e o *Habeas Corpus*. Na presença do Doutor Diretor, Professor Luiz Pinto Ferreira, foi conferida a graduação em agosto de 1987. Conforme consta o seu nome na placa da Turma dos 160 anos da Faculdade de Direito do Recife, que corresponde ao número 47 da tabela 4 de representação das placas de formatura localizadas no andar térreo da FDR. Atualmente, ele é diretor presidente da Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino (SOPECE).

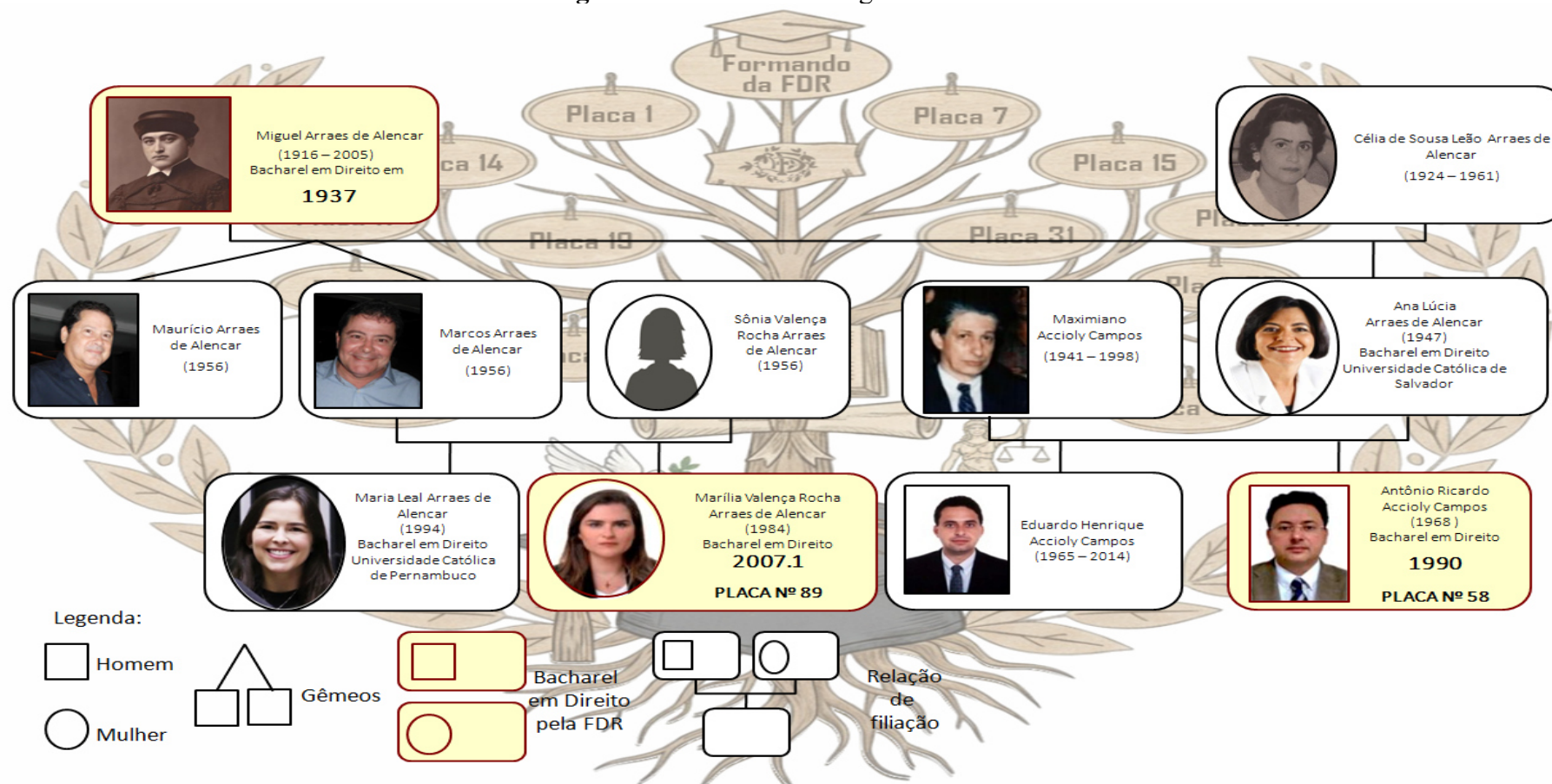
A notável conexão da família com a produção acadêmica na instituição estendeu-se à geração seguinte. A filha de Pinto Ferreira, Maria Regina Davina Pinto Ferreira, também

contribuiu para a Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife em 2010. Seu artigo, intitulado “Luiz Pinto Ferreira, um Homem Que Transcende o Tempo”, presta uma homenagem à memória e ao legado intelectual do jurista, reforçando a tradição familiar na área do Direito.

A Professora Maria Regina Davina Pinto Ferreira, Professora Adjunta Nível 4 lotada no CCJ da FDR da UFPE, possui sua área de concentração no Direito Público, com especial ênfase em Direito Constitucional e Ciência Política. Sua atividade docente se concentra nas disciplinas de Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado e Ciência Política. Sua contribuição institucional é expressiva, abrangendo o exercício de diversos cargos administrativos no CCJ/FDR e na Reitoria da UFPE, dos quais se destacam: Chefia Departamental: eletiva como vice-chefe (1992) e, posteriormente, reeleita chefe do 1º Departamento de Direito Público Geral e Processual para dois mandatos consecutivos (1998–2000 e 2000–2002). Coordenação: nomeada vice-coordenadora do curso de Direito, exercendo a coordenação em 2003. Conselhos: atuou como membro do Conselho Departamental e da Câmara de Graduação do Curso de Direito (mandato a partir de 2003). Reitoria da UFPE: integrou a Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) e o Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE) no período de 2003 a 2006. Adicionalmente, participou ativamente de bancas examinadoras em concursos públicos para a seleção de professores efetivos e substitutos, tanto na UFPE quanto na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) (Ferreira, 2023, *on-line*).

Um aspecto relevante que sublinha a profunda ligação do professor Luiz Pinto Ferreira com a FDR reside no fato de ele ter lecionado para toda a sua família na instituição. Essa relação docente-discente iniciou-se com sua esposa, a Senhora Ozita Moraes Pinto Ferreira, a quem o Professor conheceu no ambiente acadêmico como sua aluna. Posteriormente, ele ministrou aulas para seu filho, Luiz Alfredo Moraes Pinto Ferreira, durante o curso de graduação, e, em um momento distinto, para sua filha, Maria Regina Davina Pinto Ferreira, no nível de mestrado, caracterizando um vínculo geracional inigualável com a cátedra da FDR.

A atuação futura dos descendentes da família Pinto Ferreira na preservação da trajetória institucional e da memória histórica da FDR, inspirada pela figura do insigne jurisconsulto e educador Professor Doutor Luiz Pinto Ferreira, é certamente esperada. O legado consolidado por este ilustre professor catedrático, pesquisador e intelectual emblemático é reconhecido como fonte de inspiração para que os valores e a história da instituição sejam perpetuados pelas novas gerações.

Diagrama 2 – Família de Miguel Arraes¹³.

Fonte: autora (2025).

¹³ As fotografias que integram a árvore genealógica da família de Miguel Arraes foram obtidas a partir de diversas fontes. As fotos de Miguel Arraes e sua esposa, Célia de Sousa Leão Arraes de Alencar, foram extraídas do Instituto Miguel Arraes. As fotografias de Ana Lúcia Arraes de Alencar, Marília Valença Rocha Arraes de Alencar, Maria Leal Arraes de Alencar e Eduardo Henrique Accioly Campos foram adquiridas no site da Câmara dos Deputados. A foto de Antônio Ricardo Accioly Campos da Academia Pernambucana de Letras. A fotografia Maximiano Accioly Campos foi adquirida no site de Fernando Machado. Ademais, a fotografia de Maurício e Marcos Arraes foi obtida do site Betânia Caneca, cujos todos os *links* encontram-se disponíveis na seção de Referências.

No Diagrama 2, ao se empreender a análise da figura política de João Campos, que atualmente exerce o mandato de Prefeito do Recife, a correlação com seu bisavô, o proeminente líder nacionalista Miguel Arraes de Alencar, manifesta-se de forma quase imediata e intrínseca. O capital simbólico e o legado político-histórico do ancestral configuram um referencial que precede, com notável abrangência temporal, a inserção e o desenvolvimento da trajetória dos familiares no cenário público. A influência dessa estrutura familiar, estabelecida desde a ascensão de Miguel Arraes, demonstra uma notável capacidade de consolidação e perpetuação transgeracional de poder e prestígio político.

Miguel Arraes de Alencar, filho de José Almino de Alencar e Maria Benigna Arraes de Alencar, nasceu em 15 de dezembro de 1916, natural do Ceará. Apresentou a guia de transferência da Universidade do Rio de Janeiro, que cursou o primeiro ano em 1933. Em seguida, matriculou-se no segundo ano na FDR, na qual concluiu sua graduação em 11 de dezembro de 1937 (UFPE, 1937, [n. p.]).

Miguel Arraes destacou-se como um dos mais proeminentes líderes políticos da história do Brasil, exercendo funções como secretário de estado, deputado estadual, deputado federal e governador do estado de Pernambuco em três mandatos distintos. Além disso, Arraes foi um líder partidário de relevância, presidindo o Partido Socialista Brasileiro entre 1999 e 2005. Com uma trajetória política que ultrapassa cinco décadas e sendo amplamente reconhecido como um dos principais representantes da esquerda brasileira, o ex-governador Miguel Arraes teve seu nome inscrito no livro Heróis da Pátria, no Panteão da Pátria, em Brasília, no ano de 2018.

Antônio Ricardo Accioly Campos nasceu no Recife em 25 de junho de 1968. Filho de Ana Lúcia Arraes de Alencar (jurista e ex-política brasileira) e do escritor Maximiano Accioly Campos (Academia Pernambucana de Letras, [s.l.], *on-line*). Irmão do ex-governador Eduardo Campos e neto do ex-governador Miguel Arraes. Formou-se na Turma Afonso Arinos de Mello Franco em dezembro de 1990, esta placa corresponde ao número 58 do Quadro 6 de representação das placas de formatura localizadas no andar subsolo da FDR. Na Imagem 3, expõe-se a ficha de inscrição de advogado.

Imagem 3 - ficha de inscrição de advogado


Ficha Sociedade

ANTÔNIO RICARDO ACCIOLY CAMPOS

Inscrição 12310 **Seccional** PE **Subseção** CONSELHO SECCIONAL - PERNAMBUCO
ADVOGADO

Endereço Profissional
RUA DO CHACON, Nº 335, POÇO DA PANELA
RECIFE - PE
52061400

Telefone Profissional
(81) 3267-5787
(81) 9948-0241

Imprimir

SITUAÇÃO REGULAR

Fonte: Cadastro Nacional dos Advogados (2025).

Marília Valença Rocha Arraes de Alencar, filha do administrador de empresas Marcos Arraes de Alencar e da psicóloga Sônia Valença Rocha Arraes de Alencar. É neta do ex-governador Miguel Arraes e prima de Antônio Ricardo Accioly Campos. Formou-se na Turma "180 anos da Faculdade de Direito do Recife também somos parte dessa história" em dezembro de 2007.¹, esta placa corresponde ao número 89 do Quadro 6 de representação das placas de formatura localizadas no andar subsolo da FDR. Portanto, Marília Valença Rocha Arraes de Alencar, mais conhecida como Marília Arraes, atua na área jurídica e política. Na Imagem 4, expõe-se a ficha de inscrição de advogada.

Imagem 4 - ficha de inscrição de advogado


Ficha Sociedade

MARILIA VALENÇA ROCHA ARRAES DE ALENCAR

Inscrição 46127 **Seccional** PE **Subseção** CONSELHO SECCIONAL - PERNAMBUCO
ADVOGADA

Endereço Profissional
-

Telefone Profissional
Não informado

Imprimir

SITUAÇÃO REGULAR

Fonte: Cadastro Nacional dos Advogados (2025).

Assim sendo, Marília Valença Rocha Arraes de Alencar é prima de primeiro grau de Antônio Ricardo Accioly Campos e de segundo grau de João Campos atual prefeito.

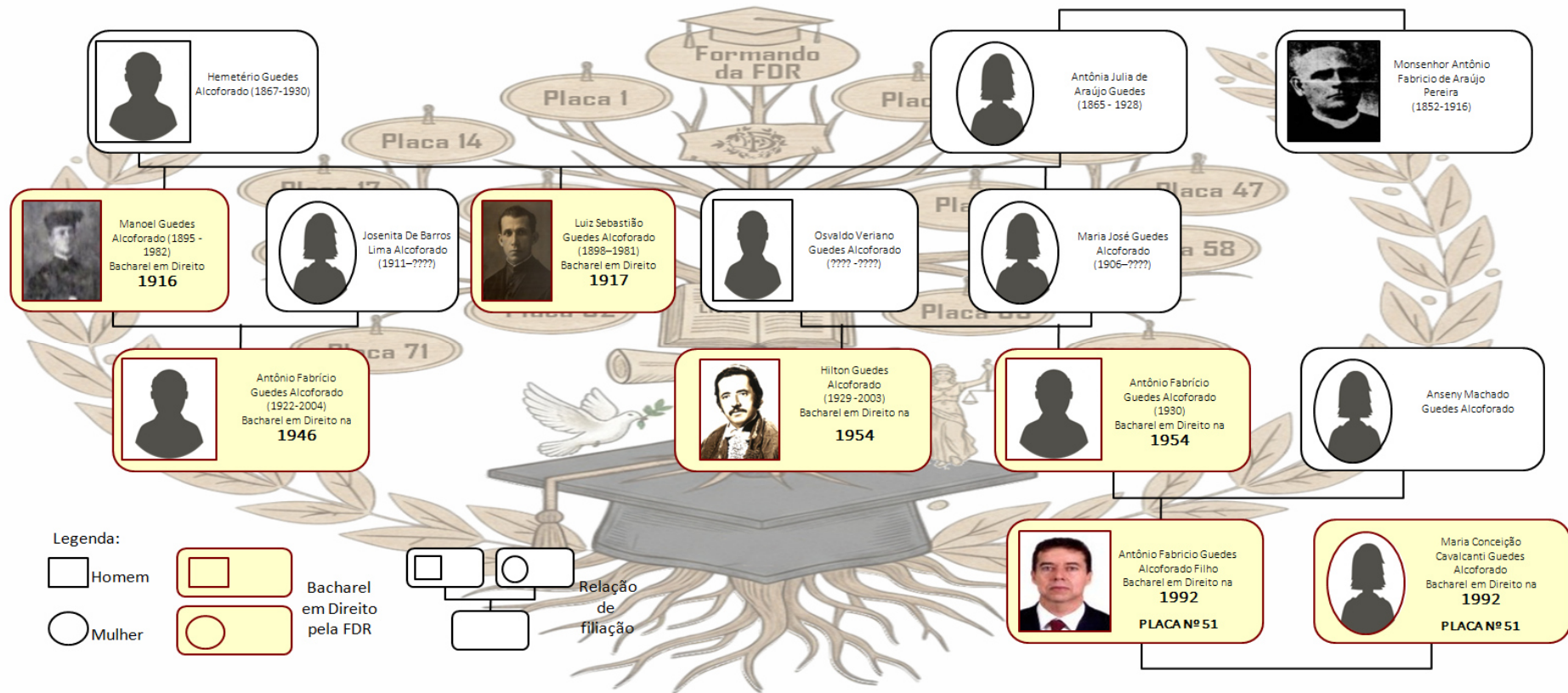
A adesão à direito como base formativa, originalmente consolidada por Miguel Arraes, constitui um legado estruturante que é mantido pela linhagem, ainda que através da diversificação das instituições de ensino frequentadas.

Ana Lúcia Arraes de Alencar, filha do eminente líder político Miguel Arraes (1916–2005) e de Célia de Sousa Leão (1924–1961), evidencia essa intersecção. Sua formação acadêmica em direito teve início na Faculdade de Direito do Recife em 1993-1996, sendo concluída na Universidade Católica do Salvador (UCSal) em 1998, após transferência realizada em 1996. A coroação de sua carreira institucional se deu no Tribunal de Contas da União (TCU), onde exerceu o cargo de ministra até a sua aposentadoria, efetivada em 25 de julho de 2022, consolidando o perfil do jurista-administrador dentro do clã familiar (Brasil, [s. d.], *on-line*). Sua trajetória inclui o exercício do mandato de deputada federal por Pernambuco (2007–2011) e a função de Ministra do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2011 a 2022, incluindo a Presidência (2020–2022). A aposentadoria, formalizada com o Decreto de 21 de julho de 2022, a partir de 25 de julho de 2022, demarca a consolidação do perfil de jurista-administrador no quadro da linhagem Arraes Alencar (Brasil, 2022, p.1).

Por sua vez, Maria Leal Arraes de Alencar, nascida em Recife em 24 de fevereiro de 1994, representa a nova geração da dinastia. Filha do administrador de empresas Marcos Arraes de Alencar e da psicóloga Sônia Valença Rocha Arraes de Alencar, e neta do ex-governador Miguel Arraes, a deputada mantém a tradição acadêmica, sendo bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Filiada ao Solidariedade e eleita em 2022 para a Câmara dos Deputados, Maria Arraes é a mais jovem da história de Pernambuco a ocupar o cargo de deputada federal (Titular em exercício 2023–2027) (Portal Política Ltda, [s d.], *on-line*). Sua ascensão evidencia a perpetuação da inserção política da família, utilizando a base jurídica como plataforma para a representação legislativa, ao lado de parentes como sua irmã Marília Arraes e seu primo Antônio Ricardo Accioly Campos.

Conforme salientado por Filho (2019, p. 42), os Arraes/Campos integram uma tradição singular, composta por atores sociais oriundos das classes médias rurais e urbanas, incluindo advogados, economistas, engenheiros, intelectuais e artistas. Essa coletividade apresenta uma trajetória e uma identidade político-ideológica que se alinham de forma mais próxima ao espectro da esquerda e a maioria desses indivíduos tende a ocupar funções e posições de destaque na burocracia estatal.

Diagrama 3 – Família Guedes Alcoforado¹⁴.



Fonte: autora (2025).

¹⁴ As fotografias que integram a árvore genealógica da família Alcoforado foram obtidas a partir de três fontes distintas. A foto do Monsenhor Fabrício foi adquirida no Jornal do Recife, datado de 17 de fevereiro de 1916. Assim como a foto de Luiz Sebastião Guedes Alcoforado se encontra no repositório digital da UFPE. A fotografia de Antônio Fabrício Guedes Alcoforado Filho esta no *site* do Cadastro Nacional dos Advogados. A fotografia de Manoel Guedes alcoforado retirada do negativo de vidro de 1916. Por sua vez, a fotografia de Hilton Guedes Alcoforado foi extraída do *site* do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, cujos todos os *links* encontram-se disponíveis na seção de Referências.

Na esfera jurídica, no Diagrama 3, a tradição familiar remonta ao Dr. José Moraes Guedes Alcoforado, nascido em Pernambuco em 11 de julho de 1855, filho de Antônio Joaquim de Almeida Guedes Alcoforado e Dona Francisca Cândido Cavalcanti Guedes Alcoforado. Ele obteve o grau de Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 28 de novembro de 1888. Em 1911, ingressaram no Curso Jurídico da mesma instituição, após serem aprovados nos exames preparatórios, seus dois filhos, José de Moraes Guedes Alcoforado Filho e Adolpho de Moraes Guedes Alcoforado, onde concluíram seus estudos em conjunto no ano de 1915.

Essa herança na área do Direito foi perpetuada pelo Professor Luiz Sebastião Guedes Alcoforado, nascido em Limoeiro – Pernambuco em 20 de janeiro de 1888, filho de Hemetério Guedes Alcoforado e Antônia Júlia de Araújo Guedes. Ele foi sobrinho e aluno do Monsenhor Antônio Fabrício que faleceu em 1916, o qual também foi professor dos ex-governadores Severino Pinheiro, Agamenon Magalhães e Barbosa Lima.

Em 1913, Luiz Sebastião Guedes Alcoforado, ingressou no Curso Jurídico da mesma instituição, após ser aprovado nos exames preparatórios e se formou em 14 de dezembro de 1917, como também, concluiu o doutorado em 1926.

Foi dolorosamente surpreendido com a notícia de haver falecido sua mãe Antônia Júlia de Araújo Guedes em 21 de novembro de 1928. E dois anos depois faleceu o seu genitor, Hemetério Guedes Alcoforado, em 10 de janeiro de 1930.

Aprovado em concurso de 10 de junho de 1922, no Regimento do Decreto 11.530 de 1915. Atuou como responsável interino pela cadeira de Direito Internacional Privado do dia 3 ao dia 16 de agosto de 1928. Assumiu o cargo de professor catedrático em 12 de julho de 1937.

Exerceu a função de diretor interino da FDR nas seguintes datas: 24 de julho, 13 de agosto, 25 de setembro e 9 de outubro de 1962, bem como em 15 de abril de 1963. De acordo com a certidão de óbito emitida pelo cartório da Boa Vista (1981, Nº 9807, p. 57), Luiz Sebastião Guedes Alcoforado faleceu no dia 22 de setembro de 1981, no Hospital São Marcos, localizado na cidade do Recife, aos 83 anos de idade. O falecido exercia a profissão de professor e encontrava-se solteiro, tendo deixado uma filha, a senhora Maria Eugênia de Jesus Guedes Alcoforado.

Lembrando que um ano antes de seu ingresso no Curso Jurídico na mesma instituição de ensino, em 1912, seu irmão, Manoel Guedes Alcoforado nascido em 2 de agosto de 1895, iniciou seus estudos. Ele concluiu a formação em Bacharel em Direito na FDR no ano de

1916. Com também, seu filho Antônio Fabrício Guedes Alcoforado se formou na mesma instituição no ano de 1946.

Na turma de 1954, denominada Turma da Restauração, destacaram-se os sobrinhos que se formaram em 30 de dezembro daquele ano: os doutores Antônio Fabrício Guedes Alcoforado e Hilton Guedes Alcoforado, ambos ingressaram em 1950 no Curso Jurídico, após serem aprovados nos exames preparatórios. É importante ressaltar que o Dr. Hilton Guedes Alcoforado assumiu o cargo de diretor efetivo em 3 de julho de 1972. Eles são filhos de Osvaldo Veriano Guedes Alcoforado e Maria José Guedes Alcoforado, irmã de Luiz Sebastião Guedes Alcoforado. Ambos deram continuidade à trajetória familiar, honrando o legado e a tradição da família.

Conforme a certidão de óbito emitida pelo cartório da Boa Vista, 4ª Zona Judiciária (Livro C-04, fls. 255, nº 77079), datada de 27 de novembro de 2003, às 17:00 horas, informa-se que o aposentado Hilton Guedes Alcoforado faleceu no Real Hospital Português em decorrência de hemorragia interna resultante de traumatismo do tronco por instrumento contundente, caracterizando um acidente. O sepultamento foi realizado no Cemitério São Bom Jesus de Redenção, situado em Santo Amaro.

Na turma de 1992, graduou-se Antônio Fabrício Guedes Alcoforado Filho, filho de Anseny Machado Guedes Alcoforado e do advogado Antônio Fabrício Guedes Alcoforado. Seus avós paternos são Osvaldo Veriano Guedes Alcoforado e Maria José Guedes Alcoforado. Também se formou nessa mesma turma sua esposa, Maria da Conceição Cavalcanti Guedes Alcoforado. Na Imagem 5, expõe-se a ficha de inscrição de advogado.

Imagem 5 - ficha de inscrição de advogado

ANTONIO FABRICIO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Inscrição
13380
ADVOGADO

Seccional
PE

Subseção
CONSELHO SECCIONAL - PERNAMBUCO

Endereço Profissional
AVENIDA REPUBLICA DO LÍBANO, Nº 251 TORRE 3, SALA 706, PINA
RECIFE - PE
51110160

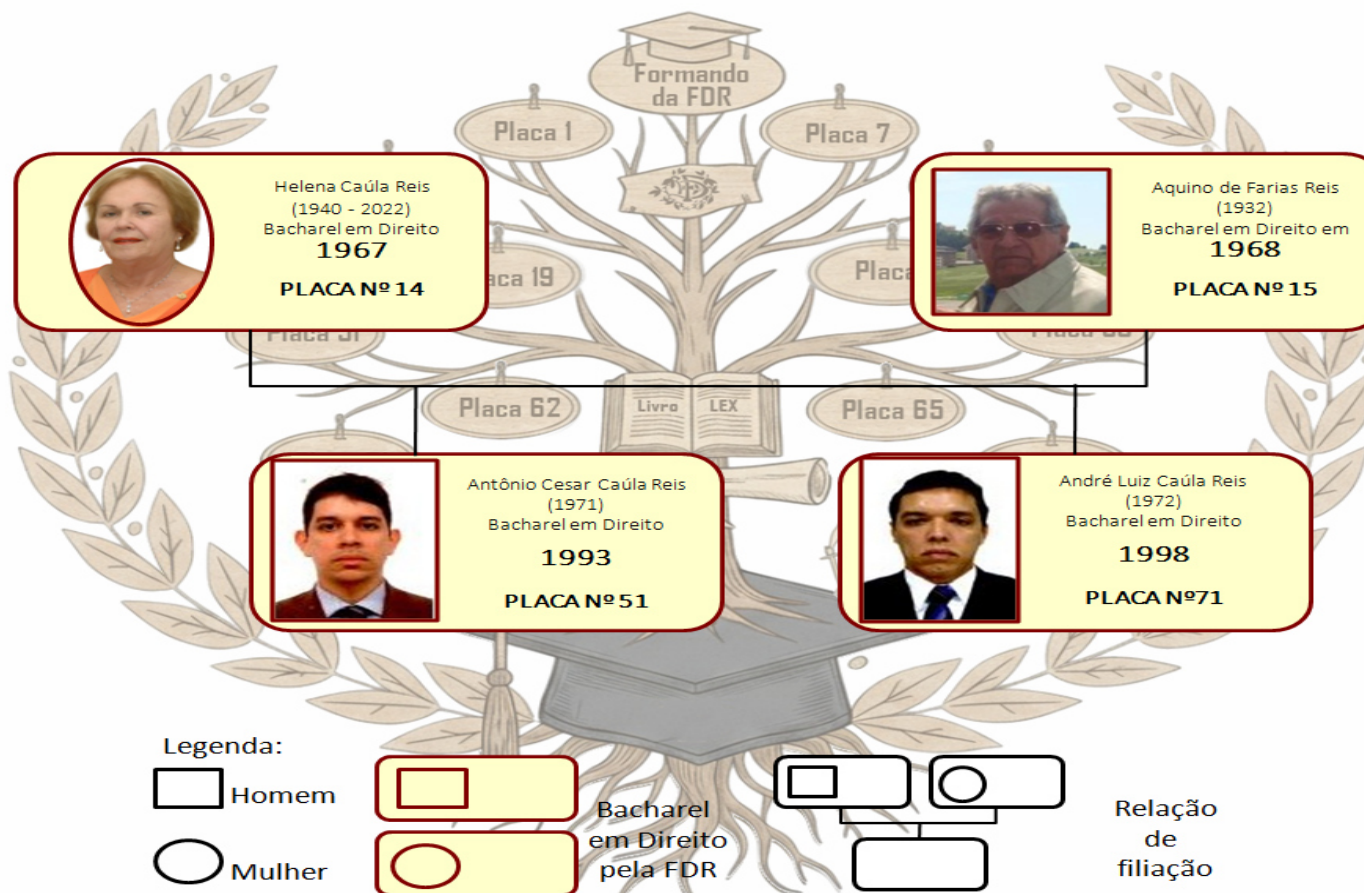
Telefone Profissional
Não informado

SITUAÇÃO REGULAR

Imprimir

Fonte: Cadastro Nacional dos Advogados (2025).

Diagrama 4 – Família Caúla Reis¹⁵.



Fonte: autora (2025).

¹⁵ As fotografias que compõem a árvore genealógica da família Caúla Reis foram obtidas a partir de diversas fontes. A fotografia de Helena Caúla Reis foi extraída da Galeria de Ouvidores do portal do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A foto de Aquino de Farias Reis foi adquirida no *site* "Memórias da Ditadura". Por sua vez, a fotografia de Antônio Cesar Caúla Reis e de André Luiz Caúla Reis foi acessada no *site* do Cadastro Nacional dos Advogados, cujos todos os *links* estão disponíveis na seção de Referências.

A linhagem familiar Caúla Reis, no Diagrama 4, no âmbito do direito, tem seu marco inicial com a magistrada Doutora Helena, que se destacou como um modelo do valor e mérito feminino tanto no ambiente profissional quanto na política. Helena Caúla Reis, natural do estado do Ceará, começou sua trajetória no serviço público estadual em fevereiro de 1959, antes de concluir sua formação em Direito. Entrou no TJPE como digitadora aos 18 anos e, naquele mesmo ano, conseguiu aprovação no concurso para a função de oficial judiciário do tribunal.

Iniciou seus estudos na Faculdade de Direito do Recife em março de 1963. E concluindo pela mesma instituição o curso de odontologia em 1962 e obtendo o grau em Direito em dezembro de 1967. Conforme consta o seu nome na placa da Turma Desembargador Ângelo Jordão Filho, que corresponde ao número 14 da tabela 4 de representação das placas de formatura localizadas no andar térreo da FDR.

Em 1968, ingressou no programa de Doutorado, apresentando a monografia intitulada "Da prova indiciária em matéria penal".

Iniciou como docente na Universidade Federal de Pernambuco em 1967. E por mais de três décadas, atuou como professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) nas áreas de Direito, Odontologia e Farmácia e se aposentou em 1998.

Quaiotti (2022, p. 114) declara que foi "sua aluna na disciplina de Medicina Legal 3, na Faculdade de Direito do Recife, mais precisamente no ano de 1983. Excelente professora, amiga dos alunos e grande incentivadora ao estudo da Medicina Legal".

Helena Caúla Reis foi a primeira diretora *Pro-Tempore* da Faculdade de Direito de Recife, conforme registrado no Diário Oficial da União (DOU) nº 164, de quinta-feira, 27 de agosto de 1998, na seção 2, página 22. A nomeação de Helena Caúla Reis para o cargo de Diretora do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ocorreu por meio da Portaria de Pessoal nº 728, datada de 25 de junho de 1998. Posteriormente, pela portaria de 25 de agosto de 1998, o Vice-Reitor da UFPE, no exercício da Reitoria, Geraldo José Marques Pereira, decidiu exonerá-la em 18 de agosto de 1998.

Além de sua atuação na UFPE, Helena Caúla Reis deixou uma marca significativa na história do Estado ao se tornar a primeira Perita Criminal do Estado de Pernambuco, a primeira Diretora do Instituto de Criminalística, a primeira Procuradora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco e a primeira Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Sua nomeação ocorreu após a terceira participação em listas tríplices compostas anteriormente pelo TJPE e aposentou-se do cargo em 2010.

No dia 20 de junho de 2018, durante uma sessão solene realizada no plenário da Casa José Mariano, que abriga a Câmara Municipal do Recife, a desembargadora aposentada Helena Caúla Reis foi agraciada com o título de cidadã pernambucana. O evento contou com a presença de desembargadores, juízes, procuradores, advogados, além de várias outras autoridades e membros da família. (Fotografia 18).

Fotografia 18 – Helena Caúlas Reis recebe título de Cidadã recifense.



Fonte: Câmara Municipal do Recife (2018).

Conforme publicado no Diário de Pernambuco (2022, *on-line*), a jurista Helena Caúla Reis faleceu em sua casa no Recife, aos 81 anos, na manhã do domingo, 23 de janeiro de 2022, devido a complicações de um câncer de pulmão, que ela enfrentava há seis anos. O corpo foi velado no Cemitério Morada da Paz, localizado em Paulista, na região metropolitana do Recife, no mesmo dia de sua morte, às 16:00. A Dr^a. Helena Caúla Reis deixa atrás de si seu marido, o desembargador aposentado Aquino de Farias Reis, seus filhos César Caúla e André Caúla, além de noras e seis netos.

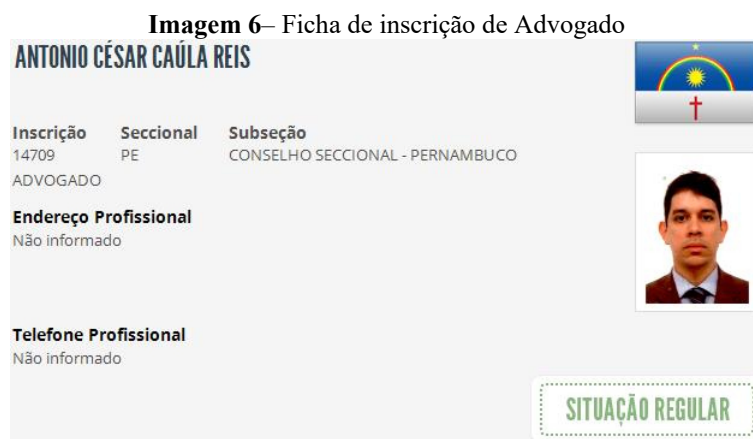
A trajetória da professora Helena Caúla Reis não apenas simboliza pioneirismo, mas também representa um marco relevante na construção da memória científica e social em Pernambuco. As múltiplas conquistas romperam paradigmas e abriram caminhos para a maior inclusão das mulheres em espaços até então predominantemente masculinos, impactando positivamente a equidade de gênero e fortalecendo a legitimidade das instituições ao incorporarem perspectivas diversificadas. Essa memória deve ser preservada e reconhecida no campo jurídico em Pernambuco.

Já seu esposo Aquino de Farias Reis, natural do estado do Amazonas, deu início aos seus estudos na Faculdade de Direito do Recife em março de 1964, concluindo o curso e obtendo o grau em dezembro de 1968. Conforme consta o seu nome na placa da Turma

Professor Luiz Pinto Ferreira, que corresponde ao número 15 da tabela 4 de representação das placas de formatura localizadas no andar térreo da FDR. Desembargador aposentado desde 2002, foi delegado de plantão no Dops de Pernambuco durante a ditadura militar.

Antônio César Caúla Reis, que é filho da desembargadora Helena Caúla Reis e do desembargador Aquino de Farias Reis. Seus avôs paternos são Antônio de Carvalho Reis e Francisca de Farias Reis, enquanto suas avós maternas são José Antunes Pereira e Laura Caúla de Souza. Ingressou em seus estudos na FDR em março de 1988 e concluiu o curso em dezembro de 1993. Conforme consta o nome dos dois na placa da Turma Prof. José Guedes Corrêa Gondim Filho, que corresponde ao número 51 da tabela 4 de representação das placas de formatura localizadas no andar térreo da FDR.

Antônio César Caúla Reis possui especializações em Direito Processual Civil pela UFPE em 2000 e em Ciências Jurídico Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 2009. A Ficha de Inscrição de Advogado é exibida na Imagem 6:



Fonte: Cadastro Nacional dos Advogados (2025).

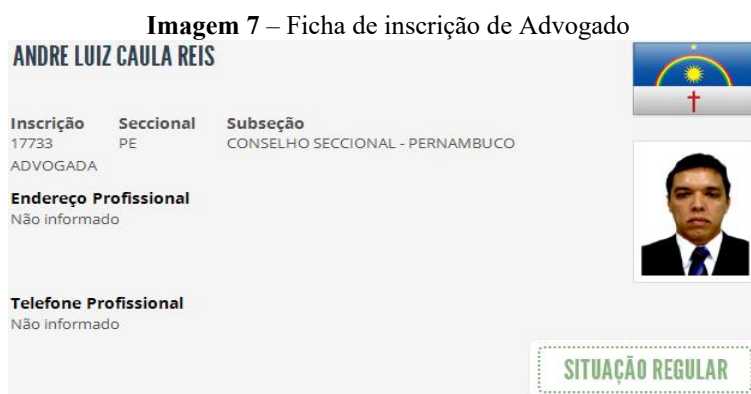
Vale destacar que o seu discurso em agradecimento à homenagem póstuma à sua mãe na Academia Pernambucana de Letras Jurídicas (APLJ), mencionou que:

[...] minha mãe, como professora, não se limitou às aulas, tendo participado intensamente da vida da UFPE, em várias atividades administrativas, conselhos, grupos de estudo, até que, havendo sido vice-diretor do Professor Souto Maior Borges, assumiu a direção da Faculdade de Direito do Recife, havendo sido a primeira mulher em tal posto (Reis 2022, p. 118).

Continuando ainda sobre seu discurso realizado na APLJ, Reis (2022, p. 117) transcreve uma fala que sua mãe pronunciou durante a cerimônia em 2018, em que ela foi agraciada com o título de cidadã do Recife, em que a educação foi o tema central de seu discurso. A seguinte citação:

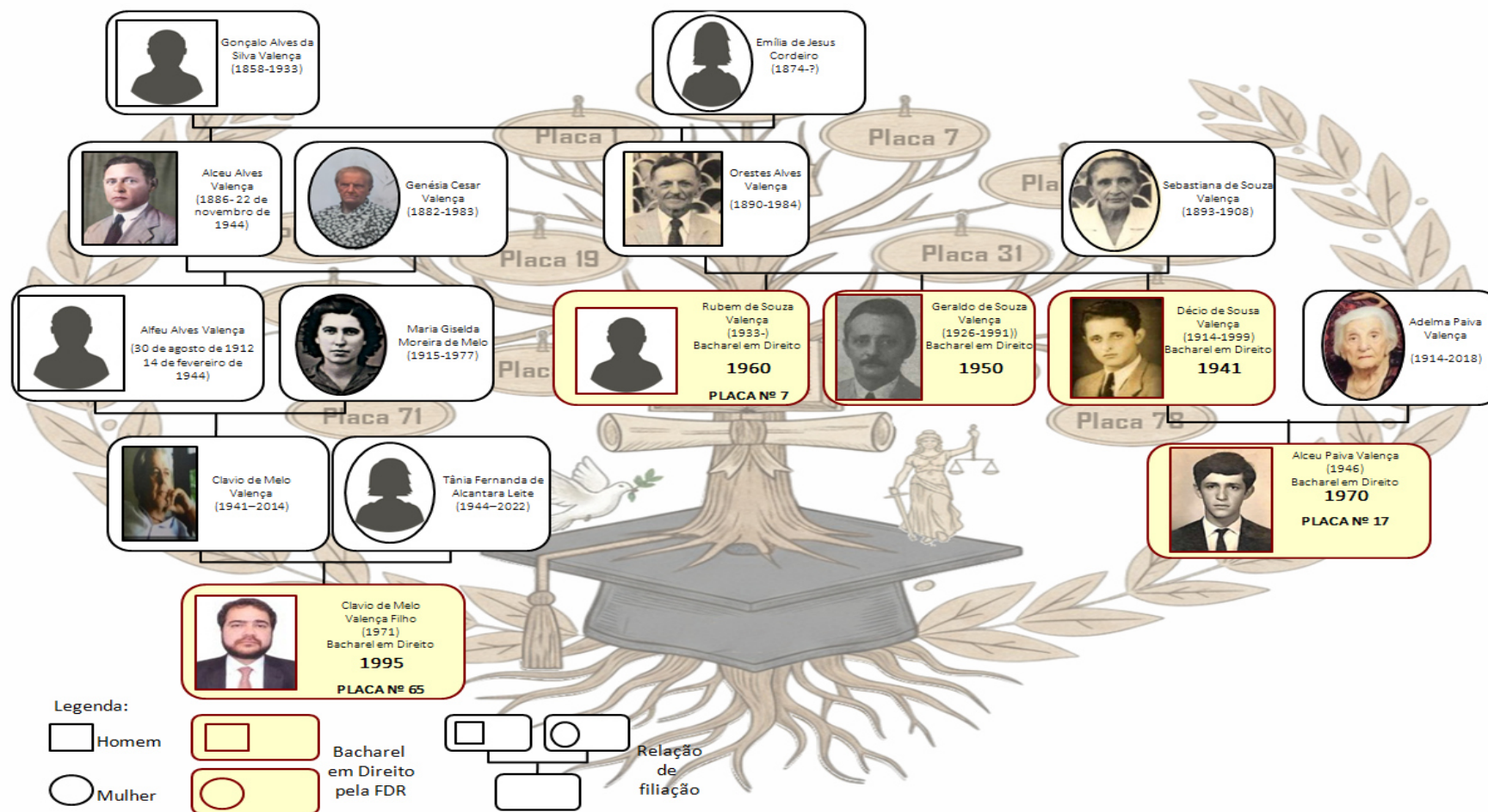
De todas as atividades profissionais que exerci, certamente aquela para a qual eu mais me julgava vocacionada era o ensino. No magistério, que exerci ainda antes da vida profissional, ensinando para adultas analfabetas do meu bairro; que exerci até sem contraprestação pecuniária no início de minha vinculação com a UFPE; no magistério, ao qual dediquei mais de 32 anos, foi nessa atividade que consegui ter o maior senso de realização. A percepção de ter modestamente contribuído para que muitos alunos tivessem mais chances profissionais é motivo de orgulho. Saibam: cada aluno que me disse, registrando embora o rigor com que sempre me portei como professora, que lhe ajudei um pouco que tenha sido, renovou-me a energia e o entusiasmo (Reis, 2018).

André Luiz Caúla Reis, nascido em Recife em 1972, assim como seu pai, sua mãe e seu irmão, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife e concluiu sua graduação em 1998.1. Conforme consta o seu nome na placa da Turma “Cidadania se Constrói com Respeito aos Direitos Humanos”, que corresponde ao número 71 da tabela 5 de representação das placas de formatura localizadas no subsolo da FDR. Vale destacar que sua mãe, Helena Caúla Reis, exercia a função de diretora da FDR, conforme registrado no suporte, e a placa de formatura, elaborada em cerâmica vitrificada, foi confeccionada e assinada por Francisco Brennand. A imagem 7, expõe a ficha de inscrição de advogado.



Fonte: Cadastro Nacional dos Advogados (2025).

Caso os descendentes familiares optem por seguir a carreira da Doutora Helena Caúla Reis, sua memória será legitimada e perpetuada, consolidando a continuidade do legado que ela estabeleceu. Essa continuidade transcende a mera preservação da trajetória individual, configurando-se como um processo de valorização e fortalecimento da memória institucional, que se constrói por meio da transmissão intergeracional de valores, saberes e práticas. Assim, a perpetuação desse legado contribui significativamente para o desenvolvimento das ciências jurídicas e criminais, além de reafirmar o papel essencial das mulheres na história acadêmica e profissional no Brasil.

Diagrama 5– Família de Alceu Valença¹⁶.

Fonte: autora (2025).

¹⁶ As fotografias que compõem a árvore genealógica da família Valença foram adquiridas de diversas fontes. A foto de Alceu Paiva Valença foi obtida a partir do formulário escolar disponibilizado na plataforma *Facebook* pelo próprio cantor. Por sua vez, a fotografia de Cláudio de Melo Valença Filho foi extraída do Cadastro Nacional dos Advogados. As demais fotografias foram coletadas do site *Familysearch*, cujos todos os *links* estão disponíveis na seção de Referências.

No livro "Pelas ruas que andei: uma biografia de Alceu Valença" escrito por Moura (2023, p. 27) relata que, os Valença emigraram de Portugal para a divisa da Paraíba com o Rio Grande do Norte, antes de se estabelecerem na zona da mata de Pernambuco.

Continuando com a escritura de Moura (2023, p. 22), que mencionou no livro que o bisavô de Alceu, José Rodrigues Valença, foi considerado o patriarca e um fiel depositário da história familiar, além de ser um cidadão proeminente da cidade. Ele foi ordenado padre em Recife, decidiu deixar a Igreja e esteve envolvido na Confederação do Equador.

Sabe-se que o direito sempre esteve intrinsecamente ligado à vida do cantor, compositor, instrumentista e advogado Alceu Valença (Diagrama 5). O primeiro a se matricular no curso de direito foi seu pai, Décio de Souza Valença, que nasceu em São Bento do Una no dia 15 de abril de 1914, sendo filho de Orestes Alves Valença e Sebastiana de Souza Valença, primos entre si.

Segundo Moura (2023, p. 35), uma parcela significativa da população de São Bento, na segunda metade da década de 1940, resultava de práticas endogâmicas, isto é, uniões matrimoniais entre integrantes de uma mesma família. O autor acrescenta que o próprio cantor Alceu relatou a associação desses casamentos consanguíneos ao surgimento de comorbidades entre seus parentes, destacando, ainda, que em sua geração havia um esforço deliberado para desencorajar o interesse afetivo pelas primas.

Portanto, seu pai Décio Valença se matriculou no curso jurídico da FDR em 1937, após ser aprovado nos exames preparatórios (UFPE, 1937, p.131). Passado algum tempo de estudos na FDR, em agosto de 1938, quando a polícia militar de Alagoas abateu o grupo liderado por Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião. Em decorrência desse fato, os alunos da turma do segundo ano foram convidados a realizar uma viagem ao local com o objetivo de conduzir pesquisas e investigações sobre o fenômeno do banditismo, como também, deixaram registrados em um relatório sobre a visita no local (UFPE, 1938, p.14). Sabe-se que o documento preserva sua essência ao longo do tempo, comunicando-se através das marcas de sua proveniência. Na Fotografia 19, apresenta os integrantes do grupo:

- 1- Wandenkolk Wanderley;
- 2- Alfredo Pessoa de Lima;
- 3- Elísio Caribé;
- 4- Décio de Souza Valença;
- 5- Plínio de Souza;
- 6- Haroldo de Mello.

Fotografia 19– Comissão Acadêmica Coronel Lucena.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1938)

Conforme registrado no relatório, datilografado pelos alunos do segundo ano, foi realizado um estudo sobre os crânios de onze bandidos abatidos, além de analisarem peças de fardamento, ornamentos e pertences dos indivíduos envolvidos, bem como o local da caatinga onde ocorreu o confronto. Ademais, participaram da escolta que acompanhou a equipe até o local dos eventos que culminaram na morte de Lampião e seus comparsas, na Fazenda Angicos, no estado de Sergipe.

Durante essa missão, os estudantes realizaram pesquisas e investigação locais. Eles integraram uma comissão de alunos da FDR que visitou a área para coletar dados destinados ao relatório da comissão acadêmica Coronel Lucena, que versa sobre o banditismo. No relatório, os estudantes desta comissão, conforme ilustrado na fotografia 19, expressam sua gratidão ao governo de Alagoas e afirmam: "o haver proporcionado essa oportunidade de estudar de perto, o mais angustioso dos problemas brasileiros, aquele a que nos propusemos denominar a 'Lepra nacional'" (UFPE, 1938, p.1). Este relatório datilografado com 25 páginas se encontra no acervo do arquivo da FDR.

Passados 78 anos da elaboração do referido relatório, em entrevista concedida para matéria publicada no Jornal do Comércio, Telles (2016, on-line) registra que o cantor e compositor pernambucano rememora o episódio envolvendo seu pai, Décio Valença. O episódio foi vivido durante o período em que este era estudante na FDR, relacionado ao cangaço. Essa lembrança remete a um acontecimento de sua infância, evidenciando a permanência desse evento em sua memória.

"Quando tomou conhecimento de que Lampião e seu bando haviam sido exterminados em Angicos (SE), Décio Valença, então estudante de Direito e pai de Alceu, dirigiu-se ao local onde ocorreu a morte dos cangaceiros, acompanhado de alguns amigos. Seu objetivo era refutar a teoria lombrosiana, proposta pelo jurista italiano Cesare Lombroso (1835–1909). Os corpos, degolados, ainda permaneciam no cenário da chacina: 'Décio ainda trouxe consigo um autêntico chapéu de

cangaceiro que conseguiu recolher naquele ambiente devastado'. O chapéu sobreviveu ao tiroteio de Angicos, mas não à indignação de Alceu, que, irritado com a apologia a Lampião que surgia em uma discussão entre irmãos e amigos, tomou o chapéu e o cortou em tiras com uma faca" (Teles, 2016, *on-line*).

Antes de se formar, em 19 de outubro de 1941, Décio Valença casou-se em São Bento do Una com Adelma de Almeida Paiva, filha de Adalberto de Oliveira Paiva e Zulmira de Almeida. O casal teve os seguintes filhos: Aécio, Décio, Delma Maria e Alceu.

Décio de Souza Valença obteve o grau de bacharel em 6 de dezembro de 1941 (Mello, 1941, p. [n.p.]). Após concluir sua graduação, Décio ocupou diversos cargos ao longo de sua trajetória profissional, incluindo: Adjunto de Promotor em Caruaru, Prefeito de São Bento do Una, Deputado Estadual em 1941 e Constituinte em 1946. Atuou no Ministério Público nas Comarcas de São Bento do Una e Garanhuns entre 1950 e 1957, além de ter sido Subprocurador do Estado e o primeiro Diretor do Departamento Geral de Serviços Públicos, precursor da Secretaria de Administração Estadual, no mesmo período. De 1959 a 1968, exerceu a função de Procurador do Estado, momento em que se aposentou. Ele também foi membro da Ordem dos Advogados de Pernambuco, um dos fundadores e presidente do Clube dos Advogados de Pernambuco, além de atuar como agropecuarista no município de São Bento do Una. Faleceu em 31 de julho de 1999, na cidade do Recife, sendo sepultado em sua terra natal, no cemitério de São Bento do Una (Mota, 2012, *on-line*).

No ano de nascimento de Alceu Valença, seu tio paterno Geraldo Valença ingressou no curso jurídico da FDR. Geraldo de Souza Valença, natural de Pesqueira, no sertão pernambucano, nasceu em 8 de maio de 1926, filho de Orestes Alves Valença e Sebastiana de Souza Valença. Ainda na infância, transferiu-se com sua família para São Bento do Una, uma cidade localizada na região do agreste do mesmo estado.

Após cinco anos da formatura de Décio Valença, seu irmão Geraldo Valença inscreveu-se no curso jurídico da mesma instituição, em 1946, tendo sido aprovado nos exames preparatórios. De acordo com Jardim (2007, p.8), iniciou sua trajetória literária durante o período universitário, quando alguns de seus poemas foram publicados em uma revista interna chamada Estudantes. Sua obra foi apresentada ao público por meio de um artigo de Alfredo Pessoa de Lima, intitulado "A poesia também corre pelas águas do Rio Una", publicado no Diário de Pernambuco (Jardim, 2007, p. 8). Ele concluiu o curso e obteve o grau de bacharel em 7 de dezembro de 1950.

Após seis anos da formatura de seu irmão Geraldo Valença, o seu outro tio paterno de Alceu, também ingressou na FDR. Ele foi Rubem de Souza Valença, filho de Orestes Alves



Valença e Sebastiana de Souza Valença, nascido no ano de 1933, natural de Pernambuco. Em 1956, ingressou no curso jurídico da Faculdade de Direito do Recife, após ser aprovado nos exames preparatórios, e obteve o grau de bacharel em 17 de dezembro de 1960. Conforme consta o seu nome na placa da Turma Prof. Arnóbio Graça (Professor Catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Recife), que corresponde ao número 7 da tabela 4 de representação das placas de formatura localizadas no andar térreo da FDR.

Em síntese, o seu pai de Décio e seus dois tios, Geraldo e Rubem, têm como avós paternos Gonçalo Alves da Silva Valença e Emília de Jesus Cordeiro.

Durante uma entrevista concedida a um evento organizado pela OAB Nacional em colaboração com a OAB-PE, Alceu Valença informou que exerceu a profissão de advogado no escritório de seu primo, Clávio Valença (OAB-RJ, 2014, *on-line*). Pois bem, Clávio de Melo Valença Filho, filho de Cláudio de Melo Valença e Tânia Fernanda de Alcântara Valença. E têm como trisavós paternos Gonçalo Alves da Silva Valença e Emília de Jesus Cordeiro.

Clávio Valença ingressou em 1991 no Curso de Direito da FDR, após ser aprovado nos exames preparatórios. Ele obteve o título de Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco na turma Evandro de Lins e Silva no primeiro semestre de agosto de 1995. Esse semestre corresponde ao número 65 da tabela 5 de representação das placas de formatura localizadas no subsolo da FDR. Na imagem 8 mostra a ficha de inscrição de advogado.

Imagem 8 - Ficha de inscrição de Advogado

CLAVIO DE MELO VALENÇA FILHO		
Inscrição 00665	Seccional PE	Subseção CONSELHO SECCIONAL - PERNAMBUCO
ADVOGADO		
Endereço Profissional Não informado		
Telefone Profissional Não informado		
  <div style="border: 1px dashed green; padding: 5px; display: inline-block; color: green; font-weight: bold;">SITUAÇÃO REGULAR</div>		

Fonte: Cadastro Nacional dos Advogados (2025)

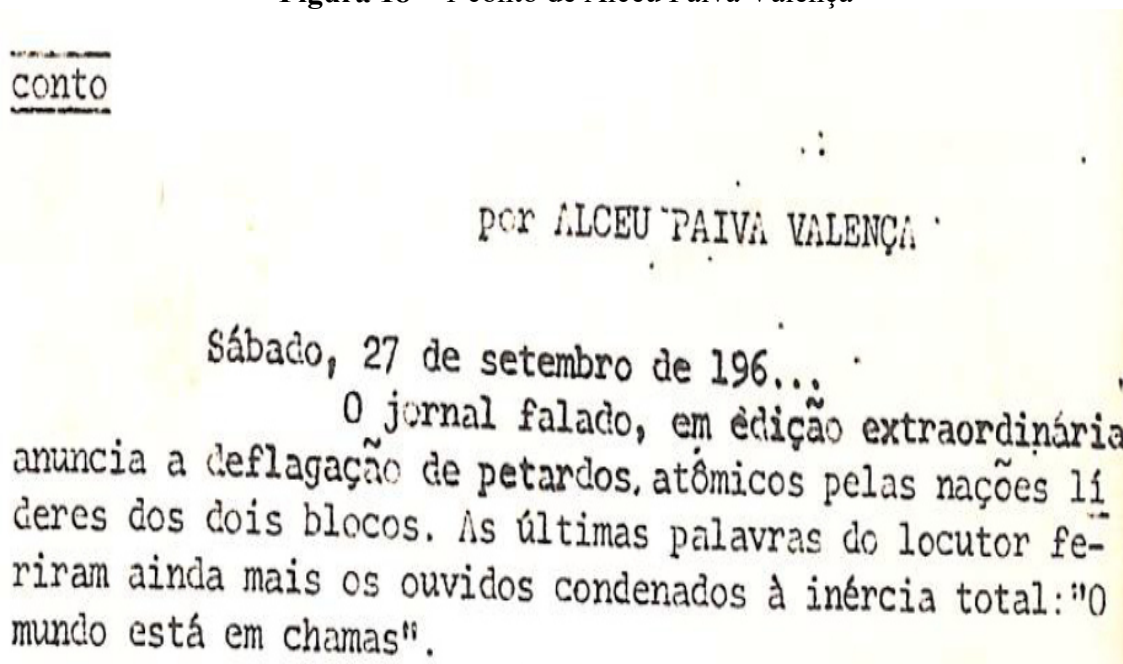
Alceu Paiva Valença, conhecido como Alceu Valença, nasceu em 1 de julho de 1946, em de São Bento do Una, situada na cidade do Agreste Meridional de Pernambuco. Seu nome foi escolhido em homenagem a um tio-avô. Filho do Advogado Décio de Sousa

Valença e de Adelmá Paiva Valença, cresceu vivendo em um ambiente familiar repleto de musicalidade. Seu avô, Orestes Alves Valença, era poeta e violeiro, enquanto seu tio, Geraldo Valença, destacava-se como poeta e escritor.

Aos 19 anos, influenciado por seu pai, Décio de Souza Valença, que atuou como procurador do Estado e deputado constituinte, ingressou em fevereiro de 1966 no primeiro ano do curso de direito. Isso ocorreu após ser aprovado no concurso de habilitação, que incluía provas de português, latim, francês, história e filosofia.

A memória, como se sabe, segue caminhos soterrados e esquecidos, reconstruindo evidências significativas para a atualidade (Assmann, 2011, p. 53). Ao refletir sobre memórias esquecidas, é provável que o estudante Alceu Valença não se lembre de que deixou sua marca na revista mensal de cultura dos alunos da FDR da UFPE. Visto que integrou o conselho de redação do periódico chamado *Idéias*, desde sua primeira edição em junho de 1967 até a sétima edição de dezembro de 1967. Essa publicação estudantil da FDR iniciou em junho de 1967 e a última edição foi agosto de 1971, com 18 volumes que abordavam uma variedade de temas, incluindo cultura, teatro, literatura, filosofia, poesia, política, contos, economia e direito, com uma periodicidade mensal. Alceu contribuiu com dois contos para o periódico (Figura 18).

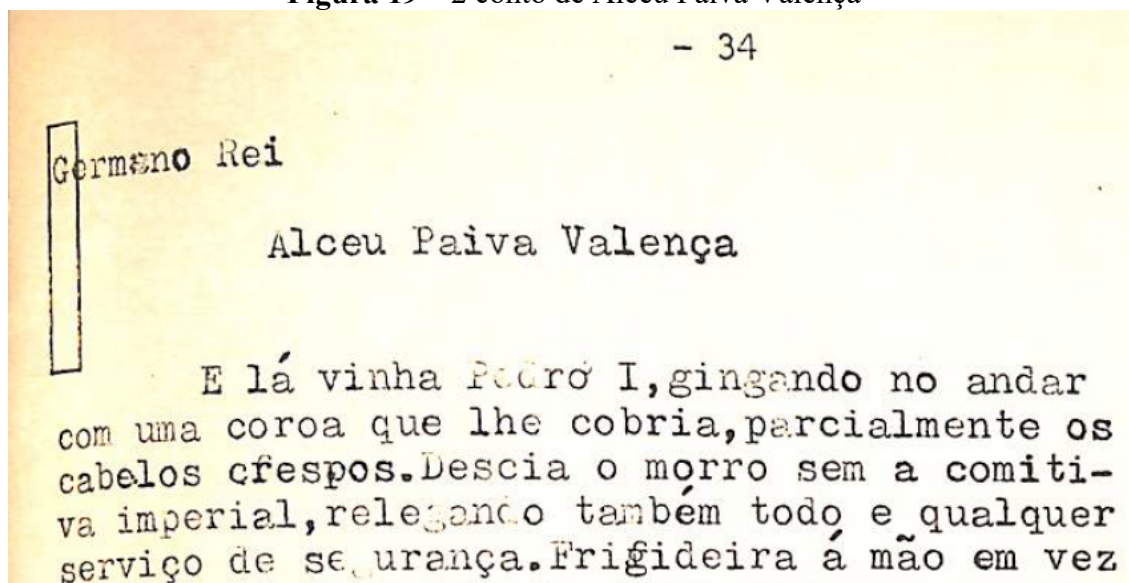
Figura 18 – 1 conto de Alceu Paiva Valença



Fonte: Periódico *Ideias* (1967)

O primeiro, intitulado "Sábado, 27 de setembro de 196...", retrata a reação da população após a publicação de um jornal que anunciava: "O mundo está em chamas". Conta a reação da população e, refletindo, os valores caíram por terra. O conto termina com a reflexão: "Talvez porque eles sempre viveram na tensão da Guerra Fria e já estavam acostumados à espera de uma sentença ilógica." Na Figura 19 apresenta o segundo conto.

Figura 19 – 2 conto de Alceu Paiva Valença



Fonte: Periódico Ideias (1967).

O segundo conto, "Germano Rei", narra a história de um sambista negro que se via como Pedro I, o Imperador do Brasil, acreditando ser o "dono do mundo" enquanto desfilava em uma escola de samba. A narrativa se desenrola quando Germano Silva é preso e colocado no xadrez, e a história avança para a quarta-feira de cinzas, quando foi solto da prisão e disse aos conhecidos: "Mane engraxate me avisou que, se a coroa se molhasse, mariava, pensou melancólico germano".

Alceu Paiva Valença obteve o título de bacharel em ciências jurídicas pela Universidade Federal de Pernambuco em 17 de dezembro de 1970, que corresponde ao número 17 da tabela 4 de representação das placas de formatura localizadas no andar térreo da FDR. No entanto, sua decisão já era evidente: dedicar-se à música.

O cantor Alceu solicitou a emissão de sua carteira de advogado no dia 24 de março de 2017, na sede da OAB/RJ. Na época de sua formação, em 1970, a realização do Exame de Ordem ainda não era obrigatória, o que o levou a recorrer ao seu histórico escolar, que se encontra no arquivo da FDR, bem como às horas de estágio que havia cumprido. Na imagem 9 mostra a ficha de inscrição de advogado.

Imagem 9 – Ficha de inscrição de Advogado

ALCEU PAIVA VALENÇA

Inscrição 211911 ADVOGADO	Seccional RJ	Subseção CONSELHO SECCIONAL - RIO DE JANEIRO
Endereço Profissional Não informado		
Telefone Profissional Não informado		

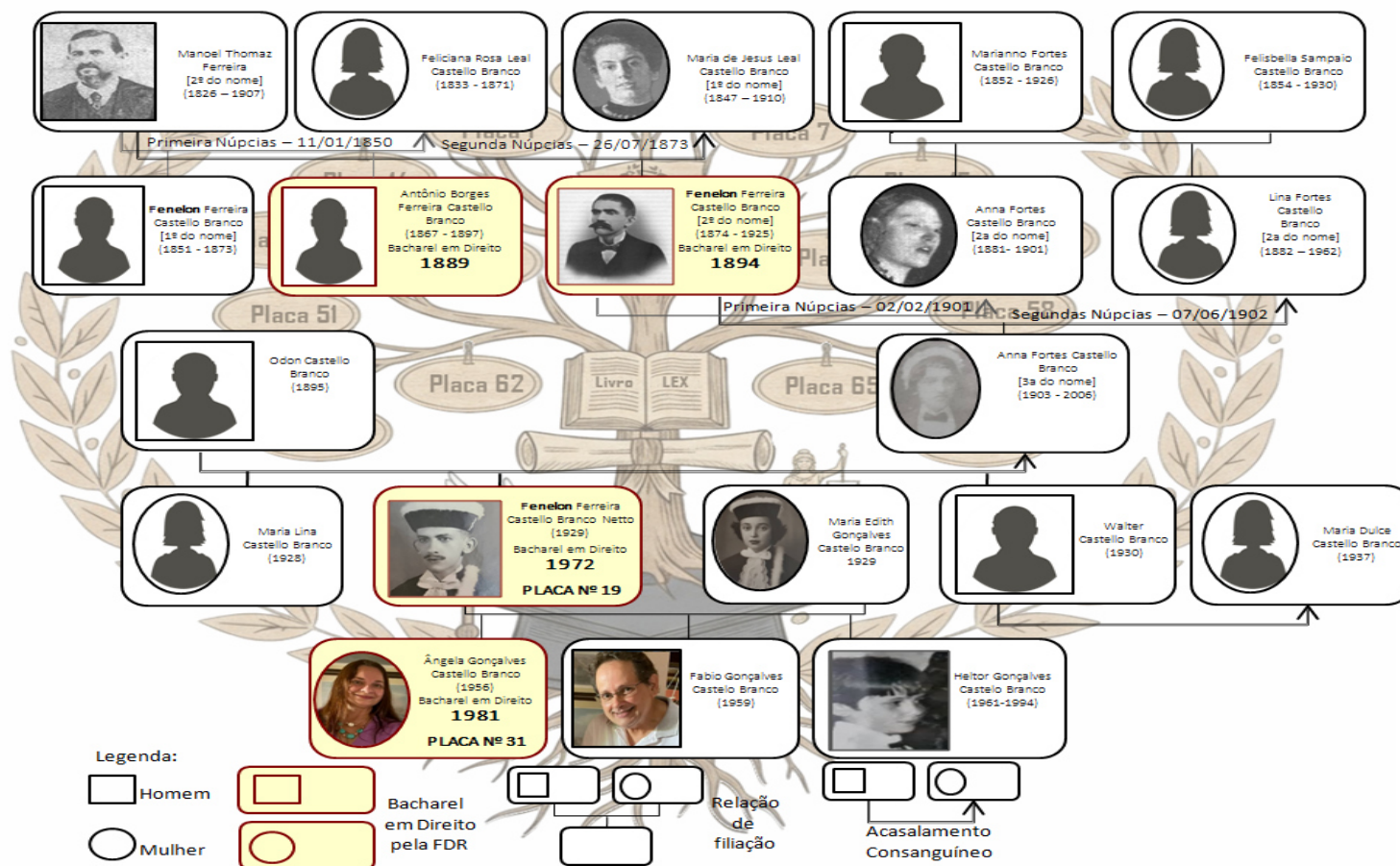
SITUAÇÃO REGULAR

Fonte: Cadastro Nacional dos Advogados (2025)

Durante a entrevista para a OAB–RJ, o cantor mencionou:

Formei-me na Universidade Federal de Pernambuco. Estudei na mesma instituição que Tobias Barreto, Castro Alves e meu pai, Décio de Souza Valença. Na Faculdade de Direito, tive a oportunidade de conhecer Sobral Pinto. Fiquei emocionado ao perceber que seu nome é homenageado no prédio da OAB/RJ (OAB– RJ, 2017, *on-line*).

Ele também lembrou que: "É possível que eu venha a integrar uma banca de advocacia; seria gratificante relembrar meu tempo de estágios na Avenida Guararapes, em Recife" (OAB– RJ, 2017, *on-line*).

Diagrama 6 – Família Castello Branco¹⁷.

Fonte: autora (2025).

¹⁷ As fotografias da árvore genealógica da família Castello Branco, foram adquiridas de diversas fontes. Uma delas é o site *Familysearch*, a foto de Manuel Thomaz Ferreira II. Já as fotografias de Maria de Jesus Leal Castello Branco, Fenelon Ferreira Castello Branco (2º do nome) e Anna Fortes Castello Branco (Nicota) (2ª) foram extraídas do site Parentesco. As demais fotografias foram coletadas do *Instagram* da conta *@fabiocastelobranco_corretor*, cujos links estão disponíveis na seção de Referências.

No Diagrama 1, o fascínio pelo estudo da genealogia da família do Sr. Fenelon Ferreira Castello Branco Netto foi despertado pela divulgação de quatro registros audiovisuais na plataforma *Instagram*. Nesses vídeos, o ex-aluno narra de forma detalhada o seu processo de seleção e ingresso no curso de Direito da FDR durante o período do Regime Militar, complementando a narrativa com sua experiência como estudante na instituição. Tais registros digitais funcionam, portanto, como ponto de partida para a investigação genealógica mais ampla da família Castello Branco (Imagem 10).

Imagem 10 – Sr. Fenelon Ferreira Castello Branco Netto



Fonte: @fabiocastelobranco_corretor (2025).

Segundo Ferreira (2012, p.29), na sua obra "A Mística do Parentesco", volume IV, a família Castelo Branco tem como seu tronco brasileiro o português Francisco da Cunha Castelo Branco residiu e faleceu em São Luiz do Maranhão, onde desempenhou a função de Capitão de Infantaria do Exército Português. A partir de sua descendência, diversos membros da família se dispersaram por todo o território brasileiro, ênfase notável no estado do Piauí.

Entre os notáveis formados na FDR, destacam-se: Antonio Borges Ferreira Castello Branco (1889), Antônio Borges Leal Castello Branco (1884); Agrícola Castello Branco (1902); Anesio Fortes Castello Branco (1902); Cândido Gil Castello Branco (1841); Christino Couto Castello Branco (1911); Durval Castello Branco (1910); Estevão Lopes Castello Branco Júnior (1860); Fenelon Ferreira Castello Branco (1894); Fenelon Ferreira Castello Branco Netto (1974); Heitor Gentil Castello Branco (1898); Heli Fortes Castello Branco (1908); José Gentil Castello Branco (1892); Manoel Castello Branco (1913) e Raymundo Fortes Castello Branco (1894).

O pioneiro da família a ingressar no curso jurídico da FDR foi o tio-avô materno, Antônio Borges Ferreira Castello Branco, que era filho de Capitão Manoel Thomaz Ferreira [primeira núpcias deste] e de Feliciano Rosa Leal Castello Branco, ambos primos entre si, e nasceu em 26 de julho de 1867, na fazenda Veremos, no município de Barras, no Piauí. Iniciou seus estudos em 1885 e o registro acadêmico indica sua aprovação plena e a outorga do grau de bacharel em direito, ocorrida em 22 de novembro de 1889.

Fenelon Ferreira Castello Branco [primeiro do nome] nasceu em 28 de junho de 1851 na fazenda Boa Vista, localizada no município de Barras, no estado do Piauí. Ele é filho de Manoel Thomaz Ferreira [primeiras núpcias deste] e de Feliciano Rosa Leal Castello Branco, primos entre si. O jovem, que tinha apenas 21 anos, faleceu em 23 de abril de 1873 em Belém do Pará e seu estado civil era solteiro, segundo Ferreira (2012, p.29).

O segundo membro da família a ingressar na FDR foi o avô materno, Fenelon Ferreira Castello Branco [segundo do nome], nasceu em 22 de maio de 1874, na Fazenda Veremos, situada no município de Barras, filho de Manoel Thomaz Ferreira [segundas núpcias deste] e de Maria de Jesus Leal Castello Branco, primos entre si (e sobrinha de sua primeira esposa, Feliciano Rosa Leal Castello Branco), conforme exposto por Ferreira (2011, p. 441).

Em 1890, Fenelon Ferreira Castello Branco e seu primo Raymundo Fortes Castello Branco ingressaram no Curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife, tendo sido aprovados nos exames preparatórios, e ambos concluíram o curso no mesmo ano. Fenelon em 28 de maio de 1894.

Fenelon Ferreira Castello Branco, em suas primeiras núpcias, contraiu matrimônio com sua prima, Anna Fortes Castello Branco, em 2 de fevereiro de 1901, na Fazenda Ininga, localizada em Livramento (atualmente José de Freitas). Anna era filha de Marianno Fortes Castello Branco e de Felisbella Sampaio Castello Branco (conhecida como Bellinha), que também eram primos entre si. Após três meses de matrimônio, Anna faleceu em 9 de maio de 1901, na cidade de Mirador, MA.

Em segundas núpcias, casou-se em 7 de junho de 1902, em União, com sua prima e cunhada, Lina Fortes Castello Branco, nascida em 1882 e que faleceu em 1962. Lina era igualmente filha de Marianno Fortes Castello Branco e de Felisbella Sampaio Castello Branco (Bellinha), que eram primos. Ao longo de sua carreira, exerceu as funções de Juiz de Direito em Teresina, Promotor Público, Jornalista e Escritor. Ademais, é um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras, onde ocupa a cadeira nº 3, cujo patrono é o padre Joaquim Sampaio Castello Branco.

Odon Fortes Castello Branco nasceu em 1 de janeiro de 1895, na localidade de Livramento, situada em Campo Maior, Piauí. Era filho de Marcellino Sampaio Castello Branco e de Maria Fortes Castello Branco. Em 23 de fevereiro de 1927, contraiu matrimônio com sua prima, Anna Fortes Castello Branco [terceira do nome], na cidade de União, Piauí, Brasil. Filha de Fenelon Ferreira Castello Branco e Lina Fortes Castello Branco [2a do nome].

Fenelon Ferreira Castello Branco Netto, nascido em janeiro de 1929 na cidade de José de Freitas, Estado do Piauí, é filho de Odon Castello Branco e Anna Fortes Castello Branco. Neto paterno de Marcellino Sampaio Castello Branco e Maria Fortes Castello Branco, e neto materno de Fenelon Ferreira Castello Branco e Lina Fortes Castello Branco. Cirurgião–dentista diplomado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, tendo concluído sua formação em 1950. Casou-se em 28 de junho de 1955, na cidade do Recife, com Maria Edith Gonçalves Castello Branco, com a qual teve três filhos: Ângela Gonçalves Castello Branco, nascida em 1956 – Bacharel em direito pela FDR em 1981 e Fábio Gonçalves Castello Branco, nascido em 1959 e Heitor Gonçalves Castello Branco, nascido em 1961 e faleceu em 1994. (Branco, 2025, *on-line*)

Por meio da plataforma *Instagram*, o Sr. Fabio Castello Branco compartilha a evocação das recordações de memórias de seu estimado pai, que conta com 96 anos de idade, as quais retratam eventos significativos da vida deste. Assim, um vídeo, apresentado em quatro partes, revela que o ex–aluno Fenelon Netto compartilhou suas experiências na Faculdade de Direito da Universidade durante o período do regime militar. Ressalta que, no ano de 1968, o vestibular foi suspenso e a disciplina de latim foi excluída do currículo acadêmico.

Sabe-se que as instituições de ensino superior na cidade foram transferidas para cidade universitária, abrangendo os cursos de nutrição, engenharia e economia. Em resposta à tentativa de fechamento da Faculdade de Direito, ocorreu uma revolta significativa. O Exército, situado nas proximidades da referida faculdade, decidiu monitorar os alunos que eram considerados comunistas. O General Comandante, em uma proposta ao diretor, que buscava um entendimento, sugeriu a criação de uma turma disfarçada composta por 50

militares, com a finalidade de fiscalizar a entrada de estudantes, além de permitir a admissão de indivíduos com formação cultural adequada.

O Sr. Fenelon foi convocado pelo reitor da Universidade, para participar de uma entrevista com o General Comandante da 2ª Seção do 4º Exército, que se apresentou como advogado, médico e declarou que a formação em Direito não possui relevância significativa e anunciou que, de maneira excepcional, neste ano não haverá a realização do vestibular, permitindo a admissão apenas de estudantes que não se identifiquem como comunistas. Em resposta, Fenelon expressou seu interesse em cursar Direito em virtude da tradição familiar associada à referida instituição. A sua segunda resposta foi a seguinte: "Comandante, peço licença para expressar que a intervenção em questão está reduzindo a situação a uma mera fantasia com papel crepom, sem realizar a devida seleção". Em seguida, outro indivíduo comentou: o senhor está preso. (Branco, 2025, *on-line*)

O General, por sua vez, afirmou: "Esse é um bom cidadão, está aqui representado pelo magnífico reitor, que optou por não se pronunciar. Ele falou em nome do reitor e expôs as verdades que conhecia, demonstrando ser um verdadeiro anti-comunista." O comandante então declarou: "É importante que você saiba que o diretor gostaria que você fosse um indicado, mas tenha ciência de que aqui não há espaço para desvio de conduta. Temos muitos militares nesta turma, que será a maior da Faculdade de FDR" (Branco, 2025, *on-line*).

A memória compartilhada pelo ex-aluno evoca uma recordação do passado e representa a persistência das experiências vividas por ele. A rememoração das experiências vividas constitui um elemento fundamental da memória, a qual pode ser compreendida como uma representação ou uma ressignificação do passado no contexto presente. Embora a memória esteja ligada ao passado, é no presente que ela é reinterpretada por meio dos vestígios deixados ao longo da vida, conforme a compreensão de Ricoeur (2007, p. 111).

Tal relato do ex-aluno nos induz a refletir sobre o autoritarismo e as práticas de espionagem, além de apresentar eventos de relevância que merecem ser recuperados das sombras do esquecimento. Ademais, traz informações de suma importância que não se encontram registradas em nenhuma documentação preservada no acervo. Isso se deve ao fato de que o período em questão, marcado pela repressão no âmbito universitário, foi caracterizado por perseguições a estudantes, professores e funcionários.

A partir da lembrança compartilhada pelo ex-aluno, esse é um ponto interessante. No entanto, é possível abordá-lo de outra maneira. Por isso, a documentação do(a) aluno(a) foi examinada no arquivo da FDR, sabendo-se que o documento preserva o passado e estabelece um diálogo com base em marcos de sua origem. Essa documentação indica que foi solicitada

matrícula no 1º ano do curso de bacharelado desta faculdade. Tal solicitação está em conformidade com o parecer 18/65 do Conselho Federal de Educação, o qual permite que graduados se matriculem em qualquer curso de graduação sem a necessidade de novo concurso vestibular. O aluno apresentou o diploma de Cirurgião Dentista, expedido pela Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, em 1952. Assim, ingressou no Curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife em março de 1968, concluindo o referido curso em dezembro de 1972.

Com base nas informações apresentadas, buscou-se vestígio na Ata da 7ª reunião extraordinária da Congregação da Faculdade de Direito da instituição, de 14 de dezembro de 1967. Nela, menciona-se o envio de um ofício indicando o Professor Mário Neves Baptista como Coordenador do 1º grupo do concurso de habilitação, sob a coordenação geral do Professor Marcionilo Lins. O anteprojeto de resolução propõe a realização do vestibular de direito pela faculdade, fundamentando-se na autonomia didática das instituições e na necessidade de definir critérios de seleção e aproveitamento dos alunos. A ata termina com uma deliberação.

Art. 1º O Concurso de Habilitação ao ingresso nesta faculdade de Direito do Recife será promovido, organizado e dirigido pela própria faculdade;

Art. 2º Serão observadas nesse concurso as normas constantes do Regimento desta Faculdade, segundo as quais foi realizado o concurso de Habilitação em 1966, nesta Faculdade;

Art. 3º Somente será válida a matrícula ao Bacharelado desta faculdade o concurso de Habilitação nela procedido;

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala das sessões em 14 de dezembro de 1967 (UFPE, 1967, p.34v).

De acordo com o jornal Diário de Pernambuco, em edição de 3 de janeiro de 1968, as inscrições para o Concurso de Habilitação do Vestibular de 1968 da Universidade Federal de Pernambuco (UFP) totalizaram 4.111 candidatos para a disputa de 1.745 vagas no primeiro ano do ensino superior. As provas tiveram início em 10 de janeiro de 1968 e, na área de Direito, registraram-se 384 inscritos, dos quais 200 foram aprovados na prova de português, para um curso que oferecia 140 vagas, igualmente distribuídas entre os turnos da manhã e da noite. Em 5 de fevereiro, a UFP divulgou o resultado do Grupo I, indicando que apenas 102 candidatos foram aprovados no vestibular de Direito, o que ocasionou a permanência de vagas ociosas e caracterizou o processo seletivo como bastante conturbado, sendo ainda destacado que o Latim figurava entre as principais causas de reprovação no curso jurídico.

Na Ata da 3ª reunião extraordinária da congregação da UFP, em 12 de março de 1968, o Diretor da FDR informou que o principal assunto era a matrícula dos alunos aprovados no

concurso de Habilitação da UFP. Ele esclareceu que, conforme a resolução 11/67, a congregação decidiu considerar apenas o vestibular realizado pela Faculdade de Direito como válido.

Naquela época, publicou-se no periódico uma notícia datada de 4 de abril de 1968¹⁸. Nela, o diretor Mário Neves Baptista, juntamente com o presidente do diretório acadêmico Virgílio Campos, informou-se que o Conselho Técnico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco aprovou, em reunião extraordinária, o aumento das vagas para 200 no primeiro ano. Em 9 de abril de 1968, em face das sentenças proferidas pela Justiça Federal, aproveitaram-se do sistema de classificação por ordem decrescente da nota global mais 73 candidatos classificados para o curso de Direito para adicionar no 1º ano.

Logo, observando esses dados informados pelo periódico da época, pode-se afirmar que foram admitidos 175 alunos pelo vestibular nesse ano de 1968, restando 25 vagas para completar as 200 vagas prometidas pelo diretor da FDR da época.

Em prosseguimento à busca por vestígios, compilou-se toda a informação coletada para corroborar a memória compartilhada pelo ex-aluno. Para isso, analisaram-se todos os registros da turma de formandos de 1972¹⁹. Verificou-se que vários alunos ingressaram com o Parecer 18/65 do Conselho Federal de Educação, apresentando diplomas nas áreas de Cirurgia Dentária, Ciências Econômicas, Licenciatura em Letras Neolatinas, Ciências Sociais, Engenharia de Minas e Engenharia Civil, além de Química. Concluiu-se que, para atingir o total de duzentos alunos, o diretor na época incluiu os aprovados que possuíam diplomas, conforme a resolução publicada em 14 de dezembro de 1967 (UFPE, 1972, [n.p]).

A descrição de um compartilhamento de lembranças ou representações do passado de um ex-aluno (Candau, 2012) evoca a memória coletiva de um grupo, refletindo a valorização da identidade da turma de formandos de 1972 – Turma Jordão Emerenciano, que prestou homenagem a Jordão Emerenciano, falecido em 17 de fevereiro de 1972, no Recife, nomeando a sua placa de formatura em sua honra.

Esta placa corresponde ao número 19 do Quadro 5 de representação das placas de formatura localizadas no andar térreo da FDR.

Na fotografia 20, encontra-se o ex-aluno Fenelon Ferreira Castello Branco Netto acompanhado de seu filho, Fábio Castelo Branco, durante um evento realizado em 1 de dezembro de 2022, que marcou a cerimônia de colocação da placa em comemoração aos 50 anos da colação de grau em Direito da Turma Jordão Emerenciano de 1972.

¹⁸ Jornal do Diário de Pernambuco, quinta-feira de 4 de abril de 1968, primeiro caderno, p. 3.

¹⁹ Dossiê dos formandos da turma de 1972 – Arquivo da Faculdade de Direito do Recife.

Fotografia 20 – Turma Jordão Emereciano – 50 anos da colação de grau em Direito

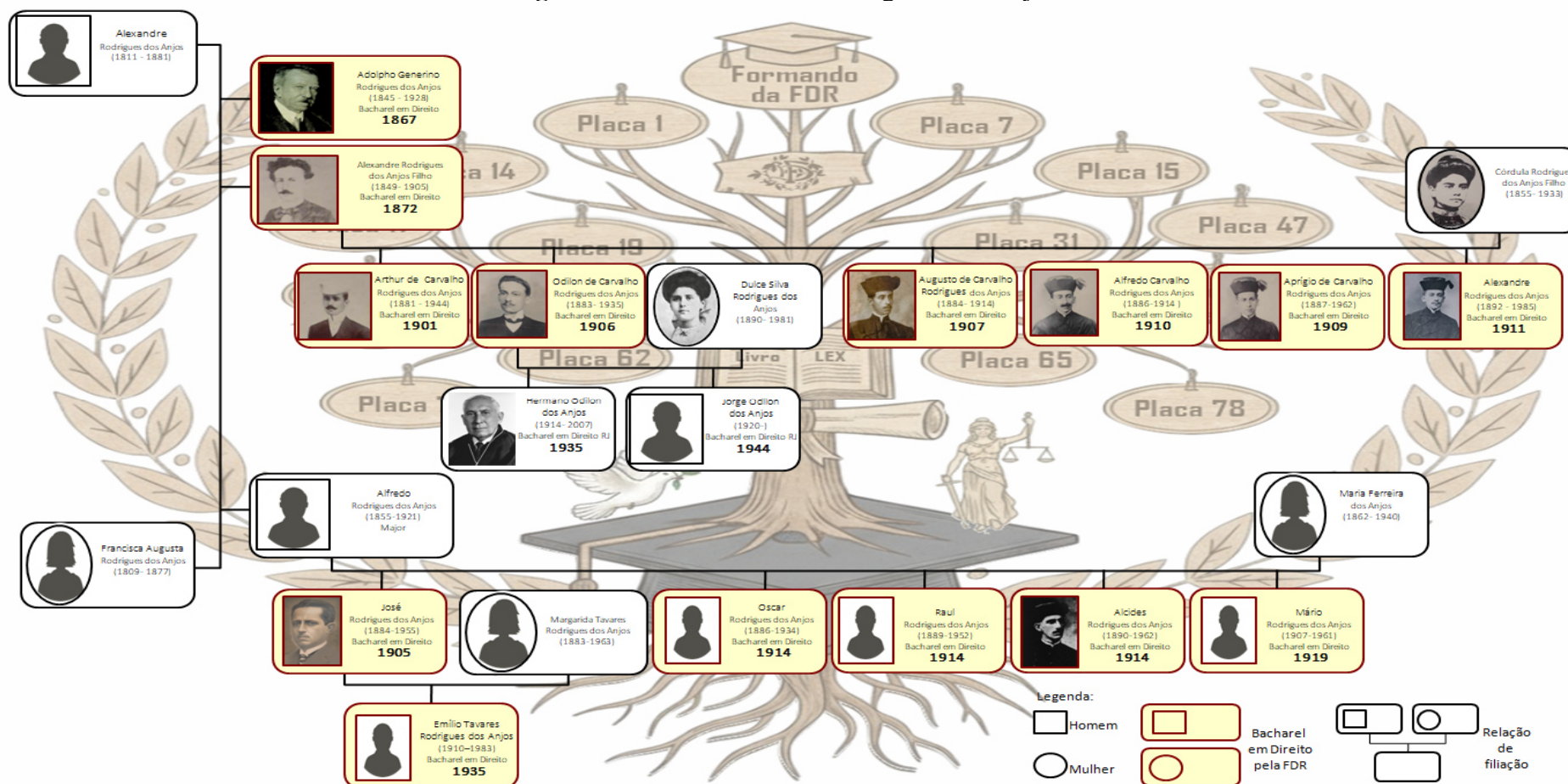


Fonte:@fabiocastelobranco_corretor

Ângela Gonçalves Castello Branco, nascida em 1956, é neta paterna de Anna Fortes Castello Branco, conhecida como Nicota, e de Odon Fortes Castello Branco. É filha de Maria Edith Gonçalves Castelo Branco e de Fenelon Ferreira Castello Branco Netto. Além disso, é irmã de Heitor Gonçalves Castello Branco e de Fábio Correia Castello Branco. Ângela ingressou no Curso de Direito da FDR em 1977, tendo sido aprovada nos exames preparatórios, e concluiu o referido curso em 1981– Turma Demócrito de Souza Filho, que corresponde ao número 34 da tabela 4 de representação das placas de formatura localizadas no andar térreo da FDR.

A análise da árvore genealógica da família Castello Branco evidencia a presença de práticas endogâmicas, caracterizadas pela união matrimonial entre membros do mesmo grupo familiar. Ademais, a trajetória do Sr. Fenelon Ferreira Castello Branco Netto e sua filha Ângela na área jurídica demonstram a continuidade do legado ancestral no estudo do direito. Infere-se, portanto, que as contribuições e as experiências acumuladas pelas gerações precedentes constituíram a base imprescindível que contribuiu para o desenvolvimento e a proeminência dos descendentes na carreira jurídica, reforçando a tese da influência do capital simbólico e profissional herdado.

Diagrama 7 – Família do Poeta Augusto dos Anjos²⁰.



Fonte: autora (2025).

²⁰ As fotografias que compõem a árvore genealógica da família do poeta Augusto dos Anjos foram adquiridas de diversas fontes. A foto de Generino dos Santos encontra-se no livro *Humaníadas*, v. 1. A foto de José Rodrigues dos Anjos encontra-se na Biblioteca da FDR. A fotografia de Alcides foi encontrada no Almanach de Pernambuco de 1918. A fotografia de Alexandre Rodrigues dos Anjos foi retirada do negativo de vidro de 1911. Foto de Dulce Silva Rodrigues dos Anjos foi retirada da obra “Augusto dos Anjos e sua época”. As demais fotografias foram coletadas do site *Familysearch*, cujos links estão disponíveis na seção de Referências.

A linhagem familiar do poeta Augusto dos Anjos, no Diagrama 7, no âmbito do direito, tem seu marco inicial em seu tio paterno, Adolpho Generino Rodrigues dos Anjos, que se destacou como o primeiro membro da família a matricular-se na FDR. Em conformidade com o artigo 8º da lei de 11 de agosto de 1827, a inscrição nos cursos jurídicos exigia como pré-requisito, a apresentação da certidão de idade do candidato. No caso específico de seu tio paterno, o documento comprobatório, atualmente sob custódia do acervo da instituição, foi lavrado pelo arcebispo vigário Plácido Antônio da Silva dos Santos²¹ e está datado de 13 de março de 1863. Tal certidão deveria comprovar que o estudante já havia completado quinze anos de idade, que era o requisito mínimo para a matrícula.

[...] Aos vinte e três de abril de mil oitocentos e quarenta e sete, nesta matriz de São Pedro Gonsalves do Recife, o vigário Francisco Ferreira Barreto baptizou e pôz os santos Oleos a Adolpho, branco, nascido aos dous de outubro de mil oitocentos e quarenta seis: filho legítimo de Alexandre Rodrigues dos Anjos, e de sua mulher Dona Francisca Augusta Rodrigues dos Anjos: forão padrinho Manoel Rodrigues dos Anjos, e Dona Maria Carolina Pessoa de Lacerda [...] (UFPE, 1863, p. 1).

Portanto, Adolpho Generino Rodrigues dos Anjos após comprovar que no ato da matrícula tinha 16 anos e alguns meses, ingressou no curso jurídico na FDR em 1863, após ter sido aprovado nos exames preparatórios (língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral, e geometria).

Além do mais, foi publicado no apêndice do Jornal Acadêmico da FDR (1863, p. 3), sob a supervisão do acadêmico José Fiel de Jesus Leite, que apresenta a lista completa dos alunos inscritos na FDR no ano de 1863, que o aluno Adolpho Generino Rodrigues dos Anjos está matriculado sob o número 57, (Figura 20).

Figura 20 – Matrícula do 1º ano de 1863.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (1863).

Nesse período, a FDR operava em um velho sobrado, que não contava com as condições apropriadas para sediar o curso, e ao longo dos 28 anos em que acolheu alunos e lentes, foram frequentes as reclamações e manifestações sobre a condição do imóvel. Bevilaqua (2012, p. 110) menciona em sua obra que Joaquim Vilela apresentou reclamações quanto à instalação da Faculdade no antigo casarão da Rua do Hospício.

²¹ O registro de Adolpho Generino Rodrigues dos Anjos encontra-se formalmente documentado no acervo da instituição, no Livro de Certidão de Idade de 1863, p. 1.

Diz-se que uma das críticas mais incisivas partiu do Imperador, D. Pedro II, que, ao visitar Recife em 1859, referiu-se ao local como um “pardieiro”, em virtude do estado deteriorado do edifício (Fotografia 21), localizado na Rua do Hospício, 69 – na junção com a Rua do Príncipe, em Recife (Leite, 1915, p. 4).

Fotografia 21 – O Pardieiro – velho sobrado do lado esquerdo.



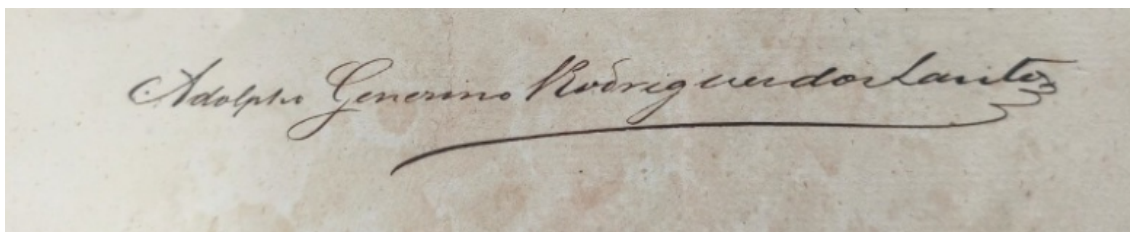
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (2025).

Conforme escrito na lista geral dos estudantes matriculados na FDR no ano de 1865, nota-se uma alteração no seu nome. O estudante passou a adotar o sobrenome Santos, em homenagem à família de sua avó paterna, fato explicitado na obra *Livro das Humanidades* (Santos, 1937, p. 17).

Além disso, a literatura especializada aponta para as razões dessa modificação. Borges (2020, p. 37) sustenta que a mudança de sobrenome foi motivada por um conflito familiar relacionado ao ingresso de Adolpho na maçonaria. Em complemento, Sabino (2006, p. 41) acrescenta que, após a desavença, Generino optou por alterar seu sobrenome e se estabeleceu no Rio de Janeiro, o que resultou na perda de contato com seus parentes. A validação dessa alteração nominal é corroborada por evidências documentais. Na Fotografia 22, é possível identificar a assinatura do estudante, já com a modificação do sobrenome para Santos, aposta no ato de matrícula do 4º ano, datado de 7 de março de 1867²². Esse registro materializa a consolidação da mudança de identidade no ambiente acadêmico.

²² O registro da matrícula do 4º ano do aluno Adolpho Generino Rodrigues dos Anjos encontra-se formalmente documentado no acervo da instituição, no Livro de Matrícula [1838 - 1869], p. 256v.

Fotografia 22 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 4º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1867)

Conforme aponta Lima (2005, p. 27), em 15 de dezembro de 1864, foi lançado o periódico quinzenal intitulado "O Ensaio Literário". Esta publicação acadêmica manteve uma circulação regular até, aproximadamente, meados do ano subsequente. O periódico era redigido por um grupo de estudantes, composto por Antônio dos Passos Miranda, José Nicolau Tolentino de Carvalho, Adolpho Generino Rodrigues dos Santos e José Elysio de Carvalho Couto. Não obstante, os editores demonstravam um fervor distinto daquele evidenciado em publicações anteriores, sendo que seus escritos frequentemente se destacavam pelo sentimentalismo característico típico de Lamartine.

Avançando na cronologia, em 13 de novembro de 1867, Adolpho Generino Rodrigues dos Santos submeteu-se ao julgamento de exame final do 5º ano²³. A banca examinadora era composta pelos diretores Pedro Autran de Matta e Albuquerque e Vicente Pereira do Rego, e presidida pelo Doutor Conselheiro Francisco de Paula Baptista, resultando na classificação de aprovado plenamente. Destaca-se que, conforme os livros de registro de julgamentos de exames de desempenho, os estudantes do curso de direito eram classificados nas seguintes categorias: simplesmente (quando a aprovação não era unânime); plenamente (quando a aprovação era unânime, mas não preenchia os critérios para distinção); aprovado com distinção (quando aprovados por unanimidade e em cumprimento a condições específicas); ou reprovado. A conclusão de seu curso está formalmente registrada no livro de registro da carta de Bacharel²⁴, datado de 9 de dezembro de 1867, que atesta:

[...] Adolpho Generino Rodrigues dos Santos, filho de Alexandre Rodrigues dos Anjos, nascido em Pernambuco a 2 de outubro de 1846. Tomou o grão a 9 de dezembro de 1867 e foi aprovado plenamente a 13 de Novembro dito ano [...] (UFPE, 1867, p. 149).

O percurso profissional de Adolpho Generino Rodrigues dos Santos, após a graduação, está igualmente documentado. Registros da época indicam que, durante o período

²³ O registro do aluno Adolpho Generino Rodrigues dos Santos com a data e nota encontra-se no Livro julgamentos dos exames da 5ª série [1832 - 1870], p. 243v.

²⁴ O registro da carta de Bacharel de Adolpho Generino Rodrigues dos Santos encontra-se formalmente documentado no acervo da instituição, no Livro de Registro de Doutores [1858 – 1881], p. 149.

monárquico, ele se transferiu para o Rio de Janeiro. Na capital, em virtude de afinidades políticas, associou-se a Saldanha Marinho, exercendo a advocacia em conjunto. Com a Proclamação da República, e após a ascensão de Aristides Lobo ao cargo de Ministro do Interior, foi-lhe oferecida à posição de diretor da Biblioteca Nacional, proposta que ele declinou. A sua nomeação para a magistratura foi registrada no periódico *Diário do Rio de Janeiro*, datado de 19 de outubro de 1869 (Fundação Biblioteca Nacional, 19, p. 3).

Bevilaqua (2012, p. 175) destaca em sua obra que Adolpho Generino Rodrigues dos Santos foi um poeta de arte rigorosamente apurada, habilidoso em estruturar pensamentos felizes por meio de sonetos primorosos. Após desempenhar papel relevante no movimento literário do Recife, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Nos periódicos da época, consta que o Sr. Dr. Adolpho Generino Rodrigues dos Santos foi nomeado Promotor Público da comarca de São João do Príncipe, em substituição ao Sr. Francisco Cordeiro da Rocha Campello, que não havia aceitado o cargo.

No campo de suas atividades jurídicas, o Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo pelo Exmo. Sr. Dr. Martins Francisco Ribeiro de Andrada Júnior registra que, em 11 de janeiro de 1883, o Bacharel Adolpho Generino Rodrigues dos Santos prestou juramento e iniciou o exercício do cargo de Promotor desta capital perante a Presidência (Fundação Biblioteca Nacional, 1883, p. 9).

De acordo com Borges e Santos (2021, p. 225), ele e seu amigo Antônio de Souza Pinto fundaram o periódico “O Trabalho em Pernambuco” e, no mesmo ano, deram início à edição de “O Escorpião”. Em 1873, em parceria com Aníbal Falcão e Antônio de Souza Pinto, lançou a revista semanal de sátira “O Diabo a Quatro”, subtitulada “Revista infernal”. Além de sua colaboração em diversos jornais de destaque, Generino dos Santos publicou o livro *Poemas Modernos* (1877), sua única obra editada em vida. Posteriormente, a obra *Humaníadas* (1938) foi impressa pela Tipografia do Jornal do Comércio, no Rio de Janeiro, entre 1938 e 1940.

O falecimento do Dr. Generino dos Santos, que se encontrava aposentado do governo do Estado do Rio de Janeiro, ocorreu em 13 de julho de 1928, à 1 hora da manhã, na Rua Taylor, n.º 159. O evento gerou grande consternação nos círculos literários da época, conforme diversas publicações (Fundação Biblioteca Nacional, 1928, p. 17). Seu sepultamento foi realizado no Cemitério São João Batista (Fundação Biblioteca Nacional, 1928, p. 6).

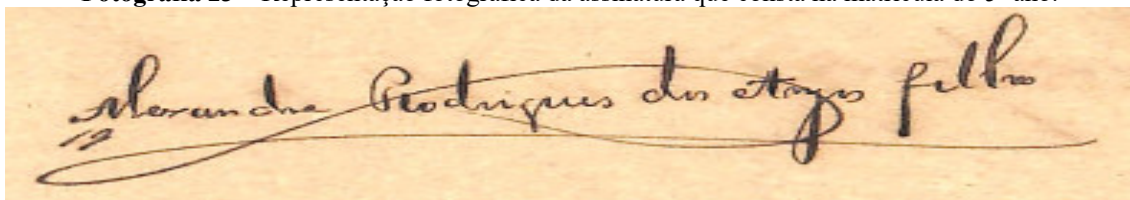
O segundo membro da linhagem familiar a ingressar na FDR foi o pai do poeta Augusto dos Anjos, Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho. Assim como seu irmão, para a

matrícula, foi-lhe exigida a apresentação da certidão de idade²⁵. O documento em questão, lavrado pelo vigário Francisco Ferreira Barreto e datado de 10 de outubro de 1850, tinha como finalidade atestar que Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho havia completado a idade mínima de quinze anos para admissão no curso.

[...] Aos dez de agosto de mil oitocentos e cincoenta em oratorio privado desta freguezia de Sam Pedro Gonçalves do Recife, com licença do Excellentissimo e Revendissimo Senhor Bispo Diocezano, baptizei e appliquei o santo Oleos ao parvudo Alexandre, branco, nascido a oito de maio de mil oitocentos e quarenta nove, filho legitimo de Alexandre Rodrigues dos Anjos, e de Dona Francisca Augusta Rodrigues dos Anjos. Forão padrinhos o capitão de Mor e Guerra Rodrigo Pheodoto de Freitas, solteiro e dona Izabel Úrsula Pessoa de Lacerda, todos moradores nesta freguezia[...] (UFPE, 1868, p. 20).

Dessa forma, tendo comprovado, à época de sua matrícula, que contava com dezoito anos e alguns meses, Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho deu início ao curso de direito na FDR em 16 de outubro de 1868²⁶, após ser aprovado nos exames preparatórios. A sua trajetória acadêmica é documentada, sendo possível observar sua assinatura no ato de matrícula do 5º ano²⁷, conforme a representação da Fotografia 23, a qual foi firmada em 19 de outubro de 1872.

Fotografia 23 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1872).

Consequentemente, em 4 de novembro de 1872, Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho submeteu-se ao julgamento final do 5º ano do curso²⁸. A banca examinadora foi composta pelos diretores Francisco de Paula Baptista, Joaquim Corrêa de Araújo e José Joaquim Tavares Belfort, e presidida pelo Doutor Vicente Pereira do Rego, resultando na classificação de aprovado plenamente. Sua conclusão de curso e a concessão do título encontram-se

²⁵ O registro de Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho encontra-se formalmente documentado no acervo da instituição, no Livro de Certidão de Idade de 1863, p. 20.

²⁶ O registro de Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho com a data de matrícula do 1º ano [1866-1889], p.15.

²⁷ O registro de Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho com a assinatura de matrícula do 5º ano [1871-1891], p.9v.

²⁸ O registro de Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho com a data encontra-se no Livro Julgamentos dos exames da 5ª série [1832 - 1870], p. 19.

registradas no livro de registro da carta de bacharel formado, datado de 8 de novembro de 1872²⁹, que atesta:

[...] Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho, filho de Alexandre Rodrigues dos Anjos, nascido em Pernambuco a 8 de maio de 1849. Tomou o grão a 4 de novembro de 1872 e foi aprovado plenamente no mesmo mez e anno [...] (UFPE, 1872, p. 22).

Posteriormente, no dia 9 de outubro de 1875, uniu-se em matrimônio com Cordula de Carvalho Rodrigues dos Anjos, nascida em 25.08.1855 e falecida em 04.08.1933, em João Pessoa na Paraíba, filha de João Antonio Fernandes de Carvalho e Juliana Ludugério. Dessa união conjugal, resultou uma prole de nove filhos, a saber: Juliana de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1876), Francisca de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1879), Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1881), Odilon de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1883), Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1884), Alfredo Carvalho Rodrigues dos Anjos (1886), Aprígio de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1887), Alexandre de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1892), Otávio de Carvalho Rodrigues dos Anjos.

De acordo com os registros, o pai do poeta Augusto dos Anjos, o bacharel Alexandre Rodrigues dos Anjos, exerceu diversas funções públicas antes de se dedicar à atividade rural. Conforme noticiado nos obituários da época, ele atuou como promotor público nas cidades cearenses de Granja e Aracati, bem como em Atalaia (Alagoas) e Pedras de Fogo (Paraíba). Além disso, foi juiz municipal em Ipú, no Ceará (Machado e Cantoni, 2014, on-line).

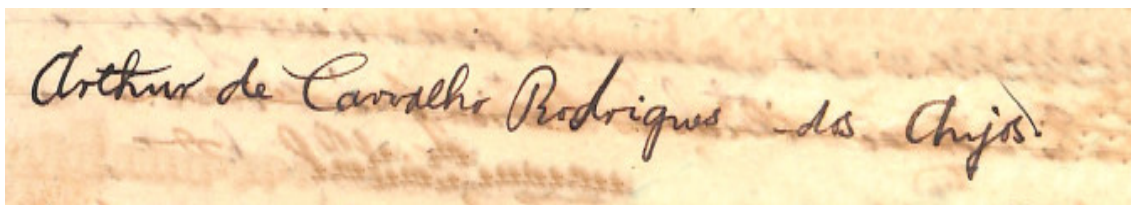
O falecimento do Dr. Alexandre Rodrigues dos Anjos ocorreu em 13 de janeiro de 1905, na propriedade Pão d'Arco, localizada no estado da Paraíba (Fundação Biblioteca Nacional, 1905, p. 3).

Seu filho, Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos, irmão do poeta Augusto dos Anjos, foi o terceiro membro da família a ingressar na FDR. Filho de Alexandre Rodrigues dos Anjos e Córdula de Carvalho Rodrigues dos Anjos, Arthur era natural da Paraíba. Iniciou o curso jurídico na FDR em 1897, após ser aprovado nos exames preparatórios. A documentação fotográfica 26 atesta sua frequência, apresentando sua assinatura na matrícula do 3º ano, datada de 11 de março de 1899³⁰ (Fotografia 24).

²⁹ O registro de bacharel de Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho encontra-se no Livro de registro de bacharel [1858 – 1881], p. 22.

³⁰ O registro de Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos com a assinatura de matrícula do 3º ano [1892-1899], p.14v.

Fotografia 24 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 3º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1899).

Em 30 de dezembro de 1901, Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos foi submetido à banca examinadora para o julgamento final do 5º ano³¹, composta pelos diretores Constâncio dos Santos Pontual, Laurindo Aristóteles Carneiro Leão e Tito dos Passos d'Almeida Rosas Filho, e presidida pelo Doutor Augusto Carlos Vaz de Oliveira.

O estudante obteve aprovação plena, alcançando nota nove nas disciplinas de Direito Administrativo, Legislação Comparada e Prática do Processo. Posteriormente, o grau de Bacharel em Direito foi-lhe outorgado em cerimônia solene, juntamente com os demais integrantes de sua turma, conforme registrado no Livro de Diplomas de Bacharéis referente ao ano de 1901³², o qual atesta:

Aos sete de dezembro de mil novecentos e um no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife, em presença da Congregação dos lentes da mesma Faculdade, sob a presidência do Sr. Dr. Joaquim Tavares de Mello Barretto, – Director – Foi por este conferido solemnemente o grão de Bacharel em sciencias jurídicas e sociaes aos seguintes alunos que terminaram o curso presente época: [...] Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos [...] (UFPE, 1901, p. 261v).

A trajetória política de Artur de Carvalho Rodrigues dos Anjos pela Paraíba na Primeira República foi marcada por obstáculos oligárquicos. Em 1924, o político foi eleito deputado federal, mas teve seu mandato sumariamente negado pela Câmara dos Deputados (Lopes, [S.d.]), um fato diretamente associado à sua firme oposição a Epitácio Pessoa, ex-presidente da República (1919-1922) e, à época, influente senador pelo estado. Não obstante, Artur dos Anjos obteve êxito e reconhecimento eleitoral em 1930 para o mesmo cargo. Contudo, seu efetivo exercício na Câmara, iniciado em maio daquele ano, foi interrompido em outubro com a vitória da Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, movimento que resultou na dissolução de todos os órgãos legislativos federais e estaduais do país.

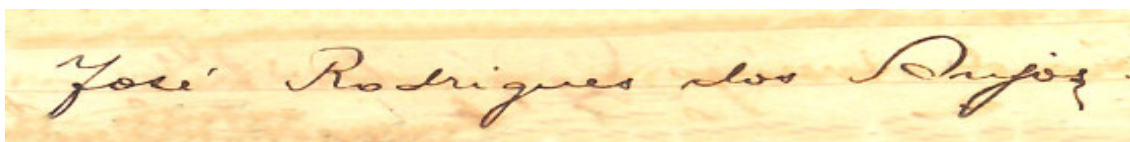
³¹ O registro de Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro julgamentos dos exames da 5ª série [1892 - 1909], p. 51v.

³² O registro de bacharel de Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de registro de bacharel [1901], p. 261v.

O quarto membro da família do poeta Augusto dos Anjos a ingressar na Faculdade de Direito do Recife foi seu primo em quarto grau, José Rodrigues dos Anjos. Nascido em Pernambuco em 29 de novembro de 1884, era filho do Major Alfredo Rodrigues dos Anjos e de Maria Ferreira dos Anjos. Seus avós paternos eram Alexandre Rodrigues dos Anjos e Francisca Augusta Rodrigues, enquanto seus avós maternos eram José Fernandes Ferreira e Anna da Silva Ferreira. Destaca-se ainda que seu tio, Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho, foi pai do próprio Augusto dos Anjos.

Após ter sido aprovado nos exames preparatórios, sua matrícula no curso jurídico da FDR foi efetuada em 27 de março de 1901³³. O registro de sua permanência é comprovado pela representação fotográfica 26, em que se observa a assinatura do estudante na matrícula do 3º ano, firmada em 13 de março de 1903³⁴ (Fotografia 25).

Fotografia 25– Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 3º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1903).

À época, a FDR funcionava nas dependências do Colégio dos Jesuítas, situado no bairro de Santo Antônio. Este prédio localizava-se nas proximidades da Igreja do Espírito Santo, na Praça Dezessete, então denominada Praça de Pedro II, na cidade de Recife. A representação iconográfica deste local histórico é evidenciada na Fotografia 27, que exhibe a reprodução fotográfica da pintura do antigo Colégio dos Jesuítas. Atualmente, a referida obra pictórica está exposta na Sala do Museu Ruy Barbosa, localizado no primeiro pavimento do edifício atual da FDR (Fotografia 26).

Fotografia 26 – Colégio dos Jesuítas.



Fonte: Autora (2025).

³³ O registro de José Rodrigues dos Anjos com a data de matrícula do 1º ano [1896-1938], p.41v.

³⁴ O registro de José Rodrigues dos Anjos com a assinatura de matrícula do 3º ano [1892-1940], p.44v.

Em 23 de novembro de 1905³⁵, José Rodrigues dos Anjos submeteu-se à banca de julgamento para o exame do 5º ano, a qual foi composta pelos diretores Francisco Phaelante da Câmara Lima, Clóvis Beviláqua e Constâncio dos Santos Pontual, sob a presidência do Doutor Augusto Carlos Vaz de Oliveira (UFPE, 1905, 91). O aluno obteve nota nove na cadeira de Medicina Legal e distinção nas demais disciplinas. O registro de sua colação de grau consta no Livro de Registro de Diplomas de Bacharéis e Doutores³⁶, que:

De igual teor se passou no dia dezessete de maio de mil novecentos e sete a carta do bacharel José Rodrigues dos Anjos, filho do Major Alfredo Rodrigues dos Anjos natural de Pernambuco, nascido em 29 de novembro de 1884 e recebeu o grau de bacharel em sciencias jurídicas e sociais no dia oito de dezembro de mil novecentos e cinco (UFPE, 1907, p.131).

O professor contraiu matrimônio com Margarida Tavares Rodrigues dos Anjos (1883-1963), em 11 de novembro de 1909, e o casal teve os seguintes filhos: Ednah Tavares Rodrigues dos Anjos (1902-1916), Emílio Tavares Rodrigues dos Anjos (1910-1983), Edgar Tavares Rodrigues dos Anjos (1912-1984), Vinitius Tavares Rodrigues dos Anjos (1918), Isa Tavares Rodrigues dos Anjos (1920 - 2006) e Moacir Tavares Rodrigues dos Anjos (1927-1997).

Posteriormente, em 17 de abril de 1915, o bacharel José Rodrigues dos Anjos foi designado para a função de amanuense³⁷ da secretaria desta faculdade. Esta designação foi realizada por meio de Portaria do diretor efetivo à época, Dr. Sophronio Eutichiniano da Paz Portella, com base no artigo 113, alínea C, em conjunto com o artigo 66, inciso único, do Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915 (UFPE, [1828-1930], p. 212v).

Conforme noticiado pelo jornal A Província, registrou-se o falecimento do Major Alfredo Rodrigues dos Anjos, pai de José Rodrigues dos Anjos, aos 66 anos, em 23 de janeiro de 1921, em sua residência situada na Rua do Príncipe, nº 424. O sepultamento ocorreu no Cemitério de Santo Amaro (Fundação Biblioteca Nacional, 1921, p. 23).

Em momento subsequente, por ser o amanuense mais antigo da Biblioteca, José Rodrigues dos Anjos assumiu o posto de bibliotecário desta instituição, após a morte de Arthur Muniz. Sua nomeação para o cargo, fundamentada no artigo 114, alínea L, do Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915, foi efetivada pela Portaria de 24 de março de 1924,

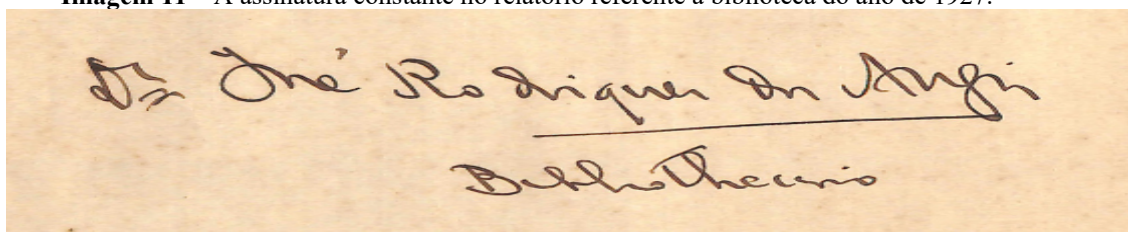
³⁵ O registro de José Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro julgamentos dos exames da 5ª série [1892 - 1909], p. 91.

³⁶ O registro de bacharel do formando José Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de registro de bacharel [1894 - 1911], p. 131.

³⁷ O registro de amanuense, bibliotecário e docente livre encontra-se no Livro de registros dos diplomas e títulos de todos os empregados do corpo jurídico de [1828-1930], p. 212v, 253 e 276.

emitida pelo Diretor Dr. Manoel Netto Carneiro Campello (UFPE, [1828-1930], p. 253). Em seu primeiro relatório anual, ele elogiou seu antecessor e comprometeu-se a dar continuidade ao trabalho iniciado por Cícero Peregrino e seus sucessores. (Carvalho, 2022, p. 43). Nos relatórios anuais encaminhados ao Diretor da FDR, Dr. José Rodrigues dos Anjos descreve detalhadamente as atividades e progressos da Biblioteca durante o período de 1926 a 1929. O intercâmbio bibliográfico revelou-se expressivo, estabelecendo conexões entre o instituto do Recife e suas instituições congêneres em países das Américas, Europa e até da Ásia (Bevilaqua, 2012, p. 652). A Imagem 11 apresenta a assinatura que consta no relatório.

Imagem 11 – A assinatura constante no relatório referente à biblioteca do ano de 1927.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1927).

O bibliotecário da FDR, José Rodrigues dos Anjos, que desde 1925 buscava a titulação acadêmica, enfrentou controvérsias devido à acumulação de cargos públicos e privados, gerando críticas internas e intervenção ministerial. Apesar disso, sob sua coordenação, foi publicado em 1930 o primeiro volume do Novo Catálogo Geral Sistemático, obra que consolidou o acervo jurídico da Biblioteca. Porém, em 1930, com a Revolução que encerrou a República Velha, Rodrigues dos Anjos foi exonerado, e João Barreto de Menezes, filho de Tobias Barreto, assumiu o cargo de bibliotecário (Carvalho, 2022, p. 55).

Em sessão solene da Congregação realizada no salão nobre da FDR, presidida pelo Exmo. Diretor, Professor Doutor Manoel Netto Carneiro Campello, presidiu a sessão que contou com a presença dos demais professores e autoridades, foram outorgados os graus de Doutores em Ciências Jurídicas e Sociais. Nessa ocasião, os bacharéis José Rodrigues dos Anjos e Alfredo Alves da Silva Freyre, aprovados em concurso para Professor Substituto, e Francisco Barreto Rodrigues Campello, aprovado em concurso para Docente Livre, receberam o título. A concessão seguiu as formalidades legais e foi fundamentada nos artigos 60 e 287, e seus parágrafos, do Decreto 16.72-A, datado de 13 de janeiro de 1925 (UFPE, 1927, 9). Segundo o termo de posse, José Rodrigues dos Anjos assumiu o exercício das cadeiras de Economia Política e Direito Administrativo, para as quais havia sido nomeado (UFPE [1828-1930], p. 276)

Ao longo de sua vida pública, José Rodrigues dos Anjos desempenhou diversas funções de relevância. Isso inclui a de Prefeito do Recife (no período de 31 de dezembro de 1945 a 4 de fevereiro de 1946), Chefe do antigo Ginásio Pernambucano, repórter e secretário do Diário de Pernambuco. Ele foi o primeiro responsável pela área de identificação do estado, Diretor da Escola Pinto Júnior e Professor de Latim (Fundação Biblioteca Nacional, 1984, p. 4).

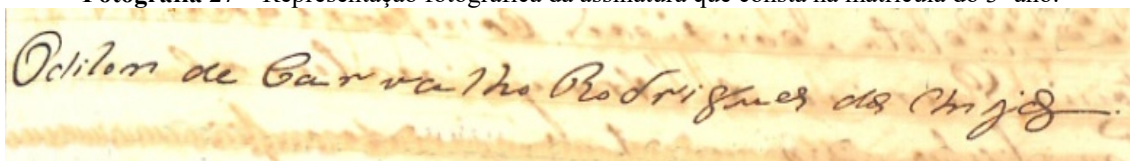
A documentação jornalística da época indica que, em fevereiro de 1955, o docente se retirou da vida acadêmica por meio da aposentadoria no cargo de professor catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife (Fundação Biblioteca Nacional, 1955, p. 4).

Seu óbito foi registrado pouco depois, em 5 de setembro de 1955, no Hospital Português, na mesma cidade, onde foi sepultado no Cemitério de Santo Amaro (Fundação Biblioteca Nacional, 1955, p. 24).

O quinto membro da família do Poeta Augusto dos Anjos a ingressar na FDR foi seu irmão, Odilon de Carvalho Rodrigues dos Anjos. Filho do bacharel Alexandre Rodrigues dos Anjos e de Córdula de Carvalho Rodrigues dos Anjos, ele era natural da Paraíba, onde nasceu em 9 de janeiro de 1883.

Sua matrícula no curso jurídico da FDR ocorreu em 1902, após a aprovação nos exames preparatórios. A documentação comprobatória, representada pela Fotografia 27, exhibe sua assinatura no registro de matrícula do 3º ano, que foi firmada em 16 de março de 1904³⁸.

Fotografia 27 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 3º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1904).

Bevilaqua (2012, p. 379) descreve Odilon de Carvalho Rodrigues dos Anjos como um estudante distinto. Conforme transcrição da obra *Cultura acadêmica*, “É da sua turma (4º ano de 1905) um dos que mais se têm salientado, conquistando, a golpes de talento e de trabalho, um lugar honroso entre os mais dignos acadêmicos do curso de ciências jurídicas e sociais.”

Em 3 de dezembro de 1906, Odilon de Carvalho Rodrigues dos Anjos foi submetido ao julgamento do exame final do 5º ano³⁹, cuja banca foi constituída pelos diretores

³⁸ O registro de Odilon de Carvalho Rodrigues dos Anjos com a assinatura de matrícula do 3º ano [1892 – 1938], p.50.

³⁹ O registro de Odilon de Carvalho Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro julgamentos dos exames da 5ª série [1909- 1928], p. 99.

Constâncio dos Santos Pontual, Henrique Augusto de Albuquerque Milet e Francisco Phaelante da Câmara Lima, e presidida pelo Doutor Augusto Carlos Vaz de Oliveira. O candidato obteve aprovação com distinção na disciplina de Direito Administrativo e aprovação plena, com nota nove, nas demais cadeiras.

O registro de sua colação de grau consta no Livro de Registro de Diplomas de Bacharéis e Doutores⁴⁰ que:

Aos vinte e cinco de novembro de mil novecentos e treze , foi expedida e registrada a carta do bacharel Odilon de Carvalho Rodrigues dos Anjos, filho do bacharel Alexandre Rodrigues dos Anjos natural da Parahyba, nascido em 9 de janeiro de 1883 o qual recebeu o grão de bacharel em ciencias jurídicas e sociais no dia quatorze de dezembro de mil novecentos e seis (UFPE, 1913, p.25).

Um dado relevante mencionado por Humberto (2018, p. 86) em sua obra “Augusto dos Anjos e sua época” sobre Dulce Silva destaca que, antes de seu casamento com Odilon dos Anjos e, conseqüentemente, de tornar-se cunhada do poeta Augusto dos Anjos, Dulce sobressaiu-se como vencedora do maior número de concursos de beleza na cidade.

Odilon dos Anjos contraiu matrimônio com Dulce Silva Rodrigues dos Anjos, em 10 de maio de 1981. O casal teve dois filhos, cujas trajetórias profissionais se desenvolveram no campo jurídico e administrativo: Hermano Odilon dos Anjos: formou-se bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1935. Notavelmente, Hermano dos Anjos foi o último procurador-geral do extinto Estado da Guanabara e retornou à chefia institucional do atual Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, exercendo o cargo no período de março a novembro de 1979 (Centro de Memória Procurador de Justiça, [1973-1975], *on-line*); E Jorge Odilon dos Anjos: obteve o título de Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro em 1944 (Fundação Biblioteca Nacional, 1944, p. 8). Sua carreira desenvolveu-se na administração pública federal, sendo servidor aposentado da Câmara dos Deputados, onde exerceu, entre outras funções, o cargo de diretor do Departamento de Pessoal e, em diversas ocasiões, a Diretoria-Geral em substituição ao titular.

Em 27 de novembro de 1935, o Dr. Odilon dos Anjos, que era advogado e alto funcionário da Prefeitura, que exercia suas atividades nos auditórios do Rio de Janeiro, faleceu em sua residência, localizada na Avenida Pasteur, n. 463. O óbito foi instantâneo, sendo causado pelo traumatismo decorrente da explosão de uma granada que atingiu o local. A morte foi atribuída à incapacidade do profissional em resistir ao choque, dado seu quadro

⁴⁰ O registro de bacharel do formando Odilon de Carvalho Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de Registro de Bacharéis e Doutores [1911-1925)], p.25.

preexistente de cardiopatia e foi sepultado no cemitério São João Batista (Fundação Biblioteca Nacional, 1935, p.3).

O sexto a ingressar na FDR, foi o poeta Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos, que nasceu no Engenho Pau d'Arco, município de Cruz do Espírito Santo, estado da Paraíba, em 20 de abril de 1884; filho do bacharel Alexandre Rodrigues dos Anjos Filho e de Córdula de Carvalho Rodrigues dos Anjos. De acordo com Almeida (1997, *on-line*), a gestação do poeta Augusto dos Anjos foi marcada por um profundo choque emocional sofrido por sua mãe.

A comoção, decorrente da perda imprevista de um irmão, estudante de medicina (cujo nome seria herdado pelo nascituro), gerou consequências que se refletiram na criança. O traumatismo moral abalou a mãe por um longo período, inclusive após a gestação, levando-a a um desajuste mental caracterizado por preocupações de grandeza e fidalguia. Tais distúrbios teriam, presumivelmente, provocado reflexos evidentes no sistema nervoso do feto.

Almeida (1970, 12), afirma que a infância do poeta Augusto dos Anjos no Engenho Pau d'Arco foi desprovida de alegria, sendo o ambiente ali vivenciado considerado asfíxiante. Nesse contexto, a autoridade máxima, em regime de ditadura, era exercida por sua mãe, Sinhá-Mocinha.

Por outro lado, seu pai, o Dr. Alexandre dos Anjos, embora destituído de poder de comando na casa e no engenho, era um homem de notável bondade e sólida formação humanista, com domínio em latim, grego, matemática, ciências naturais e história. Foi ele, contudo, o responsável por ministrar as primeiras instruções a Augusto e por prepará-lo integralmente para os exames de admissão ao curso de humanidades no Liceu Paraibano.

A família do poeta Augusto dos Anjos experimentou a decadência econômica que assolou os latifundiários nordestinos no final do século XIX. Com o advento da República, a crise da economia açucareira e a concorrência das usinas, a exportação do açúcar nordestino foi monopolizada por empresas estrangeiras. Consequentemente, em 1892, a família se viu forçada a hipotecar os engenhos Pau-d'Arco e Coité. A acentuada queda no preço do açúcar obrigou-os a vender o Engenho Coité no mesmo ano, restando o Pau-d'Arco em condição precária e deficitária.

Este cenário de ruína financeira foi agravado pelo adoecimento e falecimento do pai do poeta em 1905, simbolizando o colapso do ambiente familiar e social de Augusto dos Anjos (Ferreira, Julião, 2002, p. 60).

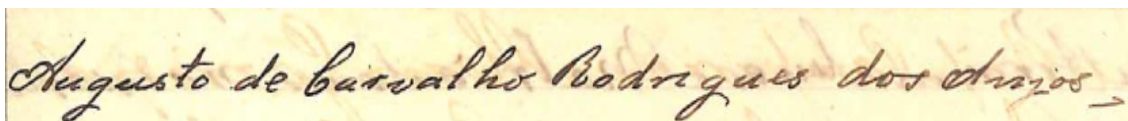
Para a admissão no curso jurídico, e em estrita conformidade com o Artigo 8.º da Lei de 11 de agosto de 1827, os candidatos eram obrigados a apresentar as certidões

comprobatórias de que possuíam idade igual ou superior a quinze anos completos. Adicionalmente, era exigida a aprovação nas seguintes matérias: Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral, e Geometria.

De acordo com a lista geral dos estudantes matriculados na FDR, Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos ingressou no curso de ciências jurídicas e sociais em 1903, após obter aprovação nos exames preparatórios.

Durante a sua formação no curso jurídico, o poeta entrou em contato com os ideais do cientista Ernest Haeckel, figura proeminente do cientificismo positivista. Tal influência estava inserida no contexto da denominada "Escola do Recife", na qual se destacava a atuação do jurista afro-sergipano Tobias Barreto. Sua trajetória acadêmica é documentada na representação Fotográfica 28, que exibe sua assinatura na matrícula do 5º ano, datada de 18 de abril de 1906⁴¹.

Fotografia 28 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 4º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1906).

José Américo de Almeida, colega e amigo de Augusto dos Anjos, foi seu contemporâneo durante o período de formação na FDR, concluindo o curso um ano após o poeta. (Almeida, 1970, p. 13).

Segundo os livros de julgamentos dos exames do 5º série⁴², que:

Aos 2 de dezembro de 1907 nesta Faculdade de Direito do Recife, procedendo-se aos atos do 5º Ano pelos Doutores Constâncio dos Santos Pontual, Henrique Augusto de Albuquerque Millet e Annibal Freire de Fonseca sob a presidência do Doutor Augusto Carlos Vaz de Oliveira, distribuídos e regulados os votos e tendo-se em consideração as provas exibidas, foi Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos aprovado com distinção em todas as cadeiras. [...] (UFPE, 1907, p.106v).

E conforme escrito no livro de registro de diplomas de bacharéis e doutores⁴³, que:

Aos 4 de dezembro de 1907, nesta secretaria da faculdade de Direito do Recife, em presença dos lentes abaixo assinado, foi em virtude da determinação contida no telegrama do Senhor ministro do Interior de 30 de novembro último, conferido sem

⁴¹ O registro de Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos com a assinatura de matrícula do 4º ano [1892 – 1938], p.69.

⁴² O registro de Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro julgamentos dos exames da 5ª série [1892 – 1909], p. 106v.

⁴³ O registro de bacharel do formando Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de registro de diplomas de bacharéis e doutores [1833 – 1879], p.197.

solenidade o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais aos senhores: Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos, Antônio Bernadinho dos Santos Netto, Renato Cunha de Oliveira Mendonça, domingos Correia da Rocha, Manel Brandão Villela, Enéas Pereira de Lucena e Felisberto dos Santos Pereira [...] (UFPE, 1907, p. 197).

No acervo da Sala Museu Ruy Barbosa da FDR, localizada no primeiro pavimento do edifício e sob a responsabilidade da Biblioteca da instituição, encontra-se um quadro que documenta os estudantes da turma de formatura de 1907. Essa fotografia emoldurada, produzida pelo estúdio *Photographic Chic*, é particularmente notável por incluir o retrato do poeta Augusto dos Anjos. A imagem em questão é apresentada na sequência (Fotografia 29).

Fotografia 29 – Detalhe da fotografia de Augusto dos Anjos, extraída do quadro da Turma de 1907 – *Photographic Chic*.



Fonte: autora (2025).

O sétimo membro a ingressar na FDR foi seu irmão, Aprígio de Carvalho Rodrigues dos Anjos. Natural do Estado da Paraíba, Aprígio de Carvalho era filho do Bacharel Alexandre Rodrigues dos Anjos e de Córdula de Carvalho Rodrigues dos Anjos, seguindo a trajetória familiar na instituição.

O discente foi matriculado no curso jurídico da FDR no ano de 1905, após obter aprovação nos exames preparatórios. Como evidência documental de sua progressão acadêmica, observa-se na Fotografia 30 a assinatura aposta na matrícula do 5º ano⁴⁴, datada de 20 de março de 1909.

Fotografia 30 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.

Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1909).

⁴⁴ O registro de Aprígio de Carvalho Rodrigues dos Anjos com a assinatura no Livro Matrículas do 5º Ano [1892 – 1938], p.9.

Conforme se encontra no julgamento de exame do 5º ano⁴⁵, que:

Aos três de dezembro de mil novecentos e nove nesta faculdade de Direito do Recife, procedendo-se aos actos do 5º anno pelo Doutores Constâncio dos Santos Pontual, Laurindo Aristotates Carneiro Leão e Hercílio Lupércio de Souza sob a presidência do Doutor Augusto Carlos Vaz de Oliveira, distribuídos e regulados os voto e tendo-se em consideração as provas exhibidas, foi Aprígio de Carvalho Rodrigues dos Anjos, aprovado com distinção em Direito administrativo e em legislação comparada, plenamente grão nove em Theoria e Prática do Processo e em medicina pública (UFPE, 1909, p.2).

Além do mais, consta no livro de registro de diploma⁴⁶, que:

Aos cinco de março de mil novecentos e dezoito foi expedida e registrada a carta do bacharel Aprígio de Carvalho Rodrigues dos Anjos, filho do Bacharel Alexandre Rodrigues dos Anjos natural da Parahyba o qual recebeu o grau de bacharel em sciencias jurídicas e sociais no dia quatro de dezembro de mil novecentos e nove (UFPE, 1918, p.67v).

Bevilaqua (2012, p. 390) registra que Aprígio de Carvalho Rodrigues dos Anjos, integrante de uma família de poetas, também se dedicou à poesia e às letras. Exerceu a função de juiz federal na seção de Mato Grosso e atuou como advogado no Rio de Janeiro.

O oitavo membro da linhagem a matricular-se na FDR foi seu irmão, Alfredo Carvalho Rodrigues dos Anjos. Nascido em 11 de janeiro de 1886, Alfredo era filho do Bacharel Alexandre Rodrigues dos Anjos e de Córdula de Carvalho Rodrigues dos Anjos, ambos naturais da Paraíba.

Seu ingresso no curso jurídico da FDR ocorreu em março de 1905, mediante aprovação nos exames preparatórios. Como registro documental de sua progressão, a Fotografia 31 apresenta a assinatura aposta em sua matrícula do 5º ano, datada de 20 de março de 1909⁴⁷.

Fotografia 31 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1909)

⁴⁵ O registro de Aprígio de Carvalho Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro julgamentos dos exames da 5ª série [1909 – 1928], p. 2.

⁴⁶ O registro de bacharel do formando Aprígio de Carvalho Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de registro de diplomas de bacharéis e doutores [1911– 1925], p.67v.

⁴⁷ O registro de Alfredo Carvalho Rodrigues dos Anjos com a assinatura de no Livro Matrículas do 5º Ano [1892 – 1938], p.21v.

Conforme se encontra no julgamento de exame do 5º ano⁴⁸, que:

Aos dezesseis de março de mil novecentos e dez nesta faculdade de Direito do Recife, procedendo-se aos actos do 5º anno pelo Doutores Constâncio dos Santos Pontual, Laurindo A. Carneiro Leão e Hercílio Lupércio de Souza sob a presidência do Doutor Augusto Carlos Vaz de Oliveira distribuídos e regulados os voto e tendo-se em consideração as provas exhibidas, foi Alfredo de Carvalho Rodrigues dos Anjos, aprovado plenamente gráo oito em e legislação e gráo nove nas outras cadeiras (UFPE, 1909, p.21v).

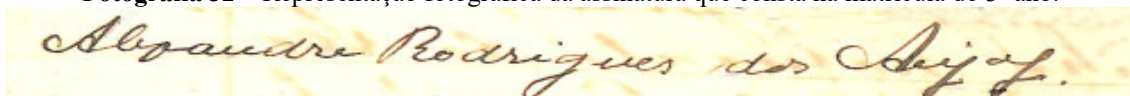
Segundo consta no livro de registro de diploma⁴⁹, que:

Aos sete de março de mil novecentos e dezessete foi expedida e registrada a carta do bacharel Alfredo de Carvalho Rodrigues dos Anjos natural da Parahyba, nascido em 11 de janeiro de 1886, filho do Bel. Alexandre Rodrigues dos Anjos o qual recebeu o grau de bacharel em sciencias jurídicas e sociais no dia 17 de março de 1910 (UFPE, 1917, p.55).

O nono integrante da família a participar do curso jurídico da FDR foi Alexandre Carvalho Rodrigues dos Anjos. Nascido em 28 de abril de 1892, Alexandre era filho do bacharel Alexandre Rodrigues dos Anjos e de Córdula de Carvalho Rodrigues dos Anjos, ambos naturais da Paraíba. Seu ingresso na FDR ocorreu em março de 1907, após a aprovação nos exames preparatórios.

Em relação ao seu registro acadêmico, a Fotografia 32 exhibe a assinatura constante em sua matrícula do 3º ano, a qual foi formalmente assinada em 20 de março de 1909⁵⁰.

Fotografia 32 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 3º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1909).

A *posteriori*, no dia 8 de março de 1911, realizou o julgamento de exame do 5º ano⁵¹ pelos diretores Joaquim Ignácio D'Almeida Amazonas, Hercílio Lupércio de Souza e Bento Américo C. Sobrinho, sob a presidência do Doutor Laurindo A. Carneiro Leão, foi aprovado com distinção em todas as cadeiras. Conforme consta no livro de registro de diploma 1926⁵², que:

⁴⁸ O registro de Alfredo Carvalho Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro Julgamentos dos exames da 5ª série [1909- 1928], p. 21v.

⁴⁹ O registro de bacharel do formando Alfredo Carvalho Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de registro de diplomas de bacharéis e doutores [1911- 1925], p.55.

⁵⁰ O registro de Alexandre Carvalho Rodrigues dos Anjos com a assinatura no Livro Matrículas do 3º Ano [1892 - 1940], p. 90.

⁵¹ O registro de Alexandre Carvalho Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro Julgamentos dos exames da 5ª série [1909 - 1928], p. 53v.

⁵² O registro de Bacharel Formando de Alexandre Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de Registro de Bacharéis e Doutores [1925-1931], p.82v.

Aos trinta dias do mez de junho do anno de mil novecentos e vinte e seis, nesta secretaria da Faculdade de Direito do Recife, fica registrada a carta do theor seguinte: [...] Doutor Manoel Netto Carneiro Campello, Director da Faculdade de Direito da Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, tendo presente termo de colação do grão de Bacharel em Sciencias Jurídicas e Sociais, conferido no dia 11 de dezembro de 1911, do Sr. Alexandre Rodrigues dos Anjos, natural da Parahyba, filho do Bacharel Alexandre Rodrigues dos Anjos, nascido a 28 de abril de 1892 e [...] (UFPE, 1926, p.82v).

A Fotografia 33 apresenta a imagem que consta no negativo de vidro referente à turma de formatura de 1911. Este artefato, confeccionado pelo estúdio Photographia Victoria e assinado como *Photo Victoria*, integra atualmente o acervo do Arquivo da FDR. A imagem em questão registra o aluno Alexandre Rodrigues dos Anjos (UFPE, 1911).

Fotografia 33 – Representação da fotografia retirada do negativo de vidro de 1911.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1911).

O décimo integrante da linhagem a ingressar na FDR foi Oscar Rodrigues dos Anjos, primo de Augusto dos Anjos e irmão de José Rodrigues dos Anjos. Nascido em 27 de novembro de 1886 na Paraíba, Oscar era filho de Alfredo Rodrigues dos Anjos e Maria Ferreira dos Anjos. Seus avós paternos eram Alexandre Rodrigues dos Anjos e Francisca Augusta Rodrigues, e seus avós maternos, José Fernandes Ferreira e Anna da Silva Ferreira.

Sua matrícula no curso jurídico da FDR ocorreu em 1910, mediante aprovação nos exames preparatórios. Oscar Rodrigues dos Anjos, juntamente com seus irmãos Raul e Alcides, testemunhou um momento crucial na história da instituição: a transição para o novo e majestoso edifício da FDR, cujas aulas foram iniciadas em 12 de abril de 1912. Uma representação pictórica desse prédio educacional está disponível na Fotografia 34 e atualmente se encontra em exposição na Sala Museu Ruy Barbosa, situada no primeiro pavimento do edifício sob a responsabilidade da Biblioteca da FDR.

Fotografia 34 – Prédio da Faculdade de Direito do Recife.



Fonte: autora (2025).

Na Fotografia 35, pode-se observar a assinatura que está presente na matrícula do 5º ano, a qual foi assinada em 31 de março de 1913⁵³.

Fotografia 35 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1914).

Em 27 de novembro de 1914, o julgamento de exame referente ao 5º ano⁵⁴ do curso foi conduzido sob a presidência do Doutor Constâncio dos Santos Pontual, tendo como diretores Laurindo A. Carneiro Leão e Bento Américo C. Sobrinho. O discente obteve aprovação plena em todas as cadeiras, alcançando o grau 7. Este resultado está formalmente registrado no Livro de Registro de Diploma 1927⁵⁵, que atesta a conclusão de sua formação.

Aos quinze de março de mil novecentos e vinte e sete, nesta secretaria da Faculdade de Direito do Recife, fica registrada a carta do teor seguinte: [...] Manoel Netto Carneiro Campello, Director da Faculdade de Direito do Recife, tendo presente termo de colação do grau de Bacharel Oscar Rodrigues dos Anjos, conferido do digo bacharel em Sciencias, conferido no dia vinte e oito de novembro de mil novecentos e quatoze ao Sr. Oscar Rodrigues dos Anjos, natural da Parahyba, filho de Alfredo Rodrigues dos Anjos, nascido em vinte e sete de novembro de mil oitocentos e oitenta e seis [...] (UFPE, 1927, p.128v).

⁵³ O registro de Oscar Rodrigues dos Anjos com a assinatura de no Livro Matrículas do 5º Ano (1892 – 1938), p. 90v.

⁵⁴ O registro de Oscar Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro Julgamentos dos exames da 5ª série [1909 – 1928], p. 97v.

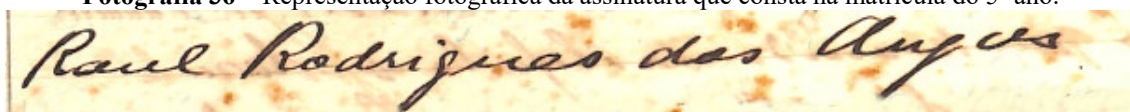
⁵⁵ O registro de Bacharel Formando de Oscar Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de Registro de Bacharéis e Doutores [1925-1931], p.128v.

Após a formatura, exerceu diversas funções na magistratura, atuando nos estados da Paraíba e do Espírito Santo. Seu falecimento ocorreu em 3 de julho de 1934, na cidade paraibana de Teixeira, onde exercia o cargo de magistrado. (Fundação Biblioteca Nacional, 1934, p. 4).

O décimo primeiro membro da linhagem a ingressar na FDR foi seu primo, Raul Rodrigues dos Anjos. Raul, natural de Pernambuco, era filho de Alfredo Rodrigues Dos Anjos e Maria Ferreira dos Anjos. Seus avós paternos eram Alexandre Rodrigues dos Anjos e Francisca Augusta Rodrigues, e os maternos, José Fernandes Ferreira e Anna da Silva Ferreira.

De acordo com a relação geral de alunos inscritos na FDR, Raul iniciou seus estudos em Ciências Jurídicas e Sociais na instituição em 1906. Como registro documental de sua passagem, a Fotografia 36 apresenta a assinatura que consta em sua matrícula do 5º ano, a qual foi formalmente assinada em 29 de março de 1913⁵⁶.

Fotografia 36 – Representação fotográfica da assinatura que consta na matrícula do 5º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1914).

Em 25 de novembro de 1914, o julgamento de exame do 5º ano⁵⁷, foi realizado sob a presidência do Doutor Constâncio dos Santos Pontual e a direção de Laurindo A. Carneiro Leão e Bento Américo C. Sobrinho. O formando obteve aprovação plena em todas as cadeiras, alcançando o grau 7. A colação de grau de Bacharel em Ciências Jurídicas ocorreu de forma simplificada (sem solenidade), concedida simultaneamente a ele, ao seu irmão Alcides e a um colega, conforme atesta o Livro de Registro de Diplomas de Bacharéis do ano de 1914⁵⁸.

Aos 30 – trinta de novembro do ano de mil novecentos e quatorze na secretária da Faculdade de Direito do Recife, em presença dos concluintes abaixo assinados e dos Dr. Director, foi conferido sem solenidade, o Grão de Bacharel em ciências jurídicas e sociaes aos senhores Alcides Rodrigues dos Anjos, José Fuhco e Raul Rodrigues dos Anjos (UFPE, 1914, p. 250v).

⁵⁶ O registro de Raul Rodrigues dos Anjos com a assinatura de no Livro Matrículas do 5º Ano (1892 – 1938), p. 90v.

⁵⁷ O registro de Raul Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro Julgamentos dos exames da 5ª série [1909 – 1928], p. 95v.

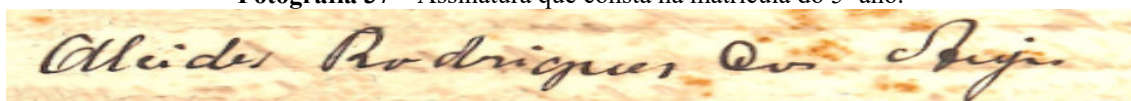
⁵⁸ O registro de Bacharel Formando de Raul Rodrigues dos Anjos e Alcides Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de registro de diplomas de bachareis (1833 - 1925), p. 250v.

Em sua carreira profissional, o Dr. Raul Rodrigues dos Anjos se aposentou da supervisão da Polícia Marítima em 1951. Seu falecimento ocorreu no dia 5 de junho de 1952, aos 63 anos de idade, no Hospital do Centenário, onde estava internado por aproximadamente seis meses. O funeral foi realizado no Cemitério de Santo Amaro (*Familysearch*, 1952, p. 180v).

O décimo segundo que também ingressou na FDR foi seu primo Alcides Rodrigues dos Anjos, filho de Alfredo Rodrigues dos Anjos e Maria Ferreira dos Anjos, natural de Pernambuco, nascido em 23 de setembro de 1890. Seus avós paternos Alexandre Rodrigues dos Anjos e Dona Francisca Augusta Rodrigues e pelo materno Jose Fernandes Ferreira e Anna da Silva Ferreira.

De acordo com a relação geral dos alunos inscritos na FDR, iniciou seus estudos em ciências jurídicas e sociais na mesma instituição em 1906. Na representação Fotografia 37, pode-se observar a assinatura que está presente na matrícula do 5º ano, a qual foi assinada em 31 de março de 1914⁵⁹.

Fotografia 37 – Assinatura que consta na matrícula do 5º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1914).

No mesmo dia que seu irmão Raul, em 25 de novembro de 1914, realizou o julgamento de exame do 5º ano⁶⁰ pelos diretores Laurindo A. Carneiro Leão e Bento Américo C. Sobrinho, sob a presidência do Doutor Laurindo A. Carneiro Leão, foi aprovado com distinção em todas as cadeiras. Como mencionado anteriormente, obteve o diploma de bacharel em forma não solene e juntamente com seu irmão Raul no dia 30 de novembro de 1914 (UFPE, 1914, p. 250v).

De acordo com o que está registrado no Almanach de Pernambuco (1918, p.146), revela que após completar sua formação, dedicou-se à educação, oferecendo seus serviços nos colégios Ayres Gama, Porto Carreiro, Chateaubriand, além do curso Propedêutico, entre outros. Em fevereiro de 1916, ele fundou o estabelecimento de ensino superior com o nome de Gynnnasio Ruy Barbosa.

Em 27 de julho de 1962, faleceu na casa de saúde São Marcos e foi sepultado no cemitério Santo Amaro (*Familysearch*, 1962, p. 62v).

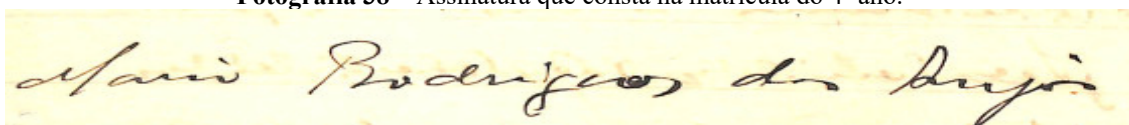
⁵⁹ O registro de Alcides Rodrigues dos Anjos com a assinatura de no Livro Matrículas do 5º Ano (1892 – 1938), p. 90v.

⁶⁰ O registro de Alcides Rodrigues dos Anjos com a data encontra-se no Livro julgamentos dos exames da 5ª série [1909 – 1928], p. 95.

O décimo terceiro membro a ingressar na FDR foi seu primo Mário Rodrigues dos Anjos, filho de Alfredo Rodrigues dos Anjos e Maria Ferreira dos Anjos, natural de Pernambuco, nascido a 8 de setembro de 1907. Seus avós paternos são Alexandre Rodrigues dos Anjos e Dona Francisca Augusta Rodrigues e os maternos são Jose Fernandes Ferreira e Anna da Silva Ferreira.

Matriculou no curso jurídico na FDR em 4 de abril de 1914⁶¹, após ter sido aprovado nos exames preparatórios. Na representação Fotografia 38, pode-se observar a assinatura que está presente na matrícula do 4º ano, a qual foi assinada em 27 de março de 1917⁶².

Fotografia 38 – Assinatura que consta na matrícula do 4º ano.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (1917).

Foi concedido o grau de bacharel em solenidade da turma de 1919, conforme consta no livro de registro de diplomas de bacharéis do ano de 1919⁶³. Abaixo está o texto:

Aos vinte de janeiro de mil e novecentos e dezenove, às treze horas, no salão nobre do edifício da Faculdade de direito do Recife, [...] em sessão solene a Congregação da Faculdade e foi pelo Director, Professor Adolpho Cirne, conferido solenemente o grão de bacharéis sciencias jurídicas e sociais aos Srs: [...] Mario Rodrigues dos Anjos [...] (UFPE, 1919, p. 270).

Com 63 anos, faleceu no dia 11 de março de 1961, o Dr. Mario Rodrigues dos Anjos, no Pronto Socorro Jaime da Fonte e foi sepultado em Santo Amaro (*Familysearch*, 1961, p. 119v).

Outro descendente proeminente da família do poeta Augusto dos Anjos foi seu primo em segundo grau, Emílio Tavares Rodrigues dos Anjos (1910–1983). O jurista, filho de José Rodrigues dos Anjos e de Margarida Tavares Rodrigues dos Anjos, concluiu sua formação em Direito na FDR em 7 de dezembro de 1935 (Mello, 1941, p. s.n). O Sr. Emílio dos Anjos e Maria Tereza Penha Rodrigues dos Anjos estabeleceram um consórcio matrimonial no ano de 1953, gerando a descendente Ana Maria Penha dos Anjos. Emílio dos Anjos, serventuário da Justiça, veio a óbito em 26 de novembro de 1983, com o registro do falecimento no Hospital Português (*Familysearch*, 1983, p. 119).

Ao examinar a árvore genealógica elaborada pelo jornalista, escritor e pesquisador Ricardo Augusto Penna dos Anjos, neto de Augusto dos Anjos, emerge a indagação sobre a

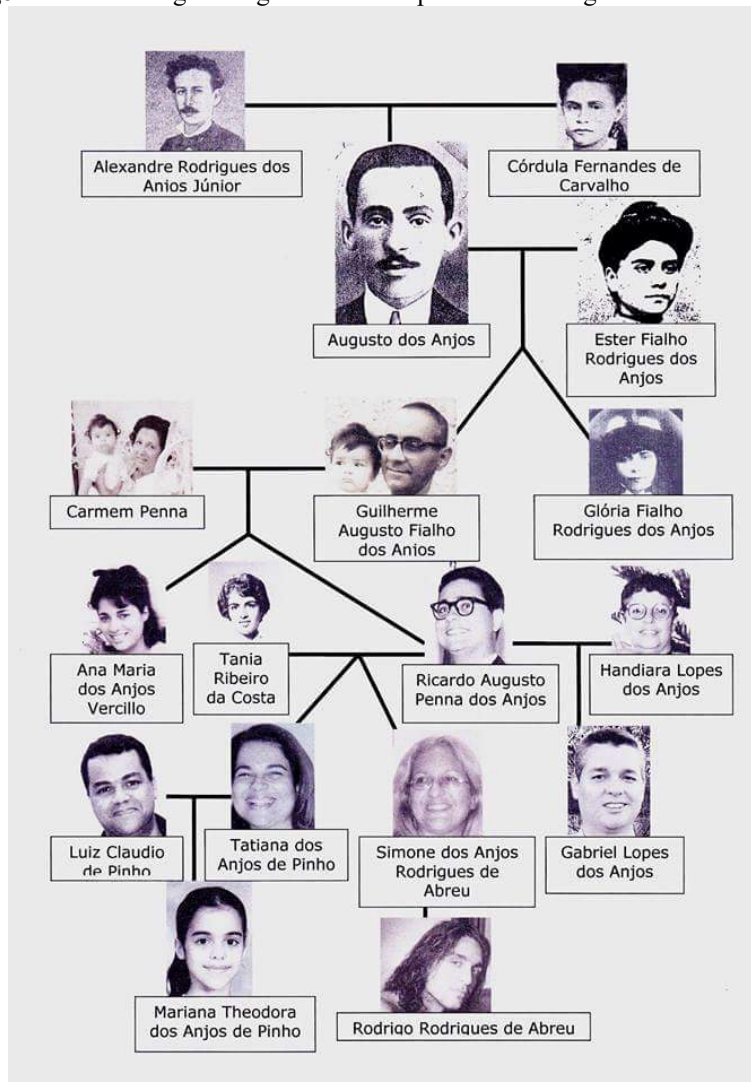
⁶¹ O registro de Mário Rodrigues dos Anjos com a data de matrícula do 1º ano [1913-1914], p.3.

⁶² O registro de Mário Rodrigues dos Anjos com a assinatura de matrícula do 4º ano [1892-1938], p.106.

⁶³ O registro de bacharel do Formando Mário Rodrigues dos Anjos encontra-se no Livro de registro de diplomas de bachareis (1833 - 1925), p. 270.

possibilidade de que nenhum dos descendentes do poeta, abrangendo filhos, netos, bisnetos e trinetos, tenha optado por seguir a carreira jurídica. Esse fato suscita uma reflexão sobre a trajetória familiar do poeta Augusto dos Anjos e a transmissão de valores profissionais, que nem sempre seguem uma continuidade linear em relação às escolhas acadêmicas e profissionais das gerações subsequentes (Imagem 12).

Imagem 12 - Árvore genealógica elaborada por Ricardo Augusto Penna dos Anjos



Fonte: Museu Virtual da Família Fialho (2019).

Em resposta a esse questionamento, destaca-se que a relação de parentesco em quarto grau ascendente, no caso do poeta Augusto dos Anjos, configura-se pelo vínculo de trisavô com Mariana Theodora dos Anjos de Pinho, filha de Tatiane dos Anjos de Pinho - Secretária e Fisioterapia (Ramos, 1991, p. 22) e Luiz Cláudio de Pinho. Mariana é neta de Ricardo Augusto Penna dos Anjos - jornalista, escritor e pesquisador (Museu Virtual da Família Fialho, 2019, on-line) e Tania Ribeiro da Costa. Ela é bisneta de Guilherme Augusto Fialho

dos Anjos - funcionário público do Rio de Janeiro (*Familyseach*, 1937, p. 201v) e Carmem Penna.

Importa ressaltar que, em 3 de maio de 2018, a trineta de Augusto dos Anjos matriculou-se no Campus 720, em Niterói, no Rio de Janeiro, na Universidade Estácio de Sá, para cursar a graduação em Direito. Este evento simboliza a perpetuação da herança ascendente dentro da linha familiar, no âmbito jurídico, evidenciando a continuidade da transmissão de legado e valores entre as gerações.

Após a elaboração da árvore genealógica da família do poeta Augusto dos Anjos, evidencia-se que as trajetórias dos ascendentes (pai, tio, primos e irmãos) deixaram marcas, vestígios e indícios tanto na Faculdade de Direito do Recife quanto na sociedade em geral. Tais registros materiais configuram-se como testemunhos significativos da participação familiar na história da instituição e na formação sociocultural do período, destacando o papel da genealogia para a compreensão das dinâmicas sociais e institucionais vinculadas ao contexto jurídico pernambucano. Essa abordagem possibilita a análise aprofundada das relações familiares e sua influência na consolidação do legado jurídico e cultural regional.

8 ECOANDO AS MEMÓRIAS SILENCIADAS NAS PLACAS DE FORMATURA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

A memória institucional não é um registro passivo do passado, mas um processo ativo e seletivo de construção simbólica que depende dos vestígios deixados pelas gerações anteriores. Esses fragmentos são portadores de significados essenciais para a formação da identidade coletiva e institucional. Portanto, a análise minuciosa desses vestígios demanda sensibilidade crítica para reconhecer as múltiplas camadas, mostrando que a memória institucional se fortalece como um processo contínuo de interpretação capaz de preservar a identidade e os valores de uma organização ao longo do tempo. Essa compreensão ressalta o caráter dinâmico da memória, que conecta passado e presente para fundamentar a continuidade histórica e social das instituições. No Quadro 11, constata-se que as placas de formatura da FDR incorporam informações potenciais que desempenham papel crucial na preservação, circulação e transmissão da memória institucional, viabilizando seu acesso e possibilitando sua reativação ao longo do tempo.

Quadro 11 – 122 placas de formatura da FDR



Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

À vista disso, os principais resultados obtidos na análise das 122 placas de formatura da FDR evidenciaram a riqueza histórica e simbólica presente nesse acervo memorial. Verificou-se que as placas funcionam como extensores de memória institucional, revelando trajetórias jurídicas significativas e consolidando a identidade acadêmica ao longo do tempo. Esses achados demonstram o valor infomemorial das placas, ao associar a preservação da memória com a transmissão de informações institucionais e culturais. Os principais resultados da análise das 122 placas de formatura da FDR podem ser resumidos da seguinte forma.

Na presente coleção de placas específicas da FDR, que abrange o período de 1953 a 2024, constata-se que apenas o ano de 1954 não está incluído nesta sequência. Observa-se que os anos de 1977, 1980, 1981, 1982, 1989, 1994, 2002, 2003, 2005 e 2008 apresentam três placas cada um. Por outro lado, os anos de 1978, 1979, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1990, 1991, 1992, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022 apresentam duas placas cada um. Os demais anos, por sua vez, contam com uma única placa de formatura.

Após a conclusão do mapeamento e da quantificação na planta baixa, verificou-se a existência de 122 placas de formatura da FDR fotografadas. Entretanto, ao considerar a remoção de duas unidades devido a danos causados por infiltração e a identificação de duas duplicações, inferiu-se que, ao se deduzir três placas do total de 122, permanecem 119 placas de formatura distintas no inventário final. Adicionalmente, ao contabilizar os dois quadros localizados dentro da Sala do Museu Ruy Barbosa, chega-se a um total de 121 unidades.

Adicionalmente, cumpre ressaltar a proeminência do Arcebispo Dom Helder Câmara, que está registrado em cinco placas de formatura distintas, abrangendo um significativo lapso temporal. Tais honrarias demonstram a relevância da sua figura para o corpo discente, sendo patrono das seguintes turmas: 1966 – dez. – Turma “D. Helder Câmara”; 1986 – 1º semestre – Turma Dom Hélder Câmara; 1989 – jul. – Turma “Dom Helder Câmara – Oitenta Anos de Amor”; 1981 – dez. – Turma “Dom Helder Câmara” e 2009.1 – “Dom Helder Câmara sonhando juntos, mudando sempre”.

Setenta e uma placas de formatura apresentavam logotipos: o primeiro é o da Universidade Federal de Pernambuco, com o lema “*OPUS, JUSTITIAE PAX*”, comumente traduzido como “A Paz se constrói com Justiça” ou “A Paz é obra da Justiça”; e o segundo é o logotipo 'FD', que representa a Faculdade de Direito.

Observa-se, outrossim, que em determinadas placas está registrado o juramento inicial proferido durante a outorga do grau de Bacharel em Direito. Esta cerimônia é conduzida pela

autoridade competente, comumente representada pelo diretor da faculdade, em sessão pública e solene. Em consonância com a tradição do Direito Romano, o juramento é preservado e inscrito em latim nos painéis:

Ego promitto me, semper principiis honestatis inhaerentem, mei gradus muneribus, perfunditurum atque operam meam in jure patrocinando, justitia exequenda et bonis moribus praecipiendo, nunquam causae humanitatis defuturum.

Prometo que sempre honrarei os princípios inerentes aos meus serviços de grau, destinados à minha atenção na defesa da lei, da justiça e da boa conduta no comando de execução, a causa da humanidade jamais falhará.

Durante o mapeamento da numeração das placas de formatura na planta baixa do térreo (1-51) e no subsolo (55-122) realizado em 22 de julho de 2024, seguido pela conferência em 17 de fevereiro de 2025, constatou-se a ausência de duas peças específicas no subsolo no mapeamento, identificadas como 78 – Bacharéis de 2006.1 ("Turma Respeitar Tradição e Continuar Fazendo História") e 86 – Bacharéis de 2005.1 ("Turma Sonhos que Podemos Ter"). A remoção dessas placas ocorreu em decorrência de infiltrações provocadas por fortes precipitações pluviométricas, resultando em danos às fotografias originais. Em virtude do dano, constatou-se a adição de uma placa substituta no ambiente térreo, codificada como 53 – Bacharéis de 2005.1 ("Turma Sonho que podemos ter"), confeccionada em bronze dourado, a fim de restaurar a representação da referida turma no acervo. As representações originais e a substituta encontram-se detalhadas no Quadro 12.

Quadro 12 – Placas removidas e uma nova recolocação.

 <p>78 – Bacharéis de 2006.1, Turma “Respeitar Tradição e Continuar Fazendo História” – A localização encontrava-se no subsolo do edifício e foi afetada por infiltrações.</p>	 <p>86 – Bacharéis de 2005.1, Turma “Sonhos que Podemos Ter” – A localização encontrava-se no subsolo do edifício e foi afetada por infiltrações.</p>	 <p>53 – Bacharéis de 2005.1 – Turma “Sonho que podemos ter” – uma nova placa de formatura em bronze foi instalada no térreo do edifício.</p>
---	---	--

Fonte: elaborado pela própria autora.

A remoção e a não reposição das placas configuram um processo de esquecimento e apagamento dos corpos na instituição, uma vez que as ações em que há degradação, sejam elas naturais ou decorrentes de outras causas, ocasionam prejuízos aos meios de acesso à memória institucional, comprometendo a forma como a perpetuação e a cristalização dessa memória são mantidas.

Outrossim, a análise do inventário revela outro ponto notável na organização do acervo: a adjacência e a repetição das placas de números 111 e 112, ambas referentes aos Bacharéis de 2018.1 (manhã e noite). Estas correspondem, respectivamente, às turmas "Sara Ingridy Barbosa de Santana" e "Marielle Franco". Conforme evidenciado na Fotografia 39, a inspeção visual atesta que as duas placas apresentam-se com uma configuração iconográfica e textual idêntica, indicando uma duplicação no registro formal desta colação de grau.

Fotografia 39 – Placas dos Bacharéis de 2018.1 adjacentes que se repetem



Fonte: Autora (2025)

Torna-se imperativo registrar que a placa de 1959, localizada em um corredor no piso térreo entre os dois anfiteatros, não se encontra fixada à parede. Desta forma, esta placa específica se converte em uma memória relegada ao esquecimento em um corredor de acesso restrito ao público, desprovida dos devidos cuidados que lhe são inerentes.

A partir da turma de 1998.2, os discentes começaram a incorporar fotografias da turma ao suporte, adotando predominantemente materiais como pedra e vidro, e utilizando com maior frequência o formato retangular.

Assim, a memória coletiva foi registrada na placa de formatura da FDR, possibilitando que, no futuro, os indivíduos possam rememorar seu passado. Salienta-se que os corredores

do subsolo, que exibem um ambiente úmido em virtude do lençol freático, são o local onde estão expostas as placas mais recentes com fotografias. Contudo, é provável que, no futuro, estas placas sofram desgaste, resultando em fotografias indistintas, situação já observada em algumas delas.

Um pormenor que exige atenção especializada reside na placa dos Bacharéis de 1998.1 – Turma "Cidadania se Constrói com Respeito aos Direitos Humanos". Este artefato difere dos demais por sua materialidade e autoria: trata-se de uma obra em cerâmica vitrificada, medindo 65 cm x 52 cm, com moldura em pedra e uma placa de alumínio. O exemplar possui a assinatura (FB) e o ano (1998) do notável artista Francisco de Paula Coimbra de Almeida Brennand. A presença de uma obra de Brennand, uma das figuras mais proeminentes da arte moderna e contemporânea brasileira, notabilizado por sua multifacetada atuação como ceramista, escultor, desenhista, pintor, tapeceiro, ilustrador e gravador, confere à placa um valor que transcende o registro histórico, inserindo-a no campo do patrimônio artístico da instituição.

A partir de uma entrevista disponibilizada pela Funarte (2017) na plataforma do *YouTube*, Brennand revive uma memória relacionada à FDR, ao recordar que conheceu uma jovem chamada Débora Vasconcelos, filha única de um médico, por quem se apaixonou quando ela estava matriculada, em 1945, na referida instituição. Movido por esse envolvimento afetivo, decidiu cursar o pré-vestibular com o propósito de ingressar na mesma faculdade. À época, com 21 anos, nutria o desejo de casar-se e de viajar para Paris, razão pela qual propôs a Débora, então com a mesma idade, que abandonasse o curso de Direito em 1948 para contrair matrimônio, o que se concretizou naquele mesmo ano. No ano seguinte, incentivado pelo renomado pintor pernambucano Cícero Dias, que residia em Paris, o casal partiu para a Europa, onde Brennand aprofundou seus estudos de pintura com Fernand Léger e André Lothe. Nessa perspectiva, a memória, frequentemente percorrendo trajetórias ocultas e esquecidas, desempenha um papel importante na reconstrução de evidências relevantes para o presente (Assmann, 2011, p. 53).

Com efeito, a placa de 1998.1 reveste-se de particular relevância por representar cristalizações de prestígio institucional petrificado, ao veicular nome que simbolizam contribuições significativas tanto para a FDR quanto para a sociedade. Tal artefato materializa hierarquias sociais, legados familiares e conquistas jurídicas em um suporte de alta perenidade, conferindo-lhes durabilidade material. A metáfora das cristalizações evoca estruturas sociais que, uma vez institucionalizadas, inclinam-se à imutabilidade,

transformando narrativas particulares em uma memória institucional que se pretende permanente e inalterável, (Fotografia 40).

Fotografia 40 – Placa de Bacharéis de 1998.1.



Fonte: elaborado pela própria autora.

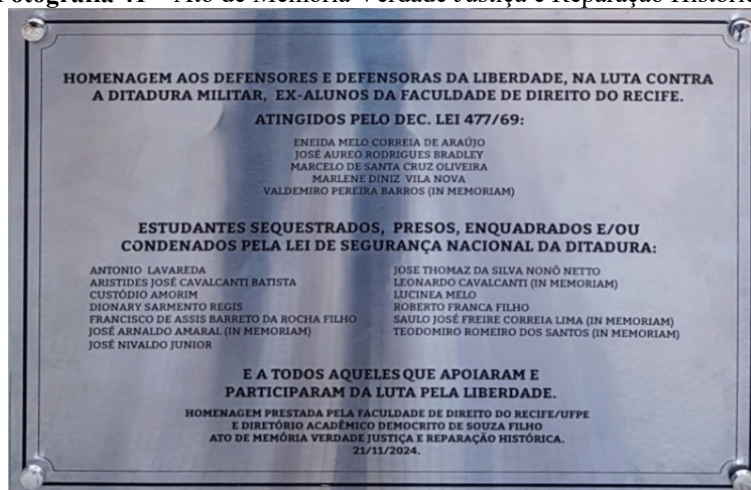
Este artefato registra a marca de duas mulheres que se estabeleceram como ícones do pioneirismo institucional. A Professora Helena Caúla Reis é citada não apenas por ter exercido a função de primeira diretora *Pro-Tempore* da FDR (em 1998), mas também por ter seu filho, André Luiz Caúla Reis, listado como formando na mesma placa. Adicionalmente, a aula de encerramento da referida turma foi proferida pela Professora Maria Bernadete Pedrosa, reconhecida como a primeira docente a lecionar na instituição (em 1965). É inegável que a presença e a atuação dessas duas figuras femininas exerceram um impacto substancial no contexto histórico e na memória institucional da FDR.

Ademais, é fundamental considerar a função das placas de formatura como âncoras mnemônicas, capazes de influenciar a rememoração e a interpretação das experiências institucionais, tanto em sua dimensão pessoal quanto coletiva. Um aspecto relevante da placa de 1998.1 reside na escolha de seu patrono, Eduardo Henrique Accioly Campos, neto de Miguel Arraes de Alencar, que foi um político brasileiro pernambucano, que se destacou por sua atuação no governo de Pernambuco e no cenário nacional contemporâneo. A seleção de seu nome indica a afinidade da turma com personalidades de relevância pública e política. Ademais, destaca-se a figura do juramentista, o formando Leônio José Alves da Silva.

Atualmente, ele integra o corpo docente do CCJ da UFPE como Professor Titular, ministrando disciplinas cruciais como Direito Civil, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Habitacional, Direito Urbanístico e Responsabilidade Civil. A ascensão de um formando a um cargo de tal proeminência institucional reforça o valor histórico e biográfico veiculado pela placa.

Conforme evidenciado na Fotografia 41, uma placa de alumínio, posicionada sob a placa de Jubileu de Prata dos Bacharéis de 1970, registra uma significativa cerimônia realizada em 21 de novembro de 2024. Este evento consistiu em uma homenagem formal aos defensores e defensoras da liberdade que atuaram na resistência contra a Ditadura Militar, com base na legislação repressiva da época, notadamente o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. A iniciativa sublinha a relevância histórica da FDR e do Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho na defesa dos valores democráticos. Durante a solenidade, foram agraciados 18 ex-alunos e estudantes que sofreram repressão, sendo sequestrados, presos, enquadrados e/ou condenados pela Lei de Segurança Nacional do regime ditatorial. A finalidade precípua desta homenagem transcende o reconhecimento: ela visa rememorar o passado para, preventivamente, evitar futuras violações dos direitos humanos no ambiente acadêmico. Torna-se imperativo contextualizar essa discussão, reiterando a máxima de que a negligência da história acarreta a suscetibilidade à reincidência de erros (Fotografia 41).

Fotografia 41 – Ato de Memória Verdade Justiça e Reparação Histórica.



Fonte: autora (2025).

A homenagem, em sua essência, visa à consolidação da democracia e da liberdade como valores basilares, buscando simultaneamente a preservação da memória dos indivíduos perseguidos e a garantia de que tais violações e perseguições não se repitam no futuro. Este

ato se configura, portanto, como um momento de profunda significação para a instituição, representando uma tríade de memória, verdade, justiça e reparação histórica.

O Quadro 13 evidencia o respeito manifestado pelos discentes da UFPE ao servidor aposentado Aldemir Sebastião dos Santos. Esse reconhecimento se materializa em um expressivo acervo de homenagens, registradas em vinte e seis placas de formatura do curso de direito. Todas estas placas, que atestam a relevância e o impacto de sua atuação no ambiente acadêmico, estão dispostas nos corredores do subsolo da FDR, a saber:

Quadro 13 – Lista de placas e fotografia do servidor Aldemir Sebastião dos Santos

1 - 1994 – Turma “Herbert de Souza (Betinho)”;	
2 - 1996.1 – Turma “Ricardo José da Costa Pinto Neto”;	
3 - 1997.2 – Turma “170 anos de História pelo Direito”;	
4 - 2000.1 – Turma “Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho”;	
5 - 2003 – Turma “Acadêmico Pedro José de Lima Guimarães”	
6 - 2003.1 – Turma “Justiça e Cidadania direito de todos”;	
7 - 2003.2 – Turma “Dignidade para resistir e Coragem para Lutar”;	
8 - 2005.1 – Turma “Sonhos que podemos ter”;	
9 - 2007.1 – Turma “180 da Faculdade de Direito do Recife também somos parte dessa história”;	
10 - 2007.2 – Turma “180 anos reconstruindo o saber jurídico”;	
11 - 2008.1 – Turma “Em cada Ato a Ética. Em cada Direito, à Justiça”;	
12 - 2009.2 – Turma “Camilla Hirschle Galindo e Turma Amantes do Direito, Fiéis a Justiça”;	
13 - 2009.2 – Turma “Faz o que for justo. O resto virá por si só”;	
14 - 2010.1 – Turma “Jackson Ramos da Soledade”;	
15 - 2010.2 – Turma “Amar e mudar as coisas”;	
16 - 2011.1 – Turma “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, Humanamente diferente e totalmente livres”;	
17 - 2013.2 – Turma “Professor Flávio Queiroz Bezerra Cavalcanti”;	
18 - 2014.2 – Turma “Carlos Dionísio: Caprichado na medida”;	
19 - 2015.1 – Turma “Ariano Suassuna”;	
20 - 2016.1 – Turma “Mani Galindo” e “Robeyonce Lima”;	
21 - 2016.2 – Turma “Professor Luciano Oliveira” e Turma “Aldemir Sebastião dos Santos”;	
22 - 2017.1 – Turma “Temer Jamais”;	
23 - 2017.2 – Turma “Mario Andrade de Lima”;	
24 - 2019.2 – Turma “Evaldo Rosa 80 Razões para Resistir”;	
25 - 2022.2 – Turma “Justiça, Democracia e Dignidade 34 anos CF 88”.	
26 - 2022.1 – Turma “Bicentenária da independência um grito de esperança”	

Fonte: G1 PE (2019).

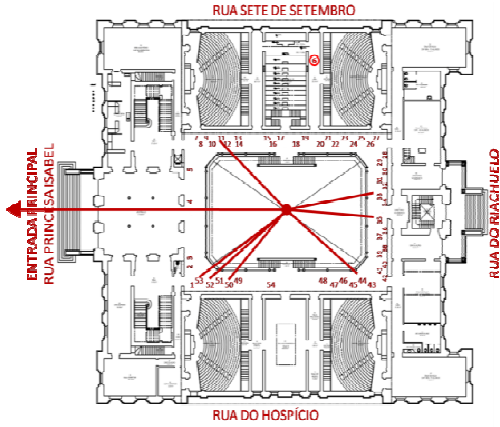
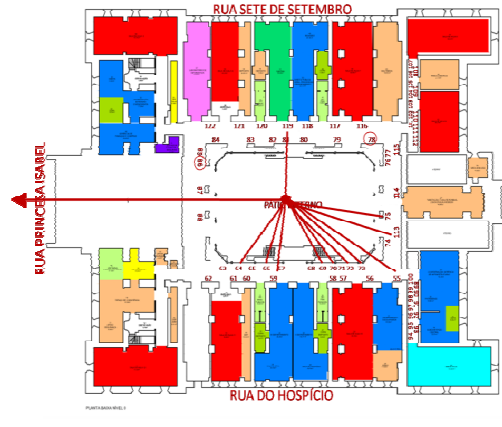
Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Em diversas placas analisadas, foram identificadas frases, trechos de discursos, reflexões, marcas e outros vestígios textuais e simbólicos, frequentemente atribuídos a personalidades. O propósito subjacente a estas inscrições é o de que tais memórias possam,

futuramente, propiciar uma reflexão acerca das impressões e do legado deixados pelos formandos do passado.

A compilação organizada destes registros, apresentada em ordem cronológica no Quadro 14, constitui um material de pesquisa fundamental para a compreensão das mentalidades e dos valores veiculados pela comunidade discente ao longo do tempo.

Quadro 14 – Números e nomes da turma com as memórias encontradas nas placas de formatura da FDR.

	
<p>11 – Turma de 18 de dezembro de 1964 Frase do Inspetor de Aluno Armado Batista de Vasconcelos</p> <p>33 – Turma Prof. Raimundo Faoro – 1980.Dez Citação do jurista alemão Rudolf Von Ihering</p> <p>35 – Turma Prof. Dalmo Dallari – 1981.Dez Citação do Prof. Dalmo de Abreu Dallari</p> <p>44 – Turma Tancredo de Almeida Neves 1885 Trecho do discurso do Dr. Tancredo de Almeida Neves</p> <p>50 – Turma de julho de 1989 Mensagem do Prof. Romualdo Marques Costa</p> <p>52 – Turma de julho de 1993 Trecho do artigo do Dr. José Paulo Cavalcanti Filho</p> <p>53 – Turma de 11 de agosto de 1994 Mensagem do Prof. Gilberto Marques Paulo</p>	<p>119 – Turma Dom Helder Câmara – 1981 Citação do Poeta Antônio Agostinho Neto</p> <p>113 – Turma Augusto de Souza Duque – 1988.Dez Trecho do discurso do Prof. Luiz Pinto Ferreira</p> <p>55 – Turma Ariano Suassuna – 1989.Dez Mensagem de Ariano Suassuna</p> <p>59 – Turma Evandro Cavalcanti – 1991.Jul Mensagem de Evandro Cavalcanti</p> <p>64 – Turma Herbert de Souza (Betinho) – 1994 Mensagem de Herbert de Souza</p> <p>66 – Turma Professor Olímpio Costa Júnior – 1995.Dez Frase de Olímpio Costa Júnior</p> <p>69 – Turma 170 anos de Direito, Tradição e Liberdade – 1997.1</p> <p>70 – Turma 170 anos de História pelo Direito – 1997.2 Mensagem de Clóvis Beviláqua</p> <p>72 – Turma Dez Anos da “Constituição Cidadã” – 1998.2 Mensagem do Prof. João Maurício Leitão Adeodato</p> <p>73 – Turma Gentil Carvalho Mendonça Filho – 1999.1 Frase da Profa. Maria Regina Montenegro Rosa e Silva</p> <p>75 – Turma Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho – 2000.1 Frase do Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho</p>

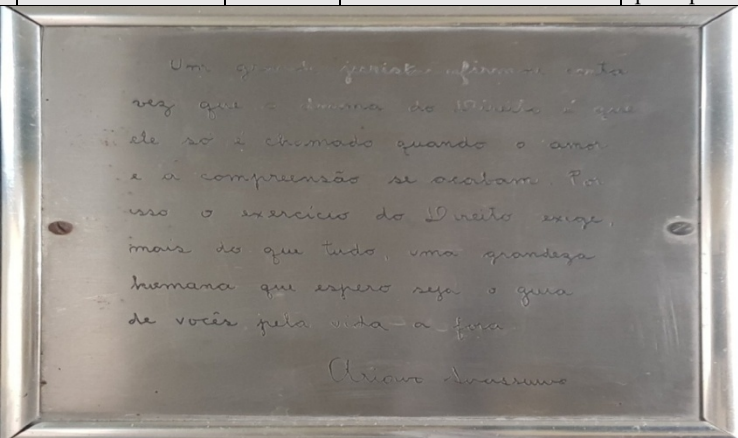
Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Conforme detalhado no Quadro 15, a análise da distribuição dos registros textuais nas plantas baixas da instituição revela uma disparidade quantitativa: a Planta Baixa do Nível 2 (Térreo) exibe sete indícios, que compreendem frases, mensagens, trechos de discursos e excertos de artigos; por sua vez, a Planta Baixa do Nível 1 (Subsolo) apresenta um quantitativo superior, com onze vestígios identificados.

A totalização dessas dezoito descobertas possui grande relevância, uma vez que tais rastros, até então soterrados ou negligenciados, contribuem significativamente para a reconstrução de evidências históricas pertinentes para a contemporaneidade. Por fim, o Quadro 15 complementa esta análise ao apresentar as representações fotográficas que ilustram os vestígios das mensagens contidas nas placas de formatura da FDR.

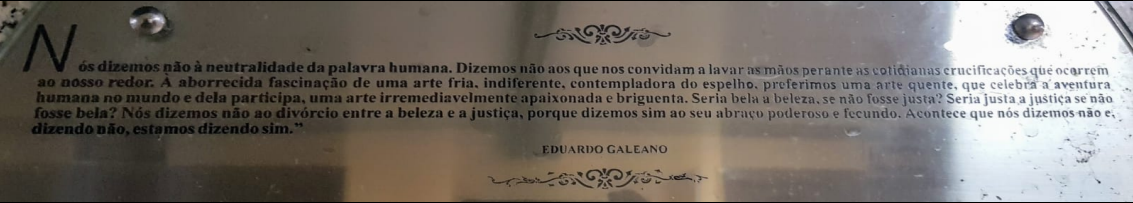
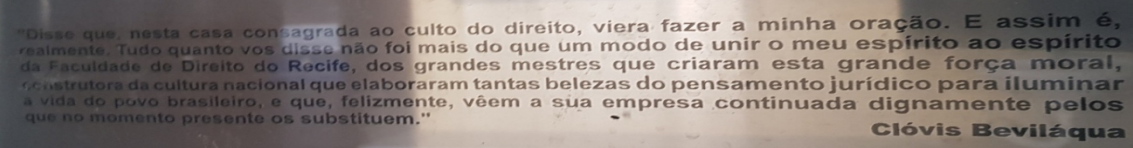
Quadro 15 – Compilação visual de vestígios e mensagens registrados nas placas de formatura da FDR.

Nº	Ano	Nº da placa	Nome da turma	Local	Mensagem na escrita na placa	Observação
1	1964	11	Sérgio Loreto Filho – Bacharéis de 18 de dezembro de 1964.	Térreo	"nossa estima ao símbolo de uma época" (Armando Vasconcelos).	Esta frase foi escrita pelo Inspetor de Aluno Armado Batista de Vasconcelos no período que enfatiza a valorização do emblema de uma época no ensino da ditadura brasileira.
						
2	1980	33	Prof. Raimundo Faoro – Bacharéis de dezembro de 1980.	Térreo	"A espada sem a balança é a força brutal; a balança sem a espada é a potência do direito" (Rudolf Von Ihering, 1888).	Citação do jurista alemão, datada de 1888, extraída de sua obra "A Luta pelo Direito". Portanto, a espada representa a força, enquanto a balança simboliza a justiça. Juntas, elas equilibram poder e justiça; separadas, uma se torna brutalidade e a outra, impotência.
						
3	1981	35	Prof. Dalmo Dallari – Bacharéis de dezembro de 1981.	Térreo	"O bom conhecedor de técnicas jurídicas que não se comprometer com a justiça e a liberdade poderá ser um profissional bem-sucedido, mas será um fracasso como homem."	Citação do professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dalmo de Abreu Dallari, que se graduou em 1957 e atuou como diretor de 1986 a 1990.
						
4	1981	119	Dom Helder Câmara – Bacharéis de 1981.	Subsolo	"Não basta que seja pura e justa a nossa causa, é necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós."	A citação é António Agostinho Neto, reconhecido poeta, revolucionário e primeiro Presidente da República de Angola.
						
5	1985	44	Tancredo de Almeida Neves – Bacharéis de 1985.	Térreo	"Onde não há trabalho, não há pão, e as migalhas eventualmente obtidas, sabe Deus como serão umedecidas pelas lágrimas da vergonha"	Citação proferida pelo governador do estado de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves, durante seu discurso na Convenção Nacional do Partido do Movimento Democrático

8	1989	55	Turma Ariano Suassuna – Bacharéis de dezembro de 1989	Subsolo	<p>“Um grande jurista afirmou certa vez que o drama do Direito é que ele só é chamado quando o amor e a compreensão se acabam. Por isso o exercício do Direito exige, mais do que tudo, uma grandeza humana que espero seja o guia de vocês pela vida a fora” (Ariano Suassuna).</p>	<p>Ariano Suassuna quer dizer que o Direito geralmente só é acionado quando o amor, a compreensão e a harmonia entre as pessoas terminam, ou seja, quando há conflito. Por isso, o exercício do Direito precisa ser guiado por uma grandeza humana, uma sensibilidade que vá além da aplicação mecânica da lei, pois o Direito não é apenas sobre normas, mas sobre relações humanas, respeito, e busca pela justiça que considere a dignidade e os sentimentos das pessoas envolvidas. O jurista destaca que mais do que regras, a prática do Direito exige amor, compreensão e uma postura de humanidade para que seja justo e legítimo.</p>
						
9	1991	59	Evandro Cavalcanti – Bacharéis de julho de 1991	Subsolo	<p>“Soem minhas últimas palavras, hoje, como uma expressão de esperança e confiança. Esperança–confiança na luta do povo; esperança–confiança na capacidade de organização do trabalhador; na defesa das suas bandeiras de luta; esperança–confiança de que conquistaremos a democracia neste País; esperança–confiança de que um dia a sociedade brasileira não será formada de uma imensa maioria de explorados, mas de cidadãos com direitos e deveres iguais.” (Evandro Cavalcanti, Surubim, 2 dez. 1983)</p>	<p>O autor quer dizer é que essa esperança e confiança não são vazias ou momentâneas, mas representam uma visão de um futuro possível, no qual a luta por direitos e a organização social podem promover uma sociedade mais democrática, igualitária e justa, onde os cidadãos tenham seus direitos respeitados e cumpridos.</p>

<p>"Sem minhas últimas palavras, hoje, como uma expressão de esperança e confiança, Esperança-confiança na luta do povo; esperança-confiança na capacidade de organização do trabalhador; na defesa das suas bandeiras de luta; esperança-confiança de que conquistaremos a democracia neste País; esperança-confiança de que um dia a sociedade brasileira não será formada de uma humilhação maior de explorados, mas de cidadãos com direitos e deveres iguais."</p> <p>(Súrlim, 02.12.83.)</p> <p>Evandro Cavalcanti</p>						
10	1993	52	Profa. Maria Bernardette Neves Pedrosa – Bacharéis de julho de 1993	Térreo	"...nossa pobre ciência imperfeita, que anseia pela justiça e, muitas vezes, se vê obrigada a sacrificá-la em nome da certeza; que busca proporcionar aos homens o que, na realidade, apenas o amor poderia oferecer; mas que não deve cessar em seu esforço incansável, enquanto houver no mundo uma conexão humana" (Dr. José Paulo Cavalcanti).	Texto extraído do artigo "Meu Pai", elaborado em homenagem ao Major Joaquim Cavalcanti. O texto é de autoria do advogado Dr. José Paulo Cavalcanti Filho e foi publicado no Jornal do Commercio em 6 de setembro de 1996. Disponível no acervo de Waldermar Borges.
<p>MENSAGEM DA TURMA</p> <p>"...nossa pobre ciência imperfeita, que sonha com a justiça e tantas vezes tem de sacrificá-la à certeza; que procura dar aos homens o que, na verdade, só o amor lhes daria; mas que não há de parar no seu esforço desesperado, enquanto houver no mundo uma consciência humana."</p> <p>Dr. José Paulo Cavalcanti</p>						
11	1994	53	Professor Gilberto Marques Paulo – Bacharéis de 11 de agosto de 1994	Térreo	"Há momentos singulares, cuja explicação maior repousa na grandeza do gesto e na bondade do espírito. Deles a inteligência e o destino me fazem um contemplativo. Alguém que encontrou a razão de ser no repartir o saber. No esperar pelo amanhã, na certeza de que a colheita se avizinha e a mesa será posta. Ontem, sementes foram lançadas no solo da Faculdade de Direito do Recife, hoje frutos sazonados são colhidos dessa seara cultivada com a luta e sacrifício que empreenderam. Esteja sempre presente que implementar a Justiça é nossa missão. Sem esse substrato, as leis se apresentam inócuas e espúrias, ontologicamente incapazes de promover a dignidade humana, de igualar a sociedade e de romper os grilhões da miséria em seu tecidos sociais. Partir é preciso,	O trecho destaca que momentos únicos e marcantes derivam da grandeza e bondade do espírito humano, que se manifesta na dedicação ao compartilhar conhecimento e na esperança no futuro. Ressalta que os frutos colhidos hoje na Faculdade de Direito do Recife são resultado do esforço e sacrifício de gerações passadas. Enfatiza que implementar a justiça é essencial para conferir eficácia às leis, promovendo dignidade, igualdade e rompendo as estruturas da miséria social. Por fim, conclama a continuidade dessa luta, abrindo novos caminhos para transformar a realidade social.

					nova searas os aguardam" (Prof. Gilberto Marques Paulo).	
					<p><i>Há momentos singulares, cuja explicação maior repousa na grandeza do gesto e na bondade do espírito.</i></p> <p><i>Deles a inteligência e o destino me fazem um contemplativo. Alguém que encontrou a razão de ser no repartir o saber. No esperar pelo amanhã, na certeza de que a colheita se avizinha e a mesa será posta.</i></p> <p><i>Ontem, sementes foram lançadas no solo da Faculdade de Direito do Recife, hoje frutos sazonados são colhidos dessa seara cultivada com a luta e sacrifício que empreenderam.</i></p> <p><i>Esteja sempre presente que implementar a Justiça é nossa missão. Sem esse substrato, as leis se apresentam inócuas e espúrias, ontologicamente incapazes de promover a dignidade humana, de igualar a sociedade e de romper os grilhões da miséria em seus tecidos sociais. Partir é preciso, novas searas os aguardam.</i></p> <p><i>Prof. Gilberto Marques Paulo</i></p> <p>PROF. GILBERTO MARQUES PAULO</p>	
12	1994	64	Herbert de Souza (Betinho) – Bacharéis de 1994	Subsolo	"Admiro profundamente a pureza de uma juventude que acredita em valores como a solidariedade e a justiça. Nosso país necessita de vocês, e nosso povo clama por justiça. Vocês terão a responsabilidade de administrar a justiça, mas gostaria que olhassem para nosso povo, sentissem a nossa realidade e buscassem nela o verdadeiro significado da justiça. Recebam meu abraço e meu apelo para que nunca percam a vontade de humanizar a justiça."	O autor expressa admiração pela juventude que valoriza a solidariedade e a justiça, ressaltando a importância desses jovens para o país. Ele os encoraja a compreender a realidade do povo e a buscar um verdadeiro significado para a justiça, pedindo que mantenham a vontade de humanizá-la.
					<p>MENSAGEM :</p> <p>"ADMIRO MUITO A PUREZA DE UMA JUVENTUDE QUE ACREDITA EM SENTIMENTOS COMO OS DA SOLIDARIEDADE E DA JUSTIÇA. NOSSO PAÍS PRECISA DE VOCÊS. NOSSO POVO CLAMA POR JUSTIÇA. VOCÊS VÃO ADMINISTRAR A JUSTIÇA. MAS, GOSTARIA QUE OLHASSEM NOSSO POVO, SENTISSEM NOSSA REALIDADE E BUSCASSEM NELA O SENTIDO DA JUSTIÇA RECEBAM MEU ABRAÇO E MEU APELO PARA QUE NÃO PERCAM NUNCA A VONTADE DE FAZER A JUSTIÇA HUMANIZAR-SE."</p> <p>Herbert de Souza.</p>	
13	1995	66	Professor Olímpio Costa Júnior – Bacharéis de dezembro de 1995	Subsolo	"Mutável a lei, como fugaz a rosa: mas ambas constantes com representação, a depender da mão que uma delas colha e do cérebro que aplique a outra, o qual deve procurar amortecer-lhe o impacto da queda sobre o mundo Humanizando-a" (Olímpio Costa Júnior).	O autor estabelece um paralelo entre a efemeridade da lei e a da rosa, defendendo que a aplicação justa e eficaz da norma depende intrinsecamente da ação do aplicador. Argumenta-se que o profissional do Direito deve usar seu discernimento para humanizar a lei, suavizando seu impacto no mundo real, garantindo que a sua representação e efeito sejam guiados por um cérebro que busca mitigar a rigidez normativa em favor da sensibilidade humana.
					<p><i>"Mutável a lei, como fugaz a rosa; mas ambas constantes como representação, a depender da mão que uma delas colha e do cérebro que aplique a outra, o qual deve procurar amortecer-lhe o impacto da queda sobre o mundo. Humanizando-a."</i></p> <p><i>Olímpio Costa Júnior</i></p>	

14	1997	69	170 anos de Direito, Tradição e Liberdade – Bacharéis de 1997.1	Subsolo	<p>"Nós dizemos não à neutralidade da palavra humana. Dizemos não aos que nos convidam a lavar as mãos perante as cotidianas crucificações que ocorrem ao nosso redor. Aborrecida Fascinação de uma arte fria, indiferente, contempladora do espelho, preferimos uma arte quente, que celebra a aventura humana no mundo e dela participa uma arte irremediavelmente apaixonada e brigueta. Seria bela a beleza, se não fosse justa? Seria justa a Justiça se não fosse bela? Nós dizemos não ao divórcio entre a beleza e a justiça, porque dizemos sim ao seu abraço poderoso e fecundo. Acontece que nós dizemos não e dizemos não, estamos dizendo sim" (Eduardo Galeano).</p>	O autor rejeita a neutralidade e a indiferença na palavra humana e na arte, defendendo uma manifestação artística engajada e combativa que participe ativamente das questões humanas e sociais. Argumenta-se que a beleza e a justiça devem ser inseparáveis, pois a beleza que não é justa é incompleta, assim como a justiça que não integra a estética perde seu pleno significado. A separação entre esses conceitos é rejeitada, pois sua conjugação é considerada fundamental para um efeito fecundo e transformador na sociedade. Assim, a recusa da neutralidade e da indiferença implica a afirmação de um compromisso ético e social inerente à expressão artística e discursiva.
						
15	1997.2	70	170 anos de História pelo Direito – Bacharéis de 1997.2.	Subsolo	<p>"Disse que, nesta casa consagrada ao culto do direito, viera fazer a minha oração. E assim é realmente. Tudo quanto vos disse não foi mais do que um modo de unir o meu espírito ao espírito da Faculdade de Direito do Recife, dos grandes mestres que criaram esta grande força moral, construtora da cultura nacional que elaboram tantas belezas do pensamento jurídico para iluminar a vida do povo brasileiro, e que felizmente, vêem a sua empresa continuada dignamente pelo que no momento presente os substituem" (Clóvis Beviláqua).</p>	O autor revela seu profundo vínculo com a Faculdade de Direito do Recife, entendida como um espaço que cultiva o espírito do direito e a herança moral e cultural dos grandes mestres que contribuíram para a formação da cultura jurídica nacional. Sua fala representa uma oração de gratidão e reconhecimento, ressaltando que os ensinamentos e valores ali cultivados formam uma grande força construtora da cultura nacional, cuja continuidade está assegurada pelas novas gerações que lhe sucedem, mantendo viva a missão de iluminar a sociedade brasileira por meio do pensamento jurídico formal e sólido.
						
16	1998	72	Dez Anos da "Constituição Cidadã" – Bacharéis de 1998.2	Subsolo	<p>"Os antigos gregos nunca compreenderam plenamente a distinção, que para nós modernos é tão evidente, entre normas técnicas e</p>	Para o autor: Os antigos gregos não conseguiram distinguir de forma clara entre normas técnicas e éticas, apesar de ambas constituírem a base de nossa

					éticas. Sendo eles a fonte primordial de nossa cultura, devemos considerar suas reflexões. Assim, as convicções pessoais sobre o que é justo, por mais arraigadas que sejam, terão pouco valor sem o domínio das técnicas dogmáticas que regem nossa vida prática. Por outro lado, o conhecimento dos procedimentos jurídicos será estéril e sem direção se não estiver fundamentado em princípios éticos de respeito ao outro, probidade e competência, o que remete à máxima socrática" (Prof. João Maurício Leitão Adeodato).	cultura. As convicções pessoais acerca da justiça revelam-se pouco eficazes na ausência do conhecimento das técnicas jurídicas, enquanto o domínio dos procedimentos legais perde seu significado sem a presença de princípios éticos, como respeito, probidade e competência, em consonância com a máxima socrática.
<p style="text-align: center;">MENSAGEM DO PARANINFO</p> <p style="text-align: center;">"OS GREGOS ANTIGOS NUNCA COMPREENDERAM MUITO BEM ESTA DIFERENÇA, QUE A NÓS MODERNOS PARECE TÃO NÍTIDA, ENTRE AS NORMAS TÉCNICAS E ÉTICAS. E SENDO ELAS A FONTE PRIMEIRA DE NOSSA CULTURA, A ELAS DEVEMOS ATENTAR PARA NOS ILUMINARMOS. ASSIM, AS CONVICÇÕES PESSOAIS SOBRE O JUSTO, POR MAIS ARRAIGADAS QUE SEJAM, DE POUCO VALERÃO SEM O DOMÍNIO DAS TÉCNICAS DOGMÁTICAS QUE NOS REGEM A VIDA PRÁTICA. MAS O CONHECIMENTO DOS PROCEDIMENTOS JURÍDICOS SERÁ ESTÉRIL E SEM RUMO, SEM O FUNDAMENTO ÉTICO DE RESPEITO AO OUTRO. PROBIDADE E COMPETÊNCIA, AI SE RESUME A MÁXIMA SOCRÁTICA."</p> <p style="text-align: right;">(PROF. JOÃO MAURÍCIO ADEODATO)</p>						
17	1999	73	Gentil Carvalho Mendonça Filho – Bacharéis de 1999.1	Subsolo	"Tão indelével quanto vossos nomes gravados no aço, que perdurem em vossos espíritos o respeito à divergência e o senso de justiça" (Maria Regina Montenegro Rosa e Silva)	A mensagem da professora enfatiza a importância de manter o respeito pela divergência e o senso de justiça, assim como os nomes gravados no aço são duradouros.
<p style="text-align: center;"><i>"Tão indelével quanto vossos nomes gravados no aço, perdurem em vossos espíritos o respeito à divergência e o senso de justiça".</i> (Maria Regina Montenegro Rosa e Silva)</p>						
18	2000	75	Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho – Bacharéis de 2000.1	Subsolo	"A essência da vida humana, o prazer da vida, é lutar. Lutar sem pensar no resultado. Porque seja qual for, bastou o período da luta para valer de compensação do esforço individual" (Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho).	O pensamento apresentado reside na máxima de que a luta constitui a essência e a alegria da vida humana. O valor do esforço individual é encontrado no próprio processo de engajamento, e não necessariamente no resultado, pois o tempo dedicado à luta já representa, por si só, a compensação integral e suficiente.
<p style="text-align: center;"><i>"A Essência da Vida Humana, o Prazer da Vida, é Lutar. Lutar sem pensar no Resultado. Porque, seja qual for, bastou o Período da Luta para valer de Compensação do Esforço Individual."</i> (Barbosa Lima Sobrinho)</p>						

Fonte: elaborado pela própria autora (2025).

Um indício relevante sobre as placas específicas é que as peças iniciais contemplavam os nomes da turma, conferindo a cada grupo a autonomia para conceber um design exclusivo. Tais placas foram confeccionadas em materiais como bronze, aço inox escovado e alumínio fundido, além de apresentarem impressões em baixo e alto relevo, com fundos pintados em variadas cores e diversos elementos iconográficos.

O acervo de placas comemorativas da FDR consiste em um total de quatorze placas, referentes às celebrações dos jubileus de 20, 25, 30, 40 e 50 anos, correspondendo a diferentes turmas de formatura, que são:

- Celebrando 20 anos de formatura: Nº 37 – Bacharéis de agosto de 1982 – Turma Mário Neves Baptista;
- Celebrando 25 anos de formatura: Nº 2 – Turma de Bacharéis de 1955; Nº9 – Turma de Bacharéis de 1962; Nº 21 – Bacharéis de 1974 – Turma Profa Lygia Uchôa de Medeiros;
- Celebrando 30 anos de formatura: Nº 13 – Bacharéis de 1966 – Turma D. Helder Câmara; Nº 17 – Bacharéis de 1970; Nº 45 – Bacharéis do 1º semestre de 1986 – Turma Dom Hélder Câmara; Nº 46 – Bacharéis de dezembro de 1986 – Turma Profa. Maria Bernardette Neves Pedrosa; Nº 48 – Bacharéis de 1987 – Turma José Coelho Teixeira Cavalcanti (Deda);
- Celebrando 40 anos de formatura: Nº 23 – Bacharéis de 1976 – Turma Reitor Paulo Frederico do Rego Melo;
- Celebrando 50 anos de formatura: Nº9 – Turma de Bacharéis de 1962; Nº 19 – Bacharéis de 1972; Nº20 – Bacharéis de 1973 – Turma Prof. Luiz Rodolfo de Araújo Jr. Nº 22 – Bacharéis de 1975 – Turma Diário de Pernambuco.

Conclui-se que a maioria das placas comemorativas da FDR, totalizando quatorze unidades, refere-se a cinco celebrações de 30 anos. Além disso, registram-se quatro celebrações de 50 anos, três de 25 anos, uma de 20 anos e uma de 40 anos, correspondentes a diferentes turmas de formatura.

9 CONCLUSÃO

A análise aprofundada das placas de formatura da FDR, artefatos subestimados em seu potencial documental, enfrenta a complexidade inerente a um campo pouco explorado. A investigação desses artefatos transcende a simples identificação. Propõe que tais placas de formatura ultrapassem a função meramente estética ou decorativa. Isso exige a revelação dos significados encobertos presentes nos elementos textuais e visuais, bem como nas árvores genealógicas de sete famílias dos formandos e nas informações sobre a dinâmica da época. O método indiciário, que possibilita a análise dos sinais, símbolos, traços e vestígios contidos nesses artefatos, oferece elementos cruciais que atestam sua elevada capacidade dos traços informacionais e memorialística. Esses vestígios configuram informações potenciais inerentes aos objetos, atuando não apenas como suporte material, mas também como representações de uma memória coletiva e institucional, cuja análise, organização e recuperação possibilitam a evocação de uma informação revitalizada e devem constituir o foco temático no âmbito da Ciência da Informação.

A presente dissertação dedicou-se à análise da coleção de placas de formatura da FDR, uma das instituições pioneiras no ensino jurídico no Brasil, reconhecida como um dos pilares na formação da elite jurídica e política do país desde sua fundação em 1827. No contexto simbólico desses corredores centenários, as placas de formatura, para além de sua função meramente estética, foram qualificadas como documentos e monumentos significativos, atuando como extensões e preservadoras da memória institucional e social. Observa-se que as placas de formatura da FDR funcionam como testemunhos visuais e duradouros da identidade coletiva construída ao longo do tempo dentro da instituição.

Adentrar em uma área pouco explorada revelou-se sobremaneira desafiante por inúmeros motivos, o que motivou a adoção do método indiciário para analisar e extrair registros, traços e marcas que serviram como fundamentos para as análises desenvolvidas. Os pressupostos metodológicos delineados e aplicados permitiram o ingresso no espaço investigativo desejado, possibilitando a extração de elementos que suscitam múltiplas questões, reflexões e respostas ao longo do processo investigativo.

Deste modo, o presente estudo teve como objetivo principal analisar a coleção de placas de formatura expostas nas paredes dos corredores centenários da FDR, considerando-as enquanto extensores memoriais e investigando seu potencial infomemorial com vistas a revelar uma genealogia jurídica pernambucana. Tal propósito foi plenamente alcançado, atingindo tanto o objetivo geral quanto os específicos, por meio do mapeamento detalhado e

da documentação fotográfica de 122 placas, bem como das construções das árvores genealógicas jurídicas ancoradas nessas placas de formatura para sete linhagens familiares proeminentes. Essas famílias exerceram influência notória na história da instituição e do estado de Pernambuco, evidenciando padrões de hereditariedade profissional e transmissão intergeracional de carreiras jurídicas. Ressalta-se que o sucesso da investigação demandou rigor procedimental metodológico sustentado, considerando a natureza complexa e laboriosa do rastreamento genealógico.

Assim, retomando a questão norteadora que guiou esta pesquisa, que foi: "Como a coleção de placas de formatura constante da Faculdade de Direito do Recife, enquanto extensores memoriais, pode revelar uma genealogia jurídica pernambucana?", foi respondida afirmativamente: tal coleção constitui um repositório infomemorial capaz de desvelar a estruturação e a permanência das elites jurídicas no Estado de Pernambuco. Igualmente, a análise aprofundada desses artefatos evidenciou seu valor documental, revelando aspectos históricos e sociais que enriquecem a compreensão da memória coletiva no âmbito do Direito em Pernambuco. Então, comprova-se que tais placas são fontes essenciais para a reconstrução e preservação da tradição jurídica regional, reafirmando a importância de sua sistematização e estudo no campo da Ciência da Informação.

Após o mapeamento, a catalogação e a representação fotográfica das placas de formatura da formação jurídica pernambucana existente na FDR, abrangendo o período de 1953 a 2024, bem como a análise dos dados extraídos com base em elementos iconográficos, composição, lacunas, localização, nomes das placas, totalidades e revelações de memórias silenciadas que são significados ocultos e memórias latentes contidas nas placas, todas essas informações potenciais encontradas nos artefatos, que servem como representações materiais de uma memória, mostram-se significativas e indicam a evocação desses registros. Essas placas, que atuam como extensões da memória, podem ser interpretadas como representações ou ressignificações do passado no contexto contemporâneo. Os traços informacionais exercem papel essencial na preservação, circulação e transmissão da memória, viabilizando seu acesso e reativação.

Além disso, a partir da árvore genealógica das sete famílias ilustres selecionadas para este estudo, evidencia-se que as trajetórias dos ascendentes (pais, avós e bisavós) constituíram a base imprescindível. Isso possibilitou às famílias investigadas alcançarem sucesso e notoriedade, qualificando-as, de modo metafórico, como "frutos vigorosos" de sua própria teia genealógica. Esse reconhecimento ressalta a importância da história familiar como elemento fundamental para a compreensão do presente, reafirmando o valor do legado

transmitido e preservado ao longo do tempo. Deste modo, a investigação da genealogia jurídica das sete famílias ilustres selecionadas (Pinto Ferreira, Miguel Arraes, Guedes Alcoforado, Caúla Reis, Castello Branco, do cantor Alceu Valença e do poeta Augusto dos Anjos), ancorada nas placas de formatura da FDR, revelou uma rica fonte de memórias e recordações históricas tanto na instituição quanto na sociedade.

As placas de formatura da FDR atuam como mediadoras centrais na socialização e na perpetuação das memórias coletivas, viabilizando a reconstrução de genealogias, identidades e processos históricos. Esses artefatos configuram-se como representações materiais que evocam registros históricos e sociais, promovendo a preservação e a transmissão da memória institucional e coletiva na esfera jurídica pernambucana. Dessa forma, contribuem para a continuidade e revitalização das tradições e histórias compartilhadas tanto no âmbito da comunidade acadêmica quanto em espaços sociais mais amplos, fortalecendo o vínculo entre passado e presente.

A concepção das placas de formatura deve ser compreendida a partir de uma perspectiva interdisciplinar que integra os campos da Ciência da Informação, história, memória e áreas correlatas nos variados ambientes em que se manifestam. Visto que as placas de formatura da FDR configuram-se como vestígios memoriais que estabelecem conexões diacrônicas entre passado, presente e futuro. Funcionam como extensores de memória e informação, operando enquanto pontos simbólicos de acesso que promovem a preservação, a transmissão e a evocação da identidade coletiva e da consciência histórica. Assim, revelam-se agentes fundamentais na construção e manutenção da memória institucional e social.

Esta pesquisa oferece contribuições significativas para a área de estudo, tanto em termos teóricos, ampliando o entendimento sobre o conceito de infomemorial, evidenciando a interseção entre memória e informação aplicada a objetos físicos, como as placas de formatura, enriquecendo as discussões sobre memória institucional e monumentos significativos. Do ponto de vista prático, o trabalho proporciona subsídios para a valorização e preservação do acervo memorial da FDR, auxiliando na gestão do patrimônio histórico e na promoção da identidade acadêmica. Metodologicamente, o estudo desenvolve uma abordagem integrada que combina mapeamento espacial, documentação fotográfica e análise genealógica, configurando um modelo replicável para investigações similares em outras instituições ou contextos memoriais.

Destaca-se que as limitações deste estudo incluem o fato de que o objeto de pesquisa é pouco abordado na literatura científica, assim como a ausência de documentação na instituição referente à instalação e à eventual remoção das placas de formatura da FDR.

A pesquisa evidenciou a importância das placas de formatura como fontes e dispositivos informacionais, capazes de revelar dinâmicas sociais, políticas e educacionais.

O estudo aborda o conceito de documento, valorizando sua materialidade como extensores de memória e da consciência de elementos sócio-históricos e culturais. Os resultados indicam que a frequência de determinados sobrenomes possibilita traçar genealogias familiares que se perpetuam historicamente no campo jurídico, oferecendo importantes subsídios para o entendimento das elites acadêmicas e profissionais da região.

Conclui-se que o estudo das placas de formatura da FDR constitui uma ferramenta valiosa para compreender a disseminação de valores e práticas jurídicas ao longo do tempo, contribuindo significativamente para a formação da consciência histórica do Direito no Brasil. Ou seja, as placas de formatura da FDR funcionam como extensores de memória, ambiente de cristalização dos registros e fontes históricas que possibilitam a decodificação do passado e a contextualização de eventos em diferentes períodos, tanto no âmbito institucional quanto fora. Elas configuram um meio singular de preservação da história e da identidade, exercendo papel crucial na constituição da memória coletiva. Novas pesquisas nos campos do infomemorial, extensores de memória e monumentos apresentam grande potencial para avanços significativos, especialmente por meio da análise crítica das políticas de preservação, que devem considerar as transformações sociais e respeitar os direitos culturais dos diversos grupos envolvidos.

Espera-se expandir para análise comparativa com outras faculdades jurídicas e os resultados decorrentes do estudo da genealogia jurídica nas placas de formatura da Faculdade de Direito do Recife constituam uma abordagem inovadora, contribuindo de forma significativa para a valorização de um objeto até então negligenciado. Essa investigação abre novas perspectivas para futuras pesquisas nos domínios da Ciência da Informação, da História, da Memória e áreas correlatas. Desse modo, ampliam-se os horizontes teóricos, práticos e metodológicos relativos ao estudo da memória institucional, promovendo avanços no entendimento e na preservação dos patrimônios culturais e institucionais.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS. **Acadêmicos atuais**: Biografia de Antônio Ricardo Accioly Campos. Recife, [s.d.]. Disponível em: <https://aplpernambuco.com.br/academicos-2/atuais/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- ADILSON FILHO, José. Pernambuco à esquerda? A força política das famílias Arraes-Campos na esfera estadual. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 25–45, 2019. DOI: 10.5380/nep.v5i2.70863. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/70863>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- ÁLBUM DE PERNAMBUCO. **Gravuras de P. Marinho**. Impresso nas Oficinas Typográficas Annuário Commercial. 1913. Disponível em: <https://acervo.ler.app.br/livros/historia/15706.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.
- ALDEIRA, C. Do Papiro ao Papel Manufaturado. **Espaço Aberto**, São Paulo, n. 24, out. 2002. Disponível em <http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2002/espaco24out/vaipara.php?materia=0varia>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- ALMEIDA, Horácio de. **As Razões da Angústia de Augusto dos Anjos**. [S.l.]: Jornal de poesia, 1997. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/halmeida01c0p1.html>. Acesso em: 26 out. 2025.
- ALMEIDA, Horácio de. **Augusto dos Anjos um tema para debates**. Rio de Janeiro: ed. Apex Grafica e Editora Ltda, 1970. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or405404/or405404.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.
- ALVARRES, Lilian; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. **Marcos históricos da Ciência da Informação**: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. *TransInformação*, Campinas, v.22, n.3, p.195–205, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/rQZcj9bqkmQW5xrpLK8Z8NL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2025.
- ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense, 2007, 852 p.
- ANDRADE, Leila Minatti. A escrita, uma evolução para a humanidade. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. Santa Catarina, v. 1, n. 1, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/d4f73f7b7c86c6ecc05990d7d4760424/1?cbl=2037793&pq-origsite=gscholar>. Acesso em: 4 maio 2025.
- ANJOS, Jorge Odilon dos. Depoimento. *In*: Contos da Câmara. **Depoimentos de servidores nos 180 anos do Legislativo**. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008. 299 p. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/28f35f46-2668-4434-8433-d376f5aad78>. Acesso em: 29 out. 2025.
- ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE. CORDEIRO, Istivy. Tríduo de encerramento do Centenário da Coroação Canônica de Nossa Senhora do Carmo. **Arquidiocese de Olinda e**

Recife. Recife, 16 set. 2019. Disponível em: <https://www.arquidioceseolindarecife.org/triduo-de-encerramento-do-centenario-da-coroacao-canonica-de-nossa-senhora-do-carmo-21-09/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro, 2005. 232 p., Publicações Técnicas, n. 51, ISBN: 85-7009-075-7.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural.** Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ASSOCIACAO COLETIVO CULTURAL. **Formandos da Faculdade de Direito do Recife, da UFPE, nomeiam turma de Temer Jamais.** São Paulo: Mídia Ninja, 1 ago. 2017. disponível em: https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/formandos-da-faculdade-de-direito-do-recife-da-ufpe-nomeiam-turma-de-temer-jamai/956364397855039/?locale=pt_BR. Acesso em 30 out. 2025.

ATRIBUNA.COM. BR. **O segredo da folha de louro: muito mais que tempero, um amuleto milenar de prosperidade e proteção.** São Paulo: A Tribuna, 14 set. 2025. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/variedades/comportamento/o-segredo-da-folha-de-louro-muito-mais-que-tempero-um-amuleto-milenar-de-prosperidade-e-protec-o-1.479334>. Acesso em: 24 nov. 2025.

AUTRAN, Marynice de Medeiros Matos; PINHEIRO, Edna Gomes; PINHEIRO, Victor Guimarães; CARVALHO, Gean Davi de. Genealogia acadêmica: o legado de Suzana Pinheiro Machado Müller. In: *ENCUENTRO IBÉRICO EDICIC. Anais [...]*. Barcelona: *Universitat de Barcelona*, n.9, 2019. Disponível em: http://eprints.rclis.org/38587/1/Preprint_EDICIC2019Barcelona.pdf. Acesso em: 6 jul. 2025.

AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M. **Afinal, os objetos falam? reflexões sobre objetos, coleções e memória.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. *Anais [...]* Florianópolis, n. 20, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/951/707>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BANDEIRA DE MELLO, Pedro. **Faculdade de Direito.** Revista da Faculdade de Direito do Recife, v.30, n.1, p.30-37, 1922. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ACADEMICA/article/view/261270>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BEDINELLIO, Talita. **Luiz Pinto Ferreira (1918-2009).** São Paulo: Folha de São Paulo, 14 abr. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1404200922.htm>. Acesso em 29 out. 2025.

BELLON, Gilson Luiz Camiletti. **Direito Fundamental à memória.** 2019. p.29. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/2919>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BERGER, P.; BERGER, B. **O que é uma instituição social?** In: FORACCHI, M. M., MARTINS, J. S.. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 193-199.

BESSER, H. *Visual Access to Visual Images: The UC Berkeley Image Database Project*. *Library Trends*, v. 38, n. 4, p. 787–198, 1990. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/items/7652>. Acesso em: 21 set. 2025.

BETANIACANECA. **Fotografia de Maurício e Marcos Arraes**. Recife, 5 jul. 2012. Fotografia. Disponível em: <https://betaniacanececa.blogspot.com/2012/07/mauricio-marcos-arraes-comemoraram.html>. Acesso em: 21 set. 2025.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 682, 1859–1944. ISBN 978-85-415-0048-7. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/76>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BEZERRA, B. G. Do manuscrito ao livro impresso: investigando o suporte. In: CAVALCANTI, Mônica; *et al.* **Texto e discurso sob múltiplos olhares**, v.1: gêneros e seqüências textuais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 9-37.

BIEDERMANN, Hans. Cegueira. In: _____. **Dicionário ilustrado de símbolos com mais de 700 ilustrações**. São Paulo: Melhoramentos, 1994. p. 83.

BORGES, Waldemar. **Requerimento no 1484/1996 - Meu Pai - Transcrição do Artigo de José Paulo Cavalcanti Filho**: Acervo Waldemar Borges. Recife: Jornal Commercio, 06 set. 1996. Disponível em: <https://acervo.waldemarborges.com.br/1996/10/21/requerimento-no-1484-1996/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.
BRANCO, Fábio G. Castelo. **Fato inusitado – Parte 1/4 – Em 1968, em pleno Regime Militar, ingresso inusitado (único ano sem vestibular) de meu pai na Faculdade de Direito do Recife**. Recife, 23 fev. 2025. *Instagram*: @fabiocastelobranco_corretor. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DGaAhtYMcb1/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=Mz. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRANCO, Fábio G. Castelo. **Fotografia de Ângela Gonçalves Castello Branco e Fabio Gonçalves Castello Branco**: Amor & Mãe. Recife, 8 de maio 2022. *Instagram*: @fabiocastelobranco_corretor. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CdTwThjuQfE/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRANCO, Fábio G. Castelo. **Fotografia de Anna Fortes Castello Branco [3a do nome]**: Homenageando minha avó paterna, Anna Fortes Castello Branco (Vovó Nicota) (1903 – 2006), professora normalista diplomanda de 1918 pela Escola Normal do Piahy, homenagem todas as professoras e professores do Brasil. Recife, 15 out. 2021. *Instagram*: @fabiocastelobranco_corretor. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CVEIXdCru9t/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRANCO, Fábio G. Castelo. **Fotografia de Felon Ferreira Castello Branco Netto**: Comemorar, mesmo que solitariamente, 71 anos de formatura não é para qualquer um. Recife, 21 dez. 2021. *Instagram*: @fabiocastelobranco_corretor. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/CXvW9JeOdrL/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRANCO, Fábio G. Castelo. **Fotografia de Heltor Gonçalves Castelo Branco:** Meu irmão ("*in memoriam*"), meus pais e eu. O tempo passa!. Recife, 06 abr. 2021. *Instagram*: @fabiocastelobranco_corretor. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CNV-gsNL_1b/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRANCO, Fábio G. Castelo. **Fotografia de Maria Edith Gonçalves Castelo:** ODONTÓLOGA – 1952 – MARIA EDITH Recife, 12 dez. 2021. *Instagram*: @fabiocastelobranco_corretor. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CXZu3G1rDue/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Lex:** Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1, 1824. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. [Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás]. **Lex:** Decreto de 7 de dezembro de 1830. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro: parte 1, p. 71, 1830. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-38023-7-dezembro-1830-565755-publicacaooriginal-89489-pe.html>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. [Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás]. **Lex:** Decreto de 9 de janeiro de 1825. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 4, 1825. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Biografia da Deputada Federal Ana Arraes.** Brasília: [s. d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141377/biografia>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Deputados:** Fotografia de Ana Lúcia Arraes de Alencar. Brasília: 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141377>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Deputados:** Fotografia de Eduardo Henrique Accioly Campos. Brasília: 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74416>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Deputados:** Fotografia de Maria Leal Arraes de Alencar. Brasília: 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/220668>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Deputados:** Marília Valença Rocha Arraes de Alencar. Brasília: 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204428>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Provimento nº 08, de 9 de julho de 1964. Dispõe sobre o modelo das vestes talares e das insígnias privativas do advogado. *In: Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: <https://www.oab.org.br/leisnormas/legislacao/provimentos/08-1964>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. **Decreto de 21 de julho de 2022**. Conceder aposentadoria. *Diário Oficial da União*: seção 2, Brasília, DF, ano 63, n. 138, p. 1, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=529&pagina=1&data=22/07/2022&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 1.232–H de 2 de janeiro de 1891**. Approva o regulamento das Instituições de Ensino Jurídico, dependentes do Ministério da Instrução Publica. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1232-h-2-janeiro-1891-517957-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 51.061, de 27 de julho de 1961. Institui medalha ao funcionário com 50 anos de serviço sem falta grave e dá outras providências. *In: Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 99, n. 177, p. 11, 28 jul. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d51061.htm. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 196-216, 1880. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18299>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.388, de 20 de junho de 1946. Cria a Universidade do Recife e dá outras providências. *In: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 28 jun. 1946. Seção 1, p. 9615. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9388-20-junho-1946-417645-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BRASIL. **Lei de 11 de agosto de 1827**. Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro: parte 1, p. 5–39, 1827. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/837885e9-9f0d-4058-8be7-438e0a6d63a2>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). *In: Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jul. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18906.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Projeto de Sinalização e reconhecimento de lugares de memória dos africanos escravizados no Brasil**. Brasília: Luz Tropical Cultura e Produções Ltda, 2024. Disponível em: . Acesso em: 3 mar. 2025. https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/copy2_of_Projeto_Lugares_de_memoria__fev_2024__assinado__1_.pdf

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Conheça os ministros do Supremo Tribunal Federal – República**. Brasília, [2025?]. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/ministro.asp?periodo=STF&consulta=QUADRO_FACULDADES. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Temis**. Brasília: Coordenadoria de Biblioteca, 14 ago. 2012. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaSimboloJustica&pagina=temis>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco. Portaria nº 044 de 25 de agosto de 1998. Exonerar a partir de 18/08/98, Helena Caúla Reis [...]. In: **Diário Oficial União**, Brasília, DF, seção 2, n.164, p. 22, 27 ago. 1998. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=22&data=27/08/1998>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco. Portaria Nº 891 de 18 de abril de 2007. Nomear, por 04 (quatro) anos, Luciana Grassano de Gouveira Melo [...]. In: **Diário Oficial União**, Brasília, DF, seção 2, n.75, p. 14, 19 abr. 2007. ISSN 1677-7050. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=14&data=19/04/2007>. Acesso em: 3 de mar. 2025.

BRIET, Suzanne. O que é a documentação? Tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

BRIET, Suzanne. Qu'est-ce que la documentation?.Paris: ÉDIT, 1951.

BUCKLAND, M. K. *What is a “document”?* In: Buckland, M.; Hahn, T.B. (eds.) *Historical studies in information science. (asis Monograph Service, p. 215–220). Medford, nj: Information Today. (Reimpressão de Journal of the American Society of Information Science, 48(9), 804–809, Sept. 1997.*

BUCKLAND, M. K. *Information as thing. Journal of the American Society for Information Science, New York*, v. 45, n. 5, p. 351–360, Junho, 1991.

BUFREM, L. S.; COSTA, F. D. O.; , GABRIEL JUNIOR, R. F.; PINTO, J. S. P. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 22-41, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://BRAPCI.inf.br/about/BRAPCI>. Acesso em: 2 de mar. 2025.

CABRAL, Dilma. GABLER, Louise. PONTES, Salomão. **Cursos Jurídicos**. Verbete do Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial. MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira. Site do Arquivo Nacional, 03 fev. 2017. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/422-cursos-juridicos>. Acesso em: 22 nov. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. **Helena Caúla Reis recebe título de Cidadã Recifense**. Recife, 20 de jun. de 2018. Disponível em:

<https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/helena-caula-reis-recebe-titulo-de-cidada-recifense>. Acesso em: 15 out. 2025.

CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. Fundação do Curso Jurídico. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, v.31, n.1, p.351–362, 1923. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ACADEMICA/article/view/261953>. Acesso em: 2 mar. 2025.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.

CARVAHO, Wagner. **O valor museal do objeto Livro Raro na Coleção Especial da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife: a Coleção Visconde de Santo Albino**. 2022. 207 f. Dissertação (Mestrado Museologia e Patrimônio) – Interinstitucional MINTER, UNIRIO/MAST/UFPE, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.unirio.br/ppgsteh/ppg-pmus/wagner_carvalho.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

CARVALHO, C. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

CASCUDO, Luis da Camara. Gastão D'Orleans, Conde D'Eu. In: CASCUDO, Luis da Câmara; **Conde D'Eu**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. 166 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5a., Brasileira; 11). Disponível em: <https://brasilianadigital.com.br/colecao-brasiliana/obra/305/o-conde-deu>. Acesso em: 24 set. 2025.

CAVAJAL PÉREZ, Francisco.; RAMOS GARCÍA, Joaquim. **Ensinar ou aprender a ler e a escrever?** Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CECATTO, Adriano; MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano. A iconografia e o ensino de história: potencialidades e possibilidades. In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, n. 2., 2011, Fortaleza. Semana de Humanidades, Humanidades: Entre Fixos e Fluxos, 8., 2011, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará, 2011, p. 1–15. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20870/3/2011_eve_acecattoagmagalhaesjunior.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

CHACON, V. **Formação das ciências sociais no Brasil: da Escola do Recife ao Código Civil**. 2. ed. Brasília. São Paulo: Paralelo 15, LGE, Unesp, 2008.

CHAO, G. T.; Walz, P. e Gardner, P. D. **Formal and informal mentorships: A comparison on mentoring functions and contrast with nonmentored counterparts**. *Personnel psychology*, 45(3), 619–636, 1992.

CHAVES, Flavio. **Morre ex-presidente da Fundarpe Rubinho Valença**. Recife: 2021. Disponível em: <https://flaviochaves.com.br/2021/12/13/morre-ex-presidente-da-fundarpe-rubinho-valenca/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Trono pedestal. In: _____. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. 17. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002. p. 911.

CIDESP. Genealogia: Significado e Importância na Pesquisa familiar. S.I.: Cidesp, 31 mar. 2025. Disponível em: https://asbrap.org.br/artigos/rev28_4_a_genealogia_como_forma_de_conhecimento.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

COBRA, Rubem Queiroz. **Apontamentos de Rubem Queiroz Cobra**. [s.l.]: Andrade Genealogia, 2016. Disponível em: <https://legal.adv.br/gen/genealogia-um-guia-para-iniciantes/>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Cadastro Nacional dos Advogados**: Fotografias de Antônio Ricardo Accioly Campos, Marília Valença Rocha Arraes de Alencar, André Luiz Caúla Reis, Antônio Cesar Caúla Reis, Antônio Fabricio Guedes Alcoforado Filho, Clavio de Melo Valença Filho e Alceu Paiva Valença. Brasília, [entre 2000 e 2024?]. Disponível em: <https://cna.oab.org.br/> Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO SECCIONAL ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Bacharel há quase 50 anos, Alceu Valença dá entrada na carteira da OAB**. Rio de Janeiro: OAB – RJ, 24 mar. 2017. Disponível em: <https://www.oabRJ.org.br/noticias/bacharel-ha-quase-50-anos-alceu-valenca-entrada-carteira-oab>. Acesso em: 9 fev. 2025.

CONTINENTINO, Marcelo Casseb; SILVA, Renan Apolônio de Sá. Pensamento e ação em Pinto Ferreira: o Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Recife. **Estudos Universitários**, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 235–274, 2021. DOI: 10.51359/2675-7354.2021.251378. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/view/251378>. Acesso em: 29 out. 2025.

COSTA, Divaldo Silva da. MOTA, Francisca Rosaline Leite. Uso da rede social Instagram por bibliotecas públicas no Nordeste brasileiro. **Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação**, [S. l.], v. 4, p. e91, 2023. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/download/91/80/263>. Acesso em: 21 out. 2025.

COSTA, I. T. M. Memória institucional: um conceito em definição. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, 1995. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/40923>. Acesso em: 2 nov. 2025.

COSTA, I. T. M. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.

DANTAS, Fabiana Santos. **O direito fundamental à memória**. 2008. 283 f. Tese (Doutorado em Direito) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4176>. Acesso em: 6 jun. 2024.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Morre aos 81 anos, Helena Caúla Reis, a primeira mulher desembargadora do TJPE**. Recife: Vida urbana, 23 jan. 2022. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2022/01/morre-aos-81-anos-helena-caula-reis-a-primeira-mulher-desembargadora.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

DIAS, Benício. **Fotografia da Faculdade de Direito do Recife**. Recife, FUNDAJ, 1911. Disponível em: <https://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/base-da-villadigital/iconografia/item/1716-faculdade-de-direito-do-recife>. Acesso em: 6 mar. 2025.

D'URSO, Umberto Luiz Borges. **São Paulo e Olinda, onde a Advocacia começou. Os 195 anos da criação dos cursos jurídicos no Brasil**. São Paulo: Portal Migalhas, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/371433/os-195-anos-da-criacao-dos-cursos-juridicos-no-brasil>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Quadro fotográfico do Dr. José Rodrigues dos Anjos**. [Fotopintura ou Fotografia]. Recife, [1926?].[Acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife]. 1 Fotografia p&b.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. AMARANTO, Tarquinio Braulio de Souza. **Memoria historico-academica**. Recife: [S.n], 1869, p. 9. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31975>. Acesso em: 8 ago. 2024.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. CAMARA, Phaelante da. **Memoria historica. Recife**. Recife: Imprensa Industrial, 1904. p. 120. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31991>. Acesso em: 8 ago. 2024.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. Memórias para a História da Academia de São Paulo. **Revista da Faculdade de Direito do Recife**, v.30, n.1, p.335–347, 1922. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ACADEMICA/article/view/261773>. Acesso em: 8 fev. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Casamento de Guilherme Rodrigues dos Anjos e Carmen Penna**. Rio de Janeiro, 4ª Pretoria Cível, p. 201v. 12 jun. 1937. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGJB-6BQ7>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Falecimento de Alcides Rodrigues dos Anjos**. Recife: Cartório da Boa Vista, p.62v, 28 jul. 1962. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QKDW-7PJN>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Falecimento de Emílio Tavares Rodrigues dos Anjos**. Recife: Cartório da Boa Vista, p.119, 29 nov. 1983. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QKDW-H7BT>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Falecimento de Mário Rodrigues dos Anjos**. Recife: Cartório das Graça, p.119v, 13 mar. 1961. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QKDW-FLT8>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Falecimento de Raul Rodrigues dos Anjos**. Recife: [s.i], p.180v, 05 jul. 1952. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QKDW-F56D>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Fotografia de Adelma de Almeida Paiva**. [S.l.]: Lidio Queiroz Mendes, 19 jun. 2022. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/memories/memory/152686094>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Fotografia de Alceu Alves Valença**. [S.l.]: João Henrique Valença de Freitas, 06 fev. 2022. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/G3JS-F4H>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Fotografia de Clavio de Melo Valença**. [S.l.]: Leonor Medeiros, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/GD38-9LP>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Fotografia de Décio de Souza Valença**. [S.l.]: Leonor Medeiros, 07 abr. 2021. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/9VQY-WY8>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Fotografia de Genésia Cesar Valença**. [S.l.]: João Henrique Valença de Freitas, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/G3JS-N8H>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Fotografia de Geraldo De Souza Valença**. [S.l.]: Adelson da Silva Valença, 18 out. 2012. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/9VQY-WYW>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Fotografia de Manuel Thomaz Ferreira II**. [S.l.]: Torquato Oswald Torres, 03 jun 2021. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/LH72-Q9W>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Fotografia de Maria Giselda Moreira de Melo**. [S.l.]: Leonor Medeiros, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/GD3Z-PVY>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Fotografia de Orestes Alves Valença e Sebastiana de Souza Valença**. [S.l.]: João Henrique Valença de Freitas, 04 nov 2021. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/GH6T-4RR>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAMILYSEACH.ORG. **Sobre**: nossa história. Salt Lake City, Utah, Estados Unidos: A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 2025. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/brasil/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

FARIA, M. I., PERICÃO, M. da G. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. Coimbra: Almedina, 2008.

FERNANDES, I. R. S. Os vivos caminhos da história ou o admirável papel do arquivista. In: LIMA, F. A. M. (coord.). **Janelas da história**: coletânea de textos publicados no Jornal A União 2020-2022. João Pessoa: A União, 2022.

FERNANDES, R. V. **Sabia que D. Pedro I foi o responsável pela criação dos primeiros cursos de Direito no Brasil?** São Paulo: vilares e Fernandes, 5 ago. de 2024. Disponível em: <https://www.vilaresefernandes.com.br/post/sabia-que-d-pedro-i-foi-o-respons%C3%A1vel->

pela-cria%C3%A7%C3%A3o-dos-primeiros-cursos-de-direito-no-brasil. Acesso em: 23 nov. 2025.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A Mística do Parentesco: Uma genealogia inacabada**. São Paulo: 2015. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/>.

FERREIRA, Edgardo Pires. **Fotografia de Anna Fortes Castello Branco (Nicota) [2ª]**. Maranhão: Castelo Branco, p.29. 2019. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?mpg=08.00.00&ord=0&acao=pesquisar&fil=NP&pesqF=fortes#6>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERREIRA, Edgardo Pires. **Fotografia de Fenelon Ferreira Castello Branco [2º do nome]**. [s.l.]: Homero Castelo Branco, [s.d.]. Disponível em: https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=4335&ori=&c_palavra=#1. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERREIRA, Edgardo Pires. **Fotografia de Maria de Jesus Leal Castello Branco**. [s.l.]: Homero Castelo Branco, [s.d.]. Disponível em: https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=album_view&idp=4972&ori=&c_palavra=ma-noel. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERREIRA, Edgardo Pires. **Uma genealogia inacabada: Os Castello Branco**. 1. ed. Guarulhos, SP : abc Editorial, 2011. Bibliografia. Conteúdo: v. 5. ISBN 978–85–64994–00–3 Disponível em: https://www.parentesco.com.br/pdf/volume5_img.pdf . Acesso em: 14 out. 2025.

FERREIRA, Isaac Roberto. **Silêncios da necrópole: traços infomemoriais e patrimoniais do cemitério Nossa Senhora da Piedade em Maceió – Alagoas**. 2023. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11791>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FERREIRA, Leonardo Gonçalves. JULIÃO, Leticia. Augusto dos Anjos: o poeta - - patrimônio da Atenas Mineira. **Revista Tempo**, Niterói, v. 29, n. 3, p. 53-76, set./dez. 2023. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2023v290304>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/MXHgJbsMJrLn34vvt7D65Ts/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2025.

FERREIRA, Luiz Pinto. Foto **do concurso professor catedrático em direito constitucional, FDR-UFPE, 1950**. Recife, Site Luiz Pinto Ferreira, 1950. Disponível em: <http://www.luizpintoferreira.com/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERREIRA, Luiz Pinto. A Faculdade de Direito e a Escola do Recife. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 14, n. 55, p. 5–20, jul./set. 1977. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181024/000359523.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 2 fev. 2025.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Curriculum Vitae, até 1983**. Recife, abr. 2009. Disponível em: <http://www.luizpintoferreira.com/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Foto da Posse Diretor Faculdade de Direito do Recife, UFPE, 1982.** Recife, Site Luiz Pinto Ferreira, 1982. Disponível em: <http://www.luizpintoferreira.com/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Foto da Reitoria, UFPE, 1980.** Recife, Site Luiz Pinto Ferreira, 1980. Disponível em: <http://www.luizpintoferreira.com/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERREIRA, Luiz Pinto. Foto de formatura Luiz pinto ferreira. Recife, Site Luiz Pinto Ferreira, 1938. Disponível em: <http://www.luizpintoferreira.com/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Galerias de fotos:** Fotografia de José Rodrigues Pinto Ferreira, Ana Marques da Silva Ferreira, Leopoldo Marinho de Paula Lins, Hermínia Brasileiro Lins, Alfredo Pinto Ferreira, Maria Regina Pinto Ferreira, Luiz Pinto Ferreira, Ozita Moraes Pinto Ferreira e Maria Regina Davina Pinto Ferreira. Recife, abr. 2009. Disponível em: <http://www.luizpintoferreira.com/galeria.php>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Mensagem de adeus:** discursos pronunciados no Congresso de Direito Constitucional (Caderno nº 152). Caruaru: Faculdade de Direito de Caruaru, n. 16, 1985.

FERREIRA, Luiz Pinto. Proposta de uma constituição para a República Federativa do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito de Pernambuco**, Recife, ano 1, n. 1, 1985c, p. 91–189.

FERREIRA, Maria Regina Davina Pinto. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 02 mar. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3362159885110682>. Acesso em: 24 out. 2025.

FERREIRA, Maria Regina Davina Pinto. Luiz Pinto Ferreira, um homem que transcende o tempo. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, Recife, v. 82, p. 421-442, 2010. Disponível em: http://www.luizpintoferreira.com/images/vitae/revista_academica.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

FERREIRA. Luiz Pinto. **História e Grandeza.** Diário de Pernambuco, Recife, Primeiro Caderno, p.9, 11 ago. 1976. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/88183. Acesso em: 6 nov. 2025

FIOLHAIS, Carlos. Prefácio a “Aos ombros de gigantes”. In: HAWKING, Stephen. **Aos ombros de gigantes.** trad. Heloísa Beatriz Santos Rocha, Lis Lemos Parreiras Horta Moriconi; rev. Téc. Marco Moriconi, Sérgio Mendes Dutra; adapt. Português europeu Carlos Fiolhais, Décio Ruivo Martins, Orlando Oliveira. 2.^a ed. Alfragide : Texto Editores, 2010. 1287 p. Tít. orig.: *On the shoulders of giants*. ISBN 9789724742724. [prefácio: p. 11-13]. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/41124?mode=full>. Acesso em: 13 out. 2025.

FISCHER, S. R. **História da escrita.** Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Na FDR, alunos de Direito batizam turma de "Temer Jamais".** Recife: Folha de Pernambuco, 17 ago 2027. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/na-fdr-alunos-de-direito-batizam-turma-de-temer-jamais/3934/>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariangela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Orgs.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p.13-36.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO, n. 7, 2006. **Anais [...]** Marília : 2006, pp. 19-34. Disponível em: <https://cip.BRAPCI.inf.br/download/176667>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FROHMANN, Bernd. A Documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. Morpheus: **Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 219–240, 2009.

FROHMANN, Bernd. *Revisiting “what is a document?”* *Journal of Documentation*, v. 65, n. 2, p. 291–303, 2009.

FUKS, Rebeca. DIANA, Daniela. FERNANDES, Márcia. **Dicionário de Símbolos: significado dos símbolos e simbologias**. [S.l.] : 7 Graus Ltda, 2008. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/pomba/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

FUNARTE (Fundação Nacional de Artes). **Francisco Brennand: um viva aos 90!** Recife: EducaTV/Lage Produção Independente, 2017. 1 vídeo (16:25). @funarteoficial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PoFNn6BqI1Y>. Acesso em: 3 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Atos do Presidente da República**. Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 19 fev. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_03/38869. Acesso em: 29 de out. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Bacharéis de 1944**. Diário de Pernambuco, Recife, p. 6, 2 nov. 1944. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/17591. Acesso em: 07 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Dr. Odilon dos Anjos**. Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 28 nov. 1935. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_01/24979. Acesso em: 29 de out. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemeroteca Digital Brasileira**. Rio de Janeiro: BNDigital, 2025. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 28 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Lista geral dos estudantes matriculados na Faculdade de Direito do Recife no ano de 1863**. Recife: Jornal Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife, ano 1, n.2, p.3, 30 maio 1863. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/821233/32>. Acesso em: 29 de set. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **1174 "feras" classificados no vestibular da universidade federal**. Recife: Diário de Pernambuco, 9 abr. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/58294. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **4111 candidatos para 1745 vagas nos vestibulares da U. federal**. Recife: Diário de Pernambuco, 03 jan. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/55688. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Alcides Rodrigues dos Anjos**. Recife: Almanach de Pernambuco, 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/228443/7684>. Acesso em: 22 set. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Antônia Júlia de Araújo Guedes**. Recife: Diário de Pernambuco, 28 nov. 1928. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_10/24901. Acesso em: 27 set. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Bacharéis de 1907**. Recife: Jornal de Recife, 15 nov. 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/705110/51126>. Acesso em: 23 out. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Bacharéis de 1950**. Recife: Diário de Pernambuco, 08 dez. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_13/4481. Acesso em: 9 mar. de 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Bacharelado de 1944**. Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 12 dez. 1944. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/093718/per093718_1944_06792.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Colégio festeja nascimento de José Rodrigues dos Anjos**. Recife: Diário de Pernambuco, 29 nov. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_16/83113. Acesso em: 22 set. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Discursos de comunicação da escolha do dr. José Vicente Meira de Vasconcellos para figurar nos quadros dos bacharéis de 1911**. Recife: Jornal Pequeno, 24 jan. 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/800643/14168>. Acesso em: 25 out. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Exército ocupou a Faculdade**. Recife: Diário de Natal, p.1, 8 jun. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028711_01/9534. Acesso em: 1 mar. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Faculdade de direito da UFP aumentou vagas no 1 ano..** Recife: Diário de Pernambuco, 04 abr. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/58132. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Faculdade de Direito do Recife:** A colação de grão dos Bachareis da Constituinte. Recife: Jornal Pequeno, 7 dez. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/800643/53317>. Acesso em: 1 mar. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Faculdade de Direito.** Recife: A Província, 10 maio 1911. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/128066_01/22589. Acesso em: 23 out. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Falecimento de Ednah Tavares Rodrigues dos Anjos.** Recife: Diário de Pernambuco, 12 fev. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_09/10580. Acesso em: 5 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Falecimento do Oscar Rodrigues dos Anjos.** Recife: Diário da Manhã, p. 4, 4 jul. 1934. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093262_02/14656. Acesso em: 10 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Falecimentos:** Generino dos Santos. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 15 jul. 1928, p. 17. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_11/28094. Acesso em: 3 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Fotografia do Monsenhor Fabrício.** Recife: Jornal do Recife, 17 fev 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/705110/67435>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Gazetilha:** Cerimônia de assentamento da pedra fundamental do novo edifício da Faculdade de Direito. Recife: Jornal do Recife, ano 32, n. 194, p.1, 29 ago. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/705110/27419>. Acesso em: 5 mar. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Generino dos Santos.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 28 jul. 1928, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_11/28379. Acesso em: 3 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemetério Guedes Alcoforado.** Diário de Pernambuco. Recife, 11 fev. 1930. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_11/319. Acesso em: 27 set. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Janio Mandou Ministro tomar Faculdade:** Recife. Diário de Natal, 6 jun. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028711_01/9523. Acesso em: 2 mar. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **José Rodrigues dos Anjos.** Recife: Diário de Pernambuco, 4 set. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_13/29199. Acesso em: 29 out. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Juventude universitária**. Recife: Diário de Pernambuco, 25 jan. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/56280. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Latim**. Recife: Diário de Pernambuco, 29 fev. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/56994. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Monsenhor Antônio Fabrício de Araújo Pereira**. Recife: Jornal do Recife, 28 nov. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/705110/67481>. Acesso em: 27 set. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Nomeação Adolpho Generino Rodrigues dos Santos**. Rio de Janeiro: Diário do Rio de Janeiro, p.3, 19 out. 1869. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/094170_02/25039. Acesso em: 3 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Nomear Promotor público Adolpho Generino Rodrigues dos Santos**. Gazeta da Tarde (RJ) : 1882, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/226688/2519>. Acesso em: 3 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **O Perigo do Tempo**. Diário de Pernambuco, Recife, p. 17, 27 abr. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/69525. Acesso em: 7 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **O relógio e o sino da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Diário de Pernambuco, 2 dez. 1982. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&PagFis=44421&Pesq=RELOGIO%20FACULDADE%20DE%20DIREITO. Acesso em: 2 mar. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Olinda comemora cursos jurídicos ouvindo conferência de Delgado**: Miguel Reale. Recife: Última Hora. 12 ago 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=765147&pagfis=4353>. Acesso em: 2 mar. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório Apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo Exmo. Sr. Dr. Martins Francisco Ribeiro de Andrada Junior**. Administração da Justiça. Vitória: Tipographia Horizonte, 03 mar. 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/287130/3847>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relógio volta a funcionar**. Recife: Diário de Pernambuco, 21 mai. 1982. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_16/45163. Acesso em: 2 mar. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Resultado de português saiu e candidatas reprovadas choravam pedindo revisão de provas**. Diário de Pernambuco. Recife, 19 jan. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/56106. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Saem resultados do grupo 1 dos vestibulares**. Recife: Diário de Pernambuco, 06 fev. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/56596. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Saíram resultados parciais da UFPE**: 102 aprovados em direito e 122 em filosofia. Recife: Diário de Pernambuco, 04 fev. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_14/56601. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Vestibular de direito**. Recife: Diário de Pernambuco, 14 abr. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/58408. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. CIA, Miranda Souza e. **JB_000978 – Jardim da Rua do Hospício**. Recife: Miranda Souza e Cia, [s.d.]. Cartão Postal. 8,7 x 13,7 cm. Monocromado. Disponível em: <https://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/cartoes-postais/item/4791-jb-000978-jardim-da-rua-do-hospicio>. Acesso em: 21 set. 2025.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Benício Dias, 1911/1912. Reg. 77.1.443; doação original A.1 G.1, nitrato. Fotografia. Disponível em: <https://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/base-da-villa-digital/iconografia/item/1714-faculdade-de-direito-do-recife>. Acesso em: 2 fev. 2025.

G1 PE. ALVES, Pedro. **Com mais de meio século de trabalho, funcionário mais antigo da UFPE recebe medalha de 50 anos de serviço**: aos 71 anos, Aldemir dos Santos acumula 53 anos de serviço público. Ele trabalha na faculdade de direito do recife. 2019. Recife: G1 PE, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/05/17/com-mais-de-meio-seculo-de-trabalho-funcionario-mais-antigo-da-ufpe-recebe-medalha-de-50-anos-de-servico.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2025.

G1, PE. **Festa de Nossa Senhora do Carmo celebra centenário da coroação da imagem da padroeira do Recife**, G1 PE, 27 jun 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/06/27/festa-de-nossa-senhora-do-carmo-celebra-centenario-da-coroacao-da-imagem-da-padroeira-do-recife.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2025.

GENEALOGIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/genealogia/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

GIDDENS, Anthony. **Sociology**. (5th ed.). Cambridge: Polity Press, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. 2ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. ISBN 978-85-359-0810-7

GONZALEZ, Everaldo T. *et al.* O culturalismo jurídico da Escola do Recife. In: ENCONTRO PREPARATÓRIO DO CONPEDI/UNICAP, 15., 2006, Recife. **Anais [...]** Recife: CONPEDI, 2006. p. 1-12. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/recife/teoria_da_justica_everaldo_gonzales_e_outros.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

GRIMAL, Pierre. Justiça. In: _____. **Dicionário da mitologia grega e romana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 435.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. Tradução de Marcos Marcionílio. 10. ed. São Paulo: Parábola, 2003. Disponível em: <https://www.shortcutstv.com/text/giddens5th.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. 4. ed. rev. da tradução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 27.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Prédio onde funciona a Faculdade de Direito do Recife, na Praça Adolfo Cirne**: Documentação abrangendo o período de 1978-1984 - Bem tombado. Recife: IPHAN, 1980. 129 p. Disponível em: <https://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4921?discover?rpp=10&etal=0&q=university=faculdade+de+direito+do+recife>. Acesso em: 24 set. 2025.

INSTITUTO MIGUEL ARRAES. **Fotografia de Célia de Sousa Leão Arraes de Alencar**. Recife: Instituto Miguel Arraes, 25 mar 2014. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/121351248@N03/13401584543/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

INSTITUTO MIGUEL ARRAES. **Miguel Arraes em foto de formando, em 1937**. Recife: Instituto Miguel Arraes, 25 mar. 2014. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/121351248@N03/13401457685/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

JARDIM, Adilson Guimarães. **O espaço lúdico na poesia de Geraldo Valença**. Recife: o autor, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7711/1/arquivo7397_1.pdf. Acesso em: 9 fev. 2025.

JEAN, G. **A escrita: memória dos homens**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Arquitetura das ideias: Paul Otlet, o objeto, o livro e o documento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis/SC, Brasil, v. 26, p. 01–17, 2021. DOI: 10.5007/1518-2924.2021.e73450. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73450>. Acesso em: 31 maio 2025.

KESSEL, Z. **Memória e Memória Coletiva**. Brasil, 2015.

KROEFF, M. S.; MATTOS, M. C. C. M. M.; MADALENA, C. S. Paul Otlet: biografia e legado. In: PEREIRA, A. M.; KROEFF, M. S.; CORREA, E. C. D. (Org.). **As contribuições de Paul Otlet para a Biblioteconomia**. Florianópolis: Editora ACB, 2018. p. 15-47. Disponível em: <https://www.acbsc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/EBOOK-Paul-Otlet-ACB-vers%C3%A3o-final-revisada-22-08-2018.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

LABARRE, A. **História do livro**. São Paulo: Cultrix, 1981.

LE CLÉZIO, Jean-Marie Gustave. **A escrita é a única**. [S.I.]: Escritas.org, [2025 ?]. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/42212/a-escrita-e-a-unica>. Acesso em: 13 out. 2025.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yeda F. S. de Figueiredo Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP. 2003.

LEITE, Ambrósio F. de Barros. **Curso jurídico de Olinda**. Recife: A Provincia, n. 114, p.4, 28 abr. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/128066_01/30601. Acesso em: 9 fev. 2025.

LIMA, Everton Fernandes de. **Geografia das placas: do mineral às práticas sócio-histórica e infomemoriais**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/31413/1/EvertonFernandesDeLima_Disert.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

LIMA, Justino Alves. Bibliotecas ou centros de cultura? **Inf.Inf.**, Londrina, v.2, p.67-68, jul./dez.1997. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1630/1384>. Acesso em: 4 mar. 2025.

LINS, Letícia. **Sessão Recife Nostalgia: a coroação da Rainha do Recife e de Pernambuco**. Recife: #OxeRecife. 16 jul. 2019. Disponível em: <https://oxerecife.com.br/sessao-recife-nostalgia-a-coroacao-da-rainha-do-recife-e-de-pernambuco/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

LOPES, Hélio Raimundo. **Artur de Carvalho Rodrigues dos Anjos**. Rio de Janeiro: Lopes, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/1%20Verbetes%20letra%20A.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025

LOYN, Henry R. (org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Disponível em: <https://diegodelpasso.com/wp-content/uploads/2016/05/h-r-loyon-dicionc3a1rio-da-idade-mc3a9dia.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2025.

LUND, Niels Windfeld; BUCKLAND, Michael. *Document, documentation, and the Document Academy: introduction*. **Archival Science**, Netherlands, v. 8, n. 3, p. 161–164, 2008

MACHADO, Fernando. **Nos bastidores da Política: Fotografia Maximiano Accioly Campos**. Recife: Fernando Machado, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.fernandomachado.blog.br/nos-bastidores-da-politica-873/>. Acesso em: 30 maio 2025.

MACHADO, Fernando. **Pausa Poética**: Alceu Amoroso Lima (1893-1993). Recife: Fernando Machado, [s.d.]. Disponível em: <https://fernandomachado.blog.br/wp/pausa-poetica-2922/>. Acesso em: 19 out. 2025.

MACHADO, Luja. CANTONI, Nilza. **Centenário da Morte de Augusto dos Anjos – II**. Leopoldina, 1 nov. 2014. Disponível em: <https://cantoni.pro.br/tag/alexandre-rodrigues-dos-anjos-filho/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MAIA, Julio Joaquim Gonçalves. Lista geral dos bacharéis e doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos lentes e directores effectivos até 1900. Organizada pelo bacharel Julio Joaquim Gonçalves Maia subsecretario da mesma Faculdade. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, São Paulo, Brasil, v. 8, p. 209–291, 1900. DOI: 10.11606/issn.2318-8227.v8i0p209-291. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfdsp/article/view/64988>. Acesso em: 8 fev. 2025.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARCIAL, E.; VIEIRA, J. S. Memória institucional em risco. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 14, n., 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153301>. Acesso em: 5 nov. 2025.

MARTINS, Henrique. **Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife, desde a sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931**. 2a ed. Recife: Diário da manhã. 1931. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em: 30 set. 2024.

MARTINS, J. S. (Org.). **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1996.

MELLO, Diogo Cabral. **Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife, de junho de 1931 a dezembro de 1941**. Recife: Escola técnica do Recife. 1941. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em: 30 set. 2024.

MELLO, Frei Pedro Bandeira de. Faculdade de Direito In: _____ **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Imprensa Industrial. v.30, n.1, p.31–37, 1922. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/261270/45684>. Acesso em: 9 fev. 2025.

MEMORIAS DA DITADURA. **Aquino de Farias Reis**. São Paulo: Memórias da Ditadura, [s. d.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/aquino-de-farias-reis/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MENEZES, N. C.; FRANKLIN, S. Audiolivro: uma importante contribuição tecnológica para os deficientes visuais. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 58-72, dez. 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/3213/2337>. Acesso em: 5 nov. 2025.

MEYRIAT, J. Documento, documentação, documentologia. Trad.: SILVA, Camila M. A. da. Rev.: BRITO, Marcílio de. ORTEGA, Cristina D. Traduzido de: MEYRIAT, J. *Document, documentation, documentologie. Schéma et Schématisation*, n. 14, p. 51-63, 1981. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.21, n.3, p.240-253, jul./set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480>. Acesso em: 4 nov. 2025.

MILANESI, L. Bibliotecas ou centros de cultura? In: MILANESI, L. **A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura**. 4. ed. São Caetano do Sul: Atelie Editorial, 2003. p. 209-214.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Fotografia de rosto de Hermano Odilon dos Anjos**. Rio de Janeiro: Centro de Memória Procurador de Justiça, [1973-1975]. Disponível em: <https://atom.mprj.mp.br/index.php/fotografia-de-rosto-de-hermano-odilon-dos-anjos>. Acesso em: 29 out. 2025.

MORENO, N. A.; LOPES, M. A.; CHIARA, I. G. D. A contribuição da preservação de documentos e a (re) construção da memória. **Biblionline**, v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/16861>. Acesso em: 2 nov. 2025.

MOTA, A. R. S.; AQUINO, M. A. A representação de negros na memória iconográfica de universidades públicas da Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2012. **Anais [...]** Rio de Janeiro: n.8, 2012.

MOTA, Lêucio Oliveira. **Décio de Souza Valença Prefeito de São Bento do Una. Diário de São Bento do Una**, 27 abr. 2012. Disponível em: <https://zemotavalenca.blogspot.com/2012/04/decio-de-souza-valenca-prefeito-de-sao.html>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MOURA, Julio. **Pelas ruas que andei: uma biografia de Alceu Valença**. 1 ed. – Recife, PE: CEPE, 2023. EPUB.

MOURA, Thiago Dornelis de. **Manual Para Montagem de Árvore Genealógica e Localização das Certidões em Inteiro Teor de Nascimento, Casamento e Óbito dos Ancestrais que Tem Registros no Brasil**. Minas Gerais: Cidadanianostra, 2024. Disponível em: <https://cidadanianostra.com.br/wp-content/uploads/2024/06/Manual-Arvore-Genealogica-Brasil.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

MUSEU VIRTUAL DA FAMÍLIA FIALHO. **Árvore genealógica de Augusto dos Anjos**. Reprodução/Arquivo de Ricardo dos Anjos. 06 out. 2019. Facebook: Museu Virtual da Família Fialho Disponível em: <https://www.facebook.com/538697012945087/photos/pb.100057289338009.-2207520000/1415774995237280/?type=3>. Acesso em: 10 nov. 2025.

NASCIMENTO, G. F. C. L.; AZEVEDO NETTO, C. X. Concepção infomemorial no campo da Ciência da Informação: aspectos teóricos e epistemológicos. In: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 01., 2016. **Anais [...]** 17 Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/191462>. Acesso em: 23 nov. 2025.

NASPOLINI, Rodrigo Benedet. **As primeiras faculdades de direito: São Paulo e Recife**. Florianópolis: Portal Jurídico Investidura, 20 maio 2008. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29120-29138-1-PB.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2024.

NEWTON, Isaac. **Se eu vi mais longe, foi por estar sobre [...]**. [S.l.]: Newton, 5 fev. 1676. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTMwMjY/>. Acesso em: 29 out. 2025.

NOBREGA, Humberto. **Augusto Dos Anjos e Sua Época**. 2ª ed. João Pessoa, UFPB, 2018. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/press5/index.php/UFPB/catalog/book/460>. Acesso em: 05 nov. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 22 out. 2025.

OLIVEIRA, Augusto Carlos Vaz de. Relatório apresentado ao presidente do Conselho Superior do Ensino pelo director da Faculdade de Direito do Recife, 31 de dezembro de 1912. In: _____ **Revista da Faculdade de Direito do Recife**, v.20, n.1, p.129-138, 1912. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/242796>. Acesso em 11 nov. 2025.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio de. **A internet, a história e o futuro do jornal impresso**. O que os administradores tem haver com isso? João Pessoa: Portal Administradores Negócios Digitais, 09 out. 2009. Disponível em: <https://www.administradores.com.br/artigos/a-internet-a-historia-e-o-futuro-do-jornal-impresso-o-que-os-administradores-tem-haver-com-isso>. Acesso em: 13 maio 2025.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **"Advogado é o mediador dos conflitos da sociedade", diz Alceu Valença**. Rio de Janeiro: OAB – RJ, 28 abr.2014. Disponível em: <https://www.oabpe.org.br/noticias/advogado-e-o-mediador-dos-conflitos-da-sociedade-diz-alceu-valenca-A1F7ls>. Acesso em: 9 fev. 2025.

ORTEGA, Cristina Dotta e LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: CONGRESSO *ISKO - ESPAÑA*, n. 9, 2009, Valência. **Anais [...]**. Valencia: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28289230_A_nocao_de_documento_de_otlet_aos_dias_de_hoje. Acesso em: 8 jun. 2025.

OTLET, P. ***L'organisation internationale de la bibliographie et de la documentation*** [The international organization of librarianship and documentation]. Brussels, Belgium: Institut International de Bibliographie, 1920. (IIB Publication, 128).

OTLET, P. *Les sciences bibliographiques et la documentation* [Bibliographic science and documentation]. *IIB Bulletin*, v. 8, p. 125–167, 1903.

OTLET, Paul (1868–1944). *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Editiones Mundaneum; Palais Mondial; Imp. Van Keerberghen & fils, 1934. 431 p.

OTLET, Paul (1868–1944). **Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática**. Taiguara Villela Aldabalde *et al.*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/02d7afe3-22fd-4692-bc28-b1bcada735f6/003043331.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsborg. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. Disponível em: https://exatas.ufpr.br/degraf_adrianavaz/wp-content/uploads/sites/17/2014/11/Iconografia-e-Iconologia_Significado-nas-artes-visuais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

PASSOS, Isaías Cristiano da Silva. **Leitura e escrita: uma trajetória dos suportes**. 2017. 67 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22718/1/2017_IsaiasCristianoDaSilvaPassos_tcc.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

PEARCE, Susan M. **Museums, objects and collections: a Cultural Study**. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1992.

PEARCE, Susan M. Objects as meaning; or narrating the past. *In*: PEARCE, Susan M. (org.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge, 1994, p. 19–29.

PERNAMBUCO, José A de A. O Palácio da Faculdade de Direito *In*: _____ **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Imprensa Industrial. v.35, n.1, p.192–195, 1927. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/265011>. Acesso em: 9 fev. 2025.

PINTO, Suely Lima de Assis. Museu e arquivo como lugares de memória. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 89, 2013. DOI: 10.26512/museologia.v2i3.16689. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16689>. Acesso em: 2 fev. 2025.

PORTAL POLÍTICA LTDA. **Maria Leal Arraes de Alencar**. Brasília: [s d.]. Disponível em: <https://portalpolitica.com.br/deputados-federais/maria-arraes/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

PROJETO MEMÓRIA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **65 egressos da FDR já governaram Pernambuco**. Recife: Memória FDR, 27 set. 2018. Disponível em: https://www.ufpe.br/memoriafdr/todos-os-informes/-/asset_publisher/bklARbjVCVr/content/65-estudantes-da-fdr-ja-foram-governadores-de-pernambu-1/642900. Acesso em: 3 mar. 2025.

PROJETO MEMÓRIA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Prefeitos do Recife egressos da Faculdade de Direito do Recife**. Recife, Memória FDR, 30 out. 2020.

Disponível em: https://www.ufpe.br/memoriafdr/todos-os-informes/-/asset_publisher/bklARbjVCVr/content/prefeitos-do-recife-egressos-da-faculdade-de-direito/642900. Acesso em: 3 mar. 2025.

QUAIOTTI, Nelma Ramos Maciel. Discurso de Nelma Ramos Maciel Quaiotti em homenagem póstuma à Helena Caúla Reis. In: **Revista da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas**. Recife: CEPE, n. 3, 2022. 220p. INSS 2317–5613. Disponível em: http://www.loveira.adv.br/aplj/outros/Revista_APLJ_3.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

RÁDIO E TV JUSTIÇA. **Documentário: A Origem dos Cursos Jurídicos no Brasil**. YouTube, 7 ago. 2018. 1 vídeo (30min23s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XPfp6Nifb8k>. Acesso em: 28 abr. 2025.

RAMOS, Adauto. Augusto dos Anjos (sua Genealogia). In: Ramos, Adauto. Ribeiro, Domingos de Azevedo. **Revista do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica**, ano 1, nº 1, João Pessoa: 1991, p. 22 - 27. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/719388963/Revista-do-IPGH-Ano-01-n%C2%BA-01-1991>. Acesso em: 10 nov. 2025.

REIS, Cesar Antônio Caúla. Discurso de César Antônio Caúla Reis agradecendo a homenagem póstuma à sua mãe Helena Caúla Reis. In: **Revista da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas**. Recife: CEPE, n. 3, 2022. 220p. INSS 2317–5613. Disponível em: http://www.loveira.adv.br/aplj/outros/Revista_APLJ_3.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

REVISTA DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS JURÍDICAS. **Aniversário de 45 anos da APLJ e posse de acadêmicos**. Recife: CEPE, n. 3, 2022. 220p. INSS 2317–5613. Disponível em: http://www.loveira.adv.br/aplj/outros/Revista_APLJ_3.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

RIBEIRO, Manoel de Queiros Mattoso. **Apontamentos sobre a vida do conselheiro Eusébio de Queirós Coitinho da Silva e Eusébio de Queirós Coitinho Mattoso Camara**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1885.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Lígia Santos da Silva. **Memória da Faculdade de Direito do Recife: formação do acervo bibliográfico (1828-1835)**. Recife, 2017. p. 391 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27814>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RODRIGUES, Nelson Wilians Fratoni.. **Nelson Wilians lança 'Loucura, não. Coragem!' e reinaugura espaço histórico da Faculdade de Direito do Recife**. Diário de Pernambuco, Recife, Vida Urbana Lançamento, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/11/nelson-wilians-lanca-loucura-nao-coragem-e-reinaugura-fdr.html>. Acesso em: 23 fev. 2025.

ROSO, Adriane. Psicologia e história: acerca da construção de árvores genealógicas ou como retomar lembranças de família em sociedades de rede. **Psico**, [S. l.], v. 41, n. 3, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/5596>. Acesso em: 31 out. 2025.

ROSSI, Luciano; DAMACENO, Rafael Jeferson Pezzuto; MENA-CHALCO, Jesús P. Genealogia acadêmica: um novo olhar sobre impacto acadêmico de pesquisadores. *In*: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE CT&I, 1., 2018. **Anais...** Brasília, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326960663_Genealogia_academica_Um_novo_olhar_sobre_impacto_academico_de_pesquisadores. Acesso em: 24 set. 2025.

SÁNCHEZ, Nathália Mariáh Mazzeo. SOARES, Marcos Antônio Striquer. Acesso à justiça e ativismo judicial na América Latina: A exigência do hermeneuta no Estado Democrático de Direito. *In*: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 21., 2012, Niterói. **Anais [...]**. Florianópolis: CONPEDI, 2012. p. 22 Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f1ee083baf7bb88a>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SANTOS, Fernando Batista; RIBEIRO, Emanuela Sousa. Patrimônio tomando as rédeas da história e da memória: o (re)forescimento da Faculdade de Direito do Recife no início do século XXI. **Estudos Universitários**: revista de cultura, UFPE/ Proexc, Recife, v. 38, n. 2, p. 275–312, jul./dez., 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2675-7354.2021.251413>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/view/251413/40091>. Acesso em: 4 abr. 2025.

SANTOS, Generino dos. **Humaníadas**: O mundo, a humanidade, o homem. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia do Jornal do Comércio, Santos, 1937. Disponível em: <https://archive.org/details/humaniadas-volume-1/mode/2up?>. Acesso em: 22 set. 2025.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SHIKIDA, A. M. S. **Informação, história e memória: a constituição social da informação em relatos orais**. 2005. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/a797305a-9b4d-419d-9a1b-997c700680ee>. Acesso em: 2 nov. 2025.

SILVA, Elisiane da. Neves, Gervásio Rodrigo. Martins, Liana Bach. **Tancredo Neves**: pensamentos e fatos – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. Disponível em: <https://fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2022/08/1397141567-vol-01-tancredo-neves.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2025.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Mnemosyne infor-comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.24, n.1, p.135-143, jan./abr., 2014. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/17658>. Acesso em: 1 out. 2025.

SILVA, Samara Mendes Araújo. Molduras para fragmentos da história do século XX: Quadros de formaturas e memórias escolares de colégios católicos brasileiros no século XX. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.3, p. 1439–1454, jun. 2021. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.3.15291>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15291>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SILVEIRA, Rosângela Ferreira. **A gravura como ferramenta para produção de sentido e autoria nos anos iniciais sob o âmbito da análise do discurso**. 78p. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Línguas) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2022. Disponível em: https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/7248/1/Dissertacao_versao_final__Rosangela_Silveira.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Routledge: New Edition, 2006, 368 p.

SOARES, Luiz Leite. **Lista geral dos bacharéis e doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife, de janeiro de 1942 a dezembro de 1960**. Recife: Arquivo da Faculdade de Direito, 1926. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Vestígios de Memória da Representação Descritiva Materializados em Catálogos. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 19, p. e025016, 2025. DOI: 10.36311/1981-1640.2025.v19.e025016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/16053..> Acesso em: 6 jul. 2025.

SOUZA, Audemir Lima de. **Teoria dos grafos e aplicações**. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Instituto de Ciência Exatas, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4788/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Audemir%20Lima%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2025.

SOUZA, E. E. P.; BERNARDINO, M. C. R. Memória institucional da UFPB: o arquivo da faculdade de medicina da Paraíba (1952-1954). **Informação em Pauta**, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52745/1/2020_art_eepsouzamcrbernardino.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Tradução de Tomaz Tadeu. 3ª ed. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2008.

TELES, José. **A luneta do tempo tem detalhes das filmagens contados em livro**: Filme de Alceu Valença ganhou também álbum duplo com a trilha sonora. Recife: Jornal do Commercio, 03 maio 2016. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2016/05/03/a-luneta-do-tempo-tem-detalhes-das-filmagens-contados-em-livro-233852.php>. Acesso em: 21 fev. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. **Galeria de Ouvidores**: Fotografia de Helena Caúla Reis. Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2007. Disponível em: <https://portal.tjpe.jus.br/web/ouvidoria/galeria-de-ouvidores>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UHLENBECK, Karen Keskulla. **Não há caminho linear na pesquisa, diz Karen Uhlenbeck**. Rio de Janeiro, Instituto de Matemática Pura e Aplicada, 23 dez. 2020. Disponível em: <https://impa.br/notices/nao-ha-caminho-linear-na-pesquisa-cientifica-diz-karen-uhlenbeck/>. Acesso em: 13 out. 2025.

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI. **Símbolos do Direito**: entenda o que significam!. São Paulo: 10 jan. 2025. Disponível em: <https://portal.anhembi.br/blog/simbolos-do-direito/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ. **Direito Niterói III**. Rio de Janeiro: Estácio de Sá, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/814949422/Direito-Niteroi-III>. Acesso em: 10 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. **Fotografia de Hilton Guedes Alcoforado**. 1974. Fotografia. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/590249/2936169/Prof.+Hilton+Guedes+Alcoforado.png/d2f8b3f6-93a1-4b20-91b2-840063f37807?t=1596502107023>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (org.). **Atas da Congregação [1867–1974]**. Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, 2019. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/590249/2995131/Atas+da+Congrega%C3%A7%C3%A3o+FD+1967-1974.pdf/78a539d9-aa3a-4de3-8289-ce943b05948b>. Acesso em: 28 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. **Centenário do professor emérito da UFPE – Luiz Pinto Ferreira**. Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, 2018. Disponível em: https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/centenario-do-professor-emerito-da-ufpe-luiz-pinto-ferreira/590249. Acesso em: 2 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. **Dossiê dos formandos da turma de 1972**. Recife: Arquivo da Faculdade do Recife, 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. **Documento manuscrito de certidão de idade [1863 – 1868]**. Recife: Arquivo da Faculdade do Recife, [1863 – 1868].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. **Relatório apresentado ao Emo. Sr. Dr. Manoel Netto Carneiro Campello, diretor da Faculdade de Direito do Recife pelo Bibliothecario José Rodrigues dos Anjos**. Recife: [s.l.], 1927.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Assessoria de Comunicação da UFPE. **Estudante de Direito conquista segunda colocação no V Festival Castro Alves de Poesia**:

O poema premiado foi “O Simbolismo das Placas de Formatura” - Romário Lima. Recife: ASCOM, 25 out. 2019. Disponível em: https://www.ufpe.br/ascom/noticias/-/asset_publisher/O3Odar12gQTr/content/estudante-de-direito-conquista-segunda-colocacao-no-v-festival-castro-alves-de-poesia/40615. Acesso em: 13 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Administração da Universidade Federal de Pernambuco. **Resolução Nº 16/2021, de 7 de outubro de 2021.** Aprova o Regimento Interno do Centro de Ciências Jurídicas. 2021. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39022/4028943/Regimento+Interno/ec16c589-c9e9-4125-9ba5-f26bd79944d3>. Acesso em: 5 nov. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Dossiê de Miguel Arraes em 1937.** Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, 1937. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em: 30 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Netto Carneiro Campello, Director da Faculdade de Direito do Recife, pelo Bibliothecario Dr. José Rodrigues dos Anjos.** Recife: [s.n.], 1926.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Netto Carneiro Campello, Director da Faculdade de Direito do Recife, pelo Bibliothecario Dr. José Rodrigues dos Anjos.** Recife: [s.n.], 1927.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Netto Carneiro Campello, Director da Faculdade de Direito do Recife, pelo Bibliothecario Dr. José Rodrigues dos Anjos.** Recife: [s.n.], 1928.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Netto Carneiro Campello, Director da Faculdade de Direito do Recife, pelo Bibliothecario Dr. José Rodrigues dos Anjos.** Recife: [s.n.], 1929.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. ANJOS, José Rodrigues dos. **Novo Catálogo Geral Systemático,** Recife: [s.n.], 1930.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Fotografia de Luiz Sebastião Guedes Alcoforado.** Recife, Foto Studio, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/63023>. Acesso em: 6 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Fotografia de Luiz Sebastião Guedes Alcoforado.** Recife: Studio Foto, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/63023>. Acesso em: 22 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Fotografia do Visconde de São Leopoldo.** Recife, Arquivo da Faculdade de Direito do Recife: 2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em: 6 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Lista de posse dos diretores, professores e funcionários da Faculdade de Direito do Recife - 1828 até 1986.** Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, [1828 – 1986]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em: 30 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Lista geral dos estudantes matriculados na Faculdade de Direito do Recife nos anos de 1930 a 1939.** Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, [1930 – 1939]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em: 30 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Livro de Julgamentos dos exames da 5ª série [1928 – 1939]** Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, [1928 – 1939].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Livro de Matrículas do 1º, 2º, 3º e 4º ano [1939 – 1974].** Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, [1939 – 1974].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Livro de Registro de diplomas de bacharéis [1832 – 2011].** Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, [1832 – 2011].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Livro de Termo de Posse [1828 – 1986].** Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, [1828 – 1986].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Negativo de vidro de 1911.** Recife: Photographia Victoria, 1911. Disponível em: www.ufpe.br/documents/590249/2636780/Negativo+020_Bachar%C3%A9is+de+1911.jpeg/88de699a-d846-4bec-98f3-4c6555d4c574?t=1580998617051. Acesso em: 25 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Negativo de vidro de 1911.** Recife: Photographia Piereck, 1911. Disponível em: www.ufpe.br/documents/590249/2636780/Negativo+019_Bachar%C3%A9is+de+1911.jpeg/f8efdcf-4470-40f3-947a-45cd71ba48e2?t=1580998616611. Acesso em: 25 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Organograma UFPE.** Recife: UFPE, 2024. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/organograma>. Acesso em: 6 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Planta baixa do subsolo do Pátio Central da Faculdade de Direito do Recife.** Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, 1961. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em: 6 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Planta baixa nível 1, 2 e 3 da Faculdade de Direito do Recife.** Recife: [S.I.], [2025?].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Relatório da Comissão Acadêmica Coronel Lucena (Estudo sobre o banditismo).** Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, 18 ago. 1938.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Reprodução zincográfico do Decreto dos Cursos Jurídicos de Olinda e São Paulo**. Recife: Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, 1827.

VAL, Maria da Graça Costa. Bregunci, Maria das Graças de Castro. **Glossário Ceale Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores**. Belo Horizonte, UFMG. 2014. Disponível em: <https://ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/suportes-da-escrita>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VALENÇA, Alceu Paiva. **Fotografia de Alceu Paiva Valença**: No #Dia do Advogado, uma lembrança do Dr. Alceu Paiva Valença. 11 ago. 2016. *Facebook*: Alceu Valença. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10153888984438107&id=95023683106&set=a.394862388106&locale=sv_SE. Acesso em: 30 abr. 2025.

VALENÇA, Alceu Paiva. Germano Rei. In: **Periódico Ideias**. Mesa redonda: O manifesto de "ideias". Recife: 1967, jun., cap. 3, p. 11–12.

VALENÇA, Alceu Paiva. O manifesto de "ideias". In: **Periódico Ideias**. Mesa redonda: O problema Racial. Recife: 1967, nov., cap. 2, p. 34–39.

VEIGA, Gláucio. **Origem da atual área da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Faculdade de Direito do Recife, 1998.

VIEIRA, Martha Lourenço. Suportes da escrita. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Ancorando quadros de formatura na história institucional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. **Anais** [...]. Caxambu, MG: ANPED, n. 28, 2005. Disponível em: https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/gt02-322-int_ok.pdf. 25 mar. 2025.

XU, Jianhua; KANG, Qi; SONG, Zhigiang *The current state of systematic reviews in library and information studies*. **Library Information Science Research** n. 37, p. 296–310, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S074081881500081X>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ZOCCARATO, Adauto Lucio de Barros. **As raízes da árvore genealógica são [...]**. Mina Gerais: Zoccarato, 2012. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTEyNjQwMA/>. Acesso em: 27 out. de 2025.